

POPULAÇÃO E SOCIEDADE | 23

Homens de oração e homens de ação: da matriz fundadora
aos compromissos dos mestres no séc. XIV

JUNHO 2015



CEPESE

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

Homens de oração e homens de ação: da matriz fundadora
aos compromissos dos mestres no séc. XIV



Título

População e Sociedade – n.º 23/2015

Edição

CEPESE – Centro de Estudos da População,
Economia e Sociedade
Rua do Campo Alegre,
1021-1055 Edifício CEPESE
4169-004 Porto
Telef: 22 607 37 70
E-mail: cepese@cepese.pt

Fundadores

Universidade do Porto
Fundação Eng. António de Almeida
Fernando de Sousa – Universidade do Porto
J. Manuel Nazareth – Universidade Nova de Lisboa
Jorge Arrosteia – Universidade de Aveiro

Antigo diretor

Fernando de Sousa – 1995-2005

Diretora

Mara da Conceição Meireles Pereira

Comissão Editorial

Fernando de Sousa – Universidade do Porto
Juan Andrés Blanco – Universidade Nacional de Educação à Distância
Isilda Braga da Costa Monteiro – Escola Superior de Educação de
Paula Frassinetti
Paula Pinto Costa – Universidade do Porto
Carlos Amaral Dias – Instituto Superior Miguel Torga
Mattia Vitiello – CNR/IIPPS – Instituto para a Investigação sobre a
População e Políticas Sociais
Celso Almuíña Fernandez – Universidade de Valladolid
Izilda Matos – PUC/São Paulo
Manuel Rojas Gabriel – Universidade de Extremadura
Pedro Mendes – Universidade Lusitana do Porto

Comissão Consultiva

Carlos Diogo Moreira – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Jorge Arrosteia – Universidade de Aveiro
Mária Helena Cruz Coelho – Universidade de Coimbra
Armando Luís Carvalho Homem – Universidade do Porto
Carlos Machado dos Santos – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
J. Manuel Nazareth – Universidade Nova de Lisboa
Mária Luís Rocha Pinto – Universidade de Aveiro
José Esteves Pereira – Universidade de Lisboa
Adriano Moreira – Academia das Ciências de Lisboa

Amadeu Carvalho Homem – Universidade de Coimbra
Ramon Villares – Universidade de Santiago de Compostela
Ismênia Martins – Universidade Federal Fluminense
Lorenzo Lopez Trigal – Universidade de León
Lená Medeiros de Menezes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Gladys Ribeiro – Universidade Federal Fluminense
Rense Lange – ISLA – Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia
de Vila Nova de Gaia
Mária del Mar Lousano Bartolozzi – Universidade de Extremadura
David Reher – Universidade Complutense de Madrid
Philippe Poirrier – Universidade de Borgonha
Hipólito de la Torre Gómez – Universidade Nacional de Educação à Distância
Patrícia Alejandra Fogelman – Instituto Ravingani, Universidade de
Buenos Aires
Angelo Trento – Universidade de Nápoles
Matteo Sanfilippo – Universidade de Tuscia, Viterbo
Jonas Larsen – Roskilde University
Jonathan Riley-Smith – Universidade de Cambridge
Manuel Gonzalez Jimenez – Universidade de Sevilha
Jean-Philippe Genet – Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3
Anita Liberalesso Neri – Universidade Estadual de Campinas
James Newell – Universidade de Salford
Renato Flores – Fundação Getúlio Vargas

Coordenadora do Dossier Temático

Paula Pinto Costa

Design

João Machado

Depósito Legal n.º 94 133/95

ISSN 0873-1861-23

ÍNDICE

- 5** NOTA DE ABERTURA
- 7** FOREWORD
 Maria da Conceição Meireles Pereira
- DOSSIER TEMÁTICO
- 11** *D. Gualdim Pais (c. 1118/20-1195)*
 Saul António Gomes
- 25** *O projeto de escrita de Pedro de Barcelos*
 José Carlos Ribeiro Miranda, Maria do Rosário Ferreira
- 45** *Álvaro Gonçalves Pereira: um homem entre a oração e a construção patrimonial como estratégia de consolidação familiar*
 Paula Pinto Costa
- 63** *D. Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo. Na passagem para o séc. XV, a representação de um rumo*
 Isabel Morgado Sousa e Silva
- VARIA
- 75** *De Lisboa rumo ao reino: fretamentos marítimos e fretadores nos séculos XIV e XV*
 Leandro Ribeiro Ferreira
- 93** *Mundo urbano e modernização económica e social na Galiza, 1752-1920*
 Isidro Dubert
- 117** *Pintores floristas em Portugal (1850-1910)*
 António Mourato
- 145** *Modelo de avaliação hedónico de terrenos rústicos e seus desafios: o estudo de caso da realidade da região do Porto, norte de Portugal*
 Antonieta Lima, Vasco Salazar Soares
- 161** SOBRE OS AUTORES
- 167** RESUMOS/ABSTRACTS
- 181** NOTÍCIAS
- 193** POPULAÇÃO E SOCIEDADE – OBJETIVOS E PERFIL/AIMS AND SCOPE
- 199** CATÁLOGO DAS EDIÇÕES DO CEPESE

Nota de Abertura

Maria da Conceição Meireles Pereira

A revista *População e Sociedade* apresenta, no ano de 2015, mudanças substanciais. Desde logo, a nível da periodicidade, já que passa a ser semestral, e a nível do suporte de divulgação, a partir de agora exclusivamente digital.

Estas alterações surgiram como naturais, tendo em conta a tendência geral das publicações periódicas científicas, que se pretendem ágeis e compatíveis com a celeridade que a dinâmica de produção e divulgação do conhecimento impõe.

O CEPESE deseja participar neste movimento, sem contudo modificar a estrutura da revista fixada em 2010, que desde então contempla a repartição dos estudos por duas secções – o dossier temático, contribuindo para o aprofundamento de tópicos selecionados para cada edição, e a *Varia*, constituída por artigos sobre matérias diversificadas.

Se a sua estrutura interna se conserva inalterável, o mesmo se deve dizer da sua determinação em manter os parâmetros internacionais das publicações científicas em que se destacam o sistema de arbitragem científica, com *double peer review* sob estrito regime de anonimato, e a existência da comissão editorial (10 elementos) e da comissão consultiva (30 elementos) agora remodeladas em função da reestruturação interna dos grupos de investigação do CEPESE.

Assim, as transformações operadas não colocam em causa a identidade da *População e Sociedade*, antes reforçam o seu desejo de valorização e observação das melhores práticas na produção de uma revista científica.

Sob a coordenação da professora Paula Pinto, o presente número integra o dossier temático *Homens de oração e homens de ação: da matriz fundadora aos compromissos dos mestres no séc. XIV*, com quatro estudos que aduzem novas reflexões sobre a problemática em causa.

No tocante à secção *Varia*, os quatro artigos que a compõem refletem a diversidade de cronologias e objetos de estudo no domínio das ciências sociais e humanidades que esta revista vem contemplando ao longo das suas edições.

A direção da revista aproveita para agradecer a cooperação de todos quantos participaram no presente número, designadamente autores mas também avaliadores científicos, reconhecendo o mérito e esforço do trabalho de ambos.

Foreword

Maria da Conceição Meireles Pereira

The *Population and Society* journal presents, in 2015, substantial changes. Firstly, in terms of frequency, as becomes biannual, but also regarding its support, from now exclusively digital.

These changes have emerged as natural, given the general trend of scientific journals, which are intended to be agile and compatible with the speed that the dynamics of production and dissemination of knowledge imposes.

CEPESE journal wishes to participate in this movement, without modifying its structure, established in 2010, which since then contemplates the distribution of studies on two sections – the thematic dossier, contributing to the deepening of topics selected for each issue, and *Varia*, constituted by articles on diverse subjects.

If its internal structure remains unchanged, the same must be said of its determination to maintain international standards of scientific publications on which stand the peer system, with double peer review under a strict anonymous basis, and the existence of the editorial board (10 elements) and the advisory committee (30 members), now reshaped due to the restructuring of CEPESE research groups.

Thus, the referred changes to do not affect the identity of *Population and Society*, they reinforce its desire of observation of the best practices concerning the production of a scientific journal.

Under the coordination of Professor Paula Pinto, this issue includes the thematic dossier *Men of prayer and men of action: from the founding matrix to the commitments of the masters in the 14th century*, with four studies that adduce further reflection on the problematic.

On the other hand, the four articles that the *Varia* section comprises reflect the diversity of chronologies and objects of study in the social sciences and humanities that this journal has covered throughout its existence.

The journal's direction takes the opportunity to thank the cooperation of all who participated in this edition, namely authors and reviewers, recognizing the merit and effort of both.

D. Gualdim Pais (c. 1118/20-1195)

Saul António Gomes

Gualdim Pais assume um lugar de particular destaque na história da Ordem do Templo, em Portugal. Não nos chegou, sobre ele, nenhuma biografia medievla ou sequer registos em crónicas de um qualquer *scriptorium* desse tempo. O que se sabe acerca da sua vida baseia-se essencialmente em fontes documentais da chancelaria régia ou da própria Milícia em Portugal. Cavaleiro com uma longa vida, tendo falecido, como se sabe, em 1195, logrou o reconhecimento e a exaltação dos seus feitos, como freire e como mestre da Ordem em terras portuguesas, logo na fase final da sua vida, inscrita em lápides que o exaltavam, afixadas publicamente sobre portas e torres de castelos e muralhas e, sobretudo, depois da sua morte, pelas gerações que lhe sucederam.

Não se conhece, para os templários em Portugal, nenhuma crónica ou *vita* como a que foi elaborada para D. Pêro Pais Correia, mestre da Ordem de Santiago¹. Nos livros de linhagens, a sua memória dilui-se na dos seus progenitores e família². Sobre ele corriam, em tempos medievais, lendas e tradições orais que o integravam na galeria dos heróis fundadores de castelos e de povoações. Em 1317, na inquirição mandada fazer pelo rei D. Dinis, acerca da fundação e edificação do castelo e da vila de Tomar, os depoentes avocam a ação de D. Gualdim Pais no ato fundacional dessa povoação, como sucedeu nas declarações de Martim Tinoca:

Disse que ouvira dezer a seu avoo Martim Tinoca que o dicto Martim Tinoca ouvira dezer a Dom Menendo da Porta que fora no pobramento de Tomar que El Rey de Portugal, nom sabia qual, dera o Crasto de Ceras con seus termhos aos freyres que foron do Temple em escambo polas egreias que os dictos freyres avian en Sanctarem. E que pobrando eles esse logo que huum beesteiro veo ao mestre Dom Gualdim Paaes e disse lhi que lhi mostraria hi hum logar que fora oobrado d'antigo e que o dicto Meestre Dom Gualdim Paaiz veo entom pobra[r] alu u lhi foy mostrado convem a saber ali hu ora s'ee o castelo de Tomar³.

1 JOSSERAND, 2012a: 121-134; JOSSERAND, 2012b: 89-102.

2 A genealogia de D. Gualdim Pais, segundo o Livro do Deão, é a seguinte: Gualdim Pais era filho de D. Paio Ramires casado em segundas núpcias com D. Gontrode Soares (irmã de D. Paio Soares Correia, o Velho) e irmão de D. Gomes Pais de Priscos, de D. Estevainha Pais (casada com D. Martim Anes de Riba de Vizela) e de D. Sancha Pais (casada com D. Paio Gomes Gabere) (PIEL; MATTOSO, 1980: 181 e 360).

3 TT – *Livro de Mestrados*, fl. 93v.

Este depoimento, porque recolhido num contexto cronológico muito próximo da extinção canónica da Ordem do Templo, demonstra, justamente, a importância da memória oral na composição do quadro histórico e identitário corrente entre os seus membros algumas gerações após a sua génese e implantação.

A memória histórica da Ordem do Templo, em Portugal, como no Ocidente, sofreu retroprojeções. É significativo, por exemplo, que na narrativa undecentista da conquista de Santarém, os cavaleiros templários não sejam mencionados, se bem que, no capítulo vigésimo primeiro da Crónica de D. Afonso Henriques, de Duarte Galvão, redigida em inícios de Quinhentos, essa mesma narrativa se tenha visto acrescentada por referências à presença desses cavaleiros com alusão específica ao nome de “D. Gualdino”⁴.

Desde finais do século XVIII que a historiografia respeitante à Ordem, em Portugal, tem ressaltado o contributo singular de D. Gualdim Pais nos anais templários. Isso fica bem visível, por exemplo, na obra que fr. Bernardo da Costa publicou sobre a Milícia, em 1771, ou nas páginas que fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, por finais dessa mesma centúria, dedicou aos “Tempreiros”. Devemos ter presente, todavia, que o protagonismo histórico de D. Gualdim Pais ficou registado quase exclusivamente em fontes portuguesas, não se encontrando registos cronísticos ou diplomáticos sobre ele nas fontes estrangeiras⁵.

Para além da memória oral que se conservou sobre D. Gualdim Pais, que se pode auscultar, por exemplo, em lugares mais associados ao seu legado, como sucede com Tomar, e daquela que se expõe nalguma crónica moderna, dever-se-á considerar a documentação escrita epocal. Esta integra-se em várias tipologias.

A primeira delas é de ordem epigráfica e monumental, sobrevivendo nas lápides que, em vida de D. Gualdim Pais ou, nalguns casos, depois da sua morte, foram gravadas e embutidas nas paredes de castelos e de muralhas. É um tipo de fontes que atesta a importância dada pelos cavaleiros do Templo, naqueles anos, a atos fundacionais, que procuravam (co)memorar através da inclusão dessas escrituras públicas monumentais. Uma cultura própria de elites literatas, preocupadas com a enunciação precisa, na cronologia e nos agentes motores dos acontecimentos fundacionais. É certo que estavam subjacentes também, a tais inscrições epigráficas, intuítos jurídicos de afirmação pública de direitos senhoriais. Tanto uns como outros, todavia, denunciam um ambiente cultural, próprio dessas primeiras gerações de cavaleiros templários, marcado pelo cultivo da memória que se traduzia na exaltação de um dos seus.

Das lápides epigrafadas que nos chegam, recolhidas e criticamente estabelecidas por Mário Barroca, algumas assinalam somente a fundação ou edificação de fortalezas, associando ao acontecimento o mestre “portugalensium militum Templi” e a predisposição régia favorável ao acontecimento. Isso verifica-se, por exemplo na epígrafe de 1 de março de 1160 relativa a Tomar⁶:

IN: Era: M^a: C^a: LX^a: VIII: REGNANTE: ALFONSO:/ILLUS-TRISSIMO: REGE: PORTUGALIS:
DOMNUS:/GALDINUS: MA-GISTER: PORTUGALENSIUM: MILITUM: TEMPLI:/CUM: FRA-
TRIBUS: SU(i)S: PRIMO: DIE: MARCII: CEPIT: HEDIFICARE:/HOX: CASTELUM: NOMINE:
THOMAR: QUOD: PREFATUS: REX:/OBTULIT: D[eo et militibus Templi]

4 LUIZ, 2012: 71.

5 Nenhuma referência a D. Gualdim Pais, por exemplo, no cartulário estabelecido pelo Marquês de Albon, sobre a Ordem (D'ALBON, 1913).

6 BARROCA, 2000: ficha n.º 104.

Duas outras lápides assinalam o levantamento do castelo de Almourol pelo “Magister Gaudinus, Bracara que est caput Gallecie ortus”⁷, “cum fratribus suis”, e outra, datada de 1174, o levantamento da torre de Longroiva, por determinação de “Magister Gualdinus condutor portugalensium militum Templi”⁸.

Um outro conjunto de lápides, datáveis do ano de 1171, revela-se mais prolixo em informação relativa à vida e *cursus honorum*, dir-se-á, de D. Gualdim Pais no seio da Ordem. Isso está bem presente em duas lápides, uma cópia da outra, decerto, relativas à construção do castelo de Almourol⁹, nas quais se alude à participação do mestre português, por um quinquénio, nos combates na Terra Santa contra os muçulmanos, tendo lutado no Egito, Síria e Antioquia e assistindo na tomada de Ascalona (1153)¹⁰, assim como à sua responsabilidade na construção dos castelos de Pombal, Tomar, Zêzere, Cardiga, Almourol, Idanha e Monsanto. Existia tradição, recolhida ainda por fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, que D. Gualdim Pais trouxera, dessa sua passagem pela Palestina, a relíquia da mão direita de S. Gregório Nazianzeno, depositada em Tomar¹¹.

E(ra): M: CC: VIII: MAGISTER: GALDINUS: NOBILI: SIQUI/DEM: GENERE: BRACARA: ORIUNDUS: EXTITIT: TEMPO/RE: AUTEM: ALFONSI: ILLUSTRISSIMI: PORTUGALIS: RE/GIS: HIC: SECLAREM: ABNEGANS: MILICIAM: IN: BREVI: UT: LUCIFER: EMICUIT: NAM: TEMPLI: MILES: GEROSO/LI-MAM: PECCIIT: IBIQ(u)E: PER: Q(u)INQ(u)ENNIUM: NON: IBN: HERMEN: VITAM:/DUXIT: Cum: MAGISTRO: ENIM: SUO: Cum: FRATRIBUSQ(u)E: IN PLERISQ(u)E:/PRELIIS: com(tr)a:

EGIPTI: ET: SURIE: INSURREXIT: REGEM: CUMQ(u)E: ASXA-LONA: CAPERETUR:/PRESTO: Eum: IN: ANTIOCHIAM: PER-GENS: SEPE: com(tr)a: SULDAN: DECIONE: DEMICAVIT: POST: Q(u)JINQ(u)E/NNIUm: VerO: AD: PREFATUM: Q(u)I: Eum: EDUCAVERAT: ET MILITEM: FECERAT: REVerSUS: EST: RE-Gem/: FACTUS: DOMUS: TEMPLI: PORTUGALIS: PROCURATOR: HOC: conSTRUXIT _ CASTRUN: PALumBAR: THOMAR:/OZE-ZAR: ET: HOC: Q(u)OD: DicituR: ALMORIOL: ET: EIDANIAM ; ET: MONTEM: SANCTUM:

Finalmente, a lápide sepulcral de “Frater Gualdinus magister militum Templi Portugalie”, assinala o decesso deste cavaleiro, a 13 de outubro de 1195, indicando que “hic castrum Tomaris cum multis aliis populauit”¹². É segura a data de falecimento de D. Gualdim Pais. A do seu nascimento, todavia, deverá situar-se sensivelmente entre 1118 e 1120. Era segundo filho de Paio Ramires e de D. Gontronde, da família dos Ramirões. Uma das lápides antes citadas indica-o como natural de Braga “caput Gallecie”, se bem que haja tradição de ter nascido perto de Amares¹³.

Gualdim Pais seria, assim, um pouco mais novo do que D. Afonso Henriques, do qual recebeu apoio e incentivo. É pois bastante provável que Gualdim Pais tenha conhecido a corte do primeiro rei português

7 BARROCA, 2000: ficha n.º 138 (de 1171).

8 BARROCA, 2000: ficha n.º 148 (de 1174).

9 BARROCA, 2000: fichas n.º 136 e 137.

10 Sobre a questão da passagem de Gualdim Pais pela Terra Santa, veja-se: CLAVERIE, 2005, 559; 2006, 405; JOSSEERAND, 2009, 195-196; REFICE, 1995, 175-186.

11 VITERBO, 1966: 590.

12 BARROCA, 2000: ficha n.º 203.

13 VALENTE, 2002: 179; LUIZ, 2012: 65-81.

quando este se estabeleceu em Coimbra e que tenha participado em batalhas como a de Ourique (1139) e nas conquistas de Santarém e de Lisboa (1147). Deve ter sido por essa altura, ou pouco depois, que se deslocou à Palestina onde ficaria por cinco anos, tendo regressado a Portugal por 1156¹⁴.

Assumiu, por essa altura, o mestrado da Ordem em Portugal. Em 1156 ou 1157, o rei doou-lhe, para usufruto próprio, certas casas e herdades junto de Sintra, “pro beneplacito et fideli seruitio quod nobis semper fecisti”¹⁵. Em Julho de 1157, o monarca concedeu ao mestre Gualdim “et ceteris Templi militibus”, oito moinhos com dois açudes localizados em Touvede do Alviela (concelho de Santarém), e todos aqueles que a Ordem pudesse ali edificar¹⁶. Dez anos depois, a Ordem receberia doações mais significativas. Em 1165, D. Afonso Henriques doou-lhe Idanha e Monsanto, com todo o território situado entre os rios Elga, Tejo e Zêzere, sob condição de servirem o monarca e o seu sucessor¹⁷.

Em setembro de 1169, o monarca prometeu solenemente aos cavaleiros do Templo, pelo seu procurador de aquém-mar, fr. Gaufredo Fulquério, do ministro da Ordem em Castela, fr. Garcia Romeu, e de fr. Gualdim, “in Portugaliae rerum Templi procuratori”, a terça parte de tudo o que viesse a ser conquistado e povoado para além do rio Tejo, sob condição de auxiliarem o monarca e o seu sucessor na guerra contra os sarracenos. Confirmava-lhe, também, a doação feita havia algum tempo, a mestre Gualdim, da casa de Évora¹⁸. Em outubro desse ano, por seu turno, o rei confirmou à Ordem do Templo a doação dos castelos de Tomar, do Zêzere (concelho de Vila Nova-da-Barquinha), da Cardiga (concelho da Golegã) e de uma vinha na foz do rio Zêzere, junto ao castelo¹⁹. D. Sancho I, em vida de D. Gualdim Pais, concedeu à Ordem a albergaria de Maçãs de Caminho (concelho de Alvaiázere), cerca de 1178, e algumas herdades em Valdorjães (concelho de Tomar) e em Vila Verde²⁰.

D. Gualdim Pais e os seus cavaleiros devem ter auxiliado o rei D. Afonso Henriques nas reconquistas de Beja (1162) e de Évora (1165), na qual, aliás, vieram a ter uma “casa”. Os avanços do exército português pelo Alentejo, nos anos seguintes, mormente sobre Serpa e Moura (1166) e Monsaraz (1167), devem ter contado com o seu apoio; razão, aliás, por que, em 1169, o monarca lhes fez as generosas doações antes referidas. Depois de 1170, todavia, a situação regride, como se sabe, face às investidas almóadas. É bem possível, dados os interesses da Ordem em Santarém, que o mestre português tenha estado na defesa desta vila em 1171, cercada pelos sarracenos. A grande ofensiva almóada, em 1184, comandada por Abu Yacub Yusuf I e Abu Yacub Yusuf II (Almançor) não pode ter deixado de contar com o esforço de combate dos cavaleiros templários. Sabemos que, em 1190, Gualdim Pais defendeu vitoriosamente o seu castelo de Tomar contra um numeroso exército sarraceno que, liderado pelo rei de Marrocos, devastou também outras povoações na Estremadura²¹.

14 VALENTE, 2002: 179-181.

15 AZEVEDO, 1958: Doc. 257.

16 AZEVEDO, 1958: Doc. 262.

17 AZEVEDO, 1958: Doc. 288.

18 AZEVEDO, 1958: Doc. 297.

19 AZEVEDO, 1958: Doc. 297.

20 FERNANDES, 2009: 84.

21 LUIZ, 2012: 77.

Durante o governo mestral de D. Gualdim, os templários portugueses obtiveram, em 1159, confirmação papal da composição estabelecida por eles com o bispo de Lisboa, acerca das igrejas de Santarém e, ainda, sobre o território de Ceras, que o rei lhes doara, vendo reconhecido o direito de edificarem igrejas neste território, debaixo de proteção apostólica²². Em 1162, o papa Alexandre III reconheceu-lhes a doação, feita pelo arcebispo de Braga, de um hospital fundado nesta cidade²³. O mesmo pontífice, entre 1168 e 1169, confirmou aos templários os direitos e privilégios sobre a igreja de Ceras (Tomar)²⁴. Entre 1182 e 1184, correu causa entre o Templo e o bispo de Coimbra por causa dos direitos paroquiais nas igrejas de Pombal, Redinha e Ega, chegando os cavaleiros a ser ameaçados com excomunhão, pelo delegado apostólico na causa, o arcebispo de Braga, se se recusassem ao pagamento dos direitos episcopais reivindicados pelo conimbricense naqueles templos²⁵. Urbano III, todavia, restituiu aos templários o privilégio de isenção de pagamento de dízimas episcopais destas igrejas, em 1186 ou 1187²⁶, vindo esta isenção a ser derogada, por Celestino II, em 22 de abril de 1195, mas de novo restituída, pelo mesmo papa, no ano seguinte²⁷.

A questão dos direitos diocesanos sobre as igrejas de Pombal, Ega e Redinha, que só se resolveria definitivamente em 1206, conheceu, no governo de D. Gualdim Pais, uma série de episódios, envolvendo o próprio Mestre, que viriam a ser recordados numa inquirição sobre o assunto levada a cabo no início da década de 1180²⁸. Pouco depois de 1147, o arcediogo da Sé de Coimbra, D. Domingos, na ausência do bispo, D. João Anaia, concordou-se com D. Gualdim Pais acerca das terças destas igrejas, recebendo certa soma de dinheiro por elas por parte dos templários. Todavia, o então prior da Sé, D. Miguel Salomão (depois bispo em 1159 e entre 1162-1176), recusou-se a receber esse dinheiro; seria isto cerca de 1155. A questão renovar-se-ia, cerca de 1162 e 1163, chegando ambos a travarem-se de razões, em Soure, em audiência presidida pelo legado apostólico Pedro de S. Germano, tendo sido o prelado conimbricense, na sua saída, “escandalosamente insultado” pelo mestre provincial templário²⁹. Nesse tempo, era comendador de Pombal, Ega e Redinha, D. Raimundo Guilherme, sucedido posteriormente por D. Ricardo. Passou também nesse tempo, em Portugal, o mestre *citra mare*, D. Raimundo Tolosano, chegado a Coimbra, vindo da Terra Santa, em tempo do bispo D. Bermudo (1177-1182)³⁰.

As décadas de 1160 e 1170 foram particularmente pródigas na sua governação, caindo nesse espaço de tempo a fundação de castelos tão importantes como os de Pombal, Tomar e Almourol. Para além da fundação de castelos, nos quais se utilizaram soluções de construção militar inéditas para a época, como sucedeu

22 ERDMANN, 1927: Docs. 58 e 59; VALENTE, 2002: 212-220; MARQUES, 1986: 349-366.

23 ERDMANN, 1927: Doc. 60.

24 ERDMANN, 1927: Doc. 67. Há notícia, embora considerada um falso diplomático, de concessão de proteção apostólica, em 1179, às igrejas construídas pelos cavaleiros em Pombal, Redinha e em Ega (ERDMANN, 1927: Doc. 75).

25 ERDMANN, 1927: Doc. 98.

26 ERDMANN, 1927: Doc. 108.

27 ERDMANN, 1927: Docs. 140 e 150.

28 VASCONCELOS, 1905.

29 VASCONCELOS, 1905: 264-265. Damos no anexo I os textos do processo em causa com as alusões à discórdia ocorrida entre D. Gualdim Pais e o bispo de Coimbra.

30 VASCONCELOS, 1905: 264-265.

com os alambores³¹, D. Gualdim Pais promoveu o povoamento das terras doadas à Ordem. Nalgumas delas estabeleceram-se populações que receberam cartas de foral, ou seja, que viram reconhecido o seu estatuto de agremiações concelhias. Isso sucedeu com a concessão de cartas de foral a Ferreira (1156), Redinha (1159), Castelo de Zêzere (1162), Tomar (1162) e Pombal (1178), tendo sido o foral de Tomar renovado em 1174³².

Os elementos anteriormente expostos permitem evidenciar o percurso de D. Gualdim Pais enquanto personalidade histórica singular no século XII português. Tempos de génese e de consolidação da Ordem, aqueles em que viveu, nos quais os templários se afirmaram singularmente nos domínios militar, económico, religioso e também cultural como se atesta, por exemplo, pela qualificada produção diplomática da sua chancelaria neste território³³.

A sua integração na cavalaria do Templo e o prestígio por ele alcançado no tirocínio militar na Palestina conferiram-lhe o papel de um cruzado-herói. Por outro lado, o seu longo governo, de quase quarenta anos, à frente dos destinos da Ordem em Portugal, caracterizou-se pela consolidação institucional e senhorial efetiva da mesma, tendo levado a cabo o povoamento de terras e a fundação de castelos fortes, como sucedeu com Tomar, Pombal e Almourol, permanecendo a sua memória, associada a esses lugares, como um quase patriarca fundador.

Anexo I

Excertos com as alusões à discórdia que opôs D. Gualdim Pais aos bispos de Coimbra D. Miguel Salomão e D. Bermudo³⁴

Item dicit se fuisse in palacio regis Aldefonsi de Colimbria circa XX annos (...) ubi predictus episcopus conquestus fuit ipsi regi de Galdino magistro Templi de ecclesiis predictorum trium locorum et tunc audivit ipsum Galdinum respondere episcopo se non debere aliquid pro ipsis locis quia villas illas populaverat. Postea vero alia vice dicit se fuisse in eodem palacio ubi episcopus Vermudus successor predicti episcopi eandem querimoniam coram eodem rege deposuit de magistro Templi Raimundo et tunc ipse Raimundus peciit dilationem in qua haberet consilium respondendi super his (...).

† Et eo tempore dicit quod Colimbriensis archidiaconus Dominicus Iohannis dictus convenit cum magistro Galdino de redivitibus pertinentibus Colimbriensi ecclesie scilicet pro tertia decimarum et dedit ei pro uno anno quinque aureos et dicit quod archidiaconus tunc gerebat vicem ecclesie Colimbrie quia non habebat episcopum. Postea vero dicti dominus Michael qui tunc erat prior effectus est episcopus qui multociens ipsos Templarios excommunicavit eo quod nolebant solvere redditus predictorum trium locorum. Item dicit se fuisse cum episcopo eodem apud Bracaram ubi ipse episcopus conquestus fuit domno Jacinto de Templariis per eandem causam.

Item dicit se fuisse ibi ubi archidiaconus Dominicus voluit dare terciam domno Michaeli priori quod tunc ille archidiaconus tenebat episcopatum dejecto domino Iohane episcopo de sede scilicet morabitanis

31 BARROCA, 1996-1997.

32 FERNANDES, 2009: 122; CONDE, 1996: 42-43.

33 GOMES, 2005.

34 Publicado por VASCONCELOS, 1905: 259-264.

quos acceperat a magistro Galdino templario pro redditibus ecclesiarum predictorum trium locorum scilicet VI. vel VII aureos. et ipse prior nullo modo noluit recipere quod terciam decimarum non dederat ut debebat. (...) Et dicit quod vidit eundem episcopum multociens excommunicare Templarios per eandem causam. Item dicit quod vidit eundem episcopum multociens excommunicare Templarios per eandem causam. Item dicit quod vidit eundem Michaellem petentem a magistro Galdino illos redditus in capitulo Sancte Marie. Et tunc erat prior et nondum episcopus et Galdinus dicebat quod dominus apostolicus sibi concesserat. Item dicit quod recordatur de populatione illorum trium locorum et tunc jam omnia per octo annos ad manus christianorum pervenerent Sancta Arena et Ulixbona que sunt antequam dictas villas versus saracenos et nunquam a mauris terra in qua ville ille sunt constitute exempta fuit per Templarios. (...) Rex Aldefonsus dedit eam illis et dicit quod cum ipsas terras aquisiverant Templarii jam quarta pars terre de Ega culta erat. quod accepiret illos aureas a Templariis sed nescit quanti. Sed prior Michael dicebat quod non reciperet. Item dicit quod postea audivit Petrum (...) qui prior electus erat dicere eo quod tunc remisso prioratico a Michaeli canonicam regularem Sancte Crucis intraverat (...) fieri et episcopum haberet qui poterat pacisci cum Templariis, et quod ipsi Templarii nolebant dare certum quid pro redditibus illis sed non recordatur de quantitate et hoc dicit eum dixisse in capitulo coram fratribus. Item dicit se fuisse multociens ibi ubi episcopus Michael conquestus fuit coram rege de Templariis pro causa predicta presente magistro Galdino.

† Sesnandus presbiter juratus testis se vidisse episcopum Michaellem multociens excommunicare Templarius pro eo quod non permitebant eum habere jura ecclesiarum de Palumbaria de Redina et de Ega et dicit quod tempore quo populate fuerunt Ega quod jam quarta pari illius terre erat culta. Item dicit quod ivit quadam vice cum ipso episcopo et quodam legato Romano apud Sorum et tunc audivit quod ipse episcopus turpia verba habuit cum domno Galdino magistro eo quod conquestus fuerat de predictis causis.

† Johannes Petri presbiter testis. Se fuisse ibi ubi Dominicus archidiaconus Colimbriensis qui vices episcopatus gerebat eo quod episcopus Johannes esset de sede adjectus detulit VII. aureos quod magister Templi Galdinus ei dederat pro redditibus ecclesiarum predictorum locorum ut dicebat et quos ibi in canonica Sancte Marie sede presentavit volens terciam partem dare preposito Michaelle. Sed ipse nolui recipere quod nolebat nisi terciam decimarum inde recipi postea ideo quod non permitebant eum possidere jura episcopatus de ecclesiis predictorum dicit quod vidit eundem Michaellem episcopum factum Colimbriensem multociens excommunicare Templarios locorum.

† Item dicit dominum Vermutum successorem suum conquestum inde fuisse domino pape per quendam nuncium suum et ipse apostolicus comisit causam illam archiepiscopo Bracarensi et episcopo Portugalensi F. scribendo eis ut citarent Milites Templi et de causa illa cognoscerent et eam determinarent. Qui delegati citaverunt Templarios ut ad certum diem venirent et is testis et Didacus et Pelagius cantor (...) citaverunt Templarios et dixerunt Raimundo Wilhelmi qui tunc erat magister Templariorum ut ad certum diem et locum (...) et interim magister Raimundus Tolosanus venit Colimbriam et tunc coram domino rege et episcopo Portugalensi don (...) predictam querimoniam deposuit presenti Raimundo Wilhelmi predicto magistro Templi qui cum fratribus suis venerat (...) et ille magister Templi pecit indicias dicendo quod magister Templi qui erat et major aliorum veniebat de Jerosolimitanis partibus et in ejus adventu sufficienter responderet. Et

mediante rege Aldefonso episcopus ei dedit terminum tali condicione quod si Templarii de novo aliquid scriptum ab apostolico acquirerent quod inutile esset et alteri parti non noceret et regem dixisse versus Templarios ego non dedi vobis jura Beate Marie (...) Lateranense concilium fuisset celebratum sub domino Alexandro papa mortuo vero Vermuto commissa est causa illa.

Anexo II **Inquirição, de 1317, acerca da fundação de Tomar e da intervenção dos primeiros mestres provinciais da Ordem, entre eles, D. Gualdim Pais.**

TT – *Livro de Mestrados*, fls. 93v-94v.

A Ordem do Temple inquirçam per que se mostra quem primeiro edificou e obrou o castelo e vila de Tomar e como e por quem lhe foy posto este nome de Tomar e ct.

Era de mil e trezentos e cincoenta e cinco anos vinte e sete dias do mês de dezembro Gil Steveez morador e vezinho de Tomar jurado sobre os sanctos evangelhos que dissesse a verdade. Perguntado de como a terra de Tomar do primeiro començamento fora pobrada tam bem de vista como d’ovida como de creença, como de fama. Disse que ouvira dezer a seu avoo Martim Tinoca que o dicto Martim Tinoca ouvira dezer a Dom Menendo da Porta que fora no pobramento de Tomar que El Rey de Portugal, no sabia qual dera o crasto de Ceras con seus ternhos aos freyres que foron do Temple em escambo polas egreias que os dictos freyres aviam en Sanctarem. E que pobrando eles esse logo que huum beesteiro veo ao mestre Dom Gualdim Paaes e disse lhi que lhi mostraria hi hum logar que fora pobrado d’antigo. E que o dicto Meestre Dom Gualdim Paaiz veo entom pobla[r] alu u lhi foy mostrado comvem a saber ali hu ora see o castelo de Tomar.

§ Perguntado se ouvira dizer se avia antes hy castelo disse que o non sabia mais segundo aquelo que ouvira dizer que fora logar d’antigo. Preguntado se sabia per hu partiam os termos do crasto de Ceras, disse que o non sabia.

§ Perguntado se sabia ahu ora esta a egreja de Sancta Maria de Tomar se ouvera hi castello, disse que o non ouvira dizer, mais disse que ouvira dizer a muitos velhos e amciaãos que ouvira [sic] hi hua muy nobre cidade de cristaãos que avia nome Nabancia e que ainda avia hi hua egreja era de tempo d’antigo que a nome Santa Fiit com seu campanairo. E outrosi disse que ouvira dizer que ali u ora esta a egreja de Sancta Maria de Tomar que fora moesteiro de frades mais non sabia de qual ordim.

§ Item preguntado se Tomar fora pobrado antes ca Torres Novas ou Ourem, disse que ouvira dizer que antes Tomar.

§ Outrosi preguntado se Tomar fora pobrado com alguns dos termos das vias [sic] d’arredor, disse que o nom sabia.

§ Era de mil e trezentos e cincoemta e cinco anos postumeiro dia de dezembro, Domingos Paais Rousado morador e vezinho de Tomar jurado sobre os sanctos avangelhos assi de vista como d’ouvida // [fl. 94] como de fama, como de creença em como Tomar fora pobrado. Disse que ouviram dizer a muitos homees boos antigos e a seu padre que o crasto de Ceras fora dado aos freyres que forom do Temple per el Rey Dom Afonso o Velho. E que huum monteiro que andava a seu monte matando sa caça com sas linhas dissera ao Meestre Dom Richaldo que pobrava Ceras que avia boas aguas em huum logar, e que

avia hy egreias de tempo antigo que estavam hy feytas. E que o Meestre com seus freyres veerom aaquel logar comvem a saber hu ora esta Sancta Maria de Tomar e acharom que fora ia pobrado d'antigo. E que emtom dissera o dicto Meestre: ia aqui foy cidade d'antigo e foy destroyda per mouros. E se pobrasemos aqui seeria fraco logar pera os mouros porque era terra chaa. E que entom o dicto Meestre mandara lançar sortes sobre tres cabeças que aalem do rio avia. E lançadadas sortes per tres vezes e que per tres vezes caera a sorte naquel monte hu ora see castelo de Tomar. E que entom s'accordarom que pobrasem em esse monte. E esto o dicto Meestre passando pera hir pobrar a dicta cabeça aqueles que hiam amt'el acharom huum porco montes. E que entom começaram de dizer: tomalo, tomalo. E que entom o Meestre chegou e achou o porco morto. E disse que assy ouvese nome a dicta cabeça Tomar. E que emtom o dicto Meestre Richaldo començou de pobrar a dicta cabeça. E pobrandose que veo por Meestre Dom Gualdim Paais e fes o castelo. E depus foro aos probradores.

§ Perguntado o dicto Domingo Paaiz se ouvira dizer ou se criia se na dicta cabeça hu esta Tomar fora alguua forteleza ou alguum castelo ante que fosse pobrado,~, ou se acharom hi alguum edeficio quando pobravam esa cabeça de Tomar, disse que o nom sabia nem o er ouvira dizer, mais ouvira dizer que era mata e que ouvira dizer a muitos e boos e criia que ali hu ora esta Sancta Maria de Tomar que fora cidade e forteleza de cristaãos, e avia nome Nabamcia. E que ali hu ora esta Sancta Maria de Tomar que fora moesteiro de frades do ordim dos negrados. E que ouve hy huum abbade que chamavam Dom Selho hirmaão da madre de Sancta Eyrea o qual abbade emviou a Roma pera outenticar Sancta Eyrea por sancta despos morte dela. E que a ora hy duas egreias dese tempo antigo, hua a nome Sant Fire e a outra Sancta Eyrea.

§ Perguntado se fora pobrado primeiro Torres ca Tomar, disse que primeiramente fora pobrado Tomar segundo o que o ouvira e criia.

§ Perguntado se sabia ou criia ou ouvira dizer se Tomar fora termho dalgua vila obrada, disse que o non sabia nem no ouvira dizer mais que era terra del Rey. Mays que ouvira dizer que el Rey dera aos freyres que foram do Tempre o castelo de Ceras per termhos asinaados assi como conta esa doaçom que ende os freyres aviam e que Tomar iaz dentro eme ses termhos.

§ Perguntado que se a dicta cidade de Nabancia fora castello, disse que ouvira dizer que ouvera hy torres e forteleza mais non sabia nem ouvera dizer que ouvera hy castello.

§ Item perguntado se daqueles logares que Tomar traje por seu termho se fora em algum deses logares do termho das vilas ou dos castelos d'aredor, disse que o non sabia nem o er ouvira dizer.

§ Perguntado se o dicto logar hu see Tomar fora termho da // [fl. 94v] dicta cidade de Nabancia, disse que non sabia nem no ouvira dizer mais que criia, mais ca non que hu esta Tomar fora termho de Nabancia segundo camanha cidade e tam nobre ouvira dizer que era e segundo odeficios [sic] daquel tempo que ora acham aaquem da agua.

§ Era de mill e trezentos e cincoemta e cinqui anos postumeiro dia de dezembro Pedro Poombo morador e vezinho de Tomar iurado sobre os sanctos avangelhos perguntado tambem de vista como d'ouvida como de creença como de sabedoria en como fora probado Tomar. Disse que ouvira dizer que huum Rey de Portugal non sabia qual dera o crasto de Ceras aos freyres que foram do Tempre e que os freyres leyxarom o dicto crasto e veherom pobrar Tomar porque deziam que era millhor cabeça e de millhores aguas.

§ Preguntado se sabia ou ouvira dizer que[m] poboara o castello de Tomar, disse que ouvira dizer que o Meestre Dom Gualdim Paaiz e que asi o contava no foro seu que el Ihis dera ese foro.

§ Preguntado se na dicta cabeça hu see Tomar fora castello ou forteleza ou algum edefficio antigo ou se achavam hi alguuns edefficios antigos quando o pobravam. Disse que o nom sabia nem no ouvira dizer. E que ouvira dizer que era gram mata hu ora see o castello de Tomar mais que ouvira dizer a muitos e a boos que aalem da ponte des a egreia que chamam Sancta Eyrea ata hu esta ora Sancta Maria de Tomar eses olivaaes que esta[m] a par dela que avia hi huuã muy gram cidade de cristaãos que avia nome Nabancia mais que non ouvira dizer nem sabia se ouvera hi forteleça ou castello. E que criia segundo os adeficios que hi acharom e achavam que ouvera hy a dicta cidade. E que outrosi ouvira dizer que a egreia de Sancta Eyrea que esta apres da ponte e a ygreia de San Fiiz que forom d'antigo da dicta cidade. E que ouvira dizer que na dicta cidade ouvera moesteiro dos fades negrados de que fora abade Dom Selho tio de Sancta Eirea e que soyam a chamar a Sancta Maria de Tomar, Sancta Maria do Selho.

§ Preguntado se sabia ou ouvira dizer se aquel logo em que ora see Tomar se fora termho de Torres Novas ou d'algua das vilas ou dos castelos d'aredor, disse que non sabia ende rem. Mais disse que ouvira dizer que iazia Tomar dentro nos termhos per hu fora dado o crasto de Ceras aos freyres que forom do Tempre segundo como conta em seu privilegio que Ihis fora dado.

§ Preguntado se alguuns dos logares que ora traje Tomar per seus termhos se fora do termho de Torres Novas ou d'alguua das outras vilas e castelos que jazem d'aredor. Disse que non sabia nem no ouvira dizer.

§ Preguntado se sabia ou ouvira dizer se fora pobrado Torres Novas primeiro que Tomar, disse que ouvira que primeiro fora pobrado Tomar.

§ Item preguntado se o dicto logar hu see Tomar fora termho da dicta cidade de Nabança, disse que non no sabia nem ouvira dizer mais que criia mais que nom que hu esta Tomar fora termho de Nabancia segundo tamanha cidade e tam nobre ouvira dizer que era segundo os adeficios daquel tempo que ora acham aaquem d'agua.

§ Eu Gil Eanes tabeliom de nosso senhor el Rey em Tomar, esta inquiriçom com Stevam Martinz creligo del Rey e com Martim Gil vassalo de nosso senhor // [fl. 95] el Rey filhei e escrevi per mandado dos sobredictos. E em ela meu sinal hi pusi que tal he. Em testemunho de verdade.

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo (TT) – *Livro de Mestrados*, fls. 93v-95.

Fontes impressas

AZEVEDO, Rui Pinto de (ed.), 1958 – *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Volume I. Documentos dos Condes Portugueses e de D. Afonso Henriques. A. D. 1095-1185*. Tomo 1. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

COSTA, Fr. Bernardo da, 1771 – *Historia da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*. Coimbra: Oficina de Pedro Ginioux.

D'ALBON, Marquis, 1913 – *Cartulaire Général de L'Ordre du Temple. 1119?-1150*. Paris: Librairie Ancienne, Honoré Champion Éditeur.

ERDMANN, Carl, 1923 – *Papsturkunden in Portugal*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung.

PIEL, Josep M.; MATTOSO, José, (ed.) 1980 – *Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintodecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita*. Vol. 1, nova série. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

VASCONCELOS, Miguel Ribeiro de, 1905 – “Noticia Historica do Mosteiro da Vacariça, doado á Sé de Coimbra em 1094, e da serie chronologica dos bispos d'esta cidade desde 1064, em que foi tomada aos mouros”, in *Memorias da Academia Real* (2.ª classe, tomo I, p. II). Lisboa: Academia Real das Ciências, p. 201-283.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, 1966 – “Tempreiros ou Templeiros”, in *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usaram....* Edição crítica por FIÚZA, Mário, vol. II. Porto/Lisboa: Livraria Civilização, p. 582-602.

Bibliografia

BARROCA, Mário Jorge, 1996-1997 – “A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII”. Separata de *Portugalia*, nova série, vol. XVII-XVIII.

BARROCA, Mário Jorge, 2000 – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Ciência e da Tecnologia, 4 volumes.

BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dir.), 2009 – *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard.

CLAVERIE, P.-V, 2005 – “Les débuts de l'ordre du Temple en Orient”. *Le Moyen Âge*, 3, tomo CXI, p. 545-594.

CLAVERIE, P.-V, 2009 – “Contra soldanum de Coine ou la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque”, in FERNANDES, I. C. (ed.) – *As ordens militares e as ordens de cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre ordens militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, p. 399-412.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, 1996 – *Tomar Medieval. O espaço e os homens*. Cascais: Patrimonia.

FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa, 2009 – *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*. Porto (Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de letras da Universidade do Porto).

GOMES, Saul António, 2005 – “Observações em torno das chancelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média”, in *Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares – As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na construção do Mundo Ocidental*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, p. 111-167.

JOSSERAND, Philippe, 2004 – *Église et pouvoir dans la Péninsule Ibérique. Les Ordres Militaires dans le Royaume de Castille (1252-1369)*. Madrid: Casa de Velázquez.

- JOSSERAND, Philippe, 2009 – “Entre dos frentes: aproximación a los empresas militares de los Templarios del Occidente peninsular (siglos XII-XIV)”, in RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, M. A. (ed.) – Hacedores de frontera. Estudios sobre el contexto social de la frontera en la España medieval. Madrid, p. 195-196.
- JOSSERAND, Philippe, 2012a – “L’Ordre de Santiago face au récit de ses origines au tournant du Moyen Âge et de l’Époque Moderne: variations sur l’espace et le temps”, in JOSSERAND, Philippe; OLIVIER, Mathieu (ed.) – *La mémoire des origines dans les ordres religieux-militaires au Moyen Âge. Actes des journées d’études de Gottingen (25-26 juin 2009)*. Munster: LIT.
- JOSSERAND, Philippe, 2012b – “Portrait de maître en héros croisé: la chronique perdue de Pelayo Pérez Correa” in NEJEDLY, Martin; SVÁTEK, Jaroslav – *Histoires et mémoires des croisades à la fin du Moyen Âge*. Toulouse: Université Toulouse-Le Mirail.
- LUIZ, Ademir, 2012 – *Uma Breve História do Templo. Da fundação da Ordem dos Templários à criação da Ordem de Cristo. Séculos XII-XIV*. Goiânia: Editora da PUC Goiás e Kelps.
- MARQUES, Maria Alegria, 1986 – “O Litígio entre a Sé de Coimbra e a Ordem do Templo pela posse das igrejas de Ega, Redinha e Pombal”, in *Jornadas sobre Portugal medieval*. Leiria: Câmara Municipal, p. 349-366.
- REFICE, P., 1995 – “Le epigrafí di Tomar e di Almourol: elementi per lo studio dele fondazioni templari portoghesi”, in VITI, G.; CADEI, A. (ed.) – *Monaci in armi. L’architettura sacra dei Templari attraverso il Mediterraneo*. Florence, p. 175-186.
- VALENTE, José M., 2002 – *Soldiers and Settlers: The Knights Templar, in Portugal, 1128-1319*. Santa Barbara: University of California (Tese de doutoramento).

O projeto de escrita de Pedro de Barcelos

José Carlos Ribeiro Miranda

Maria do Rosário Ferreira

D. Pedro Afonso, primeiro filho de D. Dinis, embora ilegítimo, e mais tarde III conde de Barcelos¹, é o mais controverso e incerto autor português medieval. Na realidade, tendo uma obra própria, por si redigida, é essencialmente tido como um compilador de obras alheias, o que não deixa de ser verdade se tivermos da noção de autor uma ideia contemporânea e necessariamente anacrónica. Porém, à luz do que era um critério autoral nos séculos finais da Idade Média, Pedro de Barcelos – tal como é conhecido nos meios internacionais – é um autor cujo perfil não se afasta muito (a não ser na quantidade...) do que é já possível delinear para o seu bisavô Afonso X, com o qual a sua obra, sistematicamente e em pontos muito diversos, vai dialogando. Lembremos as já muito conhecidas palavras do rei Sábio na sua *General Estoria*, quando diz: “El rey faze un libro non por quel él escreva con sus manos mas porque compone las razones d’él e las emienda et yegua e endereça e muestra la manera de cómo se deven fazer, e desí escrívelas qui él manda. Pero dezimos por esta razón que el rey faze el libro”².

Também Pedro Afonso baseou a copiosa obra que lhe é atribuída numa minuciosa e paciente compilação de fontes e não é de descartar a possibilidade de ter tido, nessa tarefa, um ou vários colaboradores. Mas a disposição desses materiais, os diversos comentários de que os faz acompanhar e também a, por vezes, profunda reconfiguração daquilo que terão sido as fontes a que teve acesso – a juntar ao que propriamente redigiu do seu punho com uma intencionalidade reveladora de um pensamento estruturado e programático – formam uma obra absolutamente singular, sem paralelo no ambiente medieval português.

Por outro lado, afastando-se um pouco do seu bisavô e situando-se, a nosso ver, nos antípodas do seu contemporâneo Don Juan Manuel, Pedro de Barcelos não se preocupou muito em disseminar pela sua obra indícios de autoria material, tendo em alguns casos optado pela atitude diametralmente oposta, como quando, no *Livro de Linhagens*, autoriza os vindouros a prosseguirem a escrita, caucionando de antemão aquilo que virão a ser as conhecidas refundições dessa obra³.

1 Uma recente biografia do autor pode ler-se em OLIVEIRA, 2011.

2 SÁNCHEZ PRIETO-BORJA *et al.*, 2009: 393.

3 “E rogo aaqueles que depos mim veerem e vontade houverem de saber os linhagões, que acrecentem em estes titulos deste livro aqueles que adiante decenderem dos nobres fidalgos da Espanha e os ponham e os escrevam nos logares u convem” (MATTOSO, 1980: 58).

Daqui poderão ter resultado, aliás, os conhecidos problemas de autoria que vieram, ao longo dos tempos, a afetar os seus grandes empreendimentos de escrita, já que apenas a maioria das suas composições trovadorescas escapou a esse tipo de questionação. Destino insólito para obras cuja influência posterior, em Portugal e sobretudo fora do reino, veio a ser bem mais ampla e decisiva do que alguma vez se pensou.

A cronologia das obras atribuídas a D. Pedro, conde de Barcelos, pode fixar-se a partir de algumas informações nelas constantes, embora a amplitude de cada uma tenha certamente exigido prazos dilatados para a respetiva conclusão. Terá começado como trovador, juntando, ao longo da sua existência, dez composições de atribuição segura, confirmada por uma consistente designação do autor nas várias rubricas explicativas que as acompanham⁴. Tendo em atenção os eventos que referem, deveremos situá-las num período largo, que poderá abarcar o conjunto dos anos da sua vida ativa, embora as composições datáveis com mais precisão se situem em torno da década de 1320 a 1330. Como a compilação do cancioneiro dependeu da recolha de muitos materiais dispersos⁵, haverá que pensar que essa magna recolha foi preparada ao longo de um período que poderá ter coincido com a sua atividade trovadoresca propriamente dita. Já o *Livro de Linhagens*, tributário do prévio *Livro do Deão*, pelo menos para a matéria portuguesa, e expandindo, em grande medida, a estrutura desta obra, terá sido redigido a partir de 1340⁶, embora haja indícios seguros de que a sua escrita foi retomada pelo autor em momentos que poderão ir até ao final dessa década⁷. Por último, surgirá a *Crónica de 1344*, que utiliza ou os materiais já compulsados no *Livro de Linhagens* ou este mesmo livro genealógico, e contém, na parte inicial, como é sabido, algumas referências à sua feitura em 1344.

Aceitando esta cronologia, com as precisões que adiante iremos referindo, procuraremos averiguar como se configura o plano de cada um destes complexos empreendimentos de escrita, tentando apurar se daí se destaca um propósito e, no caso afirmativo, se esse propósito pode dar ou não lugar a um pensamento de conjunto ou seja, a uma específica forma de ver o mundo.

O Trovador

Como quase sempre sucede quando se comenta cantares trovadorescos galego-portugueses sem a devida atenção ao contexto intelectual e, mais especificamente, semântico-lexical em que os textos foram sendo redigidos, as dez (ou onze) composições atribuídas ao conde D. Pedro parecem ser meramente “circunstanciais”, no caso das escarninhas, ou convencionais exercícios de estilo, no caso das “de amor”. Todavia, os cruzamentos temáticos destas composições com a restante obra do conde são evidentes, tendo uma delas constituído razão de peso para a atribuição da *Crónica* à sua pessoa, já que em ambas e ainda no *Livro de Linhagens* se retrata uma personagem da corte de Afonso IV – Gomes Lourenço de Beja – de uma forma negativa e muito semelhante⁸. Recentemente, também uma outra

4 Os poemas de D. Pedro situam-se, no *Cancioneiro da Biblioteca Vaticana* (V), com a numeração 210 a 213 e, mais adiante, 1037 a 1042; e no *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* (B) com a numeração 608 a 610bis e, mais adiante, 1431 e 1432. Os textos V 1037 a 1040 são privativos desse cancioneiro. O conjunto do cancioneiro do conde poderá ler-se em <http://www.cantigas.fcsh.unl.pt/cantigasautor.asp?cdaut=119>. Haverá que acrescentar ainda a este lote a composição V 1037 pelas fundamentadas razões aduzidas em OLIVEIRA (1994: 402-404), na sequência de uma abordagem global do cancioneiro deste autor.

5 OLIVEIRA, 1994.

6 MATTOSO, 1980.

7 FERREIRA, 2012.

8 Referimo-nos a “Os privados que d’el rey hã”, V 1038. Sobre o assunto, ver CINTRA, 1951: CLIX-CLXII.

composição do conde veio a revelar o uso de interessantes argumentos que se situam no âmbito do pensamento genealógico, nomeadamente o conceito de “natura”, presente em “Natura das animalhas”⁹. Mas certamente outros textos virão a ser convocados, nomeadamente composições como “Non quer’a Deus por mia morte rogar” (B 609/V 211), onde o discurso sobre os atributos divinos tem consequências bem mais largas do que as suscitadas no âmbito da casuística amorosa, intrometendo-se nas temáticas afloradas tanto no *Livro de Linhagens* como na *Crónica de 1344*.

O Compilador de *Cantigas*

Na realidade, não existe nenhum ponto dos conhecidos apógrafos italianos do início do séc. XVI que ateste que o cancionero do qual são cópias fosse da autoria de D. Pedro, conde de Barcelos. O mesmo se diga de qualquer documento nesse sentido que lhes seja exterior. Mas não deve existir caso em que, no seio dos investigadores dedicados ao estudo de uma dada matéria, exista uma tão grande identidade de pontos-de-vista como no tocante à atribuição autoral da magna coletânea trovadoresca do séc. XIV¹⁰. Razões circunstanciais fortíssimas levam a essa assunção; o cancionero detém-se genericamente no limite temporal da vida do conde; há uma afinidade flagrante entre muitos dos paratextos do cancionero e passagens correspondentes do *Livro de Linhagens*; o conde é o último dos “reis e magnates” que ocupam o centro de gravidade da compilação, e por aí fora. É de salientar que a única obra mencionada no testamento do conde, lavrado em 1350¹¹, é um “Livro de cantigas”, facto que não deixa de evocar Afonso X, o Sábio, quando deixa explícito, igualmente no seu testamento, que o “Libro de las Cantigas” deverá ser colocado junto ao seu túmulo¹². É claro que, no caso do bisavô de D. Pedro, se tratava do códice rico das *Cantigas de Santa Maria*, obra na qual o rei castelhano fez um forte investimento simbólico – mas também dissemos já que os investimentos desse tipo realizados pelo nobre português foram sempre muito menos explícitos e ostentatórios.

Mais importante, todavia, é o facto de D. Pedro ter renomeado as composições dos trovadores sistematicamente como “cantigas”, quando até então, sobretudo em Portugal, a designação corrente era “cantar”. Ao fazê-lo, recuperou para um acervo mais do que centenário, que a crítica considera normalmente como “profano”, uma designação que Afonso X reservara para o seu cancionero mariano¹³. Veremos como este simples ato de alteração das denominações se inscreve profundamente naquilo que era o pensamento do filho de D. Dinis sobre a sociedade humana e o tempo histórico – porque, na realidade, é um conceito amplo e articulado sobre essas categorias que se destaca dos vários ramos da sua obra.

O cancionero organizado por Pedro de Barcelos ter-se-á composto de cerca de 1650 composições escritas em galego-português entre os últimos anos do séc. XII e meados do séc. XIV. O mais antigo trovador de que se conserva produção textual é Joan Soarez de Paiva (1196) e o último parece ser, pelo menos dando crédito aos paratextos que acompanham as composições, o mencionado Afonso XI, rei de Castela, que,

9 Trata-se da composição V 1040. Sobre o assunto, ver FERREIRA, 2014.

10 Desde Carolina de Michaëlis que se assume que os referidos apógrafos italianos, mandados executar por Angelo Colocci na primeira metade do século XVI, decorrem da compilação organizada sob a orientação de Pedro de Barcelos no século XIV. Trabalhos recentes mostram mesmo que, provavelmente, ambos são cópias diretas desse antígrafo (FERRARI, 1979; GONÇALVES, 1976).

11 “Item mando o meu livro de cantigas a el rey de Castella” (FERNANDES, 1990). Afonso XI não chegou a receber o cancionero porque morreu antes do conde D. Pedro.

12 O’CALLAGHAN, 1999: 317.

13 MIRANDA, 2010a.

discrepando do conjunto da antologia, mas anunciando já um futuro ainda em desenho, comparece com uma composição escrita em castelhano, a única conservada nessa língua. De Afonso XI dirá o Cancioneiro que foi o rei “que venceu el rey de Belamarin com o poder d’aalem mar a par de Tarifa...”¹⁴, ou seja, a Batalha de Tarifa ou Salado, acontecimento que fecha a compilação, estabelecendo um limite temporal que irá recorrer no *Livro de Linhagens* e na *Crónica de 1344*.

O Cancioneiro é, sem dúvida, uma recolha de poemas e é assim que tem sido encarado pela crítica literária, mas é também um objeto em si que possui, como sempre sucede na obra do conde, uma significação que decorre da sua própria organização interna. Depois das conclusões do magno inquérito conduzido por António Resende de Oliveira¹⁵, torna-se claro que esse *corpus* se estrutura em torno de dois grandes pilares que sustentam um painel restrito formado por “reis e magnates”, onde se enumera, por esta ordem, Afonso X, D. Dinis, Afonso XI e o próprio Pedro de Barcelos¹⁶. O primeiro desses pilares é formado por composições “de amor” dos trovadores-cavaleiros mais antigos; e o segundo, sendo embora maioritariamente aristocrático, dá entrada a géneros poético-literários hierarquicamente inferiores em dignidade retórica, como são as “cantigas de amigo” e “de escárnio e maldizer”, e também a personalidades não-nobres. Um esquema visual ajuda a compreender melhor como o todo se organiza:

Figura n.º 1 – Esquema visual



Ora cremos que esta organização do cancioneiro não tem por trás apenas razões literárias decorrentes da hierarquia dos géneros compilados a que fizemos referência, mas que reflete também o modo como o conde entendia a sociedade que se fazia ouvir por intermédio dos modelos trovadorescos. Nem tudo, no entanto, tem origem no pensamento próprio da mais relevante figura da cultura portuguesa do séc. XIV. Na realidade, uma das particularidades do fenómeno trovadoresco galego-português desde a primeira geração é a estreita identificação entre os intervenientes profissionais e as classes sociais, assumindo-se que “trovador” é “cavaleiro” e membro da nobreza, enquanto “jogral” não o é¹⁷, o que provoca a insólita situação de um excelente e produtivo trovador, como Joan Airas de Santiago, não ter lugar na primeira compilação de trovadores realizada ainda no séc. XIII – o *Cancioneiro da Ajuda*. Esta situação está intimamente relacionada com o facto de a cultura trovadoresca ter

14 B 607/V 209. A rubrica antecede a composição.

15 OLIVEIRA, 1994.

16 De notar, contudo, que as dez composições de escárnio e de mal dizer de D. Dinis, bem como as seis do conde de Barcelos correspondentes à mesma tipologia, figuram na parte final do Cancioneiro. Apenas o conjunto da obra de Afonso X se mantém íntegro na posição central a que fizemos referência.

17 OLIVEIRA, 2001b.

sido objeto de uma particular apropriação por parte da aristocracia do Norte peninsular, que a transformou num fenómeno socialmente interno¹⁸, ao contrário do que sucedia na matriz occitânica, onde a cultura trovadoresca, na sua fórmula mais difundida, resultou da necessidade de estabelecer uma relação permanente entre o centro do poder senhorial e as periferias, por vezes numerosas, que gravitavam à sua volta¹⁹. Ora o conde herda e aceita essa situação e é provavelmente por essa razão – e não apenas por ter sido trovador e amante de poesia... – que tomará a iniciativa de organizar um cancionero global, numa altura em que o fenómeno trovadoresco acusava já um declínio acentuado. Mais de século e meio de poesia trovadoresca era encarado por ele como uma manifestação interna da vida e da atividade promovida pelas linhagens que os livros genealógicos tinham consagrado e a que ele mesmo viria a atribuir um lugar prestigiado no devir do tempo.

O que significa que a organização com que nos deparamos no cancionero, com a galeria dos reis de referência antecedida pelo mais legítimo ramo da aristocracia – havia outras opções, nomeadamente colocar os “reis e magnates” à cabeça da compilação... –, a que se seguirá um outro ramo de personalidades de condição social variada – cavaleiros, clérigos, burgueses, jograis, judeus... – forma uma arquitetura que consagra a preeminência aristocrática, mas de uma forma que nada tem do fechamento da primeira compilação conhecida, que parecia reservar o fenómeno exclusivamente aos membros da nobreza. Aqui, esses elementos da classe dominante servem de suporte às instituições do poder régio, mas integram também no seu âmbito de irradiação, de uma forma necessariamente hierarquizada, os restantes estratos da sociedade que contribuem para o grande “espectáculo trovadoresco”.

Para o conde, a hierarquia social que coloca no topo os membros das linhagens não é suscetível de contestação, mas a integração de que são objeto os estratos periféricos é muito digna de nota e torna-se particularmente visível numa das poucas vezes em que faz ouvir a sua voz ao longo do Cancioneiro, para justificar a inclusão de duas composições de um trovador judeu:

Estas duas cantigas fez huu judeu d’Elvas que avia nome Vidal, por amor d’ua judia de ssa vila que avia nome Dona. *E pero que he ben que o ben que home faz sse non perça*, mandamo-la screver; e non sabemos dela mais de duas cobras, a primeira cobra de cada hua²⁰.

Na realidade, ao contrário do que pode ser expectável por parte de um autor-antologador, porta-voz do grupo nobiliárquico, não é visível no cancionero nenhum critério restritivo na admissão de textos e autores. Bem antes pelo contrário, se a asserção geral “he ben que o ben que home faz sse non perça” for levada à letra, o filho de D. Dinis terá feito tudo para preservar a memória de uma atividade que, sendo património essencial da aristocracia, irradiava também pelas camadas e grupos que formavam a elite da sociedade no que à expressão poético-musical dizia respeito, independentemente de credo ou etnia, levando os elementos que a compunham a alinhar-se em torno da nobreza numa pirâmide hierárquica harmónica. Talvez tendo essa ideia em mente se compreendam melhor algumas escolhas específicas do nosso grande arquiteto da escrita do séc. XIV no seu *Livro de Linhagens*.

18 OLIVEIRA, 2001a; MIRANDA, 2004.

19 KÖHLER, 1976; MIRANDA, 2005.

20 B 1605/V 1138. “Mandamo-la screver...”. Este é talvez um dos poucos pontos do cancionero em que se denuncia claramente que o conde trabalhava com colaboradores, à semelhança do que sucedera com o seu bisavô, Afonso X.

O genealogista – profeta do passado

Extensa enumeração de linhas genealógicas distribuída por 74 títulos de desigual dimensão e recheada de material narrativo, o *Livro de Linhagens* é uma das mais importantes obras redigidas em Portugal durante o século XIV na língua falada e escrita nesta geografia e nesta época, o galego-português. Dotada de um amplo prólogo em que o autor se identifica fora de qualquer dúvida, não devia ter suscitado questões de autoria ao longo dos tempos. Mas, com efeito, tal não sucedeu...

O manuscrito de base escolhido para todas as edições modernas do texto data de 1540-1550 e encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo²¹. Já em época muito próxima da execução dessa cópia, Gaspar Álvares Louzada punha em causa a autoridade do texto contido neste manuscrito como representante da obra do conde, argumentando que tinha tido acesso a um outro manuscrito cerca de um século mais antigo – que teria pertencido a D. Fernando da Guerra – onde algumas anomalias que detetava no manuscrito da Torre do Tombo não se verificavam²². Uns anos mais tarde, já no início do séc. XVII, um autor anónimo profundamente conhecedor da escrita genealógica contestava mesmo a autoria do conde sobre a obra que corria em seu nome, argumentando também com discrepâncias entre as informações transmitidas pelo manuscrito da Torre do Tombo e outros escritos genealógicos a que tinha acesso. Tal estado de insegurança textual permaneceu até aos nossos dias, a tal ponto que ninguém é capaz de dizer com segurança em que medida os “Livros de Linhagens do Conde D. Pedro” conhecidos são obra do autor ou não.

Na realidade, qualquer obra transmitida por uma tradição manuscrita (ou mesmo impressa...) pode revelar oscilações textuais de vulto, situação que se torna mais provável se essa tradição tiver um carácter tardio, como sucede com a obra em apreço. De facto, se exceptuarmos um manuscrito parcial da obra, contendo a parte final do título XXI e os títulos seguintes até ao XXXV, atualmente na Biblioteca da Ajuda, não é conhecida tradição manuscrita anterior ao séc. XVI. Todavia, já esse antigo testemunho, copiado poucas dezenas de anos após a morte do conde, ostenta traços visíveis de refundição, ao declarar “Diz o Conde D. Pedro em seu liuro...”²³, revelando a consciência de que a obra em redação era diferente do original *Livro de Linhagens* de D. Pedro Afonso. Além disso, em pontos muito sensíveis, este texto afasta-se das lições do manuscrito da Torre do Tombo e de outros manuscritos que têm sido usados na colação, sendo o único a transmitir a extensa narrativa sobre a batalha de Tarifa ou Salado. De tal modo assim é que a crítica foi sendo levada a considerar que cada um destes manuscritos representava uma obra diversa, situação ainda hoje não completamente elucidada.

Ora a tradição manuscrita do *Livro de Linhagens* virá a registar um acréscimo notório nas primeiras décadas do século XVI, sendo, a partir de então, possível identificar várias dezenas de manuscritos em Portugal e em Espanha, mas também noutros países europeus e fora da Europa, pelo que temos de concluir que o livro teve uma difusão medieval muito pouco conhecida, em consonância com uma tradição manuscrita pobre; e uma receção pós-medieval expansiva, radiante e numerosa, que elevou o livro à qualidade de “best seller” do género. O *Libro de linajes de España*, como era conhecido em âmbito castelhano, tornou-se o modelo e fundamento da mentalidade genealógica do mundo ibérico, tal como, em pleno século XVI,

21 A edição mais recente, com excelentes índices e observações críticas, pode ler-se em MATTOSO, 1980b. A primeira edição conhecida foi levada a cabo por Juan Bautista Lavaña em Roma, 1640.

22 FREITAS, 1977.

23 BROCARD, 2006. De notar que esta lição comparece igualmente na restante tradição textual conhecida.

reconhecerá Argote de Molina²⁴: “El conde don Pedro, hijo del rey don Dionis de Portugal nos dexó un libro de linajes, en que mostró su grande diligencia, y a quien la nobleza de España deve, todo lo que della sabe...”

Conquanto seja possível caucionar estas afirmações com segurança, o que é certo é que a *recensio* da obra está por fazer e algumas das questões centrais para o seu estudo por resolver, a começar pela definição textual e temporal do arquétipo da obra editada²⁵. Na realidade, não tendo muitos dos testemunhos dos quais há conhecimento sido descritos e colacionados, nada de seguro é possível dizer sobre a história textual da obra e sobre o processo de receção que lhe está subjacente, tanto em Portugal como no espaço extra-português. O fundamental do que se tem dito – e sobre que se baseiam também as nossas considerações – decorre do conhecimento de um *textus receptus* (o manuscrito da Torre do Tombo) com as achegas permitidas pelo conhecimento de mais alguns manuscritos, entre os quais o discrepante testemunho da Ajuda.

É, pois, com base num conhecimento textual inseguro e incerto que os estudiosos têm trabalhado no sentido de dar a conhecer o que o conde de Barcelos traz de novo ao panorama do pensamento sobre a sociedade humana e o tempo histórico num período de grande incremento de imagens e discursos um pouco por toda a Europa. Na realidade, conquanto o *Livro do Conde* seja também a mais extensa coleção de testemunhos genealógicos reunidos até à altura no espaço ibérico – e como tal tenha sido lido na maior parte dos casos em épocas posteriores – pensamos que não é aí que reside a principal inovação desta obra. À época em que D. Pedro escreve, circulavam já duas notáveis obras genealógicas – o vetusto e venerando *Livro Velho* e o muito recente *Livro do Deão* – se é que não existia mesmo, acabado ou em esboço, o primeiro livro genealógico de uma só linhagem – um escrito consagrado aos Pereiras –, que depois acabou por se fundir no próprio *Livro do Conde*, hipótese a que nos referiremos adiante. Mas todas essas obras tinham um alcance meramente local e uma limitação temporal que impedia a sua leitura e difusão em espaços mais amplos, restringindo ao mesmo tempo ambições maiores na exposição de conceitos gerais sobre a natureza e destino da sociedade humana. Ora é exatamente aí que se vai situar a diferente estratégia do conde de Barcelos, construindo sentidos que vão permitir que uma obra genealógica transcenda a mera dimensão nobiliárquica e se vá encostar à reflexão histórica que mais frequentemente se encontrará na escrita historiográfica.

Na realidade, muito antes de mergulhar nos meandros das linhagens concretas, D. Pedro preocupa-se em definir a natureza da linhagem enquanto entidade histórico-escatológica e o modo como esta se relaciona com a excelência simbólica e com o poder efetivo. Anote-se que estas considerações são levadas a cabo no início do prólogo da obra, uma das partes que não têm estado sob suspeita de refundição, e traduzem-se na conhecida teoria da amizade: “nenhũa amizade nom pode seer tam pura, segumdo natura, come daquelles que desçemdem de hũu sangue”, que leva a uma outra asserção da máxima importância, que consiste em afirmar: “esto diz Aristótilles que, sse homeens ouvessem antre ssey *amizade verdadeira*, nom averiam mester *reys nem justiças*, ca amizade os faria viver seguramente eno serviço de Deus”.

Ora, estudos recentes²⁶ mostram que, neste ponto concreto, D. Pedro segue de perto a *Partida IV*, de Afonso X, mas alterando-lhe sensivelmente a letra no sentido de secundarizar a função régia, tornando-a contingente e apenas justificada por uma falha na solidariedade linhagística:

24 *Apud* VALVERDE OGALLAR, 2001: 335.

25 Já mencionámos o manuscrito que terá, segundo Louzada, pertencido a D. Fernando da Guerra († em 1467); também no vol. V da *Monarquia Lusitana* se faz alusão a uma hipotética refundição do *Livro do Conde* levada a cabo no tempo de D. João I, conquanto o seu autor, Francisco Brandão, descarte a ideia de terem sido Fernão Lopes ou João das Regras os seus autores. Em todo o caso, indicações deste tipo, sem texto associado, não podem ser tidas em conta numa perspetiva de crítica textual.

26 FERREIRA, 2012b.

Et por ende dixo Aristotiles que si los homes hobiesen entre sí verdadera amistad, non habrien meester *justicia nin alcalles* que los judgasen, porque la amistad les farie complir et guardar aquello mesmo que quiere et que manda la justicia (*Partida 4, lei 7, p. 146*).

Na realidade, para o conde, a Criação cumpre-se “por natura” na “geeraçom”, ou linhagem, e é esta que assegura ordem do mundo, tendo prioridade sobre as instituições do poder. Potestades mundanas – império, monarquia e mesmo cavalaria – não se colocam num plano de justificação essencial idêntico ao da linhagem. Ora esta ideia sobre a posição das linhagens no processo da Criação divina, assumindo cada uma o estatuto de personagem coletiva dotada de um específico perfil de legitimidade, é anunciada por Moisés na *Vedra Lei*, atualizando-se no testemunho do próprio D. Pedro no seu livro²⁷, sendo tais pressupostos essenciais para se entender como este último se organizou.

A concretização deste objetivo levou o conde à definição de um plano que fizesse a narrativa recuar até ao tempo da Criação divina, levando-o à procura de fontes que traduzissem esse recuo temporal de uma forma genealógica. O *Liber Regum* ofereceu-se como a escolha quase inevitável, embora essa pequena obra de origem navarra tivesse tido como propósito original fundamentar o surgimento das dinastias ibéricas existentes no final do séc. XII. Organizada como um “libro de generaciones”, recorreu ao modelo genealógico para servir de suporte legitimatório aos poderes régios. Visto ser uma obra hostil à dinastia leonesa, considerada extinta após Afonso II, o Casto, a sua receção imediata reconduziu-a frequentemente à condição de prólogo às narrativas, em prosa ou em verso, da história do reino de Castela, embora pudesse funcionar também como tal para a história de outros reinos, como sucedeu com Portugal, cuja dinastia reinante remontava à descendência de Afonso VI²⁸.

Para o conde, no entanto, o que estava em causa era construir linhas genealógicas que conduzissem dos tempos antigos à Espanha medieval. Para isso, era-lhe fundamental repor os reis leoneses posteriores, pois seria a partir dessa dinastia que se iriam realizar as operações que levariam a uma reformulação ordenada das relações entre linhagens e instituição monárquica no centro e ocidente peninsular. Para esta reformulação da estrutura do *Liber Regum*, terão sido usadas fontes da historiografia latina mas também outros textos por vezes difíceis de identificar²⁹, possivelmente reinterpretados pelo próprio conde segundo um modelo que se verificará adiante.

Assim, o *Livro de Linhagens* começa por alinhar as figuras do Antigo Testamento até ao segundo cativo da Babilónia, passando depois aos caldeus e a Alexandre até à destruição de Jerusalém. Retorna aos troianos, prosseguindo por Eneias e Brutus até à dinastia da Grã-Bretanha, nela incluído o rei Artur. Volta uma vez mais atrás para contar dos persas, dos romanos e finalmente dos godos, onde a narrativa se deslocará para a Península Ibérica, da qual só episodicamente voltará a sair. Ainda de acordo com a estrutura do *Liber Regum*, segue-se a dinastia goda até à derrota de Rodrigo, rei que aqui não merece qualquer tipo de apreciação negativa ou positiva, prosseguindo pela dinastia inaugurada por Pelaio até Afonso, o Casto, e depois pelos restantes reis de Leão. O conde inova com Ramiro II, donde “saio a boa geeraçom dos fidalgos da Espanha” e, sobretudo, com o seu filho Ordonho, já que transporta para este ponto a fratura política representada pela

27 “No Prólogo do *Livro de Linhagens* [...] o Conde de Barcelos constrói-se como figura autoral com carisma profético a partir da dessacralização deslegitimadora da autoridade régia” (FERREIRA, 2012b).

28 MOREIRA, 2010; MIRANDA, 2010b; MIRANDA, 2010c; BAUTISTA, 2010.

29 BAUTISTA, 2013. Abstemo-nos nesta sede de abordar a questão de saber qual das versões do *Liber Regum* foi usada pelo conde.

instituição dos Juizes de Castela, que aqui surgem não como consequência da ausência de descendência legítima por parte de Afonso II, o Casto, como queria o *Liber Regum*, mas sim do assassinato de quatro condes de Castela pelo rei de Leão, ato desqualificante para a dinastia leonesa que justifica a busca de soberania própria por parte dos castelhanos³⁰. Para ajuizar da dimensão das alterações operadas pelo conde sobre as suas possíveis fontes, veja-se o seguinte quadro:

Quadro n.º 1 – Reis astur-leoneses e Juizes de Castela

Afonso II, o Casto	eleição dos Juizes de Castela (<i>Liber Regum</i>)
Ramiro I	
Ordonho I	
Afonso III	
Garcia I	
Ordonho II	assassinato dos condes de Castela (Tudense, Toledano)
Fruela II	eleição dos Juizes de Castela (Tudense, Toledano) Toledano estabelece nexos de causalidade
Afonso IV	
Ramiro II	
Ordonho III	assassinato dos condes de Castela e eleição dos Juizes de Castela (<i>Livro de Linhagens</i> do Conde D. Pedro)
Sancho I, o Gordo	

Na realidade, o plano da escrita está elaborado de modo a que a enumeração das linhagens antigas e míticas, seguida de uma digressão pelas restantes dinastias ibéricas (Navarra, Aragão e Portugal) e de uma incursão pela dinastia real francesa, também proveniente do *Liber Regum*, sirva de prelúdio à entrada no mundo das linhagens aristocráticas. O terreno estava já organizado visto o *Liber Regum* terminar com a genealogia do Cid – que, como é sabido, acaba por se diluir nas dinastias régias navarra e aragonesa –, sendo este o ponto de partida para que se fale dos da Biscaia, dos de Lara, dos de Castro e de várias outras grandes linhagens castelhanas, até se atingir a primeira e simbolicamente mais importante linhagem portuguesa, que é a que tem origem nas aventuras matrimoniais e bélicas do rei Ramiro II de Leão.

Ao contrário do que sucedia no *Livro do Deão*, que omitira qualquer narrativa fundacional da casa da Maia, o conde não apenas vai recuperar esse velho relato presente no *Livro Velho*, como lhe dá um conjunto de características que o transformarão numa das peças-chave para entender o seu plano de construção de uma relação de implicação mútua entre linhagens aristocráticas e linhagens régias. Além disso, também em contraposição com o que sucedia nos dois anteriores livros genealógicos portugueses, a “geeraçom” da Maia antecede a de Sousa, desdobrando-se mesmo em dois títulos, embora a matéria do Título XVI – que isola Soeiro Mendes, o Bom, e a sua descendência direta até João Perez da Maia, dos antecedentes da linhagem que apenas se encontram no Título XXI – nos provoque a maior das perplexidades. De notar que estamos num ponto do livro sobre o qual as suspeitas de refundição são mais intensas, como veremos adiante.

³⁰ Embora seja correntemente admitido que a *Crónica de 1344* é posterior ao *Livro de Linhagens*, o certo é que esta reformulação da história leoneso-castelhana, que tão fundas implicações virá a ter na configuração dos poderes régios e na afirmação das principais linhagens aristocráticas, está já preparada, embora não decidida, na *Crónica de 1344*, que retira o episódio dos Juizes de Castela do lugar que lhe competia para o colocar no fim da lista régia leonesa, isolado e sem qualquer ligação à com o restante conteúdo narrativo (FERREIRA, 2010a e 2011).

Como quer que seja, do intenso relato fundacional atualmente presente no Título XXI, resultará que a Casa da Maia tem origem no casamento entre o Rei Ramiro de Leão e uma irmã do rei mouro de Gaia, descendente de Aboali, um dos conquistadores da Península após a derrota do rei Rodrigo³¹. Dos dois filhos que tiveram, Alboazar Ramirez será aquele que se encarregará de prosseguir com a descendência varonil até ao já mencionado Soeiro Meendez; da filha, Artiga Ramirez, sabemos, pela leitura do Título X, dos de Lara, que terá casado com “Gusteuz Gonçalvez”, avô dos sete infantes e de Mudarra Gonçalvez, de quem vem essa linhagem castelhana³².

Era conhecida a relação privilegiada do III conde de Barcelos com os Lara, linhagem historicamente sempre muito próxima do poder régio castelhano. Assim, não surpreende que, após engenhosas manipulações genealógicas em torno das duas principais dinastias régias do espaço ocidental ibérico e das duas mais prestigiadas linhagens desse mesmo espaço, viesse a resultar um quadro como aquele que se pode observar³³:

Figura n.º 2 – Genealogias de Lara e da Maia segundo D. Pedro, conde de Barcelos



Se não erramos, tendo em atenção que estamos perante as mais antigas linhagens aristocráticas registadas, D. Pedro realizou em torno deste tema (cuja concretização ocorre em vários títulos do livro), aquilo que constitui a transição da matéria genealógico-dinástica herdada do *Liber Regum* para uma realidade especificamente sócio-linhagística hispânica. A recuperação da lista régia leonesa permite ao conde adotar uma perspetiva neogótica³⁴, mas essa perspetiva é imediatamente objeto de sérias restrições, já que Ramiro II está longe de ser um rei exemplar. Na realidade, os fidalgos da Maia resultarão de uma quase-bastardia

31 Sobre este ponto do *Livro de Linhagens*, ver MIRANDA, 1988; FERREIRA, 1998 e 2013.

32 FERREIRA, 2009 e 2011.

33 FERREIRA, 2011.

34 FERREIRA, 2010b.

de sua iniciativa, que apenas não o será totalmente porque entretanto o rei faz matar a sua mulher legítima. Na realidade, a desqualificação ética patente neste episódio incide mais ainda no filho herdeiro, Ordonho III, aquele que toma a iniciativa de matar a mãe, crime a que se vem juntar aquele outro, preparado de antemão, que será o assassinato do quatro condes de Castela, a que atrás referimos. Se a descendência de Ramiro em Alboazar suscita reticências, aquela que prossegue pelo filho legítimo, depois rei, é totalmente desqualificante. Aliás, a linhagem dos condes de Castela, depois reis de Castela, só se virá a afirmar após estes acontecimentos e na sequência deles, embora por via feminina e beneficiando do concurso navarro³⁵, o que coloca todas as linhas de descendência presentes – régias ou não – numa situação de equivalência simbólica, em sintonia com desvalorização da função régia a que o conde procedera já no prólogo, como vimos atrás.

Outro aspeto que não deixa de ser saliente é o carácter misto, cristão e mouro, que assumem muitas destas linhagens, como especial relevo para os da Maia, como vimos, mas também para os de Lara, que descendem todos de um Mudarra (em árabe, “nascido de um casamento misto”) filho, na versão do conde transmitida pela *Crónica de 1344*, de Gustio Gonçalves e de uma irmã de Almançor. Não sendo uma característica específica do pensamento do conde, já que a encontramos, por exemplo, no histórico casamento de Afonso VI com a Moura Zaida, da qual viria a nascer Sancho, o candidato ao trono das Espanhas, entretanto falecido, de que as crónicas amplamente falam³⁶, não restam dúvidas de que o conde convivia bem com a ideia de que a linhagem transcendia o credo. A perspetiva integradora das gentes da Espanha, já anotada na organização do Cancioneiro, manifesta-se aqui de novo, tendo desta vez como objeto aqueles que são oriundos do Al Andalus.

É hoje consensualmente admitido que o *Livro de Linhagens* transmitido pela tradição manuscrita é uma obra refundida, já que dá acolhimento a narrativas e a personagens que se situam depois da morte do conde. Tal sucede essencialmente no Título XXI, onde é possível encontrar alusões à morte de Inês de Castro ou uma detalhada narrativa do turbulento reinado de Pedro, o Cruel, e da sua violenta morte em Montiel, mas a refundição deteta-se também noutros pontos do Livro. A nossa análise do que subsiste tem, pois, de ter essa realidade em conta sem, todavia, esquecer aquilo que terá sido o projeto de escrita do conde. Tal é possível se forem cruzadas as informações do *Livro de Linhagens* com as que se encontram nas várias fontes utilizadas e, sobretudo, na *Crónica de 1344* que, como vimos pontualmente, em alguns momentos permite fiscalizar a legitimidade do que se encontra escrito. Tal é também realizável se houver uma compreensão de quais os parâmetros por que se vão regendo as opções do conde nas suas várias obras. É essencialmente com base nestes critérios que nos parece ser necessário estender a dúvida a outros pontos do livro, nomeadamente ao Títulos VII, dos reis de Portugal, e ao Título XVI, encimado pela figura de Soeiro Mendez da Maia, talvez um dos mais importantes vultos da nossa Idade Média.

De facto, a fonte principal usada na redação do Título VII é a *Primeira Crónica Portuguesa*, onde a “estória” de Afonso Henriques era antecedida por um relato, proveniente do *Liber Regum*, centrado na sequência Pelayo/Afonso II/Juízes de Castela/condes e reis de Castela até Afonso VI. Não é de estranhar que esse relato inicial tivesse desaparecido, pois, como vimos, tinha já sido utilizado no Título III, onde era convenientemente desarticulado com auxílio de dados provenientes de uma “crónica” não identificada, sendo depois retomado no início do Título IV, consagrado à breve lista dos reis de Castela. Todavia, ver agora esse relato substituído por uma “estória de D. Monido”, que não é mais do que uma narrativa fundacional da casa de Trastâmara-Trava,

35 KRUS, 1994.

36 FERREIRA, 2009.

que só lateralmente, pela mediação de Mafalda de Lara, presumida mulher de D. Afonso Henriques, se liga à dinastia régia portuguesa, é algo extravagante que colide em vários pontos, como já foi apontado, com a reformulação genealógica que temos vindo a pôr em relevo³⁷. Na realidade, essa parte inicial do Título VII parece fazer sentido como introdução à parte final do Título XXI³⁸, onde são predominantes as figuras de Rodrigo Forjaz I e II, antepassados diretos dos Pereiras.

Outro tanto se passa, embora em sentido inverso, com o Título XXI relativamente ao Título XVI, já que Ramiro II e a sua descendência até Meem Gonçalves da Maia parecem deslocados do ponto em que deviam estar, que é neste último título, antecedendo e dando sequência à linha que vai de Meem Gonçalves da Maia até João Perez e suas três filhas. Tal como se encontra atualmente, escapa a qualquer plano discernível, deixando sem suporte os investimentos simbólicos feitos nos vários pontos do texto³⁹. Mesmo as epígrafes que encabeçam os títulos em causa parecem carentes de sentido, promovendo os Pereiras a um lugar que, pelas razões expressas, devia ser ocupado pelos da Maia.

Vemos como provável que estas mexidas tenham tido lugar fora dos planos do conde. Embora seja imprudente adiantar, sem base textual, como seria a configuração do Livro antes de terem ocorrido essas manobras, parece-nos fora de dúvida que o seu limite cronológico seria a batalha de Tarifa ou Salado⁴⁰. Seja como for, tal como estes materiais se configuram, não é de pôr de parte a hipótese de, previamente ao *Livro do Conde*, ter existido um escrito genealógico especificamente consagrado aos Trastâmara-Pereira. Uma versão da Lenda de Gaia recentemente dada a conhecer, diferente das redações do *Livro Velho* e da do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, mas estruturalmente mais próxima da primeira, que termina dizendo que “daqui se leuamtu a llinhagem dos liindos Pereiras”⁴¹, pode remontar a esse escrito genealógico entretanto desarticulado e incluído no *Livro do Conde*. A ser assim, resultaria mais claro o mecanismo da sua mais importante refundição⁴².

O cronista dos impérios e dos reinados

Suscita, por vezes, alguma perplexidade que o autor da mais ampla apologia das linhagens nobres peninsulares tenha também escrito uma obra que normalmente se alinha num género historiográfico – as crónicas régias peninsulares – cuja função é fixar a memória dos reinos na perspetiva dos monarcas, ou das dinastias, que os governaram. A designação aposta à única edição extensa do texto cronístico atribuído a Pedro de Barcelos – *Crónica Geral de Espanha de 1344* – não deixa também de induzir a que se pense nesse sentido. Mas há aqui, de novo, um conjunto cumulativo de equívocos, muitos deles originados na forma de sobrevivência desta também atribulada obra.

37 FERREIRA, 2011.

38 MATTOSO, 1980b, l: 224.

39 No ponto do Título XXI em que se fala de Meem Gonçalves da Maia, diz-se o seguinte: “Estes todos se chamaram da Maia porque se gaanhou por seus avoos e aviam-na por sua. E a Maia chamava-se naquel tempo des Doiro ataa Lima” (MATTOSO, 1980, l: 213). Ora, logo de seguida, a linhagem da Maia é descontinuada, não mais se vindo a falar dos seus membros...

40 FERREIRA, 2011.

41 RAMOS, 2004.

42 Embora a atribuição aos Pereira das refundições do *Livro de Linhagens* seja consensual, a perspetiva que avançámos permite detetar um labor mais intenso desta linhagem em torno da escrita genealógica ao longo do séc. XIV, o que parece estar em consonância com aquilo que terão sido os projetos materiais e simbólicos por eles promovidos, recentemente postos em relevo por COSTA, 2014, e no artigo da mesma autora a publicar no presente volume com o título “Álvaro Gonçalves Pereira, um homem de oração e de ação”.

É necessário começar por dizer que os problemas já detetados na transmissão manuscrita do *Cancioneiro* e do *Livro de Linhagens* se mantêm na *Crónica de 1344*, embora porventura com menor gravidade. O texto primitivo escrito em língua galego-portuguesa está certamente perdido, mas foi traduzido para castelhano, conservando-se numa extensão apreciável, embora longe da totalidade, num manuscrito dos finais do séc. XV⁴³. O facto de nem em castelhano nem na língua do Ocidente ibérico haver notícia da existência de uma tradição textual mais ampla significa que a primitiva obra não teve uma fortuna tão eufórica quanto virá a ter a sua refundição realizada *circa* 1400 ou nas décadas iniciais do séc. XV⁴⁴. Desta última, conservam-se quatro manuscritos portugueses, um dos quais muito próximo da data apontada para a sua redação, conhecendo-se ainda seis da respetiva tradução castelhana, que ocorreu muito cedo, sendo alguns ainda anteriores a 1450, o que atesta uma difusão muito rápida da obra⁴⁵.

Na realidade, como é do conhecimento geral, o texto editado por Cintra não é do conde D. Pedro, mas sim do mencionado refundidor. Embora, na parte referente à monarquia leonesa e sua posteridade, o texto deste último não se afaste dramaticamente do da versão original, tal não se passa na meia centena de fólios iniciais onde, com propriedade, se deve falar não de uma refundição mas sim da escrita de uma nova crónica. Qual é então a estrutura e sentido do texto organizado por D. Pedro de Barcelos? Será esse texto apenas mais uma “crónica de Espanha”, ou trará novidades a um projeto de escrita que era já, como vimos, de grande dimensão física e de um alcance ideológico invulgar?

De facto, a *Estoria de España* alfonsina, primeiro grande monumento do género crónica escrito em língua vulgar, procura enraizar o passado remoto peninsular na história do Mediterrâneo, fazendo-o de um modo expedito e linear que confere a esses primitivos tempos míticos a única função de preludiar as dinastias recentes. Na esteira da *Historia de Rebus Hispaniae*, o espaço da Espanha fica canonizado logo nos primeiros fólios, quando se indica que de Jafet, filho de Noé, teria descendido Tubal, o primeiro povoador da Península, cujas gentes seriam os “espannoles”. Embora várias figuras míticas venham a ser mencionadas, todas elas se vão sucedendo cronologicamente, mantendo-se a narrativa linearmente organizada em torno do seu propósito central.

Lendo o que subsiste da *Crónica de 1344*, o panorama é completamente diferente, salientando-se a falta de linearidade cronológica das sucessivas listas de reis e imperadores que aí vão sendo apresentadas, até se chegar ao relato do reinado de Ramiro I, momento a partir do qual a crónica passa a seguir materiais historiográficos alfonsinos e pós-alfonsinos. Essa característica da parte inicial da crónica – que levou Diego Catalán, o seu editor, a considerá-la “caótica” e reveladora das “limitaciones como historiador” de D. Pedro, a quem atribui “inabilidad compilatória” e “desorden expositivo”⁴⁶ –, acentua-se ainda porque o manuscrito é acéfalo, privando o leitor de saber qual o propósito explícito da obra exposto num eventual prólogo.

Mas é também possível que uma determinada ordem exista por trás da escrita, embora não baseada na lógica da linearidade narrativa. Recentemente, foi proposta uma abordagem dessa parte inicial⁴⁷ que abre caminho ao entendimento da crónica no seu conjunto, já que define o estatuto de cada uma das sequências

43 Ms 2656 da B. U. de Salamanca.

44 CINTRA, 1950.

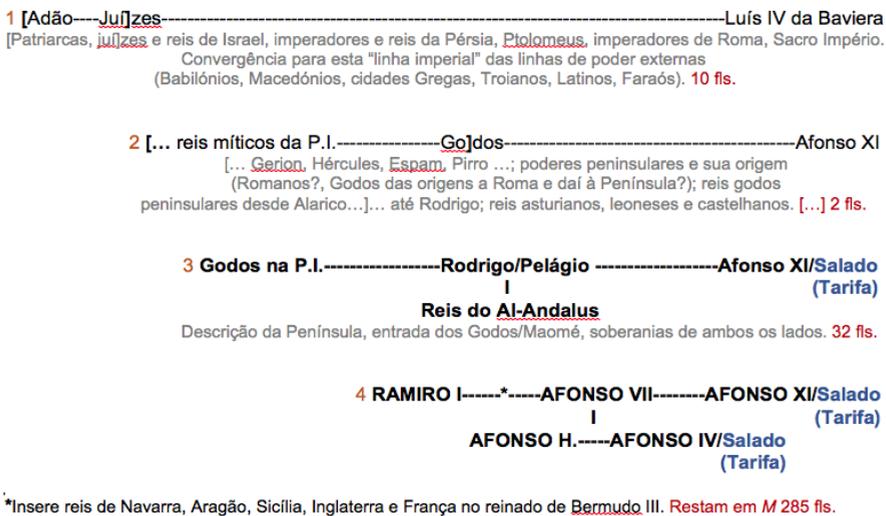
45 Toda a informação pertinente sobre a *Crónica de 1344* e sobre a *Refundição circa 1400* pode encontrar-se no site <http://pedrodebarcelos.wix.com/cronica1344>, organizado pelo projeto “Pedro de Barcelos e a Monarquia Castelhana-Leonesa”, que tem Maria do Rosário Ferreira como investigadora principal, no quadro do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade (SMELPS), grupo de investigação do Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

46 CATALÁN; ANDRÉS, 1972.

47 FERREIRA, 2010a e no prelo 2.

enumerativas e temporais que a compõem e que cronologicamente se justapõem, embora a sua disposição no livro siga uma ordem inevitavelmente sucessiva. É essa sobreposição das várias sequências temporais-enumerativas à linearidade da escrita que comunica ao leitor uma definitiva sensação de desordem, ajudada ainda pelo facto de o texto, para além de ser acéfalo, como dissemos, deixar visível, no fólio 10v, a existência de uma lacuna correspondente à falta, no antígrafo, de uma vasta porção de matéria⁴⁸. A proposta de identificação dessas sequências temporais-enumerativas, nas quais os poderes se agruparam ao longo dos tempos, leva ao seguinte quadro (onde a lacuna inicial e a outra lacuna acima referida são indicadas por parêntesis retos):

Figura n.º 3 – Estrutura cronológica da Crónica de 1344 (sequências de detentores de poder soberano)



À cabeça, e iniciando o livro, encontram-se os poderes mais elevados que depressa são definidos como imperiais e dominantes num determinado momento na globalidade do espaço considerado. Mais do que indicarem a *auctoritas*, constituem a representação da *maiestas* na sociedade humana, ainda que frequentemente a *potestas* se encontre em instituições de dignidade menor. Só assim se entende que o conde tenha estendido a "linha dos impérios" ao seu contemporâneo Luís IV da Baviera, cuja soberania na Península Ibérica não se encontra atestada. De reparar que vai confluir nessa linha enumerativa principal uma rede de linhas de poder secundárias que aí se esgotam, processo que, com graduais variações de extensão, se repetirá, como veremos, nas restantes sequências, dando origem a um padrão multidimensional e auto-replicativo cuja representação evoca as formas fractais⁴⁹.

Seguidamente (nível 2) encontra-se uma linha enumerativa-temporal de todos os detentores do poder na Península Ibérica – a primeira das três especificamente consagrada a este território –, indo das mais antigas figuras míticas a Afonso XI, com uma particular insistência nessa história primitiva, onde o conde se

48 MIRANDA (no prelo).

49 FERREIRA (no prelo 2).

afasta claramente da tradição da *Estória de España* ao conferir a Hércules o papel fundacional da monarquia ibérica. Embora a referida lacuna detetada no fólio 10v, que se prolongaria por um número indeterminado de fólhos, impeça de saber qual o papel atribuído a Tubal, o facto de no relato da violação da “Casa de Hércules” pelo rei Rodrigo, situado na enumeração temporal seguinte (nível 3), apenas serem referidos os reis que sucederam ao herói grego no domínio da Espanha⁵⁰, leva a pensar que Tubal terá sido secundarizado ou até apagado, e com ele a monarquia anterior.

É de notar que no segundo nível, o primeiro referente à Península, a seca enumeração seria já provavelmente entrecortada pela narração desenvolvida. Embora a mencionada lacuna não permita apurar as características e extensão da matéria nela contida, as narrativas da parte troiana da *General Estoria* podem bem ter fornecido matéria capaz de preencher a biografia de Hércules, como foi recentemente defendido⁵¹.

A terceira enumeração temporal, segunda dos poderes ibéricos, restringe ainda mais o arco cronológico e aumenta, como vimos, a dimensão narrativa, que se pode, aliás, apresentar bem extensa e colorida, e cujo eco posterior – mesmo se, em muitos casos, produzido a partir do que da versão primitiva passou para a *Ref. de 1400* –, terá sido grande, sobretudo em terras castelhanas⁵². A geografia ibérica, todo o vasto fresco narrativo referente à perda da terra de Espanha pelo rei Rodrigo e, seguidamente, a história dos emires de Al Andalus, singularizam esta linha enumerativa-narrativa cujo conteúdo se vai tornando cada vez mais denso, terminando uma vez mais em Afonso XI com uma explícita referência à batalha do Salado/Tarifa. De notar que neste nível se refere a renomeação de Algeiras em Tarifa aquando do desembarque na Península do conde Julião, trazendo com ele o exército muçulmano⁵³.

A quarta linha temporal, terceira dos reis peninsulares, retoma a *Estória de España* alfonsina no rei Ramiro I, vencedor de Clavijo, seguindo sobretudo a versão presente no ms E2⁵⁴, prosseguindo com base na *Crónica de Castela* e na *Crónica Particular de S. Fernando*, e utilizando ainda outras importantes e copiosas fontes secundárias, entre as quais a *Versão Crítica da Estória de España*, ainda que a identificação dos textos onde o conde foi buscar informação continue sendo objeto de inquérito. A narrativa irá de novo culminar em Afonso XI e numa menção explícita à batalha do Salado/Tarifa, indicação que se tornará insistente, já que um ramo secundário desta linha, consagrado à monarquia portuguesa, terminará também com a mesma batalha, que se transforma no ponto para o qual convergem, como as espiras de um vórtice, as sucessivas linhas temporais desenhadas pela crónica, acentuando assim o aspeto fractal da estrutura⁵⁵.

Este quarto nível é a parte mais propriamente cronística da obra, até porque tem como base textos que os estudiosos identificam imediatamente como crónicas. Aqui o trabalho do conde e dos seus colaboradores, quando compilaram textos prévios no sentido de acrescentar ou modificar informação, não divergiu do padrão narrativo já previamente encontrado, conquanto nos reinados finais, perante ausência de fontes escritas, o conde faça por vezes sobressair um estilo narrativo em que a mão do linhagista volta a estar muito presente.

50 O texto subsistente não deixa claro se Hércules tinha ou não a titulação régia que lhe virá a ser atribuída na *Ref. de 1400*.

51 MIRANDA (no prelo).

52 A relação entre a *Crónica de Rasis*, a *Crónica de 1344* e a *Crónica Sarrazina* de Pedro del Corral constitui temática que, naturalmente, não cabe no âmbito da presente abordagem.

53 Ms M, fol. 35, CATALÁN; ANDRÉS: 120.

54 CATALÁN, 1962.

55 FERREIRA (no prelo2).

Embora se tenha argumentado que a parte inicial da crónica possui uma estrutura de tipo genealógico, tal não é exato porque esse modelo apenas se verifica quando as estruturas de poder representadas têm uma natureza dinástica. Aquilo que mobiliza a escrita do conde neste caso não é a linhagem, mas sim o poder enquanto instituição que assume uma dimensão imperial ou régia. Avaliando a crónica no seu conjunto, estamos perante uma construção que aponta para uma história universal, ou antes, para um esquema que pretende entender o poder imperial ou régio numa perspetiva global, antes de lançar raízes na terra peninsular, que é o objeto privilegiado da sua abordagem. O apontamento de história universal não é um simples prólogo, mas antes – numa organização semelhante à do *Livro de Linhagens* – o enquadramento concetual que define onde a soberania se foi exercendo ao longo dos tempos. Por outro lado, o conde de Barcelos revelou a preocupação de consagrar poderes exclusivamente uninominais e masculinos, cuja expressão primeira ocorre ao nível imperial, mas que têm muitas vezes uma dimensão meramente referencial, como se de um marco geodésico da soberania se tratasse. É num plano inferior que se situam os detentores do poder efetivo em cada território ao longo dos tempos, reis na maioria dos casos, dos quais emergem aqueles que o exerceram no espaço peninsular.

Como dissemos, a crónica do conde foi reformulada em ambiente português relativamente cedo, pouco mais de meio século após ter sido escrita. Essa reformulação incidiu, ao que sabemos, essencialmente na parte inicial, tendo as duas primeiras sequências temporais-enumerativas sido substituídas pelo texto equivalente da *Estória de España* e o conteúdo da terceira sequência disposto de modo a que a sua apresentação seguisse uma cronologia o mais linear possível, em obediência a uma “ordo naturalis” a que a escrita historiográfica ibérica estava muito afeita. O resultado foi o completo apagamento das bases em que assentavam as conceções e o trabalho de D. Pedro, dando origem a uma versão mais da *Estoria de España*, que veio, contudo, a ter uma larga difusão, sobretudo em ambiente castelhano. Mais do que pela tradição manuscrita, essa fortuna atesta-se pelas inúmeras leituras de que a crónica foi objeto e pelos textos impressos na base dos quais se encontram narrativas dela provenientes⁵⁶.

É de salientar que a singularidade da atitude de D. Pedro Afonso na sua abordagem da história universal se manifesta tanto no *Livro de Linhagens* como na *Crónica de 1344* e que em ambos os casos a posteridade recusou aceitá-la. A receção do *Livro de Linhagens* no séc. XVI, tanto em Portugal como no reino vizinho, caracteriza-se por muitos manuscritos elidirem pura e simplesmente os títulos anteriores à vinda dos godos à Península; a reformulação da *Crónica de 1344* efetuada *circa* 1400 visa exatamente o mesmo ponto da matéria, dando a entender que o público recetor tardo-medieval não era suficientemente sensível às digressões universalistas do conde nem às implicações destas sobre os conceitos de sociedade humana, das relações sociais ou da natureza do poder, para ter interesse em preservar a visão do mundo que lhes estava implícita.

Da memória do fim de um tempo

Pelo exposto, a *Crónica de 1344* está mais perto de um apontamento de história universal que conflui na Hispânia do que propriamente de uma *Estoria de España*; e é esse carácter totalizador que, para além de narrativa dos feitos dos reinos peninsulares, lhe confere o estatuto de reflexão sobre as instituições do

⁵⁶ Para melhor elucidação desta questão, aguardamos a publicação da recente conferência de José Manuel Cacho Blecua no colóquio “Literatura y ficción: ‘estorias’, aventuras y poesía en la Edad Media”, realizado na Universidade de Valência, em novembro de 2014.

poder na sociedade humana até ao presente da escrita. A confluência temporal de várias linhas narrativas da crónica na batalha de Tarifa, ocorrida em 1340, pode ser entendida como uma inevitabilidade, visto tratar-se de um acontecimento marcante na época. Porém, a insistente recorrência, já referida, tanto no *Livro de Linhagens* como até no *Cancioneiro*, faz a vitória de Tarifa (ou Salado) avultar como momento de fechamento de vários ciclos, adquirindo ressonâncias escatológicas que, todavia, se apresentam mais como políticas do que como espirituais⁵⁷.

Vista desta forma, a *Crónica de 1344* corresponde ao elo final da obra do conde, um homem que, de trovador e partícipe na sociedade do amor, se transforma no preservador das memórias dessa sociedade através da compilação dos testemunhos da sua atividade poético-musical; que, mais adiante, no intuito de fixar para a posteridade as linhagens constituintes da cerrada malha da sociedade cuja origem remonta à *Vedra Lei*, concebe um livro genealógico estruturalmente diverso de todos os intentos anteriores neste domínio; e que, finalmente, se acerca, na crónica, dos detentores do poder numa lógica em muito afim à do *Livro de Linhagens*, para fixar a história geral daquelas instituições de poder que existem porque os homens, desde os primeiros tempos, não souberam manter entre si “amor e amizade”.

Fontes e Bibliografia

- BAUTISTA, Francisco, 2010 – “Original, versiones e influencia del *Liber regum*: estudio textual y propuesta de *stemma*». Disponível em: <<http://e-spainia.revues.org/19884>> [consult. 12 de mar. 2015].
- BAUTISTA, Francisco, 2013 – “Genealogías de la materia de Bretaña: del *Liber regum* navarro a Pedro de Barcelos (c. 1200-1350)”. Disponível em: <<http://e-spainia.revues.org/22632>> [consult. 12 de mar. 2015].
- BROCARD, Teresa, 2006 – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV)*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- CATALÁN, Diego, 1962 – *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla e Portugal*. Madrid: Gredos.
- CATALÁN, Diego; ANDRÉS, María Soledad, 1971 – *Edición Crítica del Texto Español de la Crónica de 1344 que Ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*. Madrid: Gredos.
- CINTRA, Luís Filipe de Lindley, 1951 – *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I (Introdução). Lisboa: Academia Portuguesa da História/Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- CINTRA, Luís Filipe de Lindley, 1954-1990 – *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. II-IV (edição crítica). Lisboa: Academia Portuguesa da História/Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- COSTA, Paula Pinto, 2014 – “As estruturas fortificadas de Belver, do Crato, da Amieira e da Sertã: entre o domínio territorial e a afirmação senhorial”, in *Actas do Encontro Internacional: Castelos das Ordens Militares*. Lisboa: Município de Palmela.
- FERNANDES, A. de Almeida, 1990 – *Homenagem de Laim ao Conde D. Pedro. História de Laim*. Lamego: Câmara Municipal.
- FERRARI, Anna, 1979 – “Formazione e struttura del canzoniere portoghese della Biblioteca Nazionale di Lisbona (Cod. 10991: Colocci-Brancuti)”. Paris: Arquivos do Centro Cultural Português, XIV, p. 27-142.
- FERREIRA, Maria do Rosário, 1998 – “Outros Mundos, Outras Fronteiras: Ramiro, Tristão e a divisão da terra de Espanha”, in *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval – As relações de Fronteira no Século de Alcañices. Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, II série, XV, t. 2, p. 1567-1579.

57 FERREIRA (no prelo 1).

- FERREIRA, Maria do Rosário, 2009 – ““Terra de Espanha” : A Medieval Iberian Utopia”. *Portuguese Studies*. N.º 25, p. 182-198.
- FERREIRA, Maria do Rosário, 2010a – “O *Liber regum* e a representação aristocrática da Espanha na obra do Conde D. Pedro de Barcelos”. Disponível em: <<http://e-spainia.revues.org/19675>> [consult. 12 de mar. 2015].
- FERREIRA, Maria do Rosário, 2010b – “D. Pedro de Barcelos e a representação do passado Ibérico”, in *O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIII e XIV. Em memória de Diego Catalán*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 84-90.
- FERREIRA, Maria do Rosário, 2011 – “A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do *Livro de Linhagens*». Disponível em: <<http://e-spainia.revues.org/20273>> [consult. 12 de mar. 2015].
- FERREIRA, Maria do Rosário, 2012a – “As traduções de castelhano para galego-português e as políticas da língua nos séculos XIII-XIV”. Disponível em: <<http://e-spainia.revues.org/21021>> [consult. 12 de mar. 2015].
- FERREIRA, Maria do Rosário, 2012b – “Amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha”. Apontamentos sobre o prólogo do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro”. *Cahiers d'études hispaniques médiévales*. N.º 35, p. 93-122.
- FERREIRA, Maria do Rosário, 2013 – “Entre la terre et la guerre: Salomon, Tristan et les mythes d’alternance dans l’Espagne de la ‘Reconquête’”. Disponível em: <<http://e-spainia.revues.org/22657>> [consult. 12 de mar. 2015].
- FERREIRA, Maria do Rosário, 2014 – “Sangue, Natura e a Ordem do Mundo”, in FERREIRA, Maria do Rosário; MIRANDA, José Carlos Ribeiro (org.) – *Natura e Natureza no Tempo de Afonso X*. Porto: Edições Húmus.
- FERREIRA, Maria do Rosário (no prelo 1) – “Pedro de Barcelos e a salvação da Espanha”, in DIMAS, Samuel (dir.) – *Redenção e Escatologia no Pensamento Português*, tomo II (*Idade Média*), vol. 2.
- FERREIRA, Maria do Rosário (no prelo 2) – “Pedro de Barcelos y la escrita de la História: la estructura de la redacción original de la *Crónica de 1344*”, in “*Carlo Magno*”: *Estudios in Homenaje a Carlos Alvar*, San Millán de la Cogolla, Cilengua.
- FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, 1977 – “Um Inédito de Gaspar Álvares Lousada: O Mosteiro de Fonte Arcada e os Seus Fundadores”, in *A Historiografia Portuguesa Anterior a Herculano*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- GONÇALVES, Elsa, 1976 – “La tavola collociana. Autori portughesi”. Paris: Arquivos do Centro Cultural Português, X, p. 387-449.
- SÁNCHEZ PRIETO-BORJA, Pedro et al. (ed.), 2009 – *General Estoria*. Madrid: Biblioteca Castro.
- KÖHLER, Erich, 1976 – *Sociologia della fin’amor. Saggi trobadorici*. Padova: Liviana Editrice.
- KRUS, Luís, 1994 – “As Origens Lendárias dos Conde de Trastâmara”, in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa*. Redondo: Patrimonia, p. 209-218.
- MATTOSO, José, 1980a – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Estampa.
- MATTOSO, José, 1980b – *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 2 volumes. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro (no prelo) – “A *Crónica de 1344* e a *General Estoria*: Hércules e a fundação da Espanha”, in HARO, Marta (dir.) – *Literatura y Ficción*. Valencia: Universidad de Valencia.
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro, 1988 – “A ‘Lenda de Gaia’ dos Livros de Linhagens: uma Questão de Literatura?”. *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*. Porto, II série, vol. V, t. II, p. 483-515.
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro, 2004 – *Aurs Mesclatz ab Argen*. Porto: Edições Guarecer.
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro, 2005 – “Da fin’amors como representação da sociedade aristocrática occitânica”, in *Amar de Novo. Participações no Ciclo de Conferências da Associação de Professores de Filosofia*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, p. 123-150.
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro, 2010a – “Cantar ou Cantiga? Sobre a designação genérica da poesia galego-Portuguesa”, in BREA, Mercedes; LÓPEZ MARTÍNEZ-MORÁS, Santiago (ed.) – *Aproximacións ao estudo do vocabulario trovadoresco*. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades, p. 161-180.

- MIRANDA, José Carlos Ribeiro, 2010b – “Do Liber Regum em Portugal antes de 1340”. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/19315>> [consult. 12 de mar. 2015].
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro, 2010c – “Do rex Ranemirus ao rei Ramiro: emblemas da heráldica literária no Ocidente ibérico entre os finais do séc. XIII e os inícios do séc. XIV”, in *Actas del XIII Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval. In Memoriam Alan Deyermond*, I. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid y Universidad de Valladolid, p. 161-182.
- MOREIRA, Filipe, 2010 – “Circulação de textos e recriação ideológica: o *Liber Regum* entre a Navarra e o Ocidente da Península”, in *In Marsupiiis Peregrinorum. Circulación de Textos e Imágenes Alrededor del Camino de Santiago en la Edad Media*. Firenze: Edizioni del Galluzzo, Per la Fondazione Ezio Franceschini, p. 421-432.
- O’CALLAGHAN, Joseph F., 1999 – *El Rey Sabio. El reinado de Alfonso X de Castilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- OLIVEIRA, António Resende de, 1994 – *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*. Lisboa: Colibri.
- OLIVEIRA, António Resende, 2001a – “Afinidades Regionais: a casa e o mundo na canção trovadoresca portuguesa”, in *O Trovador galego-português e o seu mundo*. Lisboa: Editorial Comunicação, p. 35-50.
- OLIVEIRA, António Resende, 2001b – “Como identificar um trovador”, in *O Trovador galego-português e o seu mundo*. Lisboa: Editorial Comunicação, p. 15-22.
- OLIVEIRA, António Resende de, 2011 – “O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, conde de Barcelos”, in MARTIN, Georges; MIRANDA, José Carlos Ribeiro (org.) – *Legitimação e Linhagem na Idade Média Peninsular. Homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*. Porto: Estratégias Criativas, p. 369-389.
- RAMOS, Maria Ana, 2004 – “Hestorja dell Rej dom Ramjro de lleom... Nova versão de ‘A Lenda de Gaia’”. *Crítica del testo*, VII, 2, p. 791-843.
- Siete (Las) partidas del rey don Alfonso el Sabio cotejadas con varios codices antiguos por la Real Academia de la Historia*, 1807, tomo 3 (*Partidas IV-VII*). Madrid: Imprenta Real.
- VALVERDE OGALLAR, Pedro Blas, 2001 – *Manuscritos y heráldica en el tránsito a la modernidad: el libro de armería de Diego Hernández de Mendoza*. Madrid: Universidad Complutense.

Álvaro Gonçalves Pereira: um homem entre a oração e a construção patrimonial como estratégia de consolidação familiar

Paula Pinto Costa

1. Álvaro Gonçalves Pereira no contexto de uma família

A família Pereira encontrava-se entre as mais prestigiadas do Portugal medieval e esteve envolvida em episódios da história do reino e em outros acontecimentos ocorridos além da fronteira, nomeadamente no século XIV, de que ainda hoje temos um conhecimento razoável, sobretudo através de documentos escritos que se conservaram desse tempo. Os Pereira eram oriundos de Vermoim (atual concelho de Vila Nova de Famalicão), local onde possuíam a honra de Pereira, a que se acrescentavam algumas terras nas localidades mais próximas, como é o caso dos julgados de Braga, de Refoios de Riba de Ave ou de Faria. No século XIII, seriam já proprietários de bens mais a sul nas zonas dos rios Sousa, Douro e Vouga¹, sinal da dilatação dos seus compromissos.

Não obstante esta ampliação da sua área geográfica de influência, esta linhagem teve um percurso instável. Depois de ter desaparecido da corte régia no século XIII, iria fazer uma trajetória ascensional nas centúrias de Trezentos e de Quatrocentos, que reflete a sua reentrada na corte, as alianças que estabeleceu com outras famílias e o alargamento patrimonial, em função do prestígio que tinha alcançado, bem como das carreiras eclesiásticas que alguns dos seus membros fizeram². Um bom exemplo deste tipo de situação é protagonizado por Álvaro Gonçalves Pereira, o homem que constitui o objeto central desta reflexão.

Álvaro Gonçalves Pereira, documentado entre os anos 30 e 80 do século XIV, era membro de uma família (os Pereira) com forte influência na sua época. Os compromissos que assumiu, tanto com a monarquia, como com assuntos centrados além da fronteira portuguesa, tiveram uma importância decisiva na afirmação do seu poder.

Era conhecido, sobretudo, apenas por Álvaro Gonçalves, como era comum na época em que viveu. A razão por que terão decidido chamar-lhe Álvaro é desconhecida e não tem tradição na sua família. Por sua vez, o nome Gonçalves é o patronímico que indica ser filho de um Gonçalo. E, por fim, Pereira era a família em que se filiava, como já foi afirmado.

1 PIZARRO, 1999, 2: 295.

2 PIZARRO, 1999, 2: 293-296.

Fr. Álvaro era neto paterno de Gonçalo Pires Pereira e da sua primeira mulher, Urraca Vasques Pimentel, e filho (ilegítimo) de Gonçalo Gonçalves Pereira e de Teresa Pires Vilarinho. O seu pai teve uma carreira eclesiástica muito relevante, tendo chegado a arcebispo de Braga (1326-1348), depois de ter sido prior da igreja de S. Nicolau da Feira, cônego de Tui, deão do Porto, bispo de Lisboa e coadjutor do próprio arcebispo de Braga³.

Os Pereira formavam um universo de pessoas muito interessadas na Ordem do Hospital, bem posicionadas na sociedade medieval portuguesa e que integravam o grupo de homens em que os monarcas procuravam apoio, como demonstram alguns exemplos, sobretudo da geração que sucedeu ao nosso protagonista. Já alguns antecessores de D. Álvaro deram mostras deste tipo de situação, como Gonçalo Pires Pereira (que terá morrido antes de 1298), avô de D. Álvaro, e que foi grão-comendador nos reinos peninsulares, desde o ano de 1268⁴. O prestígio e o reconhecimento deste homem também se podem aferir pelo facto de, entre 1280⁵ e 1285⁶, estar documentado como comendador de Limia, Toronho, Távora e Faia, o que significa que tinha capacidade de influência e de gestão de bens de um e de outro lado do rio Minho⁷, circunstância delicada no quadro da definição da própria fronteira portuguesa e do contexto das relações político-diplomáticas frente ao reino castelhano na segunda metade do século XIII.

Este tipo de atuação seria potenciada pelo contexto político do século XIV. José Mattoso aponta o papel de relevo das ordens religiosas militares no quadro das guerras fernandinas, acrescentando que “algumas famílias como que se especializaram em fazer carreira por este meio”, salientando, entre outras, a dos Pereira⁸. Álvaro Gonçalves constituiu um excelente exemplo da síntese que representam as ordens militares e da dualidade da vida dos homens que assumiam esta opção. Por um lado, o compromisso decorrente da profissão de determinados votos religiosos, por outro, a necessidade de agir, impelidos pelo contexto sociopolítico em que estavam envolvidos. É precisamente neste contexto que melhor compreendemos o papel de Álvaro Gonçalves Pereira e o seu percurso de simples freire hospitalário a prior desta Ordem, ou seja, a dignidade que constituía o topo da hierarquia da circunscrição portuguesa desta organização, à sua época sediada em Rodes.

2. Álvaro Gonçalves Pereira no contexto da Ordem do Hospital: um homem de oração e de ação

2.1. De freire a prior

Álvaro Gonçalves Pereira protagonizou uma época muito particular da história da Ordem do Hospital, tanto do ponto de vista dos acontecimentos portugueses, como do ponto de vista da evolução da conturbada história dos locais onde se situava a sede desta ordem religiosa e militar, isto é, a ilha de Rodes em pleno mar Mediterrâneo. Estas conjunturas – interna e externa – mereceram a este homem a maior dedicação e despertaram nele o desenvolvimento de um notável programa de atuação⁹.

Na segunda metade do século XIII, a pressão bélica no Mediterrâneo tornou-se cada vez mais forte, em virtude do avanço sistemático dos Turcos em direção ao ocidente. Em consequência, em 1291, ano da derrota das forças ocidentais na batalha de S. João de Acre (atual Israel), foram perdidos os territórios latinos orientais,

3 COELHO, 1990: 390-462; PIZARRO, 1999, 2: 307-308.

4 PIZARRO, 1999, 2: 302-305.

5 COSTA, 1993: 61.

6 ADB – *Col. Cronológica*, pasta 3, n.º 116.

7 GARCÍA TATO, 2004, I, doc. 93: 191-192.

8 MATTOSO, 1990: 289.

9 COSTA, 2013, II: 313-330.

o que teve um forte impacto na história das ordens militares internacionais. Entre os mais significativos está a mudança da sede dos hospitalários para a ilha de Rodes. Em simultâneo, na Península Ibérica discutia-se um instável equilíbrio entre reinos, no âmbito das negociações dos tratados de Badajoz (1267) e de Alcanices (1297). Na realidade, estes contextos esboçariam dois desafios cruciais para Álvaro Gonçalves Pereira: um externo, centrado sobretudo no Mediterrâneo de leste, e um outro interno, em torno da problemática peninsular, densificado pelo facto de este homem ter sobrevivido a três reinados (D. Afonso IV, D. Pedro e D. Fernando).

No que toca ao enfoque internacional, o esforço de fr. Álvaro face à instituição de que era professo foi notável. Tanto quanto a documentação permite saber, deslocou-se ao convento de Rodes, para se inteirar e participar na vida desta instituição, numa altura de grandes mudanças. Os hospitalários fixaram-se em Rodes a partir da primeira década do século XIV e desenvolveram uma campanha muito intensa de fortificação e construção dos aposentos conventuais, tendo sempre como objetivo a defesa do Mediterrâneo e a contenção do avanço turco-otomano. Sob este enquadramento, fr. Álvaro viajou até Rodes. Para além da relevância da sua presença junto à hierarquia da Ordem, este freire terá levado 25 cavalos, o que à época era um contributo decisivo para um cenário de guerra sempre presente. Este gesto de elevada dedicação seria recompensado com a concessão do título de prior de Portugal, por iniciativa do grão-mestre Helion de Villeneuve (1319-1346) instalado na referida ilha. Com independência do momento em que terá regressado de Rodes, terá sucedido a Estêvão Vasques Pimentel, que terá morrido em 1336¹⁰. A importância atribuída a este facto não se reduzia a uma questão interna da Ordem do Hospital, como indicia o relato que dela faz o cronista régio Fernão Lopes na crónica que escreveu dedicada a D. João I¹¹. A projeção sociopolítica deste personagem teve diversos ecos no espaço português, pois privou com três reis – D. Afonso IV, D. Pedro e D. Fernando – como já anotámos. E, enquanto freire e prior, sobreviveu a seis grão-mestres de Rodes¹².

No que toca a Portugal, e apesar de a família Pereira ter as suas terras de origem no norte, irradiadas a partir de Vermoim e da honra de Pereira, como já referimos, a atividade de Álvaro Gonçalves Pereira nos territórios a sul do rio Tejo foi muito intensa e neles deixou uma marca arquitetónica muito forte, nomeadamente nas estruturas fortificadas da Amieira (vale do rio Tejo), do Crato (nordeste do Alto Alentejo) e da Sertã (Beira Baixa), a que se acrescentam os paços da Flor da Rosa (Alentejo) e de Cernache do Bonjardim (atual concelho da Sertã). Entre a fortificação mais a norte, isto é, a da Sertã, e a que se localiza mais a sul, ou seja, a do Crato, medeiam uns escassos 100km, formando um território atravessado pelo rio Tejo, muito importante na afirmação da Ordem do Hospital em Portugal e dos interesses da família Pereira. De acordo com a memória cronística, a fr. Álvaro se deve

o castello da Ameheira, que he assaz forte e bem fremoso; e os paaços e asseemtamento de Boom Jardim a par da Sertaãe, que he boa obra e graçiosa de veer; e a forte casa de Froll de Rosa, que he açerqua do Crato, logar deffemssavell e bem obrado, no qual edificou huua grande e devota egreja aa homrra de Samta Maria. E [...] hordenou della nova comemda com abastamça de bees¹³.

10 BARROCA, 2000b, II, 2: 1580-1593; COSTA; ROSAS, 2001: 102.

11 LOPES, [ed. 1983], cap. 32: 65-66; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, [ed. 1991], cap. 6: 13.

12 Fr. Helion de Villeneuve (1319-1346), fr. Dieudonné de Gozon (1346-1353), fr. Pierre de Corneillan (1353-1355), fr. Roger de Pins (1355-1365), fr. Raymond Berenger (1365-1374) e fr. Robert de Juliac (1374-1376), de acordo com a lista dos grão-mestres, publicitada pela própria Ordem de Malta. Disponível em: <<http://www.orderofmalta.int/storia/649/i-79-gran-maestri/>> [consult. 22 de out. 2014].

13 LOPES, [ed. 1983], cap. 32: 65-66.

Toda esta intervenção ocorreu sobretudo ao longo das décadas de 40 e 50 do século XIV e espelha a sua capacidade empreendedora e programa estratégico, impulsionado por rivalidades frente a outras famílias, como será explicado neste texto, e influenciado pelo ambiente vivido no Mediterrâneo oriental.

2.2. Um programa de construção patrimonial: as décadas de 40 e 50 do séc. XIV

Partindo da base de implantação formada pelos antigos núcleos de povoamento de Belver (1194¹⁴) e do Crato (1232¹⁵), sendo Belver o ponto axial da implantação dos hospitalários em torno do Tejo, a presença a Norte e a Sul deste rio foi ampliada e foi alvo de um forte incremento por parte de fr. Álvaro Gonçalves Pereira, por meados do século XIV. Deste modo, deu cumprimento a uma estratégia sagaz e dirigida para a Flor da Rosa, para a Amieira e para a Sertã, potenciando o controlo senhorial sobre um território fulcral para a Ordem do Hospital e ao qual ficarão associadas motivações políticas de monta. Assim, a intervenção de Álvaro Gonçalves Pereira foi de tal modo marcante que abriu uma nova etapa na história destes territórios. As construções realizadas na Flor da Rosa, na Amieira e em Cernache do Bonjardim devem ser entendidas no contexto do reforço senhorial sobre uma zona já gerida pelos freires e que, de certo modo, traduzia também uma rivalidade entre famílias que protagonizaram a história dos hospitalários portugueses.

O momento chave de preparação da intervenção de fr. Álvaro, por meados de Trezentos, é marcado por um processo conflituoso que se arrastava já desde o reinado de D. Dinis, estando em discussão o apuramento do exercício do poder jurisdicional na zona em questão. Neste sentido, em 1339, na corte de D. Afonso IV foi emitido um amplo diploma sobre a definição dos limites e jurisdições entre Abrantes e Belver, tendo frente a frente o rei e os hospitalários¹⁶. Ao encontro desta problemática, podemos citar um outro documento, lavrado em 1341, pelo qual se faz o reconhecimento régio da jurisdição cível e crime da Ordem em áreas fronteiriças de Trás-os-Montes e Beiras, em boa medida devido à situação política instável que se vivia frente a Castela. Desta forma, o monarca dava sinais de que a Ordem lhe oferecia uma garantia de proteção contra as ameaças de Castela¹⁷, o que é bastante significativo, dada a dimensão supranacional desta instituição.

Este ambiente afigura-se a Álvaro Gonçalves Pereira muito interessante e impulsiona a sua ação. Por um lado, vê no apuramento de jurisdições uma oportunidade de consolidação da presença da Ordem nos territórios da Beira Baixa e do Alto Alentejo. A cronologia e a geografia em que estes episódios tiveram lugar são sugestivas, pois fazem ponderar a sua correlação com as sequelas da extinção da Ordem do Templo, a qual era proprietária de inúmeros bens precisamente nos locais em discussão, passados cerca de trinta anos sobre a sua extinção. Por outro lado, percebe-se aqui uma rivalidade senhorial, manifestada de forma exuberante no contexto da Ordem do Hospital. Com isto queremos salientar a necessidade de afirmação deste aristocrata frente a outros senhores, seus homólogos, e com particular destaque, à família de Góis/Farinha, na medida em que surtiu um efeito considerável na campanha construtiva patrocinada por fr. Álvaro. Por fim, o papel que ele próprio terá desempenhado na batalha do Salado, em 1340, constituiria a terceira condição para a sua inequívoca afirmação. A batalha do Salado, ao congregar as ordens militares

14 *Documentos de D. Sancho I*, 1979, doc. 73; BARROCA, 2009: 151-152.

15 TT – *Gaveta VI*, mc. único, n.º 22; publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines*, I: 624-625 e publ. *Cartulaire générale*, 2, doc. 2014: 433-434.

16 *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, 2, doc. 125: 219-224.

17 *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, 3, doc. 320: 144-145; FIGUEIREDO, 1800, parte I: 160-162; MARQUES, 1990: 1527-1566.

em torno do serviço e dos objetivos do rei, contribuiu para o esbatimento de divergências frente à coroa, reforçando a ideia de que as ordens militares dependiam desta instância, devendo-lhe obediência e serviço. As implicações que daqui resultaram são mais complexas, na medida em que envolver estas ordens neste tipo de operações era também garantir uma espécie de santificação das batalhas¹⁸, o que para a época era importante, pelo menos no plano simbólico.

A batalha do Salado travada no reino castelhano em outubro de 1340 terá levado fr. Álvaro a ausentar-se de Portugal. No seu regresso, o projeto da Flor da Rosa terá constituído o mote de uma das suas primeiras ações enquanto prior. Fruto destas circunstâncias propícias, em 28 de outubro de 1341¹⁹, este prior recebeu autorização régia para comprar herdades destinadas a manter os capelães de uma capela que fundou na Flor da Rosa, no termo do Crato, em honra de Santa Maria, precisamente um ano após a vitória da batalha do Salado, que estaria na origem da construção deste complexo conventual. Esta opção denota uma marca característica da espiritualidade da sua Ordem e da sua atitude devocional. Neste momento, inaugurou-se um ciclo construtivo do maior interesse, conduzido pelo dinamismo de fr. Álvaro. Numa bula do grão-mestre fr. Deodato dirigida a fr. Álvaro, a propósito de um escambo de bens, há uma referência ao “hospital <Sancte Marie> Floris Rose”²⁰, o que vai de encontro à sua missão hospitalária.

Álvaro Gonçalves Pereira ficou muito ligado à retórica do confronto militar ocorrido no sul de Espanha, junto ao rio Salado, pela narrativa do Conde D. Pedro Afonso, filho bastardo do rei D. Dinis²¹. Neste relato que consta do *Livro de Linhagens* é acentuada a articulação entre a Coroa, os Pereira e a Cruzada, sob o signo da Vera Cruz. Trata-se, pois, de um texto em que se faz uma clara evocação da Terra Santa por via da Vera Cruz e da exaltação do ideal de cruzada em pleno século XIV. Segundo a tradição, esta vitória militar resultou da ostentação em pleno campo das hostilidades de um fragmento do Santo Lenho, também conhecido como da Vera Cruz. Esta relíquia tinha um elevado valor simbólico e, já nessa altura, estava depositada na igreja de Marmelar, em Portel, pertença da Ordem do Hospital, em reconhecimento do papel desempenhado por fr. Afonso Peres Farinha (1203/1208-1282) enquanto seu portador lendário. Deste modo, a comenda de Marmelar foi submetida, por costume, à gestão da família dos senhores de Góis/Farinha²².

Pelo referido *Livro de Linhagens*, porém, os Pereira eram os guardiães da Vera Cruz do Marmelar, protagonizavam a elite guerreira peninsular e dirigiam a mais antiga Ordem religioso-militar que existia no momento, isto é, a do Hospital, dada a extinção da do Templo. Neste sentido, disputam, quanto mais não seja veladamente, com os senhores de Góis a ligação a esta sagrada relíquia, tentando beneficiar do seu universo de evocação e de representação simbólica. A rivalidade entre estas duas famílias radicava no facto de esta disputada relíquia estar depositada na igreja do mosteiro de Marmelar, associada a fr. Afonso Pires Farinha (senhor de Farinha Podre/Góis), pioneiro no vínculo deste espaço sagrado à Ordem do Hospital, e cuja gestão se manteria nesta família dos de Góis. De resto, foi ao mosteiro de Marmelar que foram buscar a cruz antes de partirem para o Salado²³. Atualmente faz parte do espólio da igreja de Marmelar um fragmento do Santo

18 A propósito da participação portuguesa na batalha do Salado e da sua relação com a problemática da cruzada, veja-se SOUSA, 1989: 27-48; SOUSA, 1991a: 505-514; SOUSA, 1991b: 203-211.

19 TT – *Gaveta VI*, mc. 1, n.º 212 e *L. N., Guadiana*, livro 8, fls. 69-69v.

20 AOM – *Liber Bullarium*, n.º 318, fl. 126.

21 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, [ed. 1980], II: 239-257.

22 COSTA, 2013: 207-234.

23 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, [ed. 1980], II: 247.

Lenho, por tradição atribuído ao espólio de viagens de fr. Afonso Peres Farinha, e uma cruz processional. Tanto o relicário como a cruz processional ostentam as armas dos Pereira²⁴ e, provavelmente, foram doados por fr. Álvaro para expressar a apropriação do território frente aos interesses da família Góis/Farinha.

Como referimos, o texto em que se apresenta este discurso consta do *Livro de Linhagens* e exhibe uma mensagem muito harmoniosa e intencional patrocinada pelos Pereira na década de 80 do século XIV²⁵. Um outro texto linhagístico, conhecido como o *Livro do Deão*, foi redigido por 1337-1340 e admissivelmente atribuído a Martim Martins Zote, deão da Sé de Braga, por encomenda de D. Gonçalo Pereira, pai do nosso protagonista²⁶. O texto que integra o manuscrito do Conde D. Pedro pode também ter sido encomendado pelos Pereira. Sabendo que o que hoje podemos ler do *Livro de Linhagens* resulte de uma refundição da narrativa inicial feita por volta dos anos 80 do século XIV²⁷, podemos colocar duas hipóteses no que toca à origem do capítulo dos Pereira e da batalha do Salado. A primeira consubstancia uma espécie de crónica em favor de fr. Álvaro, encomendada por si próprio para eternizar, também por via da escrita, o seu programa de ação. A segunda hipótese, complementar da primeira, vê neste relato uma eventual resposta à morte de fr. Álvaro, ou seja, um discurso laudatório, feito após a sua morte por encomenda de algum dos seus fiéis. Em qualquer dos casos, enraizava-se um comportamento que se converteria numa tradição familiar ao ser escrita posteriormente a crónica do Condestável D. Nuno, filho de fr. Álvaro²⁸. Em síntese, os Pereira, ao longo de três gerações mostram-se atentos à importância do discurso cronístico como veículo dos seus feitos.

O programa concetual de fr. Álvaro em torno da capela construída na Flor da Rosa é muito explícito. A partir de uma pequena capela iniciada sob o seu patrocínio, desenvolveu-se uma construção complexa²⁹, que inclui um paço residencial fortificado. Neste sentido, este edifício expressa tanto uma dimensão simbólica da vocação guerreira dos freires, reinterpretada no século XIV ultrapassado o quadro da reconquista, como uma vertente mais material ligada ao domínio senhorial da Ordem do Hospital no Sul de Portugal e que dá continuidade à fixação territorial iniciada em Belver, em 1194, e no Crato, a partir de 1232, fruto das respetivas doações régias em seu benefício. Neste seguimento, a importância atribuída à Flor da Rosa na segunda metade do século XIV é inequívoca e o próprio Álvaro Gonçalves Pereira, depois de aí ter vivido, escolheu-a como o seu lugar de sepultura. Independentemente do que à data existia no Crato (um castelo, construído, pelo menos, já em 1270³⁰, na sequência da doação do respetivo local em 1232³¹), este cavaleiro sentiu necessidade de criar algo de novo, que configurou numa capela ligada à devoção mariana. Parece, assim, poder depreender-se que o Crato, e de forma singular o seu castelo, evocaria um passado ao qual este Prior não queria vincular-se de forma tão direta e exclusiva, pois representava um castelo do tempo da reconquista mais convencional do território. Pelo contrário, o que estaria em causa para fr. Álvaro era

24 ROSAS, 2013: 309-317.

25 KRUS, 1994: 312 interpretou-o no contexto da "conceção nobiliárquica do espaço ibérico".

26 BARROCA, 2010: 451.

27 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, [ed. 1980], II: 41-42; SARAIVA, 1971: 1-16; FERREIRA, 2011: 99-129.

28 *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, [ed. 1972].

29 RODRIGUES; PEREIRA, 1986.

30 *Livro dos Bens de D. João de Portel*, [ed. 2003], doc. 50: 54. De acordo com o *Portal do Arqueólogo*, o castelo do Crato foi alvo de escavações em 1993, sendo que a igreja e o paço datam do período gótico (disponível em: <<http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=trabalhos.resultados&subsid=124602&ws=55866>> [consult. 22 de out. 2014]). FIGUEIREDO, 1800, parte I: 206, refere que o castelo terá sido construído por Álvaro Gonçalves Pereira a partir de 1356.

31 TT – *Gaveta VI*, mç. único, n.º 22; publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines*, I: 624-625 e publ. *Cartulaire générale*, 2, doc. 2014: 433-434.

uma outra dimensão da reconquista, decorrente dos feitos cruzadísticos (cruzada tardia) alcançados na batalha do Salado e dependente de um enquadramento ibérico e não apenas português. De resto, ele estaria familiarizado com esta abrangência por tradição familiar herdada do seu avô, Gonçalo Pires Pereira, grão-comendador nos reinos peninsulares. No seu horizonte de referências mais amplas também estaria a memória da emblemática viagem que fez a Rodes, sede da Ordem desde o final da primeira década do século XIV. Inclusivamente, pode ter sido aqui que se inspirou para designar a sua capela e paço de morada – a Flor da Rosa –, que pode querer dizer a Flor de Rodes, já que, em grego, *rodon* significa rosa.

A partir da obra realizada na Flor da Rosa, este prior avança para outros projetos de domínio territorial, intervindo mais a Norte, na Amieira e na Sertã.

O castelo da Amieira, localizado junto ao rio Tejo (atual concelho de Nisa), começou a ser construído por volta de 1356, prolongando-se as suas obras, pelo menos, até 1362³², sob o patrocínio do referido freire, que aqui mandou aplicar os conhecimentos militares que tinha assimilado em Rodes. Em boa medida, os castelos que as ordens militares construíram em Portugal são sinal dos intercâmbios com o Oriente, como demonstram algumas técnicas construtivas inovadoras, que decalcam a sua anterior aplicação no Oriente Latino³³. O afastamento de cenários de guerra na linha do Tejo por meados do séc. XIV torna esta construção enigmática, pois não representa uma necessidade emergente típica de um contexto de guerra. Apesar de ter um papel bélico muito limitado, junto ao castelo da Amieira haveria uma coudelaria³⁴. O que pode ajudar a explicar o protagonismo desta localidade, já na posse dos hospitalários, provavelmente desde a doação de Belver em 1194, e mesmo a origem mais tardia do seu castelo, é a afirmação da linhagem dos Pereira no contexto da Ordem do Hospital e dos interesses que demonstra no Alto Alentejo por meados de Trezentos³⁵.

Relativamente próximo deste castelo, a Ordem dispunha de um outro, isto é, o de Belver, profundamente associado à reconquista territorial de finais do século XII. O prior Álvaro Gonçalves ao decidir construir um novo castelo gótico³⁶ pode mostrar que teria necessidade de um local de residência naquela zona do Tejo, mais adequada às exigências do tempo em que viveu, numa representação simbólica do seu posicionamento no domínio castrense da época.

Cerca de uma década e meia antes do início das obras na Amieira, D. Afonso IV, em 1341, confirmou aos freires de S. João a jurisdição exercida em certas terras beirãs e na Amieira, segundo o documento, situada no termo do castelo de Belver e não muito distante da foz do rio Ocreza, que, em 1199, foi assumido como delimitação entre as herdades da *Guidimtesta* (castelo de Belver), pertença dos hospitalários, e da Açaфа, propriedade dos Templários, autorizando nomeadamente a atuação de juiz cível e crime³⁷. Como já referimos, os conflitos de jurisdição teriam um passado longo e complexo, plasmado num outro documento sobre direitos e domínio senhorial nesta zona do Tejo, datado de 1339 e a que já nos reportamos. Partindo destes factos, a preparação da campanha de obras que teve início na Flor da Rosa é bastante cuidadosa e responde a um reforço da posição jurisdicional da Ordem, no Alto Alentejo e na Beira Baixa, e dos Pereira, em particular. Uma

32 BARROCA, 2000a: 202-209; BARROCA, 2002: 539.

33 BARROCA, 2002: 537-538.

34 CONDE, 2000, I: 94; MARTINS, 2013, II: 418.

35 MATTOSO, 1990: 289.

36 BARROCA, 2000a: 202-209; BARROCA, 2002: 539; SOUSA; RASQUILHO, 1982.

37 *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, 3, doc. 320: 144-145; MARQUES, 1990: 1527-1566.

boa parte desses conflitos resultaria da antiga rivalidade entre os freires do Hospital e os do Templo pela posse de territórios vizinhos na zona centro de Portugal, onde os baluartes dos hospitalários eram uma espécie de barreira que interrompia o extenso domínio templário ao longo de todo o vale do rio Tejo.

A obra de fr. Álvaro também foi notável na Sertã, povoado que se situa na região centro. As estruturas existentes na Sertã parecem ter respondido num primeiro momento a motivações decorrentes da ocupação de um território, da sua correspondente exploração económica e da atividade evangélica e pastoral desenvolvida por estes religiosos. O castelo da Sertã teve ocupação desde os séculos X-XI³⁸, sendo provável que uma eventual intervenção hospitalária incorporasse estas estruturas já anteriores. Grande parte das obras empreendidas nesta localidade deve-se à ação de fr. Álvaro Gonçalves Pereira, que patrocinou igualmente a construção de um paço em Cernache do Bonjardim (1356), onde terá nascido o seu filho Nuno Álvares Pereira, que viria a ser escolhido para o exercício da dignidade de Condestável por parte de D. João I. A elevada estima que o Prior Álvaro Gonçalves Pereira nutria por esta zona terá sido transmitida ao seu sucessor na gestão da Ordem do Hospital, isto é, D. Álvaro Gonçalves Camelo. Este freire era seu parente, dado que D. Gonçalo Pereira, por via de dois casamentos (com Urraca Vasques Pimentel e com Marinha Vasques, respetivamente), era avô de Álvaro Gonçalves Pereira e bisavô de Álvaro Gonçalves Camelo³⁹. Desta forma, compreende-se a opção de este último freire se ter feito sepultar num dos territórios ligados aos Pereira, isto é, a igreja matriz da Sertã, em 1423⁴⁰.

Com soluções construtivas e de implantação territorial diferentes, fruto da especificidade da envolvente de cada um e da cronologia em que surgiram, estes paços acastelados (Flor da Rosa e Cernache do Bonjardim) e castelos propriamente ditos (Amieira e Sertã) são, cada um por si só, excelentes exemplares da capacidade que a Ordem do Hospital tinha de domínio e de organização do território, onde se estruturavam diversas comendas. Como é sabido, um castelo não cumpria apenas funções guerreiras⁴¹, embora, no caso das ordens militares, representasse uma dimensão essencial da sua identidade – a da prática das armas, enquanto elemento definidor do seu carisma – com independência de ter sido palco de confrontos, como aconteceu com os exemplos que estamos a analisar.

Os territórios hospitalários situados entre a Beira Baixa e o Alto Alentejo foram definitivamente assumidos como determinantes a partir de fr. Álvaro Gonçalves Pereira. Esta circunstância merece relevo, pois demonstra o estabelecimento de uma nova hierarquia ao nível dos domínios dos hospitalários portugueses. Em meados do século XIV, no contexto da notoriedade crescente desta zona mais meridional, ocorreu a transferência da sede dos hospitalários portugueses para o núcleo do Crato/Flor da Rosa, em detrimento de Leça do Balio (atual concelho de Matosinhos), que entre 1306 e 1336 foi alvo de uma profunda remodelação construtiva⁴², ou mesmo do castelo de Belver, a título transitório, por meados de Trezentos⁴³. Leça tinha sido, por tradição, a casa conventual dos hospitalários portugueses, embora por meados do século XIV seja forçada, se não a abandonar este estatuto, pelo menos a partilhá-lo com a casa conventual de Flor da Rosa. Neste sentido, a intervenção arquitetónica empreendida por fr. Álvaro no território do Alto Alentejo reforçou a presença hospitalária nessa

38 BATATA, 2006.

39 PIZARRO, 1999, 2: 302-309.

40 BARROCA, 2000b: 2145-2153.

41 FERNANDES; BARROCA, 2009: 104.

42 COSTA; ROSAS, 2001: 67-68.

43 COSTA, 2009: 591-614.

zona. A nova espacialidade do reino centrava-se, nesse momento, muito mais a Sul, pelo que Leça seria conservada como lugar emblemático e sede de uma importante comenda, mas afastada do pulsar político do reino de meados do século XIV e muito à margem dos territórios de perfil cruzadístico desta fase mais tardia.

2.3. Uma estratégia de consolidação familiar

A estratégia de domínio territorial e afirmação senhorial encetada por parte de Álvaro Gonçalves Pereira teve outras manifestações bastante sintomáticas. Com efeito, fr. Álvaro encomendou uma lâmina de bronze que foi colocada no mosteiro de Leça em homenagem ao Prior Estêvão Vasques Pimentel, seu antecessor e parente (morreu em 1336)⁴⁴. Através do patrocínio dado a esta obra de arte, incorpora também o mosteiro de Leça no ciclo retórico dos Pereira, estabelecendo um vínculo com a casa fundacional da Ordem em Portugal e reforçando a sua ascendência sobre a instituição de que era prior. Apesar de o complexo conventual de Leça ter sido requalificado e ampliado, a sede da Ordem passa a fixar-se no convento na Flor da Rosa, ao mesmo tempo que fr. Álvaro fez questão de homenagear o seu antepassado responsável pela obra nortenha. Deste modo, não só exalta o nome da sua família, como recompensa Leça pela sua secundarização, fruto do afastamento das reuniões capitulares.

O plano estratégico subjacente à intervenção de fr. Álvaro Gonçalves Pereira coaduna-se com a instituição do morgado de Rodrigo, Pedro e Diogo Álvares Pereira, seus filhos, que teve lugar no Bonjardim, a 6 de setembro de 1356, na presença de diversas testemunhas, entre as quais se destaca fr. João Fernandes, comendador da Flor da Rosa⁴⁵, um dos locais que faziam parte da “rede” que fr. Álvaro estava a implementar. O prestígio deste núcleo patrimonial também se manifesta pela associação à dignidade prioral das comendas do Crato, da Flor da Rosa, de Belver, da Sertã e de S. Brás de Lisboa⁴⁶ e pelas famílias comprometidas com a gestão destes núcleos, sobressaindo os Pereira, os de Góis e os de Avelar.

Os dados apresentados até agora clarificam o significado atribuído aos castelos e paços fortificados feitos sob iniciativa de fr. Álvaro. O vale do Tejo, a Beira Baixa e o Alto Alentejo, onde estavam implantadas estas estruturas, de uma zona central na história de Portugal nos séculos XII-XIII, por força se ter sido fronteira, vão transformar-se num espaço de retaguarda, cada vez mais apagado e seriamente penalizado pelas acrescidas dificuldades económicas que o setor primário atravessou nos séculos XIV e XV e pelos episódios de guerra que acentuaram os problemas. Os prejuízos causados pela agitação político-militar, agravados pelo despovoamento⁴⁷ e pela baixa produtividade agrícola destes domínios, traduziam as debilidades dos tempos tardo-medievais⁴⁸ e clarificam a necessidade de intervenção sistemática por parte de uma pessoa da família Pereira.

A observação destas construções faz exaltar a singularidade funcional de cada uma delas: os castelos da Amieira e da Sertã e os paços de Cernache do Bonjardim e da Flor da Rosa resultavam da afirmação senhorial e jurisdicional em domínios geográficos muito caros à família dos Pereira, tendo em conta a valorização do

44 BARROCA, 2000b, II, 2: 1580-1593; COSTA; ROSAS, 2001: 102.

45 *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, 1984, doc. 543: 222-224.

46 FIGUEIREDO, 1800, parte III: 52.

47 COSTA, 2004: 143-154. De acordo com o Numeramento de 1527-32, Belver tinha 149 fogos (92 fogos a norte do Tejo, 57 a sul do mesmo rio), Amieira 232, Crato 730 e Sertã 1200 (DIAS, 1996, 1: 517, 534 e 544).

48 TT – L. N., *Guadiana*, livro 4, fls. 224-224v e livro 6, fls. 161-161v.

Alentejo no quadro da batalha do Salado⁴⁹. Esta circunstância poderia potenciar o contacto com o outro lado da fronteira e, como tal, ameaçar a definição de autoridades superiores sobre esses mesmos núcleos.

Por fim, com independência de serem pontos de apoio direto ou indireto à guerra, nesta última hipótese pelo suporte às operações logísticas da retaguarda dos confrontos, estes castelos eram modeladores de identidade da Ordem, numa altura em que a prática das armas tendencialmente se afasta do quotidiano dos freires, esmorecendo a sua representação mental da missão guerreira de que também estavam imbuídos; como é sabido, a mística cavaleiresca tardo-medieval privilegia estes cenários, o que é bastante revelador no meio das ordens militares. A compreensão do significado destes castelos e da sua evolução histórica passa também pela reflexão sobre o poder simbólico que emanam por estarem associados a um conjunto de referências do Oriente Latino. Desde logo, a toponímia com inspiração oriental é um elemento bastante interessante (Belver homenageia o baluarte homónimo que a Ordem possuía no que é hoje Israel; o Crato pode remeter para o Crac dos Cavaleiros na Síria⁵⁰; a Flor da Rosa poderá comportar uma referência etimológica a Rodes).

A fundação da Flor da Rosa, da Amieira e dos paços de Cernache do Bonjardim situam-se no que podemos considerar uma nova fase de recriação da própria identidade da Ordem em Portugal, na sequência da vivência de uma experiência cruzadística em solo ibérico, através da batalha do Salado. Assim, no século XIV torna-se prioritário o domínio senhorial e político, assumido, em particular, pelos Pereira. A afirmação de Álvaro Gonçalves Pereira por via do património da Ordem é curiosa: intervém nas faixas mais periféricas do território, fazendo dois paços – a Norte, o de Cernache do Bonjardim e, a Sul, o da Flor da Rosa – que associa a si e à sua família, pois faz-se sepultar na Flor da Rosa e o seu filho Nuno Álvares Pereira terá nascido em Cernache do Bonjardim. A estas obras acrescenta um castelo na Amieira, no meio deste território, onde já existia o emblemático castelo de Belver, mas que representava a clássica reconquista dos séculos XII-XIII, cenário secundário no horizonte de prioridades de fr. Álvaro. As construções do *ciclo Pereira* são sintomáticas, tanto da sua experiência e ambições senhoriais, como da sua participação na batalha do Salado e deslocação a Rodes, alimentando ambas uma interpretação renovada da cruzada e das referências simbólicas desse universo. A sua abertura a questões que ultrapassavam a esfera local em que estava inserido por força do seu quotidiano ajuda a compreender que se lesse a *estória de Galaaz* na casa de um prior do Hospital⁵¹.

O envolvimento nas questões de defesa e a atuação em benefício da coroa apreendem-se, ainda, a partir de vários outros factos, como do exercício de cargos de elevado sentido militar em zonas que tocavam o reino vizinho. Referimo-nos ao desempenho dos cargos de marechal da hoste por parte de Álvaro Pereira e, por sua morte, por parte de Álvaro Gonçalves Camelo⁵², também ele prior do Crato.

O intenso programa construtivo levado a cabo por fr. Álvaro Gonçalves se, por um lado, teve o maior interesse para a família Pereira, por outro, gerou efeitos negativos nas finanças da Ordem do Hospital. Este ciclo construtivo das décadas de 40 e de 50 do século XIV terá absorvido boa parte dos rendimentos da instituição, num contexto em que os seus cofres já se encontrariam bastante depauperados. As questões financeiras eram complexas e refletiam outros enquadramentos. Por exemplo, o rei D. Afonso IV foi inibido,

49 KRUS, 1994: 253, 312 e 333.

50 COSTA; BARROCA, 2009: 679-714.

51 CASTRO, 1983: 81-98; *Estória de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, [ed. 1991], cap. IV: 8.

52 Documentado, por exemplo, em *Vereações. Anos de 1390-1395*, [ed. 1937]: 105-110.

por parte do Papa Clemente VI, em 1345, de impedir que o priorado de Portugal enviasse as respostas para o comum tesouro de Rodes. Na mesma altura, uma situação semelhante teve lugar em Aragão, onde a proibição do envio das respostas mostra a intromissão régia no priorado catalanoaragonês, sinal da contradição entre os compromissos fiscais supranacionais e a dependência face à monarquia⁵³. A atitude do monarca, para além de uma justificação financeira decorrente da necessidade de cativação de verbas, teria também uma motivação do foro jurisdicional, consubstanciada na afirmação de autoridade perante os freires, que se viam impossibilitados de visitar a casa conventual de Rodes, mesmo que por convocatória do grão-mestre⁵⁴. A questão do envio das respostas foi sempre delicada e, por vezes, estava sujeita a grandes atrasos no pagamento.

Em sintonia com o impacto dos elevados gastos provocados pelo referido plano de obras, destacamos uma bula mestral, promulgada pelo grão-mestre Raimundo Berengário (1365-1374) em novembro de 1365. Esta bula foi especificamente endereçada a fr. Álvaro Gonçalves, prior de Portugal, na sequência de um acordo feito com o grão-mestre anterior, fr. Rogério de Pins (1355-1365), por causa do atraso de 12 anos no envio das respostas. Este pagamento deveria ocorrer no dia da festividade de S. João Batista, isto é, no dia 24 de junho, e ascendia ao montante de 11 mil florins de ouro. Dado o valor em causa, na referida bula foi estabelecido um plano de pagamento em prestações, sendo que no ano de 1365 deveriam ser pagos 4000 florins e no de 1366 pagariam 2000 florins. Nos restantes anos, pagariam 500 florins até ao montante dos 11 mil em causa. O texto mestral esclarece que o valor anual da responsão ordinária do priorado português era de 2050 florins de ouro de Florença⁵⁵.

As notícias históricas documentalmente comprovadas a propósito da intervenção de fr. Álvaro ao nível territorial terminam no ano de 1358⁵⁶, com alusão à cava e barbacã no Crato e na Amieira, embora as obras no castelo da Amieira se prolonguem, pelo menos até 1362⁵⁷. Esta cronologia explica o contexto que terá dado origem à bula que acabamos de citar, datada de 1365. De facto, a escassez de recursos materiais dificultaria o pagamento das respostas nas décadas centrais do século XIV. No entanto, como vimos, já em 1345 havia referência a uma cativação de verbas das respostas em Portugal por ordem do rei D. Afonso IV. Com efeito, estes dois documentos oferecem indícios de que o pagamento desta obrigação seria frequentemente ignorado.

Em síntese, a partir dos acontecimentos associados ao ciclo construtivo patrocinado por Álvaro Gonçalves Pereira, abre-se uma nova etapa da história da Ordem do Hospital, em que os protagonistas são a monarquia e a família Pereira muito comprometida com o priorado português da Ordem do Hospital. Consolida-se a posição desta família que descreveu um percurso de ascensão, em que não faltam figuras com carreiras de elevado prestígio na Ordem, como os cargos de prior (onde se inclui o próprio fr. Álvaro e o seu filho fr. Pedro) e de grão-comendador nos Cinco Reinos de Espanha (como Gonçalo Pires Pereira, avô de fr. Álvaro), e no contexto do reino, como, por exemplo, o de Arcebispo de Braga, titulado por D. Gonçalo (pai de fr. Álvaro), e o de Condestável, atribuído a Nuno Álvares Pereira (filho de fr. Álvaro).

53 BONET DONATO, 1994: 75 e 79-80.

54 *Monumenta Henricina*, 1, doc. 99: 235-236. A questão das respostas continuou a suscitar polémica, levando o Papa Inocêncio VIII, no final do séc. XV, a relembrar a obrigatoriedade do cumprimento deste pagamento ao comum tesouro (BA – *Regra*, fl. 246).

55 AOM – *Liber Bullarium*, n.º 319, fls. 156-156v.

56 TT – *L. N.*, *Guadiana*, livro 1, fls. 124-124v; *Livro dos forais*, 3, doc. 292: 29-31; FIGUEIREDO, 1800, parte III: 10. Em diploma de 1 de agosto de 1362, D. Pedro I faz referência a estas intervenções (*Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, doc. 759: 343).

57 BARROCA, 2000a: 202-209; BARROCA, 2002: 539.

3. Descendentes, sepultura e memória: formas de vida continuada

Reza a tradição que Álvaro Gonçalves Pereira foi pai de numerosos filhos, chegando a ser apontados mais de trinta, de várias mulheres, embora nas *Legitimações* que constam da chancelaria régia este número seja bem menor. Com efeito, foi pai de diversos filhos, fruto do seu relacionamento com Iria Vicente, com Marinha Domingues e com Iria Gonçalves. Por exemplo, seria da sua ligação com Marinha Domingues que nasceu Pedro Álvares Pereira, o qual, à semelhança do seu pai, também foi prior da Ordem do Hospital em Portugal. Por sua vez, o mais notável dos seus filhos, o Condestável Nuno Álvares Pereira, era resultado do relacionamento com Iria Gonçalves, e seria o continuador da linhagem dos Pereira, honrando também uma posição de prestígio no domínio político e militar, embora tenha decido viver os últimos anos da sua vida no recolhimento da oração proporcionado pelo ambiente contemplativo do mosteiro de Carmo.

A morte de Álvaro Gonçalves Pereira ocorreu em data incerta, por volta de 1380, e não significa o esgotamento do protagonismo desta família no seio da Ordem do Hospital e no da história do reino.

Na sequência da morte do Prior Álvaro Gonçalves Pereira, abriu-se uma discussão sobre a sucessão do Priorado do Crato. Assim, Álvaro Gonçalves Camelo, ao momento comendador de Poiães⁵⁸, foi escolhido como prior, por parte do grão-mestre da Ordem, num processo comum no quadro do normal funcionamento orgânico da instituição. No entanto, esta provisão seria contestada pelo rei D. Fernando, que indigitara para a dignidade Pedro Álvares Pereira, filho do prior Álvaro Gonçalves Pereira. Curiosamente, e sem precedentes que viabilizassem este tipo de atuação, o rei conseguiu impor o seu candidato para a chefia da circunscrição portuguesa de uma organização religiosa de dimensão supranacional. Fr. Pedro era um homem em quem o rei confiava, razão suficiente para lhe ter entregado o governo da cidade de Lisboa, em 1382, em substituição de Gonçalo Mendes de Vasconcelos, considerado dissidente no quadro das divergências políticas luso-castelhanas⁵⁹.

No entanto, no contexto da batalha de Aljubarrota, fr. Pedro Álvares Pereira inverteu a sua posição política e passou-se para o campo pró-castelhano, sendo escolhido para a dignidade de mestre da Ordem de Calatrava, em Castela, ou seja, a Ordem em que se filiava a de Avis a que pertencera D. João I, antes de se tornar rei de Portugal. Esta conjuntura é bem conhecida pela historiografia portuguesa, assim como o papel da família Pereira. As dissensões entre os filhos de fr. Álvaro são espelhadas no discurso de Fernão Lopes na crónica que dedicou a D. João I⁶⁰, incluindo o afastamento do exercício de responsabilidades políticas em Portugal por parte de fr. Pedro⁶¹. Como consequência destes episódios, D. João I optou por apoiar Álvaro Gonçalves Camelo para titular do priorado, ainda que fr. Pedro Álvares Pereira continuasse por mais algum tempo como titular da renda respetiva⁶².

Com esta sequência de pessoas no lugar cimeiro do priorado, podemos afirmar que se estruturou uma espécie de *dinastia de priores* na gestão da Ordem do Hospital em Portugal, que contou com figuras como Álvaro Gonçalves Pereira⁶³, mote principal deste texto, o seu filho Pedro Álvares Pereira e Álvaro Gonçalves

58 LOPES, [ed. 1983], cap. 35: 71.

59 SANTOS, [ed. 1988], parte VIII, cap. 47: 365-366.

60 Exemplos bem significativos podem encontrar-se em LOPES, [ed. 1983], cap. 94-95: 178-183 e cap. 141-146: 287-299. Veja-se, igualmente, LEÃO, [ed. 1975], cap. 24: 489-490.

61 LOPES, [ed. 1983], cap. 156: 332-333.

62 LOPES, [ed. 1983], cap. 156: 333 e LEÃO, [ed. 1975], cap. XL: 529.

63 Já na sequência da atuação de D. Gonçalo Pires Pereira, grão-comendador nos reinos peninsulares e que terá morrido antes de 1298 (PIZARRO, 1999, 2: 302-305).

Camelo, seu parente. Este último homem era fruto do segundo casamento de Gonçalo Nunes Camelo com Aldonça Rodrigues Pereira, sobrinha do arcebispo bracarense, tendo sido criado ou educado por D. Álvaro Gonçalves Pereira, então prior do Crato⁶⁴. Teria existido, assim, uma espécie de *dinastia de priores* na condução da circunscrição portuguesa da Ordem, assegurada pela intervenção do monarca na escolha das pessoas que o lideravam, em paralelo com a nova dinastia de Avis que assumia a governação de Portugal, porque a Ordem era um dos baluartes no equilíbrio ibérico e na projeção do reino.

Estas figuras de proa na Ordem do Hospital foram com certeza promotoras de diversas formas de perpetuação da linhagem que ultrapassavam o programa construtivo da responsabilidade de Álvaro Gonçalves Pereira, apresentado neste texto. Entre elas, constitui um bom exemplo a própria narrativa do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que exalta a figura de fr. Álvaro Gonçalves Pereira, convertendo-o no herói da batalha do Salado. Na sua leitura conjunta, os dados apresentados são bastante evidentes. Em 1380, morre Álvaro Gonçalves Pereira e, em 1383-85, tem lugar a conjuntura política favorável ao culminar da projeção de alguns dos seus filhos: Nuno Álvares Pereira, condestável do reino e elemento ligado à origem da casa de Bragança (era pai da mulher do 1.º duque de Bragança); Pedro Álvares Pereira, prior da Ordem do Hospital, que no contexto da crise política assumiu o partido castelhano e foi assassinado no campo de S. Jorge na batalha de Aljubarrota; D. Diogo Álvares Pereira desempenhou também papel relevante neste cenário. Estes dados colocam em evidência uma fratura familiar entre os Pereira, gerada no contexto atribulado de reorganização do poder em torno da questão sucessória de 1383-85. Os exemplos citados dão sinais de que os filhos de fr. Álvaro deram continuidade à ação do pai e projetaram o nome da família a que pertenciam.

Toda esta conjuntura foi favorável à emulação dos Pereiras. Assim se compreende a intervenção no, à época, já velho texto do Conde D. Pedro, escrevendo passagens que exaltam os Pereira, em função de um tempo presente que a isso aconselhava, por volta dos anos 80 do século XIV. Sendo fiel às minhas próprias palavras, estamos perante a manifestação de uma garantia de fixação de uma memória ou de uma outra forma de vida continuada. A própria escolha de fr. Álvaro Gonçalves Pereira da Flor da Rosa como local de sepultura é sintomática do significado que ele atribui a essa casa, que fundara a partir de uma simples capela dedicada a Santa Maria. A par dos filhos que teve, esta seria, também, outra forma de vida continuada...

Documento

O grão-mestre Raimundo Berengário comunica a fr. Álvaro Gonçalves Pereira, prior de Portugal, um plano de pagamento da contribuição anual, designada por responsões, que o priorado de Portugal tinha em dívida.

AOM – *Liber Bullarium*, n.º 319, fls. 156-156v.

Frater Raymundus Berengarii et cetera et nos conventus et cetera religioso in Christo nobis carissimo fratri Alvaro Gondissalvi domus eiusdem priori Portugalie salutem et cetera. Inter alia vestri nuncii ad bone memorie domni fratrem Rogerium de Pinibus dicte sacre domus magistrum predessessorem nostri prelibati magistri nuper missi super compositionem arreragiorum per vos debitorum de respotionibus preteritorum temporem premissi prioratus varios et diversos tractatus dictos predecessori et nobis proposverunt et moverunt set quia tunc super illis cum eis nom potuit ad concordiam de veniri religios in Christo nobis carissimis fratribus Guidoni

de Turri domus eiusdem marescallo et Arnaudo Bernardi Ebrardi procuratori nostro in Trasmarinis partibus generali per domni predecessorem de nostro consilio fuit scriptum ut super dictis arreragiis vobiscum aut cum vostro procuratore et nuncio nostro nomine atque vice componerent et tractarent per quorum literas huius ipsos cum vostro procuratore et nuncio nostro reservato beneplacito super eisdem respotionem arreragiis ad subsequentem concordiam devenisse videt que si vobis prioratus prescriptus confirmaretur ad annos duodecim pro omnibus dictis arreragiis per vos debitus usque ad festum nativitatem Sancti Johannis Baptiste anni Domni millesimi trecentissimi sexagesimi quarti inclusive solveritis procuratori nostro in civitate Ulixbonen in modum qui sequitur undecimi milia florenorum scilet in festo nativitate Sancti Johannis Baptiste anni Domni millesimi trecentissimi sexagesimi quinti florenorum quatuor milia. Item in festo dicti Sancti Johannis anni Domni millesimi trecentissimi sexagesimi sexti florenorum duo milia. Et ex tunc annis singulis in subsequentibus festivitatibus iam dicti Sancti Johannis florim florenorum quingentos donet tota quantitas undecim milium florenorum per vos foret integre ex soluta solvendo nichilominus infallibiliter anno quolibet a dicto festo Sancti Johannis anni Domni millesimi trecentissimi sexagesimi quarta predicti in antea ordinariam annuarum respotionem prioratus prefati que est duorum milium et quinquaginta florenorum nosque quod in hac parte actum est per predictos marescallum et procuratorem cum nuncio et procuratore vestro in predictis firmum placidunque habentes et ratum si realiter omnia adimpleveritis supradicta et dicta undecimi milia florerorum in modum prescriptum et terminis superius declaratis solveritis et si in solonem (*sic*) annue respotionis nominati prioratus non defeceritis cum alioquim compositionem predictam et confirmationem et novam concessionem iam dicti prioratus subscriptam per nos presencialiter vobis fectam ex nunc de certa sciencia decernimus irritas et inanes et habemus pro nobis factis nulliusque existere penitus efficacie vel valoris prioratum predictum Portugalie cum omnibus et singulis suis membris pertinentiis et iuribus ad prioratum ipsum spectantibus et pertinentibus ac spectate et pertinere debentibus quoquomodo et cum omni onere emolumentis et honorum habendum, tenendum, regendum, gubernandum, administrandum⁶⁵ et meliorandum in spiritualibus et temporalibus vobis in vicem de liberato consilio auctoritate presencium sub respotione annua duorum milium et quinquaginta florenorum auri de Florencia et boni ponderis per vos prout pro cameris vestris pro rata vos continget et per preceptoris preceptoriam iam dicti prioratus prout pro preceptoris seu baiuliis et domibus eis commissis pro rata ipsis pertinebit in festo nativitate Sancti Johannis Baptiste annis singulis ex pacto expresso infalibiliter ex solvenda nobis aut cui ordinaveris et preceperis ex solvenda quibuscunque aliis⁶⁶ oneribus dicto prioratui qualiter cunque et quomodocunque et ex quibuscunque cameris et ocasionibus in cumbentibus et in cumbendis ac inopite et inponendis per vos et dictos preceptores ex pacto ecclesia ultra respotionem annuam supradictam supportandis de nostra certa sciencia et speciali gratia vobis beneficiendo in eodem auctoritate presentium confirmamus ac de novo conferius concedimus et donamus ad annos duodecim incipiendas in festo nativitatis Sancti Johannis Baptiste anni Domini millesimi trecentissimi sexagesimi quinti proximo preteriti et ex tunc numerandos continuom integre et complete retento tamen nobis et specialiter reservato quo de una vel pluribus [fl. 156v] prout per mortem⁶⁷ preceptoris evenire contingerit vacantibus vel vacaturis baiulia

65 Seguem-se as letras "ve" escritas, provavelmente, por lapso.

66 Seguem umas letras riscadas.

67 Segue-se uma palavra riscada.

vel baiuiliis in dicto prioratu possimus anno quolibet providere secundum continetiam statuti donantes et concedentes vobis auctoritatem et potestatem vobis potestatem plenariam regendi, gubernandi, et administrandi prioratum prefatum tam in capite quam in membris in spiritualibus et temporalibus et quecunque alia agendi celebrandi et exercendi que ad prioris (*sic*) spectant officium et que pro utili regimine prioratus ipsius nuncupata fuerint et est oportuna. Et insuper dandi et conferendi cum consilio et assensu fratrum et procerum dicti prioratus, baiuilias, castellanias atque domos vacaturas in iam dictus prioratu fratribus ydoneis et benemeritis domus nostre per dictum temporibus duodecim annorum prout melius et utilius vobis videbitur expendere nostra camere predicta retentionem in omnibus semper salva. Comitentes vobis et cetera quo circa et cetera inhihentes et cetera in cuius rei testimonium et cetera. Data Rodi die⁶⁸ <sextadecima> mensis November anno Domni sexagesimo quinto.

Fontes

Arquivo de Malta (AOM) – *Liber Bullarium*, n.º 318, fl. 126; n.º 319, fls. 156-156v.

Arquivo Distrital de Braga (ADB) – *Colecção Cronológica*, pasta 3, n.º 116.

Biblioteca da Ajuda (BA) – *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, n.º 49-II-32.

Cartulaire Générale de l'Ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem (1100-1310), 1894-1906, documentos publicados por Jean Delaville le Roulx. Paris, 4 volumes.

Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV, 1992. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I. Lisboa: INIC/Centro de Estudos Históricos da UNL, 1984.

Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira, [ed. 1972]. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

Documentos de D. Sancho I (1174-1211), 1979, ed. Rui Pinto de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra.

Estoria de Dom Nuno Alvarez Pereyra. Edição crítica da "Coronica do Condestabre, [ed. 1991], introdução, notas e glossário de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Imprensa Universitária.

LEÃO, Duarte Nunes de, [ed. 1975] – *Cronica del rey D. João o I*, in *Crónicas dos Reis de Portugal*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores.

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, [ed. 1980], edição crítica por José Mattoso, in *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. II. Lisboa: Academia das Ciências.

Livro dos Bens de D. João de Portel. Cartulário do século XIII, [ed. 2003] de Pedro de Azevedo, edição fac-simile. Edições Colibri/Câmara Municipal de Portel.

Livro dos forais, escrituras, doações, privilégios e inquirições, 1948, com um estudo de José Mendes da Cunha Saraiva, Subsídios para a História da Ordem de Malta. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 3 volumes.

LOPES, Fernão, [ed. 1983] – *Crónica de D. João I, segundo o Códice n.º 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, introdução de Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio. Porto: Livraria Civilização Editora.

Monumenta Henricina, 1960, edição e notas de A. J. Dias Dinis, vol. 1. Coimbra.

Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines, 1856-1888. Lisboa: Typis Academis.

SANTOS, Fr. Manuel Santos, [ed. 1988] – *Monarquia Lusitana*, parte VIII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

68 Segue-se riscado "prima".

Torre do Tombo (TT) – *Gav. VI*, mc. único, n.º 22 e n.º 212.; *L. N., Guadiana*, livro 1, fls. 124-124v; livro 4, fls. 224-224v; livro 6, fls. 161-161v; livro 8, fls. 69-69v.

Vereações. Anos de 1390-1395, [ed. 1937], comentários e notas de Artur de Magalhães Basto, in *Documentos e Memórias para a História do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, vol. II, p. 105-110.

Bibliografia

BARROCA, Mário Jorge, 2002 – “Os castelos das Ordens Militares em Portugal (séc. XII a XIV)”, in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Palmela: Ed. Colibri/Câmara Municipal de Palmela, p. 535-548.

BARROCA, Mário, 2000a – “A Ordem do Hospital e a arquitectura militar em Portugal (sécs. XII a XIV)”, in *Arqueologia da Idade Média na Península Ibérica*. *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto, vol. VII, p. 193-209.

BARROCA, Mário, 2000b – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Lisboa: FCG/FCT, 3 volumes.

BARROCA, Mário, 2009 – “Belver” in BÉRIOU, N.; JOSSERAN, Ph. (coord.) – *Prier et combattre. Dictionnaire Critique des Ordres Militaires Européens au Moyen Âge*. Paris: Fayard, p. 151-152.

BARROCA, Mário, 2010 – “Memórias”, in MATTOSO, José (dir.) – *História da Vida Privada em Portugal*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, vol. I, p. 418-456.

BATATA, Carlos, 2006 – “Idade do Ferro e romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza”. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, n.º 46.

BONET DONATO, María, 1994 – *La Orden del Hospital en la Corona de Aragón. Poder y gobierno en la Castellania de Amposta (ss. XII-XV)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

CASTRO, Ivo, 1983 – “Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano arturiano da Post-Vulgata”. *Boletim de Filologia*. Tomo XXVIII, p. 81-98.

COELHO, Maria Helena da Cruz, 1990 – “O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”, in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional – Actas*. Braga, vol. II, p. 390-462.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, 2000 – *Uma paisagem humanizada: o Médio Tejo nos Finais da Idade Média*. Cascais: Patrimonia.

COSTA, Paula Pinto; BARROCA, Mário Jorge, 2009 – “A doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e contextualização do documento de 1194”, in FERNANDES, Isabel Cristina (ed.) – *Actas do V Encontro sobre Ordens Militares. As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*. Palmela: Câmara Municipal, p. 679-714.

COSTA, Paula Pinto, 1993 – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal. Séculos XII – XIV*. Porto (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

COSTA, Paula Pinto, 2004 – “As adaptações das Ordens Militares aos desafios da ‘crise’ tardo-medieval”. *Revista da Faculdade de Letras do Porto – História*. Porto, III série, vol. 5, p. 143-154.

COSTA, Paula Pinto, 2009 – “Uma cultura de guerra aquém e além da fronteira: a Ordem do Hospital no contexto da batalha de Aljubarrota”, in *Actas das VI Jornadas Luso-espanholas de Estudos Medievais. A guerra e a sociedade na Idade Média*. Campo Militar de S. Jorge (CIBA), Porto de Mós, Alcobaça, Batalha: SPEM, vol. 1, p. 591-614.

COSTA, Paula Pinto, 2013 – “A dimensão imaterial da comenda de Marmelar”, in FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Militarium Ordinum Analecta. Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*, n.º 17. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, p. 207-234.

COSTA, Paula Pinto, 2013 – “As estruturas militares de Belver, do Crato, da Amieira e da Sertã: entre o domínio territorial e a afirmação senhorial”, in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Castelos das Ordens Militares. Actas de Encontro Internacional*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, vol. II, p. 313-330.

- COSTA, Paula Pinto; ROSAS, Lúcia, 2001 – *Leça do Balio no tempo dos Cavaleiros do Hospital*. Lisboa: Edições Inapa.
- DIAS, João José Alves, 1996 – *Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do séc. XVI)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.
- FERNANDES, Isabel Cristina; BARROCA, Mário, 2009 – “Architecture castrale”, in BÉRIEU, N.; JOSSERAND, Ph. (coord.) – *Prier et combattre. Dictionnaire Critique des Ordres Militaires Européens au Moyen Âge*. Paris: Fayard, p. 104-105.
- FERREIRA, Maria do Rosário, 2011 – “A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do Livro de Linhagens”, in MARTIN, Georges; MIRANDA, José Carlos Ribeiro (org.) – *Legitimação e Linhagem na Idade Média. Homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*. Porto: Estratégias Criativas Ed., p. 99-129.
- FIGUEIREDO, José Anastácio, 1800 – *Historia da Ordem do Hospital, hoje de Malta, e dos Senhores Grão-Piores della em Portugal*. Lisboa: Na officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- GARCÍA TATO, Isidro (ed.), 2004 – *Las encomiendas gallegas de la Orden Militar de San Juan de Jerusalén: estudio y edición documental*, Tomo I (Época Medieval). Santiago de Compostela: CSIC.
- GAYO, Felgueiras, 1938 – *Nobiliário de famílias de Portugal*. Braga: Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Afonso.
- KRUS, Luís, 1994 – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.
- MARQUES, José, 1990 – “D. Afonso IV e as Jurisdições Senhoriais”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto: INIC, vol. 4, p. 1527-1566.
- MARTINS, Miguel Gomes, 2013 – “Armas e cavalos: os arsenais e as coudelarias das Ordens Militares em Portugal da Idade Média”, in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Castelos das Ordens Militares. Actas de Encontro Internacional*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, vol. II, p. 409-426.
- MATTOSO, José, 1990 – *A Nobreza e a Revolução de 1383. Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PIZARRO, José Augusto Sottomayor, 1999 – *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família/Universidade Moderna, 2 volumes.
- RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo, 1986 – *Santa Maria da Flor da Rosa: um estudo de história de arte*. Crato: Câmara Municipal.
- SARAIVA, António José, 1971 – “O autor da narrativa da batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro”. *Boletim de Filologia*. N.º 22, p. 1-16.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, 1989 – “O Sangue, a Cruz e a Coroa: a memória do Salado em Portugal”. *Penélope*. N.º 2, p. 27-48.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, 1991a – “Vencer ou morrer. A batalha do Salado (1340)”, in BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org.) – *A Memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, p. 505-514.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, 1991b – “La résurgence de l’idéal de croisade au Portugal, au XIV^e siècle”, in *L’imaginaire de la Nation. Actes du Colloque Européen de Bordeaux*. Bordéus, p. 203-211.
- SOUSA, Tude Martins de; RASQUILHO, Francisco Vieira, 1982 – *Amieira do antigo Priorado do Crato*. Lisboa: fac-simile da edição de 1936.

D. Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo. Na passagem para o séc. XV, a representação de um rumo

Isabel Morgado Sousa e Silva

Introdução

Ir ao encontro, ou melhor, reencontrar D. Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo, apresentou-se como um desafio que entendemos valer a pena enfrentar, por vários motivos. Primeiro, porque *conhecer* D. Lopo Dias de Sousa correspondeu a um primeiro momento de um percurso de investigação, que se traduziu numa dissertação de mestrado intitulada precisamente *A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)*, defendida em 1989¹; segundo, porque este mestre eleito, o último a sê-lo, viveu um momento muito particular da História nacional (final do século XIV – inícios do século XV); terceiro, porque uma reflexão feita sobre estudos elaborados há mais de duas décadas, mesmo que básica, vale sempre a pena. Pelo que é tão-somente neste sentido, a de uma revisita claramente sistemática de *velhas* ideias – ainda aliciantes como propostas de investigação –, algumas delas já por outras ocasiões expressas, que gostaria que fosse entendido o presente texto².

Fixemo-nos então na perspetiva que aponta para a circunstância dos freires das ordens militares serem em simultâneo homens de oração e de ação. Perfil que naturalmente responde à essência das instituições que integram, já sobejamente discutido ao longo de décadas por um amplo conjunto de investigadores e historiadores da área, mas que no caso dos mestres – e de forma muito particular para todos os que governam a Ordem de Cristo ao longo do século XIV – assume particular destaque.

Bastaria relembrar o processo de Reconquista e o papel de colaboração com a Monarquia portuguesa, assumido maioritariamente pelas ordens do Templo e do Hospital, entre os séculos XII e XIII, ou a criação da Ordem de Cristo no início do século XIV – instituída pela coroa e para servir a coroa, no contexto específico de afirmação da nacionalidade portuguesa, designadamente na defesa da linha de fronteira a Sul e Este, um desígnio a seu tempo prolongado para o continente africano, no início do século XV,

1 Que teremos sempre como referência primeira (publicada em 1997).

2 Apesar de termos tentado dar continuidade ao nosso percurso de investigação nesta área científica, o assumir de um outro rumo profissional desde o início de 2006, condicionou seriamente essa intenção. O texto que agora se publica – elaborado com base numa apresentação feita na 12.ª edição (2013) do Curso sobre Ordens Militares, realizado em Palmela – *oficializa*, por motivos vários, a minha decisão de não dar continuidade a um percurso de investigação iniciado há 30 anos atrás. Outros aproveitarão o que então foi, por muitos anos, o meu objetivo académico.

justificado pelo então esmorecido ideal de Cruzada –, para compreendermos o porquê da valorização da dimensão militar desta instituição (ou destas instituições). Uma característica que se própria do tempo medievo, adquire particular relevância porque corroborada pelos fundos documentais que dão testemunho do perfil bélico desta instituição, a par da ação guerreira dos seus mestres³.

Assim, Martim Gonçalves Leitão⁴, o terceiro mestre da Ordem de Cristo (1327-1335) é descrito como “magnifico, estrenuo e poderoso cavaleiro”⁵. Qualidades que assumidas como geracionais, asseguraram a Estêvão Gonçalves Leitão, seu irmão, a eleição para a mesma dignidade em 1335 (4.º mestre, 1335-1344). E cito:

hermano del Maestre pasado al qual fez elegir el rey don Alonso por ver em el el retrato y semellança del hermano asi en valor de las armas como en las otras virtudes continuo la guerra contra los moros en el mesmo valor y esfuerço que sus predecesores⁶.

O mesmo perfil evidenciaria Rodrigo Eanes (5.º mestre, 1344-1357), bem como Nuno Rodrigues de Freire de Andrade (6.º mestre, 1357-1373?). O primeiro, “homem fidalguo de nobre e antiga geração foy muito bom cavalleiro seguiu a guerra como seus antecessores no Mestrado contra os mouros bem e louvavelmente”⁷; o segundo, recorrendo à narrativa castelhana, “fue muy valeroso en las armas y sirvio al rey don Fernando valerosamente contra el rey de Castella”⁸.

Qualidades de guerreiro e de liderança de homens parecem, portanto, ter sido os atributos que terão justificado a entrega do mestrado a estes homens, a par da fidelidade demonstrada ao rei e ao reino. Como deveria ser. A bula de fundação da Ordem de Cristo referia expressamente essa condição⁹.

D. Lopo Dias de Sousa

A indicação do 7.º mestre da Ordem de Cristo, D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)¹⁰ foi, pelos particulares do processo, talvez o exemplo mais evidente da dualidade acima mencionada:

nomeado por Mestre por El Rey Dom Fernando por falecimento de Dom Nuno Rodriguez (...) sendo moço de idade de doze annos e era sobrinho da rainha Dona Lianor mulher do dito rey filho d’hua sua irmã. E por ser de tam pouqua idade o papa Bonifácio 9º que a esse tempo pressidia na cadeira de Sam Pedro o nom quis confirmar e ouve o mestrado

3 Gil Martins (1319-1321), João Lourenço (1321-1326), Martim Gonçalves Leitão (1327-1335), Estêvão Gonçalves Leitão (1335-1344), Rodrigo Eanes (1344-1357), Nuno Rodrigues Freire de Andrade (1357-1373?), Lopo Dias de Sousa (1373?-1417).

4 TT – *Ordem de Cristo Convento de Tomar*, cód. 234, fl. 24.

5 GUIMARÃES, 1936: 79. Qualidades que justificam a cedência de rendimentos feita pelo bispo e o cabido da Guarda à Ordem de Cristo, em Setembro de 1332, “em apreço e apoio” ao esforço de guerra que o mestre e freires vinham desenvolvendo contra o infiel em território granadino (*Monumenta Henricina*, 1960-1974, I: 167-168).

6 BNL – *Colecção Pombalina*, cód. 648, fl. 95. Circunstância também referida pelo cartulário da Ordem: “sendo seu irmão como he de crer basta o que he dicto das calidades da geração atras foy muy esforçado cavaleiro”. TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. 234, fl. 26.

7 TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, Cód. 234, fl. 26. BNL – *Colecção Pombalina*, cód. 648, fls. 95v-96.

8 BNL – *Colecção Pombalina*, Cód. 648, fl. 96-97 e Cód. 501, fl. 26-28. TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. 234, 1.ª pt., fls. 20-25 e cód. 232, fl. 4v.

9 *Monumenta Henricina*, 1960-1974, I: 116.

10 Filho de D. Maria Teles de Meneses e de Álvaro Dias de Sousa, terá nascido no ano de 1360 (SILVA, 1997: 5-126).

por vago e com tudo nom se proveo doutro Mestre ate que elle chegou a idade perfeita e o mesmo papa que ainda era vivo o confirmou e instituiu¹¹.

Não obstante a menoridade (12 anos) de D. Lopo Dias de Sousa, não obstante a não confirmação pontifícia por parte de Bonifácio IX, que aguardaria até que este fizesse 25 anos para o fazer (em 1389)¹², a vontade e apresentação régias não foram postas em causa. Nem pela Ordem de Cristo e seu corpo eleitoral, nem pela Santa Sé. E a postura assumida pelo mestre de Cristo, sobrinho de D. Leonor Teles, filho de Maria Teles de Meneses e de Álvaro Dias de Sousa, durante os últimos anos do governo de D. Fernando¹³, bem como posteriormente, num período particularmente sensível da história do reino – referimo-nos aos anos que medeiam a morte de D. Fernando e a eleição de D. João Mestre de Avis, como rei de Portugal – confirma ter sido esta opção (régia, da Ordem e pontifícia) a mais conveniente.

Leal ao rei e ao reino, num primeiro momento, respeitou e apoiou o que ficara determinado em abril de 1383, no tratado de Salvaterra de Magos¹⁴. Ele próprio acompanhou a Infanta D. Beatriz até Elvas, onde esta foi entregue ao rei de Castela¹⁵. Colocando-se ao lado da rainha regente D. Leonor, sua tia, decidiu-se pela legalidade, confirmando, assim, mais uma vez, a ligação existente entre a Ordem de Cristo e a Monarquia; mas a elevação de D. João, mestre de Avis, a regedor e defensor do reino e consequente entrada do monarca castelhano em Portugal, começou a suscitar-lhe alguma dúvida.

Como diz Fernão Lopes, terá até pensado em ficar em Tomar “com elle e o servir”, mas acabaria por se ausentar para Pombal. D. João I de Castela terá estranhado, “porque cuidara que ficasse por seu come os outros”.

Refere ainda o cronista que terão sido as palavras de um cavaleiro da Ordem, que o terão demovido:

Senhor, a mim parece que vos hiis receber elRei de Castella por ficar com elle (...) e nom o devees assi de fazer ataa que vejaaes a que teeerme estes feitos querem viinr; e depois que virdes como se encaminha entom podeees fazer o que semtirdes por vossa homrra e proveito sem ficamdo com nehuu prasm¹⁶.

Seria o conselho dado representativo da vontade dos membros da Ordem de Cristo? Até que ponto a atitude do mestre não é ainda sinónimo de lealdade, neste caso já não à rainha, mas ao reino?

Ao mesmo tempo, os acontecimentos já permitiam apontar para uma outra opção política, também esta legítima, mas anti-castelhana, *nacional*.

Importa retomar o texto da bula de fundação da Ordem de Cristo que, sem ambiguidade, sublinhava o dever de lealdade do mestre ao rei e ao reino “e que nunca fara nem procurara (...) nehuua cousa de que possa vijnr dano ao dicto rey nen aos seus reynos”¹⁷.

Não se estranha, então, que Lopo Dias de Sousa e a Ordem de Cristo se tenham colocado ao lado do mestre de Avis, na seqüência da menagem feita na pessoa de D. Rodrigo, emissário deste, em Dezembro

11 TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. 234, fls. 27-27v. BNL – *Colecção Pombalina*, cód. 648, fls. 97v-100.

12 TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. 234, 2.ª pt., fls. 27-27v; FREIRE, 1973, I: 280.

13 SILVA, 1997: 71-73.

14 Aliás a sua presença é assinalada aquando da assinatura deste tratado (Silva, 1997: 73).

15 LOPES, 1966, cap. CLXI; ARNAUT, 1960, I: 53-54.

16 LOPES, 1983: 121.

17 *Monumenta Henricina*, 1960-1974, I: 116.

de 1384, em Tomar¹⁸. Viria a ser feito prisioneiro, em Torres Novas, na sequência de uma intervenção militar fracassada – justificada pelo número insuficiente de homens, pois levava somente consigo oitenta lanças, alguns homens de pé e besteiros – contra os castelhanos. Situação que obriga o comendador-mor D. Martim Gil a assumir a dignidade mestral¹⁹, justificando-se assim a sua presença nas Cortes de Coimbra de abril de 1385²⁰, no momento de eleição de D. João, *mestre de Avis*, como rei de Portugal.

O mestre só viria a ser libertado do cativo após Aljubarrota²¹, no verão de 1385. Também em Aljubarrota viria a ser preso Gonçalo Tenreiro, mordomo e chanceler do mestre da Ordem de Cristo, D. Nuno Freire de Andrade, que no entretanto se intitulara mestre de Cristo, manifestando-se a favor da causa castelhana²², numa tomada de posição sem conseqüências na orgânica interna da Ordem, mas que não deixa de ser significativa, sobretudo se tivermos em conta a perplexidade vivida pela sociedade nacional do momento²³.

Desde então ao lado do rei: Chaves, Vilarica, Almeida, Cória²⁴..., feito mordomo-mor da rainha D. Filipa²⁵, receberia mais tarde a homenagem feita ao recém-nascido infante D. Afonso, conjuntamente com D. Nuno Álvares Pereira²⁶. Em 1400, acompanhava o rei na sua marcha sobre Alcântara²⁷, sendo, mais tarde, o único mestre de uma ordem militar a ter expressão representativa no juramento e confirmação das réguas de Segóvia (6 de outubro de 1402), por seus procuradores, Gonçalo Vasques Coutinho, marechal do reino, e Fernando Álvares, freire da Ordem de Cristo e aio dos infantes²⁸.

Neste contexto, o da relação da Ordem de Cristo com a Monarquia, será oportuno sistematizar:

- o culto do cariz militar manifestado na escolha dos mestres por parte do monarca, nomeadamente por D. Afonso IV;
- a preocupação, aparentemente diluída pela colaboração prestada ao rei e ao reino, mas que, em termos finais, revertia a favor da definição e consolidação de um amplo conjunto de direitos jurisdicionais da Ordem de Cristo (como o prova, nomeadamente, a intervenção régia nos casos de litígio, decidindo a favor desta e, sobretudo, a concessão feita por D. Fernando a Nuno Rodrigues Freire de Andrade da jurisdição de mero e misto império, cível e crime)²⁹;
- a consolidação da presença senhorial da Ordem de Cristo no seu espaço territorial, pela fixação e exploração de áreas agrícolas;
- a consolidação da presença espiritual da Ordem de Cristo no seu espaço territorial, pela clarificação dos seus direitos face às demais autoridades eclesiásticas presentes (apesar dos raros exemplos, destacando-se a mudança definitiva da sede conventual para Tomar em 1357);

18 SILVA, 1997: 74-75.

19 LOPES, 1983, cap. CLXX.

20 LOPES, 1983, cap. CLXXXII.

21 LOPES, 1983, caps. XLIX e LXX.

22 TT – *Chancelaria de D. João I*, livro II, fl. 128v; MARQUES, 1988, supl. I: 443; LOPES, 1983: 343; MORENO, 1987, I: 69-101.

23 SILVA, 1997: 1759-1769.

24 LOPES, 1983, caps. LXIII a LXXVII; MORENO, 1988: 25.

25 LOPES, 1983, caps. XCIV e XCVI.

26 LOPES, 1983: 464; GUIMARÃES, 1916: 57.

27 LOPES, 1983: 403.

28 *Monumenta Henricina*, 1960-1974, I: 304-306.

29 A 9 de setembro de 1373. TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, maço 64, doc. não numerado, fls. 82-83; cód. 235, 4.^a pt., fls. 2v-3v; cód. 232, fl. 4v; *Col. Especial, Ordem de Cristo*, maço I (Docs. régios), doc. 23; BNL – *Col. Pombalina*, cód. 501, fl. 46; *Fundo Geral*, cód. 738, fl. 5.

- a ligação pessoal estabelecida pelo rei com os mestres: nomeadamente a de D. Pedro I com Nuno Rodrigues Freire de Andrade, a quem o rei confiou a educação do seu filho bastardo D. João, mestre de Avis e rei de Portugal; e a D. João I com Lopo Dias de Sousa.

O mestrado de D. Lopo Dias de Sousa corresponde, assim, a um momento último de uma fase evolutiva da Ordem de Cristo que, pelas suas características, assegurava a transição, sem contrariedades, de uma forma ideal, do tempo dos mestres eleitos para o tempo dos príncipes de Portugal e governadores de mestrado.

Nesta linha de pensamento, a ação governativa de D. Lopo Dias de Sousa após 1385 só podia ser definida pelo consolidar de estruturas base da Ordem de Cristo, em termos do exercício do poder temporal e espiritual, de forma a desenvolver um efetivo controlo sobre as populações, entidades, ou poderes coexistentes na sua área de influência e domínio. No que em muito, para não dizer em tudo, foi apoiado pelo monarca.

Tenha-se só como exemplo as cartas de privilégio concedidas entre 1385-1413³⁰. Estas são cerca de trinta, destacando-se as atribuídas no ano de 1398, e incluem, globalmente:

- concessões gerais – nomeadamente a isenção do pagamento de determinados impostos e serviços³¹ –, regulamentação de encargos militares e provimento de ofícios, definição de competências das jurisdições locais e justiça;
- concessões específicas – sobre a cobrança de dívidas do convento de Tomar³².

Refira-se que em 1390, 1398 e 1407, D. João I não se inibe, apesar de ter dispensado do pagamento da portagem determinadas pessoas e lugares, de anular essa isenção nas terras da Ordem de Cristo, anotando não ter sido sua intenção prejudicar a Ordem de Cristo, pois sabia ser esse um dos mais representativos rendimentos – he hum dos boons direitos que ham³³ – da instituição³⁴.

Aliás, o rei irá assumir o mesmo tipo de atitude relativamente ao direito de aposentadoria, justificando-se com a escassez de pousadas nas terras da Ordem, ordenando que os besteiros do conto que morassem no senhorio de Cristo, apesar de privilegiados, dessem pousada ao mestre³⁵.

Ao mesmo tempo, ao isentar os lavradores que amanhavam as terras da milícia do pagamento da jugada³⁶, prescinde de um direito régio em benefício da Ordem, que assim tinha quase como certo o pagamento dos direitos que lhe eram devidos. De facto, este era um dos problemas sérios com que se debatiam os rendeiros, pois era-lhes muito difícil cumprir com pagamentos em duplicado, isto é, à Ordem e ao rei, o que os levava geralmente a “desemparrar has herdades, vinhas, casaas e bens”³⁷, causando grande prejuízo à milícia.

Esta atitude régia, se, por um lado, pode ser entendida como uma situação decorrente de uma política régia de fomento nacional, com vista a minorar a crise económica, incentivando as populações a fixarem-se em determinados locais, por outro lado não deixa de beneficiar diretamente a Ordem de Cristo.

30 SILVA, 1997: 77-78; 78-81.

31 Na sua maioria concelhos. TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. 235, 2.ª pt., fls. 172-172v e cód. 235, 4.ª pt., fls. 4v e 5-5v.

32 SILVA; PIMENTA, 1989: 163-176.

33 TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. 235, 4.ª pt., fls. 5v.

34 TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. 235, 4.ª pt., fls. 5v-6v (4 de maio de 1390); *Chancelaria de D. João I*, livro II, fl. 165v e cód. 235, 4.ª pt., fl. 6 (4 de fevereiro de 1398); *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. 235, 4.ª pt., fls. 6-6v (1 de julho de 1407).

35 TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. 235, 4.ª pt., fls. 9v-10.

36 TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. 235, 4.ª pt., fl. 7.

37 TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. 235, 4.ª pt., fl.7.

Quanto aos privilégios jurisdicionais³⁸, em menor número, tinham como principal objetivo definir competências e revelavam, ao mesmo tempo, a forma de compromisso que a partir daí existia entre este poder senhorial e o poder régio. Na prática, este tipo de concessão dificilmente não se sobreporia ao exercício de outros poderes, o que provocava as mais diversas situações de conflito, tão mais sintomáticas, quanto entre os outros poderes se apresentava, na maior parte dos casos, o concelhio.

Neste caso, e a título de exemplo referiremos, não uma carta de privilégio, mas antes uma sentença régia³⁹ dada na sequência dos agravos que o concelho de Soure dizia receber por parte da Ordem de Cristo, a qual, por ser favorável aos argumentos da instituição religioso-militar, constitui, em última análise, também ela, um privilégio.

Situado na área de influência da milícia, este município queixava-se das irregularidades que eram praticadas pelo senhorio, nomeadamente no que dizia respeito ao exercício do direito de relego e de aposentadoria, aos serviços exigidos relativamente ao transporte em bestas, aos danos causados pelos gados e ao pagamento da jugada. E pediam a intervenção do monarca para a reposição dos seus direitos, tanto mais que estes se encontravam contemplados numa carta régia de privilégio que lhes fora concedida, que o mestre afirmava desconhecer.

D. João I, no exercício dos seus direitos de soberania, nomeadamente o da justiça, tenta resolver o problema através de uma dupla resposta positiva, isto é, pactua com os direitos de ambas as partes, anotando que a resolução final competia às partes interessadas que, no seu dia-a-dia, deveriam encontrar a melhor solução⁴⁰.

Aparentemente a sua intervenção parece não ser favorável à Ordem, mas ao responder desta forma, pensamos nós, não deixa de confiar na superioridade do senhor da terra para resolver o problema. Ou irá dando tempo, até que surja o momento mais oportuno, para conceder à Ordem um ou mais privilégios que justifiquem a sua forma de atuação?

Não será, assim, por demais mencionar de igual forma o diploma joanino de 17 de agosto de 1396⁴¹ pelo qual o rei mandou ao corregedor da comarca da Estremadura que verificasse se os direitos da Ordem eram respeitados, nomeadamente se os ouvidores da Ordem tinham conhecimento de todas as questões judiciais; se os tabeliães os informavam sobre estas; se o mestre e a Ordem podiam outorgar cartas de privilégio, de segurança e de pousada; se esta podia cobrar determinadas taxas destinadas a custear obras; se o mestre nomeava os juízes e os escrivães dos órfãos; se recebia juramento de dois dos quatro homens-bons eleitos para juízes; e, finalmente, se o corregedor, antes de visitar as terras da Ordem, se informava junto do ouvidor do mestre. E ainda, a concessão régia que permitia à Ordem resolver diretamente todas as questões judiciais inferiores a 1000 libras e arrecadar as dívidas do seu convento da mesma forma que se processava a cobrança dos débitos régios.

Avance-se agora para o ano de 1411, o qual assume um particular significado, não só porque finalmente é possível viver pacificamente com Castela, como também, no caso da Ordem de Cristo, duas situações *irão definir-lhe o destino*:

38 Data de 9 de setembro de 1373 a concessão de ampla jurisdição para as terras da Ordem de Cristo. TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, maço 64, doc. não numerado, fls. 82-83; cód. 235, 4.ª pt., fls. 2v-3v; cód. 232, fl. 4v; *Col. Especial, Ordem de Cristo*, maço I (Docs. régios), doc. 23; BNL – *Col. Pombalina*, cód. 501, fl. 46; *Fundo Geral*, cód. 738, fl. 5.

39 TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. 234, 2.ª pt., fls. 125-126.

40 SILVA, 1997, 109-117.

41 *Monumenta Henricina*, 1960-1974, I, doc. 116: 272-274. TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. 235, 4.ª pt., fls. 4-4v; a 19 de maio de 1391, que os ouvidores do mestre façam correição nas terras da Ordem; a 11 de agosto de 1396, que o mestre mesmo fora das suas terras, quando acompanhado do ouvidor, possa ouvir as apelações que a ele vão; a 16 de junho de 1397, a concessão vitalícia a Lopo Dias de Sousa da jurisdição das terras da Ordem.

- A Bula de Cruzada⁴² de João XXIII, que autorizava as ordens militares a cooperarem com o monarca em toda a *guerra justa*;
- A dotação da casa patrimonial do infante D. Henrique, a 17 de abril⁴³.

O infante D. Henrique – nascido no Porto, a 4 de março de 1394⁴⁴, batizado logo no dia seguinte, teve como sua ama de leite⁴⁵ uma senhora de nome Mécia Lourenço, mulher de Vasco Gonçalves de Almeida, cavaleiro da Ordem de Cristo, e como seu aio⁴⁶ – e de seus irmãos – Fernando Álvares, freire da mesma Ordem. Será de admitir que D. Lopo Dias de Sousa terá acompanhado e intervindo na educação deste infante⁴⁷.

Pensamos, por isso, que ao ordenar casa para este seu filho⁴⁸, D. João I terá tido em linha de conta esta relação de amizade. Dito por outras palavras, abrangendo maioritariamente as áreas de Viseu, Guarda e Lamego⁴⁹ o património henriquino vizinhava com o senhorio da Ordem de Cristo, que *grasso modo* se expandia pela zona beirã, assegurando-se, desta forma, uma vivência pacífica e a cooperação entre poderes.

Para além do equilíbrio que se estabelecia entre o exercício do poder senhorial destas duas instituições e a constituição de uma linha defensiva a oriente, na fronteira que se estendia do Douro ao Tejo, o monarca sabia poder ainda contar com a dedicação pessoal do mestre a este seu filho⁵⁰.

Entretanto, como é do conhecimento geral, ocorre a conquista de Ceuta, traçando o destino do reino e do infante D. Henrique. Em 1416, o monarca entrega-lhe, não sem intenção, a responsabilidade do provimento e defesa de Ceuta, associando a figura do príncipe à guerra justa e ao empreendimento marroquino, numa ligação que lhe vai conferindo o direito de condução do projeto de além-mar e de uma ordem militar.

A morte de D. Lopo Dias de Sousa, em 1417, oferece a D. João I a possibilidade de solicitar à Ordem de Cristo – a quem pede a suspensão da eleição de um novo mestre – e à Santa Sé, a entrega do mestrado de Cristo ao infante, que só regressaria ao reino após ter provocado o levantamento do assédio e a retirada muçulmana de Ceuta em 1419 – confirmando o seu espírito combativo e qualidades bélicas, a par da sua devoção à causa cristã.

Em março de 1420 seria formalmente nomeado para administrador da milícia de Jesus Cristo, assegurando a articulação conjugada de esforços entre a Ordem de Cristo e a Monarquia, na guerra contra os muçulmanos e na dilatação da fé cristã.

Assim o explícita a bula de nomeação recebida pelo infante em Lisboa: “os seus rendimentos serão aproveitados em benefício da fé cristã, da luta contra os infiéis e ainda na conservação e honra da própria Ordem”⁵¹.

42 Bula datada de 20 de março de 1411: TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. 235, 4.ª pt., fl. 10; BNL – *Col. Pombalina*, cód. 501, fl. 244. *Monumenta Henricina*, 1960-1974, I: 336-337.

43 *Monumenta Henricina*, 1964-1970, I: 342-348.

44 LOPES, 1983, cap. CXLVII.

45 SOUSA, 1991: 17-18.

46 *Monumenta Henricina*, 1964-1970, I: 304-306.

47 NEMÉSIO, 1984: 7-22.

48 DINIS, 1960, doc. 9: 381-384; *Monumenta Henricina*, 1960-1974, I: 343-348. Deste documento não se conhece o original, mas só a confirmação que dele foi feita pelo monarca D. Afonso V, a 30 de julho de 1439 (TT – *Gaveta II*, maço 2, n.º 3).

49 “O património henriquino abrangia, pois, boa parte da comarca da Beira de então: os territórios e julgados de Lafões e Besteiros, os territórios de Linhares, Seia, S. Romão, Penalva do Castelo, couto de Garvão, Celorico da Beira e termo, quinta de Calvos, os territórios de Tarouca, Lalim, Valdigem, Sul, Gultar, Matança, Folhadal, Folhadosa, Vila Cova Valezim e Santa Marinha (...), territórios de Aguiar da Beira, Satão, Rio de Moinhos e quinta de Silveiras” (DINIS, 1960: 21-22).

50 SILVA, 1994: 9-22.

51 Bula *In apostolice dignitatis specula*, de 25 de maio de 1420 (*Monumenta Henricina*, 1964-1970, II: 367-369).

Retomo a ideia e as palavras escritas num anterior trabalho:

É exatamente este um dos momentos mais determinantes para a história da Ordem. Hoje, como ontem... esta milícia, pensada e criada pela Monarquia, por D. Dinis, como uma instituição nacional, só podia participar do grande objetivo da dinastia de Avis, assumindo-se como uma instituição fortalecedora e complementar, e porque não tentacular, da política régia⁵².

Apesar de este ser já um outro tempo. O dos príncipes de Portugal, governadores de mestrado, também eles homens de oração e ação.

Fontes

Arquivo Nacional Torre do Tombo (TT) – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, códices 234 e 235 (Livro das escrituras da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo); *Colecção Especial, Ordem de Cristo*, maço I (Documentos régios); *Chancelaria de D. João I*, livro 2; *Gaveta I*, maço 2, n.º 35.

Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL) – *Colecção Pombalina, códice 501* (Historia da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo) e códice 648, fls. 410-515; *Fundo Geral, códice 738* (Compilação das escrituras da Ordem de Cristo).

LOPES, Fernão, 1966 – *Crónica de D. Fernando*. Porto: Livraria Civilização.

LOPES, Fernão, 1983 – *Crónica de D. João I*. Porto: Livraria Civilização, 2 volumes.

Monumenta Henricina (ed. Comissão Executiva Comemorações V Centenário da morte Infante D. Henrique) 1960-1974. Coimbra: Atlântida, 15 volumes.

Bibliografia

ARNAUT, Salvador, 1960 – *A crise nacional dos fins do séc. XIV*, 2 volumes. Coimbra: Faculdade de Letras.

ARNAUT, Salvador, 1988 – “Tomar na crise de 1383-85”. *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*. Tomar, nº 10, p. 13-21.

DINIS, António, 1960 – *Estudos Henriquinos*, vol. I. Coimbra: Atlântida.

FREIRE, Anselmo Braancamp, 1973 – *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa: IN-CM, 3 volumes.

GUIMARÃES, José, 1936 – *A Ordem de Cristo*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MARQUES, João (prefácio e publicação), 1988 – *Descobrimientos Portugueses: Documentos para a sua História*. Lisboa: INIC, 5 volumes.

MORENO, Humberto Baquero, 1987 – “Exilados Portugueses em Castela durante a crise dos finais do séc. XIV (1384-1388)”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto: INIC, vol. I, p. 69-101.

MORENO, Humberto Baquero, 1988 – *Itinerários d'el-rei D. João I*. Lisboa: ICLP.

NEMÉSIO, Vitorino, 1984 – *Vida e Obra do Infante D. Henrique*. Lisboa: Vertente.

SILVA, Isabel; PIMENTA, Maria Cristina, 1989 – “Política de privilégio Joanina: confronto entre a Ordem de Cristo e a Ordem de Avis”. *Revista de Ciências Históricas*. Porto: Universidade Portucalense, vol. IV, p. 163-176.

- SILVA, Isabel, 1991 – “Concórdia entre o *Mestre* de Cristo e o concelho de Tomar”, in *As Ordens Militares em Portugal – Actas do I Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, p. 273-301.
- SILVA, Isabel, 1994 – “O Infante D. Henrique *Mestre* da Ordem Militar de Jesus Cristo”. *Mare Liberum*. Lisboa: CNCDP, n.º 7, p. 9-22.
- SILVA, Isabel, 1997 – “Concelho de Soure *versus* Ordem de Cristo. Um processo de conflito no séc. XIV”. *Revista de Ciências Históricas*. Porto: Universidade Portucalense, vol. XII, p. 109-117.
- SILVA, Isabel, 1997 – “As relações Luso-Castelhanas na segunda metade do séc. XIV e os seus reflexos na Ordem de Cristo: análise de um caso sintomático”, in *III Jornadas Hispano-Portuguesas de História Medieval – La Peninsula Iberica en la era de los Descubrimientos, 1391-1492*. Sevilha: Junta de Andalucía e Universidad de Sevilla, vol. II, p. 1759-1769.
- SILVA, Isabel, 1997 – “A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)”. *Militarum Ordinum Analecta – As Ordens Militares no reinado de D. João I*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, p. 5-126.
- SILVA, Isabel, 2002 – “A Ordem de Cristo (1417-1521)”. *Militarum Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- SOUSA, João, 1991 – *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*. Lisboa: Livros Horizonte.

Varia

De Lisboa rumo ao reino: o contrato de fretamento marítimo e os seus atores nos séculos XIV e XV

Leandro Ribeiro Ferreira

Introdução

De Lisboa rumo ao reino: o contrato de fretamento marítimo e os seus atores nos séculos XIV e XV. Título sugestivo desta investigação, mas que merece uma nota explicativa: “De Lisboa”, porque pretendemos estudar o fretamento marítimo daquela cidade; “rumo ao reino” porque desejamos que esta investigação com uma incidência local contribua para o conhecimento geral desta prática mercantil no contexto do reino de Portugal. Não temos como objetivo o estudo da navegação e dos circuitos de navegação. Como tal, ao longo deste artigo procuramos levantar um pouco o véu daquele que tem sido um tema pouco aprofundado pela historiografia portuguesa. O estudo dos fretamentos marítimos, bem como dos agentes envolvidos nestes processos, tem merecido atenção nas investigações referentes a períodos cronológicos posteriores àqueles que acabámos de balizar. Tomando como exemplo o caso da cidade de Lisboa, procuramos, ao longo deste texto, esboçar algumas teorias sobre o frete marítimo português do período medieval. Não intentaremos, no entanto, ser exaustivos nesta abordagem. Com o trabalho que aqui apresentamos, procuramos responder a algumas questões que fomos levantando aquando da nossa investigação, ao mesmo tempo que pretendemos lançar outras pistas, às quais, pelo menos até este momento, não conseguimos dar resposta, para serem desenvolvidas em futuras investigações. Partindo essencialmente de documentos de ordenações régias, de livros de leis e posturas medievais e de documentos inseridos na coletânea *Descobrimentos Portugueses*, desejamos dar relevo a um mecanismo responsável pelo desenvolvimento da economia mercantil portuguesa das centúrias de Trezentos e de Quatrocentos.

Neste período, em Portugal, num reino pequeno e predominantemente rural, eram poucos, aqueles que se dedicavam ao comércio marítimo. Desse modo, os próprios mercadores assumiam um papel fundamental na organização da navegação e do comércio português do final da Idade Média. A partir do século XIV, no entanto, a prática mercantil começou a estar predominantemente ligada à tutela dos concelhos e das autoridades régias. Verifica-se, assim, um aumento da importância dos corretores e dos fretadores, agentes fundamentais na prática mercantil de Portugal, quer para uma tentativa da Coroa controlar e mediar o fluxo de encargos, quer para esta se prover de meios mais rigorosos na coleta de impostos. Esta política de controlo dos

funcionários mercantis municipais por parte do poder régio dar-se-á paralelamente, e por consequência, acrescentaríamos nós, ao período de ampliação do comércio externo português. Neste âmbito, o frete marítimo em Portugal possibilitou aos mercadores envolverem-se numa política de importações sem que estas provocassem acentuados desequilíbrios financeiros no reino. Como tal, o comércio português deste período é muito dependente das valias financeiras que se abriam através da utilização de navios portugueses enquanto agentes de frete internacional. É, portanto, objetivo deste artigo perceber de que forma as autoridades régias e municipais, procuraram organizar os fretamentos marítimos, inserindo esta política no contexto de crescimento do comércio externo português dos séculos XIV e XV.

Contudo, este texto não se esgota na análise à evolução do frete marítimo que se operava em Portugal, quer num contexto de mercado interno, quer no mercado externo. O frete era um sistema mercantil dispendioso. Como tal, mesmo quando se viviam tempos de carestia, os agentes envolvidos neste processo poderiam auferir somas monetárias muito significativas. Estes oficiais estavam responsáveis por recolher informações junto dos homens-bons da cidade e dos mestres dos navios, para assim saberem quantos navios existiam disponíveis para fretar e em quanto tempo se procederia ao seu embarque. Apregoadas estas notícias, os fretadores ficavam responsáveis por receber os pedidos dos interessados e de os mandar registar junto de um tabelião, o qual tinham, inclusive, ao seu dispor. Esta pequena síntese dá-nos uma ideia muito próxima sobre o segundo ponto que pretendemos abordar neste artigo. Isto é, desejamos compreender o modelo de organização destes fretadores, a sua forma de eleição e os seus modos de atuação, enquanto temos como horizonte presente o processo de controlo empreendido nestes homens pelas autoridades régias e municipais, interessadas nas significativas somas monetárias que o sistema de fretagem poderia mover.

1. A organização dos corretores e fretadores: uma política de controlo régio no contexto do comércio externo português

No ocidente medieval, “do ano 1000 ao século XIII, o sector primário foi o motor da economia; nos séculos XIV e XV, a hierarquia modificou-se e coube ao sector terciário esse papel”¹. Em Portugal, por sua vez, num reino pequeno e predominantemente rural, eram poucos, aqueles que se dedicavam, durante os séculos aqui estudados, ao comércio marítimo². Desse modo, os próprios mercadores assumiam um papel fundamental na organização da navegação e do comércio português do final da Idade Média. “Em regra, três entidades diferentes intervinham nessa organização dos empreendimentos: o proprietário ou armador do navio, o participante na carga e o capitão”³. A partir do século XIV, no entanto, a prática mercantil começou a estar predominantemente ligada à tutela dos diversos concelhos e das autoridades régias⁴. Verifica-se, assim, um aumento da importância dos corretores⁵ e dos fretadores, agentes fundamentais na prática mercantil de

1 FOURQUIN, 1969: 380.

2 MIRANDA, 2012: 249.

3 Porém, convém salientar que a propriedade de um navio não se distribuía equitativamente; utilizava-se o sistema da progressão geométrica – ou seja, 1/2, 1/4, 1/8, 1/16, etc. –, no qual predominavam as oitavas e décimas-sextas partes (MARQUES, 1959: 85).

4 BARROS, 2004, I: 99.

5 “A instituição de corretores aparece em Portugal, quando menos, em tempo de D. Afonso III, 1248-1279” (BARROS, 1945, IX: 332). Os corretores representam, num nível concelhio, um meio de interferência no comércio internacional, essencialmente dependente da jurisdição régia. Portanto, estes agentes eram nomeados pela Câmara, eram homens da sua inteira confiança, sendo necessária a existência de uma carta probatória para que pudessem exercer as funções de agentes diretos do município, enquanto intermediários obrigatórios, em todas as operações comerciais feitas entre estrangeiros e portugueses (RODRIGUES, 1968: 105).

Portugal, quer para uma tentativa da Coroa em controlar e mediar o fluxo de encargos, quer para esta se prover de meios mais rigorosos na coleta dos encargos⁶. Em relação aos fretamentos, de acordo com Filipe Themudo Barata, após 1355 ficaram definidas as principais medidas legislativas que regulamentariam o frete marítimo durante o período medieval⁷. Estas evidenciavam uma tentativa de diminuição da capacidade de articulação dos mercadores, para que estes tivessem um controlo mínimo em relação aos fretes marítimos⁸.

Esta política de controlo dos oficiais mercantis municipais por parte do poder régio dar-se-á paralelamente, e por consequência, acrescentaríamos nós, ao período de ampliação do comércio externo português. A partir do século XIII, mas com incidência especial no século XIV, o comércio com os mercados Euro-Atlânticos beneficiou de um período de expansão, atingindo o seu apogeu entre as décadas de 1370 e de 1380. Após esta intensificação, assistiu-se a um decréscimo acentuado até cerca de meados do século XV, “before the boost in commercial exchange in Flandres”⁹. O comércio externo português deste período marca-se, no entender de Luís Adão da Fonseca, por três questões essenciais: em primeiro lugar, é um comércio que beneficia da abertura do Estreito de Gibraltar, no final do século XIII, à navegação cristã. Esta ocorrência possibilitou uma ligação marítima que, a partir do século XIV, unia o Mediterrâneo ao Mar do Norte. “Por isso, uma adequada compreensão do fenómeno comercial português impõe a diferenciação destas coordenadas, não só porque elas apresentam diferente expressão económica, mas também têm diferentes implicações geopolíticas, ou seja, diplomáticas, para a monarquia e sociedade portuguesas”; consequentemente, em segundo lugar, trata-se de um comércio externo que se bifurca através da atração de dois pólos bem diferenciados: um atlântico, o outro mediterrânico. Enquanto o primeiro se pauta pela estrutura dos intercâmbios entre o norte e o sul da Europa, o segundo é marcado pela conjuntura económica mediterrânica. “Esta bipolarização, portanto, não acontece por acaso. É evidente que a inserção lusitana nestes espaços marítimo-comerciais, qual cadinho que funde numa só massa elementos diferentes, resulta de um conjunto de circunstâncias cujo encadeamento é fundamental ter em consideração”; por fim, em terceiro lugar, tendo em consideração a ação conjugada dos dois elementos anteriores, é preciso destacar a importância quase única da capacidade de transporte propiciada pela situação geográfica de Portugal. “Neste contexto, a atuação das embarcações nacionais como navios de frete possibilita aos portos portugueses a integração num mundo económico mais desenvolvido”. Isto é, o frete marítimo em Portugal irá habilitar os armadores-mercadores a “lançarem-se numa ampla política de importações sem provocarem um grave desequilíbrio financeiro para o país”¹⁰. No entanto, todo este processo, aparentemente complexo, possuía uma lógica económico-financeira perfeitamente identificável: a importação de produtos invisíveis através do frete marítimo permitia, por sua vez, “alimentar as importações que teriam finalmente a função de rentabilizar as viagens de retorno, no caso das embarcações estrangeiras, e as viagens de ida, no caso das embarcações nacionais”¹¹. Desse modo, o comércio português deste período é muito dependente das “disponibilidades financeiras abertas pela utilização dos barcos portugueses como navios de frete internacional”¹².

6 DOMINGUEZ, 2006: 31.

7 BARATA, 1998: 288.

8 DOMINGUEZ, 2006: 31.

9 MIRANDA, 2012: 249.

10 FONSECA, 1987: 543.

11 FONSECA, 1987: 543-544.

12 FONSECA, 1987: 544.

Se nos colocarmos em 1455 podemos verificar, através de um exemplo prático, esta lógica económico-financeira. João Nunes, mercador, e João Álvares, marinheiro, ambos moradores em Lisboa, motivados pela “carestia do pam que aguora auja em nossa terra E o ñ podiom auer”, pediam a D. Afonso V uma carta de licença para levarem uma caravela, que já estava fretada, a terras de mouros. Na embarcação, transportariam algumas mercadorias, exceto armas e ferro, as quais tencionavam vender em Anafé, Salé, Safim, ou outra terra de mouros, onde comprariam e carregariam trigo, ou outras mercadorias, para vender em Lisboa ou noutras cidades do reino. O monarca, “por serujço de deus e nosso e bem dicta çidade e de nossos rregnnos”, outorga a licença pedida com a duração limite de um ano, prevendo o pagamento dos direitos dos forais que eram devidos ao rei. Para além disso, é-lhes concedida uma carta de segurança, na qual D. Afonso V ordena que as autoridades do reino, bem como os corsários ao serviço da Coroa, deixassem que a embarcação prosseguisse a sua viagem sem ver as mercadorias penhoradas ou roubadas¹³.

Ao analisarmos este documento constatamos que, em primeiro lugar, este contrato de fretamento exemplifica perfeitamente a lógica económico-financeira que referimos. Os mercadores portugueses tentavam colocar cobro a um problema de provisões existente no reino português – lucrando, evidentemente, muito –, mas, para isso, levavam uma caravela fretada e carregada de mercadorias, prevendo a sua venda e, com os lucros que daí provinham, importando pão para o reino. Por isso mesmo, o frete marítimo terá sido um dos mecanismos usados pelos mercadores, mas também pela Coroa, como um dos principais sistemas que visavam suprir este problema.

2. Frete marítimo e os seus agentes: modelo de organização, eleição e modos de atuação

Acompanhando o desenvolvimento comercial que se fazia sentir desde a segunda metade do século XIII, em 10 de Maio de 1293, o rei de Portugal confirmava o primeiro acordo feito entre os mercadores nacionais, no sentido de retirarem certa quantia dos fretes realizados, a fim de criarem uma bolsa comum na Flandres e em Lisboa. Segundo essa carta, os navios de 100 tonéis, quer fossem para o Norte da Europa, quer se dirigissem ao Mediterrâneo, pagariam 2 soldos de estrelins, por cada frete, enquanto as embarcações com uma tonelagem inferior só pagariam metade¹⁴.

O acordo aqui reproduzido¹⁵ reflete as pretensões ambiciosas dos mercadores do reino, pois constata a sua força, uma vez que este dinheiro iria servir os seus propósitos em eventuais negócios e pleitos, nos quais todos se propunham empenhar. A valia deste manuscrito é ainda mais significativa quando se constata que se trata do primeiro documento conhecido que, em Portugal, aborda os fretes marítimos para o exterior do reino, mesmo que o faça de um modo indireto. Por sua vez, é possível supor que a legislação sobre os fretamentos se tenha estruturado, no caso dos principais portos do reino, Lisboa e Porto, em torno dos problemas observados nestes dois municípios¹⁶.

13 *DP*, 1944, supl. ao vol. I, doc. 225: 340.

14 BARATA, 1998: 279.

15 “Este documento explicava, além disso, a forma como deveria estar organizado o fundo financeiro: das receitas, 100 marcos de prata, ou o seu valor, seriam depositados na Flandres e o restante ficaria em Portugal” (BARATA, 1998: 279, nt. 1).

16 BARATA, 1998: 279.

Como referimos anteriormente, com o dealbar do século XIV, a prática mercantil era maioritariamente conduzida sob a tutela dos diversos concelhos e das autoridades régias. Entra-se, neste período, na primeira fase do desenvolvimento da política de transportes marítimos¹⁷, quando levantado o problema da regulamentação do transporte marítimo, nas primeiras décadas de trezentos, a Câmara do Porto, com consentimento de D. Dinis, aprovou, em 1324, a criação dos corretores-fretadores, moradores na cidade encarregados da corretagem e do fretamento de navios.

A série de documentos existentes relativos aos problemas criados em tomo destes funcionários suscita uma série de interrogações acerca do contexto no qual eles decorrem, obrigando-nos, por exemplo, a repensar algumas ideias acerca dos efeitos da crise do século XIV¹⁸. Nomeadamente, a considerar a existência de grupos muito ativos e a ganhar muito dinheiro naquele contexto, competindo entre si pelo domínio de setores-chave do comércio a longa distância. A partir do observatório valenciano, Paulino Iradriel Murugarren tem vindo a analisar certos dinamismos, como a especialização e desenvolvimentos específicos das atividades económicas e das alterações sociopolíticas na rede urbana meridional ocorridos entre os séculos XIV e XVI e vê na crise tardomedieval um conjunto de estímulos essenciais para a profunda transformação desse mesmo quadro urbano¹⁹.

Nas *Ordenações Afonsinas* é incorporada esta lei que acabámos de mencionar. A ordenação intentava corrigir uma queixa movida ao monarca pelos mercadores de algumas cidades do reino (Porto, Braga, Guimarães, Viseu e Chaves), lamentando-se que eram agravados pelos juizes, vereadores e homens-bons do Porto. Neste documento encontram-se estipulados alguns preceitos fundamentais acerca dos fretamentos. Apesar de circunscritos a um espaço delimitado, como acabámos de enunciar, acreditamos que se trata de uma fórmula que era visível noutros pontos do reino, nos quais podemos incluir o caso da cidade de Lisboa. Por esse mesmo motivo, esta lei acabaria por ser incorporada no corpo legislativo de D. Afonso V²⁰.

No dia 25 de março de 1324, num domingo, reúnem-se, junto da Sé, um conjunto de indivíduos ilustres da cidade e do concelho do Porto, movidos por um pregão lançado por Bartolomeu Pregoeiro²¹. Nesta reunião é referido que alguns homens, “nom esguardando DEOS nem suas almas nem o proveito da Villa”, fretavam naus por iniciativa própria, sem requisitar os serviços das pessoas competentes para semelhante empresa²². Por este motivo, o concelho e os homens-bons do Porto, para solucionar esta questão, indicam que as naus e os navios que fossem fretados no Porto, “pera averem de carrear d’aver de peso”, rumo à cidade de Lisboa ou para a Flandres²³, deveriam ser fretados por quatro homens-bons, eleitos entre si²⁴. Após a eleição destes homens-bons, feita anualmente,

17 BARATA, 1998: 279.

18 BARRÓS, 2004: 99.

19 BARRÓS, 2004: 99, nt. 178.

20 “alguus Mercadores do Porto, e de Bragaa, e de Guimarães, e de Viseu, e de Chavees, e d’outros Lugares se me querellarom, dizendo que recebiam grande agravamento dos Juizes, e Vereadores, e d’alguus homees boos do dito logo do Porto, per razom de huma postura que fezerom em razom do fretamento das Naaos; e eu pera saber se era assy, fiz perante mim vir os ditos Juizes, e Vereadores, e homees boos do dito logo do Porto, e a dita postura, e outro sy os outros Mercadores, que se della agravavom, como dito he” (OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 55-56).

21 OA, 1984, liv. IV, tit. 5: 57.

22 Como teremos oportunidade de observar, esta será uma questão recorrente na documentação que coligimos para a cidade de Lisboa.

23 Amândio Barros, com base no *Corpus Codicum*, indica que se tratava de França e não de Flandres (BARRÓS, 2004, I: 100).

24 OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 56-57.

pela Páscoa²⁵, deveria ser prestado um juramento aos Santos Evangelhos, com a promessa de que conduziriam os fretamentos das naus na cidade de um modo idóneo²⁶, perante o almoxarife régio e o escrivão da cidade²⁷. Após o juramento, os homens-bons escolhidos para este ofício deveriam ser anunciados pela cidade através de um pregão, “pera chegarem hy os ditos Mercadores do dito logo do Porto, e dos outros lugares, que hy chegar quizerem, pera esses quatro fretadores serem enlegidos com outorgamento dos mais, que se poder fazer”²⁸.

No ano de 1355, “são tomadas novas medidas para esclarecer o estatuto de 1324”. Estas medidas são empreendidas contra um número restrito de mercadores, que dominavam, conjuntamente com proprietários e mestres, o mercado do transporte marítimo de mercadorias. Uma vez que estas restrições agravavam a maioria dos exportadores do Norte, geravam, naturalmente, inúmeros protestos²⁹. Incorporado nas *Ordenações Afonsinas*, este documento fornece-nos valiosas pistas acerca da forma como atuavam os fretadores. Estes oficiais estavam responsáveis por recolher informações junto dos homens-bons da cidade e dos mestres dos navios, para assim saberem quantas naves existiam disponíveis para fretar e em quanto tempo se procederia ao seu embarque. Posteriormente deveriam mandar apregoar estas notícias perante os mercadores interessados³⁰. “Depois, ficariam encarregados de receber os pedidos dos interessados, em local por eles determinado, de os mandar registar junto de um tabelião (o qual tinham ao seu dispor) [ou de um escrivão juramentado] e fretar os navios para esse efeito”³¹. No caso de se verificar alguma irregularidade no registo por parte do tabelião ou do escrivão, este incorria em pena de falsário³².

Para além disso, o fretamento poderia ser realizado, inclusive, noutros portos pela costa, “no caso de os pedidos de embarque serem maiores do que a oferta de barcos existente”³³. Apesar de existir “alguma confusão nos termos, será possível considerar a existência de carregadores ao seu serviço”³⁴, e haveria também idênticos serviços por eles assegurados em portos da Normandia, zona de contacto privilegiada neste tempo, à qual se junta a Flandres, embora de uma forma mais vaga”³⁵. É-nos dada a informação, no entanto, de que os fretadores estavam incumbidos de anotar e de informar os carregadores quando os navios transportassem panos, “e o que sobejar dem-no aos ditos quatro homees boos, e recebam-no pera o Concelho”. Os carregadores, por sua vez, auferiam 15 soldos de pagamento pelo seu trabalho em cada ano³⁶.

25 “E estes quatro homees boos devem d’entrar em cada huu anno pera esto por Pascoa per Concelho, apregoando aquelles, que pera esto enlegerem” (OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 58).

26 “E teem por bem, que aquestes homees boos, que enlegerem antre sy, jurem aos Santos Avangelhos, que bem, e diretamente fretem as Naaos per aquella guisa, que elles entenderem, e virem que he bem, e proveito da Cidade, e bem dos Mercadores, e razom tambem convinavel pera os Mercadores, como pera os Navios e Naaos, e cada hua Naaou ou Navio, como se avierem com os Mercadores” (OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 57).

27 “Que os ditos quatro homees boos, que forem fretadores, quando ouberem de seer enlegidos, que o dito Concelho, e homees boos façam hy chamar o meu Almoxarife, e Escripvam do dito logou do Porto” (OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 60).

28 OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 60.

29 SOUSA, 1990, II: 320.

30 “E estes quatro homees boos, que as Naaos e Navios ham de fretar, devem a fallar com os homees boos da Villa quantas Naaos fezerem mester pera fretar, e em que tempo; e quando as Naaos ou Navios ou ouverem fretadas, devem-no de fazer saber aos Mercadores; e os que em ellas carregar quizerem, e em ellas tomar parte, que vaai aaquelle lugar, onde lhes estes quatro homees boos mandarem, e dem-lhes parte em tal guisa, que cada huu aja igualdade assy como virem que lhes conpre” (OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 57-58).

31 BARRROS, 2004, I: 100.

32 “Outro sy quando os ditos fretadores derem parte a cada hue dos ditos Mercadores, como dito he, seja hy hue Tabelliam, ou Escripvam jurado, que escrepva logo a parte, que assy for dada a cada hue, de guisa que cada hue aja sua parte pela guisa que for escripto, e lhe foi dada; e se for achado, que esse Tabelliam, ou Escripvam jurado mingua, ou acrecenta algea parte do que assy foi dado, escrepvido menos, ou mais, ou riscando depois o que escrever, ou em algea outra guisa fazer em esso, que assy escrepver, o que nom deve, aja pena de falsairo” (OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 62).

33 BARRROS, 2004, I: 100, nt. 180.

34 A. H. de Oliveira Marques atenta também nos “descarregadores” (MARQUES, 1986, IV: 175).

35 BARRROS, 2004, I: 100.

36 “E os que forem carregadores, devem aver quinze soldos de tornailes por seu assom cada huu, e os descarregadores em Normandia outro tanto, e nom mais” (OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 58).

Em relação à punição para quem infringisse alguma das ordenações anteriores, “em parte ou em todo”, ficava estipulado o pagamento, ao concelho, de 500 libras, vendo também o seu nome eliminado do rol de vizinhos³⁷. Algumas irregularidades mais específicas são também legisladas: no caso de existir algum mercador que revender a outrem a parte que lhe for dada na nau por um fretador, sem acordo prévio, este ficava sujeito a uma pena de 500 libras, para além de ser “deitado de vizinho”³⁸. No caso de ser um mercador estrangeiro, estava sujeito a uma pena monetária de igual valor, mas a esta se juntava o impedimento de carregar qualquer tipo de mercadoria na cidade durante todo o ano³⁹. Caso existisse comum acordo entre os fretadores e o mercador, este último poderia revender a parte que tinha fretado, pela quantia que o havia feito. Caso a revenda fosse feita por valores superiores, ficava sujeito às penas anteriormente descritas⁴⁰.

Apesar de os fretadores estarem impedidos de possuir partes nos senhorios das naus, não parece que, em alguns casos, isso tenha atenuado o incumprimento dos seus deveres. Assim, verificava-se que alguns agentes não atuavam de forma equitativa no repartimento das cargas e dos mestres, favorecendo mercadores, ao conceder-lhes mais espaço nos navios do que aquele a que teriam direito⁴¹. Nesses casos, o monarca estipula que estes homens fossem punidos e as penas estipuladas passavam a ser “demandadas” e o dinheiro da punição entregue no município, em primeiro lugar, pelo procurador do concelho⁴². Caso este o rejeitasse, esta tarefa era incumbida, pela seguinte ordem, ao almoxarife régio, ao escrivão ou a qualquer pessoa do povo⁴³, “tambem da Cidade, como de fora. E seja de melhor condiçom aquelle, que primeiro chamar a parte a Juizo pola dita razom, e leve da dita pena das ditas quinhentas libras as cem libras pera sy, e as outras partes sejam pera o concelho”⁴⁴.

Por fim, se o mestre da nau consentisse que algum mercador carregasse mais mercadorias do que aquelas registadas pelos fretadores, “e o fezer a sabendas”, então incorria nas penas anteriormente descritas⁴⁵.

Sem existir um consenso quanto ao ano exato, mas seguramente numa data anterior a 1380, é assinalada a criação da Companhia das Naus, por D. Fernando. A ordenação que a instituiu previa a inscrição obrigatória, nesta Companhia, de todos os navios tilhados, com mais de 50 tonéis, com as respetivas declaração do preço, do valor e da data de construção. De todos os fretes realizados e dos lucros dos navios, duas coroas por cento eram pagas para as bolsas de Lisboa e do Porto. Desse modo, os proprietários dos navios perdidos por naufrágios, por apresamento por inimigos, entre outros infortúnios, eram indemnizados pelos valores constantes nas bolsas. Esta lei previa ainda que quando os navios fossem fretados para terras de inimigos

37 “E aquellos, que contra esto forem em parte ou em todo, peitem quinhentas libras pera o Concelho, e sejam deitados de vizinhos, e o estabelecimento ficar firme, e em sua forteleza” (OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 58).

38 “E se depois for achado que alguu Mercador revender a outrem a parte, que lhe for dada na Nao pelos ditos fretadores, nom avendo razom aguisada por por que nom deva de carregar, que aja a pena das ditas quinhentas libras, e seja deitado de vizinho” (OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 60-61).

39 “e se for Mercador de fora, pague as ditas quinhentas libras, e nom lhe dem todo aquelle anno carrega em essa Cidade, e ficará a postura firme pera sempre” (OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 60-61).

40 “e seaventura leixar de carregar por aluua razom aguisada, entom possa revender essa sua parte, que lhe assy foi dada, por toda aquella quantia, por quanto lhe foi dada pelos ditos fretadores, e nom por mais; e se o contrairo de esto fezer, que aja as ditas penas” (OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 60-61).

41 “Outro sy se os ditos fretadores nom fezerem igualdade, ou per outra guiza fezerem o que nom devem, pera se nom guardar a dita postura, como dito he, aja cada huu as ditas penas pela guisa, que dito he” (OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 61).

42 “e de sto sejam requeredores, e accusadores pera demandarem as ditas penas o dito meu Almoxarife, e Escrivam, ou Procurador do Concelho, ou outro qualquer do Povoo tambem da Cidade, como de fora parte. E seja primeiro recebido a demandar as ditas penas o Procurador do Concelho, e leve a pena dos ditos dinheiros pera o Concelho” (OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 61).

43 “e se as demandar nom quiser, entom as demande o dito meu Almoxarife, e Escrivam, e levem as ditas quinhentas libras pera mim; e se o dito meu Almoxarife, Escrivam nom quiserem demandar a dita pena dos ditos dinheiros, entom os demande outro qualquer do Povoo” (OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 61-62).

44 OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 61-62.

45 “Outro sy se o Meestre da Nao consentir que alguu Mercador meta mais averes, que aquellos que lhe foram assignados pelos ditos fretadores, e o fezer a sabendas, aja as ditas penas, e sejam-lhe demandadas pela guisa, que dito he” (OA, 1984, vol. IV, tit. 5: 62).

fosse necessário haver segurança dos mesmos⁴⁶. No entanto, D. Fernando depressa se arrependeu deste projeto. Em 4 de novembro de 1382, “deu instruções ao corretor Gonçalo Anes, ao qual deu a carta de mercê de ofício de fretador das naus, para dar prioridade, em Lisboa, ao fretamento dos seus próprios navios”⁴⁷. Como veremos, a intervenção régia nesta matéria acentuar-se-á ao longo dos tempos.

Os documentos que coligimos permitem-nos confirmar uma série das ordenações importantes para a questão em estudo. Possibilitam, também, tecer outro tipo de considerações. Sabemos, através de uma postura, que os fretamentos e os fretadores lisboetas eram registados num livro próprio da Câmara⁴⁸. Esta prática era levada a cabo porque, tal como no Porto, a cidade tinha direito a um vencimento monetário por cada frete realizado nos seus portos. No ano de 1392, D. João I remete para o seu procurador a decisão de confirmação dos direitos da Câmara de Lisboa na jurisdição das suas rendas e dos fretamentos da cidade⁴⁹. Volvidos 14 anos (1406), uma outra ordenação reguladora dos direitos da cidade e do concelho de Lisboa sobre os fretamentos da cidade permite-nos perceber o quão lucrativo era este sistema mercantil para este município⁵⁰. Por este ano, Lisboa deveria arrecadar, como era norma até aí, para ajuda dos seus encargos, dois marcos de prata por qualquer navio com mais de 100 tonéis que fosse fretado ou carregado na cidade. Este pagamento era distribuído equitativamente pelos senhores do navio (um marco de prata) e pelos mercadores que fretavam a embarcação (outro marco de prata). No caso de o navio ser “de moor carrega dos dictos Çem tonees”, deveria ser cobrado, por cada tonelada, a razão de “dous marcos de prata ssoldo por liura”. No entanto, “alguns maleçosos por defraudar E fazer engano aa dicta çidade por ã auuer o dicto direito”, mandavam fazer cartas de fretamento com a menção de que estas haviam sido feitas fora do reino⁵¹. Para evitar mais condenações e punições de vários mercadores, que resultavam em grandes “danos e perdas”, o monarca ordena, em consentimento com o município e os mercadores da cidade, que o pagamento devido à Câmara por cada navio fretado ou carregado, com mais de 100 tonéis, nos portos lisboetas, passava a ser de um marco de prata, metade pago pelo senhor do navio e a outra metade pelos fretadores. No caso de a embarcação possuir uma tonelagem superior a 100 tonéis, deveria ser cobrado, pelo fretamento, o soldo por libra à razão do marco⁵².

Em 1416, surgem novos dados acerca dos fretamentos de Lisboa. É concedida por D. João I a confirmação de uma carta de guarda do privilégio de preferência, detida pelos homens-bons e o concelho de Lisboa, no fretamento dos navios que estivessem no porto da cidade. A Câmara de Lisboa possuía o privilégio de fretar em primeiro lugar “quando em a dicta çidade steuerem poucos nauyos”. No entanto, alguns mercadores estrangeiros fretavam navios sem salvaguardar o privilégio da cidade⁵³.

46 *DP*, 1944, vol. I, doc. 147: 171-173.

47 BARATA, 1998: 281.

48 “E nom dixeis nem consintais vos nem os demais oficiais que no depaxo das Embarcais (sic) intendam seya nenhuma que fretada vaa do Rio em fora sem que os fretadores haiam corretagem de tais fretamentos porque asim nos pras E he nosa merse E este se Registe no liuro da camara pera todo tempo se saber a maneira que em ellos se a de ter” (*LPA*, 1974: 226).

49 *DP*, 1944, vol. I, doc. 182: 198-199.

50 A questão da recolha de impostas que recaiam sobre a atividade fretadora e a forma como eles eram arrecadados levantou uma série de problemas um pouco por todo o reino; não se trata de uma situação exclusiva da cidade de Lisboa (BARATA, 1998: 286).

51 Como facilmente se subentende, a cidade só receberia os seus direitos financeiros quando os navios eram fretados nos seus portos.

52 *DP*, 1944, vol. I, doc. 211: 219-220.

53 *DP*, 1944, I: doc. 235: 243-244.

A questão dos fretamentos da cidade não terá ficado totalmente resolvida em 1406. No dia 7 de novembro de 1422, reúnem-se, na Câmara de Lisboa, alguns dos mais ilustres cidadãos da cidade, os comumente designados “homens-bons”⁵⁴. Na agenda da reunião está ditado um assunto que nos é familiar: “muitos asy mercadores como Senhorios e mestres de naujos catam muitos camjnhos E aazos pera desfraudar a çidade do direito que ha dauer do marquo da prata dos dictos naujos”⁵⁵. Alguns afirmavam que todas as mercadorias que transportavam eram suas, ou seja, que estas não vinham fretadas, nem necessitavam de o ser, e iam assim carregar o navio a Setúbal e a Alcácer, entre outros lugares, para fugir ao pagamento do marco de prata à cidade de Lisboa. Outros, pelo contrário, optavam por garantir que os seus navios vinham fretados dos locais que eram provenientes, “por vyndo e por hida nam emargando que assy vjnham de boto com suas mercadarias a esta çidade e nella as descarregauam e se hiam della a carregar aos dictos lugares de setuuell alçaçer como ao algarue e a outras partes”. Com este subterfúgio, conseguiam fugir ao pagamento do direito da cidade, pois não fretavam nem carregavam mercadorias nos portos de Lisboa. No entanto, sempre que eram pedidas as cartas de fretamento, os mestres alegavam que as tinham deixado “na terra donde asy vinham fazendo todo esto e outros muyto conluyos soomento por desfraudar e enganar a dicta çidade por lhe nam pagarem o dicto direito do marquo”. Para resolver este problema, fica decidido que os mestres e senhores dos navios que chegassem ao porto de Lisboa, provenientes de “quaaesquer partes e lugares”, tinham até às doze horas do dia seguinte para apresentarem as cartas públicas dos seus fretamentos, “a quem o carreguo dello polla dicta çidade teuer”, ou seja, aos fretadores da cidade. No caso de não as mostrarem, então, ficava estipulado que pagassem um marco de prata à cidade, independentemente de não carregarem ou fretarem navios nos seus portos. Para além disso, os infratores, fossem mercadores, senhores, mestres, ou marinheiros, ficavam sujeitos a “averem galardam de ssuas maliças e enganos”⁵⁶.

O fretamento dos navios era, como dissemos já, um ofício exclusivo dos fretadores da cidade. Em 1428, o corregedor, os vereadores, procuradores e homens-bons de Lisboa reforçam esta postura, indicando que nenhum marinheiro, mestre ou senhor de navios, naves e baixéis poderia fretar qualquer embarcação sem recorrer aos fretadores da cidade. No caso de não o fazerem através destes agentes, ficavam obrigados a pagar quer à cidade, quer aos fretadores, os valores estipendiários que lhes eram devidos por este serviço⁵⁷.

Sobre este assunto, uma nova ordenação é promulgada em 1452. As autoridades concelhias (corregedor, vereadores, procuradores e homens-bons), tendo conhecimento que existiam pessoas que desempenhavam o ofício de fretador e de corretor sem que para isso possuíssem as cartas que os legitimavam neste ofício, estipulam um conjunto de penas para quem infringisse esta lei. Assim, quem não detivesse uma carta da cidade que o legitimava enquanto corretor-fretador e fosse apanhado, pela primeira vez, a exercer estes ofícios ficava sujeito a uma pena de 500 reais brancos; se incorresse novamente nesta irregularidade deveria pagar, desta vez, 1000 reais brancos; por fim, se houvesse alguém tão ousado que voltasse a praticar esta ilegalidade uma terceira vez, então, o valor da pena ascendia aos 1500 reais brancos – pena, evidentemente, com valor dissuasor –, sendo que metade deste valor destinava-se ao acusador e a outra

54 A saber, João Afonso Fuseiro, corregedor da cidade e vassalo do rei; João Esteves e Rui Gomes, vereadores; Rui Pires, procurador do concelho da cidade; Fernão D'Alvares da Escada da Pedra; Vicente Ruiz, antigo juiz dos feitos do cível; Fernão da Veiga, juiz dos feitos do crime; Gil Martins, antigo sobrejuiz; Felipe Daniel e Rui Garcia, mercadores; entre outros homens-bons da cidade (LPA, 1974: 160).

55 Vê-se, neste momento, que a redução para um marco de prata nos direitos portuários da cidade, aquando dos fretamentos marítimos, encontra-se em vigor.

56 LPA, 1974: 160-162.

57 LPA, 1974: 152-153.

metade à ajuda das obras na cidade. Para além disso, é sublinhada a impossibilidade de compra e venda de qualquer tipo de mercadoria por parte de um mercador estrangeiro sem a consulta prévia de um corretor (serviço evidentemente pago). Quem não o fizesse, seria multado em 200 reais brancos, destinados às obras da cidade. No entanto, os moradores da cidade não ficavam sujeitos quer à pena, quer à corretagem, quando compravam mercadorias para as suas provisões e não para revenda⁵⁸.

Esta questão parece dar seguimento às queixas verificadas num manuscrito não datado, mas muito provavelmente situado no reinado de D. João I, no qual o monarca indica que os senhorios e mestres de navios, através dos vereadores e procuradores de Lisboa, moveram reclamações acerca dos fretamentos feitos naquela cidade. Segundo estes homens, alguns mercadores fretavam navios junto de pessoas que não tinham carta de fretador. Por este motivo, não era pago o salário a que os fretadores beneficiavam pelos seus ofícios, nem a cidade usufruía dos seus direitos monetários. Analisadas as queixas, o monarca ordena que este privilégio se faça cumprir, reforçando a ordenação que defendia que “se nom Entermeta a fazer fretamento pessoa que carta de officio de fretador E tratador (?) nom tenha”⁵⁹.

Sobre os rendimentos dos fretadores, apesar de não termos podido recolher dados concretos acerca dos seus lucros, sabemos que estes seriam onerosos. Disso nos dá a evidência da redução do número de fretadores estantes em Lisboa⁶⁰. A Câmara atenta aos lucros mais reduzidos que estes auferiam em comparação com um passado próximo, pede para que se proceda à diminuição do número de oficiais que desempenhavam estas funções. O motivo, claro, parece simples de ser traduzido: numa matéria bastante propícia a irregularidades, interessava ao concelho, para benefício financeiro próprio, que os fretadores desempenhassem as suas funções dentro das normas. Para isso, era necessário que estes auferissem bons rendimentos para que pudessem resistir um pouco mais à tentação de incorrer em práticas que hoje se diriam corruptas... Uma outra carta de aforamento, datada de 1364, permite-nos retirar semelhantes ilações. D. Afonso V dava, em duas vidas, a Esteve Anes, fretador das naus⁶¹, umas casas em Lisboa, situadas na rua de Morraz, e outras na rua da Judiaria Nova, pelo valor de 50 libras anuais⁶². A repetição desta quantia anual num diferente aforamento, em Lisboa, feito a um outro fretador das naus, Estêvão Anes⁶³, indica a prevalência de rendimentos significativos em mais do que um indivíduo.

Durante o reinado de D. João I, verifica-se uma diminuição, de 25 para 12, do número de fretadores estantes na cidade, porque “nom he iusto que em desprezo da dita poruizon E pusturas os officios percam E non haiam os sellairos que por nosos Antecesores lhe foran dados E Rendan menos sendo doze do que soham de Render sendo vinte sinco de que nos os tiramos com parcer dos do nosso concelho por iustas cauzas que a ello nos moueRam”⁶⁴. Para reforçar esta disposição, o monarca ordenava que daí em diante os salários dos fretadores não fossem nunca diminuídos, mas sim “acrescentados”⁶⁵. Desta redução do número de fretadores da cidade nos dá conta um outro documento, datado de 1433. D. João I, dirigindo-

58 *LPA*, 1974: 38-39.

59 *LPA*, 1974: 225.

60 Atentaremos nesse caso de seguida.

61 A designação de “fretador das naus” obriga-nos a formular a hipótese de existirem diferentes tipos de fretadores, apontando, inclusive, para uma possível categorização hierárquica.

62 *DP*, 1988, supl. ao vol. I, doc. 174: 285.

63 *DP*, 1988, supl. ao vol. I, doc. 379: 398.

64 *LPA*, 1974: 225-226.

65 *LPA*, 1974: 226.

se a João Afonso Fuseiro, corregedor régio de Lisboa, ordena que Vicente Anes não seja retirado do ofício de fretador, em virtude da redução que estava a ser feita pelo referido corregedor⁶⁶. Para além desta intervenção direta do monarca em questões municipais, o documento fornece-nos ainda outras pistas acerca do modo de funcionamento da delegação deste ofício nestes tempos. João Gomes informou D. João I de que ele já tinha sido fretador na cidade de Lisboa. No entanto, este antigo agente “posera este ofício em vicente anes seu parente e morador em esa çidade o qual já tem per carta que a çidade dell deu a nosso Requerimento”⁶⁷. Verificava-se, portanto, a cedência do ofício de fretador por parte de alguns indivíduos para pessoas suas conhecidas. No entanto, a documentação que coligimos não nos permitiu responder a uma série de questões que se impunham: esta cedência da carta de fretador a outrem era feita com algum benefício para o antigo proprietário ou através de um simples e comum acordo? Sabemos, porque o documento nos diz, que o monarca tinha de validar o novo fretador em funções (como, aliás, quando o compromisso era feito de raiz), com conhecimento do concelho, processo que nos leva a questionar as condições impostas pelas autoridades régias e municipais para a realização desta cedência...

A intervenção dos monarcas nos fretamentos concelhios é novamente manifestada através de manuscritos indicativos de nomeações régias para o ofício de fretador das naves e das barcas, entre outras embarcações, da Coroa. Em 1371, Fernão Gomes, alcaide das galés reais, é nomeado mestre, pela mão de D. Fernando, da barca régia “que chamam Sam Jorge”, com a obrigatoriedade de prover, marear e administrar a barca. Fernão Gomes podia assim nomear marinheiros e grumetes para nela servirem, pagos pelas suas soldadas, substituindo, se necessário, aqueles que o mestre “vjr que hi nō ssom compridoiros”. Para além disso, o referido mestre poderia fretá-la, recebendo por isso os lucros que dela advinham. No entanto, são indicadas algumas condições para o referido fretamento: é ordenado que quando a barca estivesse em Lisboa, Fernão Gomes não a poderia fretar sem antes apurar se o ofício da Fazenda régia na cidade necessitaria de qualquer prestação de serviços. Por fim, é também indicado que o mestre, quando estivesse fora da cidade de Lisboa, poderia fretá-la nos portos para outras partes, desde que esta não tivesse de regressar com carregamentos para esses locais. Isto é, o fretamento no local de desembarque poderia ser feito caso fosse acordado o seu descarregamento em Lisboa⁶⁸. Em condições semelhantes àquelas que aqui foram enunciadas, no mesmo ano, Martim Ortiz, recebia uma carta de mercê de mestre da barca d’el-Rei, Santa Maria⁶⁹.

Volvidos 11 anos, em 1382, é outorgada uma carta de mercê do ofício de fretador das naves, barcas e quaisquer outros navios que D. Fernando – bem como os seus sucessores – possuía ou venha a possuir, a Gonçalo Anes, corretor, nos mesmos termos em que já o eram Pedro Afonso e João Domingues, ambos fretadores. A novidade desta carta de privilégios assenta no facto de o monarca, atento aos grandes lucros que o frete marítimo nesta época já provia, indicar expressamente que no porto de Lisboa os fretes de navios só poderiam ser feitos após as naves régias terem sido todas fretadas⁷⁰.

66 “A uos Joham afonso Fuseiro corregedor por nos em a cidade de lixboa Saude bem sabees como quando outro dia viestes a nos ao lumyar nos falastes em com.o os fretadores dessa çidade eram mujtos E como nos uos disemos que em ello teuesses tal maneiro como hi nom ouese majs que aquelles que vises que fossem conpridoiros a dcta çidade” (LPA, 1974: 260).

67 DP, 1944, vol. I, doc. 253: 260.

68 DP, 1944, vol. I, doc. 121: 139-140.

69 DP, 1944, vol. I, doc. 122: 140.

70 “mandoo uos que em quanto os nosos nauyos esteuerem em esa çidade e nō forem fretados elle nō frete nem posa fretar nemhuus outros nauyos ataa que elles seiam ffretados” (DP, 1944, vol. I, doc. 155: 180-181).

Avançando até ao reinado de D. Afonso V (1454), percebemos que o monarca concede a João de Lisboa, corretor e fretador na dita cidade, após um pedido de D. Vasco de Ataíde, prior do Crato, uma carta de mercê do ofício de fretador de naus e de navios, entre outro tipo de embarcações, bem como do ofício de corretagem de todas as mercadorias, sem qualquer limitação geográfica, ou seja, perante “todos nosos Regnos e Senhorios”⁷¹.

A documentação que coligimos mostra-se avara em relação a cartas de fretamento provenientes dos séculos XIV e XV. Vimos muitas, principalmente através do vasto e importante volume de anexos publicado por Amândio Barros⁷², mas estas incidem num período posterior àquele que aqui estudamos... Ainda assim, dispomos de dois documentos que relatam o fretamento de um baixel e de uma caravela⁷³. Por este motivo, não intentaremos responder a todas as questões que possam ser levantadas sobre este tema. Procuraremos, pelo contrário, tecer alguns apontamentos que se demonstrem indicativos sobre o sistema de frete marítimo dos séculos XIV e XV.

Um frete, de uma forma geral, pelo menos para o conjunto do Sul da Europa, podia ser contratado de duas diferentes formas: “ou era acordado o transporte de determinada mercadoria, por uma viagem e com escalas mais ou menos fixas, ou o mestre do navio colocava a sua embarcação ao serviço exclusivo de um afretador interessado, durante um certo tempo, ou para uma viagem específica”⁷⁴. As cláusulas compreendidas nestes documentos, *mutatis mutandis*, encontram-se assinaladas na documentação que coligimos.

No dia 18 de maio de 1386, três mercadores, Vasco Martins, morador em Santarém, Joane Anes e Afonso Rodrigues, moradores em Setúbal, decidiram fretar ao mestre, João Ramalho, o baixel a que chamavam de Santiago. No total seriam carregados 57 moios de pão (contendo 64 alqueires em cada moio)⁷⁵, que implicavam o pagamento de 1140 libras pelo fretamento deste baixel, ou seja, 20 libras por cada moio de pão. Para além disso, acrescia ainda o valor de 3 soldos por cada moio de pão (171 no total), para as calças do navio. Neste fretamento ficara acordado que a embarcação seria carregada no Porto, no prazo máximo de oito dias. O mestre comprometia-se a ter o navio bem toldado, aparelhado e equipado de âncoras, cordas, cobres, marinheiros, pajens e todos os outros aparelhos necessários à viagem. Além disso, o mestre responsabilizava-se, também, por fazer todos os possíveis para salvar a embarcação e o seu carregamento⁷⁶. No caso de acontecer algum percalço durante a viagem, dois terços das perdas ficavam à responsabilidade do mestre e o outro terço às custas dos mercadores. Estimava-se igualmente uma pena de 1000 libras (valor, certamente, dissuasor) para quem não cumprisse o contrato assinado⁷⁷.

71 DP, 1988, supl. ao vol. I, doc. 132: 163.

72 BARRÓS, 2004, II.

73 Uma delas anteriormente apresentada, no ponto referente ao contexto do comércio externo português.

74 BARATA, 1998: 283.

75 Divididos em duas partes: 30 moios de Vasco Martins e 27 dos outros dois mercadores em conjunto.

76 “E deytaredes ancoras e cordas e caabres em costa de mar e em porto estando pera ssualor o dicto bayxel e os aueres que em el forem carregados” (DP, 1988, supl. ao vol. I, doc. 50: 69).

77 DP, 1988, supl. ao vol. I, doc. 50: 69.

Depois de carregado o baixel, dava-se início à viagem, com destino à cidade de Lisboa, prevendo-se, no entanto, uma escala no Restelo durante dois dias. Chegado a Lisboa, era imposto um prazo máximo de oito dias para ser totalmente descarregado. Até findar este prazo, o pagamento a João Ramalho deveria ser feito pelos valores previamente acordados. No caso de os três mercadores não o conseguirem fazer, a quarta-parte do carregamento revertia para a posse do mestre do navio⁷⁸.

O documento permite-nos retirar outros dados acerca da feitura das cartas de fretamento. Estas necessitavam ser oficializadas por um tabelião, Antoninho Domingues neste caso, e validadas por um conjunto de testemunhas: Afonso de Mujugães, marinheiro, Antoninho Martins “Chichjm”, Álvaro Domingues, marinheiro, e Estêvão Esteves, medidor do sal⁷⁹.

3. Questões em aberto

3.1. As barcas de passagem entre Lisboa e Almada: um primeiro modelo de regulação concelhia dos fretes marítimos?

A forma mais incipiente, e talvez mais antiga, de fretamentos marítimos consistia no frete das barcas de passagem. Os rios representavam, na Idade Média, um difícil obstáculo na transposição das suas margens. As pontes minguavam e representavam uma das poucas “obras públicas” admitidas nestes tempos. Por isso, se as dificuldades técnicas ou o custo de edificação de uma infraestrutura como esta ultrapassavam as possibilidades da época, “recorria-se ao vau ou à barca”⁸⁰. Sabe-se que, no reino português, o número de barcas de passagem era grande. “Além do mais, a barca permitia lucros, sempre bem organizados e em proveito dos senhorios ou dos concelhos. Não havendo embora estudos sobre estas barcas para o período medieval, é lícito admitir que mais de uma centena estava em uso, como aliás a própria toponímia deixa entrever”⁸¹.

Em Lisboa, no ano de 1284, são-nos fornecidos relatos sobre a questão dos lucros das barcas de passagem. Neste ano é, aparentemente, solucionado um problema antigo, que estava novamente na ordem do dia, entre o alcaide, alvazis e concelho de Lisboa e o comendador, alvazis e concelho de Almada, sobre a taxa das passagens e fretes que deviam levar os barqueiros entre Lisboa e Almada e vice-versa. Segundo o concelho de Lisboa, as barcas de passagem, colocadas “de longo tempo” por comum acordo entre os dois concelhos, foram postas para que levassem, entre uma e outra vila, “os barqueyros aj de beschas como de homeens como doutras cousas”. No entanto, estes barqueiros, para realizar a travessia, cobravam, às gentes das vilas, valores superiores àqueles que haviam sido acordados anteriormente. O documento fala mesmo na existência de uma “germaydade” – ou seja, uma aliança ou irmandade⁸² – de barqueiros, criada em tempos antigos e que tinha por objetivo o comum acordo sobre os preços da travessia. Para solucionar o gravame, o concelho de Lisboa ordena que cada travessia das barcas de passagem se faça segundo aquilo que descrevemos de seguida. Por cada travessia era cobrado, a cada pessoa, um dinheiro. A este valor acresciam outros valores estipendiários, de acordo com algumas cláusulas, devidamente tabeladas: seis dinheiros por cada besta cavalari ou muar que transpusesse o rio; três dinheiros por cada besta asnal; um dinheiro por

78 DP, 1988, supl. ao vol. I, doc. 50: 69.

79 DP, 1988, supl. ao vol. I, doc. 50: 69.

80 MARQUES, 1986, IV: 126.

81 MARQUES, 1986, IV: 127.

82 VITERBO, 1865, 2: 16.

cada cesto de colo “chão”; um dinheiro por cada “argaã” cheia de pão ou de outras coisas. No caso de os barqueiros “mayes leuar ca de suso e tanxado se for achado en Lixboa ou en almadáá dem com ele na torre e pecte Cinqui soldos”. Para além disso, ficava estipulado que se alguma pessoa “ueer a qualquer dos portos des que se poser o sol que queira pasar se conos barqueyros comó ó passaem”. Os barqueiros ficavam também impedidos de transportar mouros e servos sem o consentimento dos seus senhores. No caso de os barqueiros os transportarem, e estes se perderem, ficavam sujeitos a responder perante os seus senhores⁸³. No nosso entender, prevê-se, já aqui, possivelmente, um primeiro modelo de organização de fretamentos, tutelados pelas autoridades municipais. Os preços eram regulados, organizados e os seus intervenientes possuíam uma noção clara de que pertenciam a uma “germaydade”. Embora fosse bastante interessante saber se estes modelos de organização, algo incipientes, de travessia marítima através do frete de uma barca possuíram, em algum momento, algum reflexo na organização dos posteriores fretamentos alfandegários, não encontramos na documentação dados suficientes para responder a esta questão. No entanto, desejamos aprofundar esta ideia numa investigação sobre o assunto que se encontra em curso, a qual revelará dados interessantes sobre este aspeto.

3.2. Corretores e fretadores, um só agente?

Gama Barros afirma que “sobre o fretamento dos navios as disposições legais anteriores ao século XV não falam ainda na intervenção de correctores”⁸⁴. Esta é uma realidade documentada que se manifesta um pouco por todo o reino. Apesar de na maioria da documentação se observar uma separação entre ambas as funções, estas ficavam, no entanto, à guarda de um mesmo indivíduo. A bibliografia não avançou ainda, no nosso entender, de forma detalhada, os motivos que levavam à execução cumulativa destes dois cargos desempenhados no âmbito municipal. No entanto, cremos que se trata de uma consequência inevitável da atuação destes oficiais. Em primeiro lugar, devido a funções estritamente práticas. Um fretador deveria registar os navios que chegavam ao porto da cidade, bem como as mercadorias que nele eram trazidas. Tinha, portanto, um conhecimento detalhado sobre os portos da cidade. Desse modo, torna-se lógico e evidente a delegação numa mesma pessoa de dois ofícios tão próximos. Por sua vez, em segundo lugar, acreditamos que se trata também de uma lógica de controlo concelhio. Isto é, a Câmara de Lisboa, procurou, como demonstrámos, reduzir o número de fretadores, quer para estes serem beneficiados com maiores lucros (e assim terem menos necessidade de cometer fraudes), quer para conseguirem mover um controlo mais apertado a estes agentes. A corretagem e o fretamento são dois sistemas portuários que dão muito lucro; como tal, cabia à cidade impulsionar e regulamentar estes oficiais de modo a controlar melhor os lucros que daí advinham.

83 *DP*, 1988, supl. ao vol. I, doc. 9: 9-10.

84 *BARRÓS*, 1945, IX: 342.

Fretamentos e fretadores em Lisboa nos séculos XIV e XV: um balanço final

O frete marítimo possibilitava a importação de mercadorias das quais o reino sentia falta. Era, portanto, tal como vimos, um dos principais meios de que a Coroa, os mercadores e as autoridades municipais dispunham para contornar a falta de dinheiro no reino português. Por este motivo, a organização dos fretadores por parte das autoridades concelhias, e consequentemente pela monarquia, revelam uma proximidade crescente entre o desenvolvimento e expansão do comércio externo português e os sistemas de fretagem dos principais portos do reino. Os fretes marítimos eram caros, como tal, os agentes envolvidos neste processo poderiam auferir somas significativas de dinheiro. Alertados para isto, o poder régio e municipal depressa iniciaram a taxação deste negócio. É neste contexto que se verifica um aumento da importância dos corretores e dos fretadores, os agentes mercantis municipais, que constituíam uma tentativa da Coroa controlar e mediar o fluxo de encargos. A regulação dos impostos concelhios, como notou Filipe Themudo Barata, levantou vários problemas na questão da definição da competência para julgar estes casos. Até ao reinado de D. João I parece ter sido, “ao menos em Lisboa, a vereação e os procuradores da *Câmara a julgarem, definitivamente, estes casos. Todavia, face às dúvidas levantadas*, o rei reconheceu, em julho de 1392, competência aos sobrejuizes da Casa do Cível para decidir sobre os agravos”⁸⁵.

Apesar das avolumadas somas de dinheiro que o sistema de fretagem movia, este não assegurava garantidamente a existência de lucros, devido a um conjunto de fatores: em primeiro lugar, os infortúnios no mar eram uma presença constante, fosse por desastre ou naufrágio, fosse por aprisionamento do navio. Por este motivo, muitas das vezes, não seria estranho verificar que alguns mercadores distribuíam as suas mercadorias por diferentes barcos fretados, para assim minimizar as perdas; esta era, aliás, uma vantagem do frete marítimo quando comparado com a propriedade efetiva de uma embarcação. Em segundo lugar, não era garantido que as mercadorias fretadas dessem lucro nos portos de destino, mas isso não impedia que o pagamento tivesse de ser feito ao mestre da embarcação, tal como vimos.

Algumas questões ficaram por resolver. Algumas das mais pertinentes serão, talvez, a tradução efetiva dos rendimentos auferidos pelos fretadores, a real amplitude da intervenção régia junto destes homens ou, por fim, a evolução administrativa deste sistema. Apontamos para o fretamento das barcas de passagem como uma possível origem deste sistema. Uma vez que não podemos apontar um rumo definitivo em relação a estes assuntos, esperamos que no futuro alguém desembarque nos portos que hoje não conseguimos alcançar.

Siglas e abreviaturas

LPA – *Livro das Posturas Antigas*

DP – *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*

OA – *Ordenações Afonsinas*

Fontes

Descobrimientos portugueses: documentos para a sua história, MARQUES, João Martins da Silva (org.), vol. I e supl. ao vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

Livro das Posturas Antigas. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

Ordenações Afonsinas, edição fac-similada da edição publicada pela Real Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1792, vol. IV. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Bibliografia

BARATA, Filipe Themudo, 1998 – *Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BARROS, Amândio, 2004 – *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*. Porto (Tese de doutoramento em História Moderna apresentada à FLUP, 2004), 2 volumes.

BARROS, Henrique da Gama, 1945 – *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2.^a ed. dirigida por Torquato de Sousa Soares, t. IX. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

DOMINGUEZ, Rodrigo da Costa, 2006 – *Mercadores-banqueiros e Cambistas no Portugal dos séculos XIV-XV*. Porto (Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

FONSECA, Luís Adão, 1987 – “As relações comerciais entre Portugal e os reinos peninsulares nos séculos XIV e XV”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. II. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 541-56.

FOURQUIN, Guy, 1997 – *História Económica do Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1959 – *Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa (Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1989 – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*, vol. IV. Lisboa: Editorial Presença.

MIRANDA, Flávio, 2012 – *Portugal and the medieval Atlantic: commercial diplomacy, merchants, and trade, 1143-1488*. Porto (Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

RODRIGUES, Maria Teresa, 1968 – “Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no século XV”. Lisboa: Separata da *Revista Municipal*.

SOUSA, Armindo de, 1990 – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. Porto: INIC, 2 volumes.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, 1865 – *Elucidário das palavras, termos e frases antiquadas da lingua portugueza*, t. 2. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes.

Mundo urbano e modernização económica e social na Galiza, 1752-1920¹

Isidro Dubert

Introdução

Em regra, os historiadores entendem que os processos de urbanização e de industrialização – e, em consequência, os de modernização económica e social – costumam desenvolver-se em simultâneo. Talvez tenham sido os historiadores ingleses² quem melhor caracterizou historicamente este complexo fenómeno, cuja duração temporal é por outra parte plurissecular. Embora seja difícil oferecer uma imagem sintética do mesmo em poucas linhas, sem cair em possíveis esquematismos e simplificações, o essencial deste fenómeno pode ser sintetizado partindo da existência na Inglaterra de uma rede urbana constituída por vilas e cidades que, durante o Antigo Regime, exerceram nos planos económico e social funções claramente diferenciadas a respeito do mundo rural circundante. No interior destas vilas e cidades existia uma indústria gremial de carácter tradicional, e é a elas que jovens de ambos os sexos se dirigiam provenientes do meio rural circundante para se empregarem no serviço doméstico ou no comércio, como aprendizes, por exemplo.

Num momento determinado, a necessidade de satisfazer as demandas de um mercado em expansão – quer local, regional ou nacional – propiciou a extensão do trabalho doméstico entre um setor do campesinato que vivia na *hinterland* dessas vilas e cidades. Uma atividade que gerou uma divisão social do trabalho industrial, a qual, no médio prazo, acabou incidindo e erodindo as tradicionais relações laborais que, nessa área, eram amparadas e impulsadas pelos grêmios urbanos. Este processo foi acelerado no século XVIII, uma vez que os comerciantes-fabricantes e os “capitães de empresa”, que impulsavam e beneficiavam do mesmo, garantiram o controlo dos mercados locais e lutaram por conseguir uma maior presença e concorrência dos seus produtos no âmbito regional, nacional ou internacional. Paralelamente, e mercê de capitais de procedência diversa, as bases da mecanização da indústria têxtil começaram a ser fixadas, acompanhadas de uma paulatina relocalização da indústria doméstica rural na cidade, dando lugar, assim, ao nascimento da fábrica, ou, o que é o mesmo, da produção em série sistemática. Ao mesmo tempo que isso acontecia, ocorriam importantes mudanças na composição, intensidade e origem das tradicionais

¹ A elaboração deste trabalho foi realizada no quadro do Projeto de Investigação HAR2009-08098, financiado pela Dirección General de Investigación y Gestión do Plan Nacional de I+D+i, do Ministerio de Ciencia e Innovación do Governo da Espanha.

² WRIGLEY, 1987.

correntes migratórias campo-cidade, visto que uma parte significativa desta mão-de-obra acabada de chegar à urbe procediam agora das áreas geográficas onde a indústria rural doméstica tinha algum arraigo. Estes indivíduos beneficiaram, pois, das contínuas transformações que experimentaram os mercados de trabalho urbano, cuja capacidade de atração explica o protagonismo que tiveram as referidas correntes migratórias no crescimento demográfico registado nas vilas e nas cidades inglesas da época.

Numa segunda fase da urbanização e da industrialização, desenvolvida no século XIX, as mutações continuadas que a produção industrial conheceu, a consolidação e a extensão da administração, a especialização gradual do comércio..., foram agentes que mais uma vez modificaram a articulação interna dos mercados de trabalho urbanos. Neste contexto, teve lugar o aparecimento de novos ofícios, a rápida profissionalização dos clássicos trabalhos femininos, o lento desaparecimento do serviço doméstico... Na mesma linha, produziram-se mudanças no funcionamento da imigração urbana, a qual alargou o seu raio de ação, passando da ligação às migrações internas, ensaiadas a partir das áreas regionais mais ou menos próximas, à vinculação cada vez mais estreita às migrações internacionais, numa sorte de “transição da mobilidade” que seria completada até ao final do século XIX. As modificações que este complexo processo de mudança teve para a estrutura social foram resolvidas com o aparecimento de novas classes sociais. Em pouco tempo, por um lado, o proletariado, e por outro, contrariamente ao que foi notado por Karl Marx, esse variado conglomerado de profissões e de ofícios que durante o século XX, acabaria por desembocar nas chamadas “classes médias”.

Com mais ou menos matizes, dependendo dos contextos históricos, este esquema de desenvolvimento histórico foi utilizado pelos historiadores europeus para analisar o que aconteceu em lugares tão diferentes como a Bélgica, o sul da Alemanha, o norte da Itália, a Catalunha ou o País Basco. No decurso das suas investigações eles beneficiaram das achegas de autores como P. Kriedte, H. Medick, E. A. Wrigley, Ch. Tilly, J. C. Scott, F. Mendels, E. P. Thompson, E. Hobsbawnd, D. Baynes, A. Sharlin, etc. De tal modo, que o referido esquema costuma ser apresentado como um paradigma canónico, o qual sintetiza *grosso modo* as “naturais” relações entre a urbanização, a industrialização e a modernização económica e social.

É por esta razão que, tradicionalmente, os historiadores associaram o desenvolvimento da urbanização e da industrialização às profundas transformações urbanísticas que as vilas e as cidades experimentaram; à mudança acontecida na natureza, composição e intensidade das velhas correntes migratórias campo-cidade; ao crescimento populacional urbano; às modificações dos comportamentos demográficos tradicionais e das formas de vida familiar; ao nascimento de novas classes sociais; ao aparecimento de novas formas de conflituosidade, sociabilidade, padrões de consumo, etc. Dito por outras palavras, o desenvolvimento da urbanização e da industrialização é geralmente associado à atuação de alegados fatores de modernização económica e social, que são considerados responsáveis, em maior ou menor medida, pelas transformações que acabaram dando vida a uma realidade económica, demográfica, social e cultural, cuja principal virtude foi deixar para trás o mundo do Antigo Regime³.

Uma forma de focar o problema de inspiração anglo-saxónica, que gozou de notável sucesso e aceitação entre os historiadores, demógrafos, economistas e sociólogos, até ao ponto de ser assumido que aquelas regiões europeias que haviam ficado à margem da referida urbanização e industrialização, como por exemplo a Galiza, o norte de Portugal ou a Espanha interior, não teriam desfrutado das benesses do progresso económico e social mais que de uma forma imperfeita, ou teriam vivido sumidas numa espécie

de atraso permanente que impediria ou lastraria a sua entrada na modernidade. Instalados desta forma no “paradigma do atraso”, pouco ou nada seria esperável historicamente de uns territórios alegadamente situados à margem de qualquer género de progresso. Afinal, o seu passado, como o seu presente e futuro, não seria mais do que o reflexo fiel desse eterno presente que foi o Antigo Regime⁴.

Face a esta ideia, queremos evidenciar com este trabalho que, independentemente dos efeitos gerados pela urbanização e pela industrialização, os fatores de modernização que incidiram sobre o mundo urbano, assim como as suas consequências, foram plasmados na história de mais do que uma forma. De modo nenhum a ausência de uma industrialização ou urbanização *à inglesa* foi um lastro no caminho para a modernidade, mas, bem pelo contrário, foi a prova mais evidente de que existiu uma via diferente a que não é prestada bastante atenção. Tentando resolver esta questão, debruçamo-nos aqui sobre o que se passou a este respeito, na Galiza, atendendo primeiro à relação existente entre as mudanças socioeconómicas e a evolução da população urbana entre 1752 e 1920. Num segundo momento, deter-nos-emos no papel ambíguo desenvolvido pelos fatores tradicionais de modernização económica e social no seio da sociedade urbana galega, para terminar aproximando-nos das vias que esta seguiu num mundo em que as circunstâncias imperantes a nível local lograram condicionar e incidir sobre o caminho que devia conduzi-la até à modernidade.

1. Sistema urbano, urbanização, emigração e população urbana

O âmbito urbano do noroeste peninsular caracterizou-se pela sua relativa peculiaridade ao longo da História, explicada, em grande medida, pela importância económica e social que o mundo rural teve na Galiza até bem iniciado o século XX. Prova disso é que nos inícios desse mesmo século ainda dois em cada três galegos viviam do trabalho realizado em explorações agrícolas de pequena dimensão. Importa referir também a presença que camponeses e jornaleiros agrícolas tiveram tradicionalmente na vida socioeconómica urbana e o tamanho reduzido das vilas e cidades do noroeste. Podemos calcular a sua pequena dimensão dizendo apenas que para podermos fazer o seu levantamento foi necessário baixar o limiar tradicional de urbanização comumente utilizado pela historiografia europeia e espanhola até o situar na faixa dos 2000 habitantes. Combinado depois com a utilização de critérios tais como a capacidade do enclave para mostrar uma relativa complexidade de funções frente ao entorno rural circundante, a posse de mobiliário urbano variado – composto basicamente por prédios públicos, mosteiros, colegiadas, conventos, muralhas, ruas e praças –, a atuação como um centro de intercâmbios e serviços de um território mais ou menos alargado, ou a organização espacial e a diferentes níveis da vida do mundo rural que os envolve, foi possível advertir que, numa data tão tardia como os finais do século XVIII, apenas quinze desses enclaves tinham uma consideração plenamente urbana⁵. Com a passagem dos anos, já no dealbar do século XX, esse número terá ascendido a 21 e a sua disposição sobre o território terá contribuído para reforçar a existência de uma rede urbana fraca, marcada por um basculamento claro para o oeste, para as comarcas mais ocidentais, as mais povoadas da Galiza.

A reduzida dimensão das vilas e das cidades e o referido deslocamento da rede urbana para os territórios do oeste relaciona-se, por sua vez, com a existência de um processo de urbanização

4 FERNÁNDEZ PRIETO, 2000.

5 DE VRIES, 1987; REHER, 1994; LANZA GARCÍA, 1997: 166; DUBERT, 2002.

cuja origem se situa nos finais da Idade Média, o qual é caracterizado pela sua intermitência no espaço e no tempo⁶. Isto explica que dentro dessa rede urbana cada enclave se desenvolvesse nos planos demográfico, económico e social de uma forma relativamente autónoma a respeito dos demais, ao ponto de oferecer respostas mais ou menos particulares, espontâneas e independentes às transformações populacionais e produtivas pelas quais a Galiza atravessou no decurso de sua história. Nestas condições entende-se que, e embora a capacidade mostrada por cada um deles para organizarem os seus respetivos meios rurais ou o paulatino incremento que experimentou a sua especialização funcional – entre eles, e a respeito do mundo rural circundante –, as dificuldades para estabelecer uma hierarquia interna no seio da rede urbana galega tenham sido uma constante. E mais, nem mesmo a reforma administrativa de 1833, que deu lugar ao aparecimento das atuais capitais de província, foi capaz de alentar o aparecimento de uma cidade com personalidade e peso bastantes para organizar e dar coerência ao que na primeira metade do século XIX era já um sistema urbano policêntrico. É evidente, portanto, que o acontecido neste nível na Galiza esteve longe do que acontecia nas mesmas datas no vizinho norte de Portugal ou no resto da Espanha⁷.

O leve ascenso numérico dos enclaves urbanos de mais de 2000 habitantes entre 1787 e 1900, como que afetou à percentagem de indivíduos que residia neles – que passaram nesses anos de 7% a 11% do total da população galega –, indica que no noroeste peninsular não se produziu nada semelhante com um processo de urbanização ou de industrialização ao modo anglo-saxão. Mostra disso é que as três cidades que em 1787-1860 tinham mais de 10 000 habitantes – Santiago de Compostela, Ferrol e A Corunha – acabaram sendo cinco em 1860-1900, mercê da incorporação de Vigo e de Ourense. Embora talvez uma ideia mais clara da inexistência desse processo de urbanização seja oferecida pela importância daqueles que moravam nessas mesmas cidades a respeito do total da população, visto que em ambos os momentos considerados quase não conseguiram ser, respetivamente, 4% e 6-7% desse total. Duas percentagens que não resistem a comparação com as encontradas na Inglaterra, onde aqueles que residiam em enclaves de mais de 10 000 habitantes passaram de 20% do total da população inglesa, em 1800, para 60% em 1890. De igual maneira, o que aconteceu na Galiza não é equiparável ao que se passava no conjunto da Espanha, cuja população urbana cresceu de 15% para 20% do total, entre 1860 e 1900⁸.

Pelo teor destas cifras torna-se evidente que no decurso do século XIX o fenómeno urbano do noroeste peninsular teria sido afetado por uma levíssima expansão, a qual, de um ponto de vista populacional, foi caracterizada pela sua proverbial lentidão. Assim, se o crescimento do conjunto da população galega entre 1787 e 1860 se cifra em 25%, o correspondente àqueles que moravam em vilas e cidades de mais de 2000 habitantes dificilmente chega a 1% nas mesmas datas. É possível ainda que este mesmo comportamento pudesse ser repetido entre 1860 e 1900 não fosse o impacto demográfico que teve na Galiza a emigração para a América, responsável pela perda de algo mais de um milhão de efetivos nos cinquenta e cinco anos que decorrem entre 1865 e 1928⁹. Nesta conformidade, e no quadro de um contexto em que as sucessivas sangrias migratórias reduziam gradualmente os ganhos populacionais – a 7,2% entre 1860 e 1918, a 5,9% entre 1897 e 1910 e a 2,8% entre 1910 e 1920 –, o promédio de indivíduos residentes em enclaves

6 VILLARINO *et al.*, 1995.

7 RODRIGUES, 2008; REHER, 1994.

8 BAYNES, 1994a; REHER, 1994.

9 DE JUANA *et al.*, 2005; EIRAS ROEL, 1993.

urbanos de mais de 2000 habitantes crescia apenas 3% em relação ao total da população galega entre 1860 e 1900. Um leve ascenso que contrasta com o que por esses mesmos anos manifesta uma população que estava a ser fortemente atingida pela emigração transatlântica, uns 9%.

Levando em conta a existência de um sistema urbano policêntrico como o descrito, a ausência de um processo de urbanização e industrialização *sensu strictu* e o comentado impacto da emigração para a América, não deverá chocar que o crescimento demográfico das vilas e cidades galegas fosse lento e parcimonioso, além de responder a chaves de natureza local. Como observado no gráfico n.º 1, esse crescimento teve lugar em duas fases bem definidas, uma anterior aos meados do século XIX e outra posterior aos inícios do século XX. Entre ambas observa-se um extenso período de estagnação populacional que, não raras vezes, como por exemplo em Santiago de Compostela, Ferrol ou Lugo, se prolongou durante mais de sessenta anos.

A respeito da primeira dessas fases, entre 1752 e 1857, as cidades de Vigo, Lugo e Ourense conseguiram multiplicar por 2,5-2,7 o seu número de habitantes, enquanto A Corunha o fez por 3,5. Muito sucintamente, detrás dos ganhos populacionais de Vigo estão os benefícios que este enclave nutriu pelo desenvolvimento das primeiras fases da industrialização pesqueira, pela sua conversão no principal porto exportador de salgas e peixe manufacturado do noroeste peninsular ao Mediterrâneo ocidental e pelo papel que o comércio e a emigração transatlântica desenvolverão na economia local a partir de um dado momento do século XIX. O acontecido em Lugo foi, pelo contrário, uma consequência direta da expansão agrícola-pecuária no mundo rural da Galiza interior entre 1770 e 1840 originada pela introdução e difusão do cultivo da batata em 1769. Na emergência demográfica de Ourense influíram sobretudo as vantagens derivadas da sua posição estratégica nas rotas comerciais que uniam os portos do sudoeste galego com os mercados da Espanha interior, a concentração no seu interior de numerosas instituições administrativas na sequência da sua conversão em capital provincial e o comércio vitícola que a cidade realizava com a Galiza e o norte da Espanha através do porto de Vigo. Por sua vez, A Corunha beneficiou, no nível populacional da sua condição de cidade administrativa, de ser a sede da Real Audiência e do governo militar da Galiza, das enormes vantagens económicas que a partir 1764 decorreram da sua conversão em porto habilitado para o comércio com a América, assim como daquelas que em um sentido ou no outro procederam da capitalidade provincial conseguida em 1833¹⁰.

Face a esta imagem, Santiago de Compostela ou Pontevedra foram cidades muito menos dinâmicas demograficamente, já que nos mais de cem anos decorridos entre 1752 e 1857 só com dificuldade multiplicaram o seu número de habitantes por 1,5. Com isto, refletiam o endurecimento das condições materiais de vida que a Galiza atlântica atravessou depois do esgotamento definitivo que experimentou a agricultura do milho em 1730-1750. Também dos transtornos económicos que para ambos os enclaves, cheios de instituições e grupos sociais rentistas, significou a impossibilidade de continuar vivendo da apropriação das rendas campesinas depois da supressão do feudalismo (1811), das sucessivas desamortizações de bens eclesíásticos levadas a cabo pelo regime liberal nascente (1836; 1840-1844; 1855-1856) ou da estagnação que a partir de 1840 conheceu o seu comércio por causa, entre outras cousas, da importante crise que afetou a indústria dos lenços assente nas comarcas rurais vizinhas de Padrão e Caldas de Reis. Embora mais grave, neste sentido, tenha sido a situação vivida no Ferrol, onde o retrocesso demográfico registado posteriormente a 1787 se deveu à incapacidade da monarquia espanhola para continuar financiando uma política exterior atlântica que se articulava sobre o funcionamento da indústria naval que existia na cidade desde, pelo menos, 1750. A série

10 CARMONA 2005; SOBRADO CORREA, 2001; DOMÍNGUEZ CASTRO, 1992; ALONSO ÁLVAREZ, 1986 e 1991.

de derrotas navais que a Espanha sofreu frente à França e à Inglaterra entre 1760 e 1810 puseram fim aos pesados investimentos oficiais que até esse último ano tinham recebido os estaleiros do seu importante arsenal militar. A paralisação da sua atividade sumiu o Ferrol numa profunda atonia económica e industrial, responsável direta pela perda de um terço de seus habitantes entre 1800 e 1857¹¹.

Gráfico n.º 1 – Evolução da população nas principais cidades da Galiza, 1752-1930

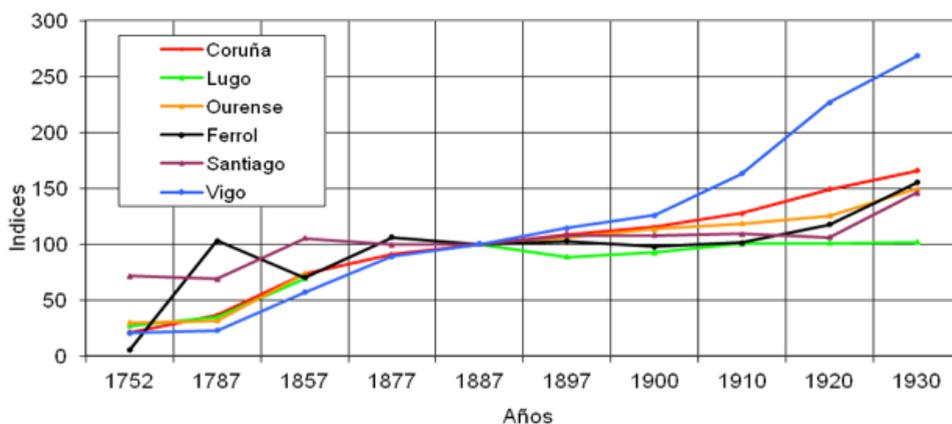
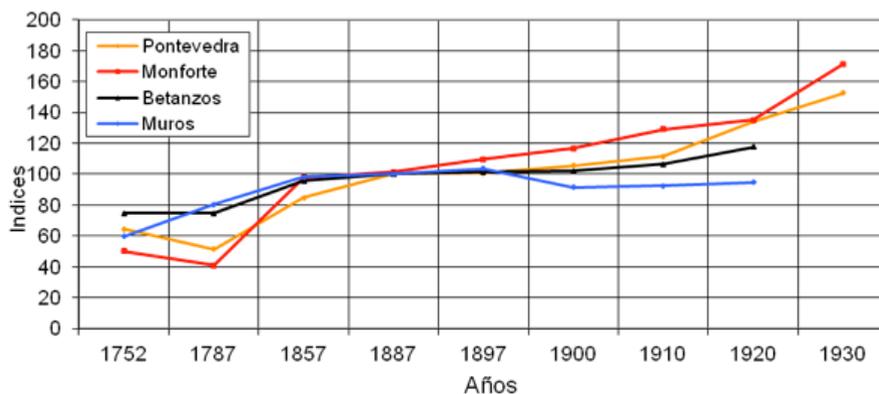


Gráfico n.º 2 – Evolução da população das vilas, 1752-1930



Período base: 1887. Fonte: *Catastro de Ensenada*, 1752, A.H.R.G.; *Censo de Floridablanca*, 1787, A.H.U.S.; resto dos anos recenseamentos correspondentes, B.X.U.S. e A.H.M. das diferentes cidades mencionadas. Elaboração própria.

11 DUBERT, 2001; MARTÍN GARCÍA, 2005; LINDOSO TATO, 2006.

Nos meados do século XIX, a maior parte das vilas e cidades galegas entraram na referida fase de estagnação populacional que, em muitos casos, se prolongará até às décadas de 1910-1920 (Gráficos números 1 e 2). Disto é prova o acontecido em Santiago, um enclave que durante esses anos se manteve perto dos 22-23 000 habitantes; Ferrol, dos 23-24 000; Lugo, dos 10-11 000; a vila de Pontevedra, dos 7800-8000; a de Monforte de Lemos, dos 4400-4500; a de Betanços, dos 4700; ou a de Muros, dos 2600. Uma estagnação populacional que contrasta com a emergência que a este nível manifesta o conjunto formado pelas pequenas e medianas capitais de província espanholas e cujo início se situa entre 1830-1875, enquanto o seu posterior e definitivo impulso se produzirá após 1875¹².

Um bom exemplo da atonia urbanística, demográfica e socioeconómica pela qual agora atravessava o mundo urbano galego encontra-se em Santiago de Compostela (Gráfico n.º 1). Aqui a origem do problema populacional reside na extensa e profunda crise por que atravessaram a indústria e o comércio locais desde aproximadamente 1840. Em certa medida, esta pôde ser superada nos anos seguintes graças às receitas deixadas na cidade pelos sucessivos contingentes de população flutuante formados pelos acompanhantes dos doentes que se achegavam até ela das diferentes localidades do noroeste galego com a finalidade de serem atendidos nas diferentes instituições que davam vida ao seu importante complexo hospitalar-assistencial¹³. Um aspeto menos conhecido do que a série de investimentos institucionais que Santiago recebeu durante a segunda metade do século XIX com a intenção de financiar umas obras públicas que, apesar de tudo, não conseguiram tirar a urbe do seu marasmo socioeconómico e, em consequência, contribuir para a sua revitalização populacional¹⁴.

Uma situação muito parecida, com as lógicas ressalvas no plano local, foi experimentada em Pontevedra, Lugo o Ferrol (Gráfico n.º 1). Este último, um enclave em que, como apontado, o número de habitantes estagnou entre 1860 e 1910 perante a ausência de investimentos estatais que garantissem o funcionamento regular e em grande escala da indústria naval, e diante da falta de grupos de investidores locais ou regionais com capacidade económica bastante para pôr em andamento iniciativas industriais ou comerciais de carácter privado¹⁵.

Só Ourense conseguiu situar-se parcialmente à margem deste panorama (Gráfico n.º 1). Isto foi possível graças a um impulso populacional iniciado nos finais do século XIX e cuja origem se encontra nas vantagens que para a vida económica local supôs a combinação da abertura da estrada Vigo-Villacastín-Madrid, em 1863, e a chegada do caminho-de-ferro, em 1881¹⁶. Uma combinação que em todo o caso põe em relevo o papel ambíguo que teve na Galiza a melhoria das vias de comunicação ou a referida chegada do comboio na dinamização, mudança e modernização socio-productiva no âmbito urbano. Prova disto é que a linha férrea que punha em comunicação Santiago de Compostela com o porto vizinho de Carril foi inaugurada em 1873, e, embora pouco depois fosse prolongada até Pontevedra, tal não evitou que ambos os enclaves padecessem a já comentada estagnação populacional, económica e social (Gráfico n.º 1). Também aqui teve peso o facto de em 1873 o referido porto de Carril tivesse perdido já a importância comercial de que gozara nas décadas anteriores frente ao protagonismo que tinham agora os portos da Corunha ou Vigo.

12 DELGADO VIÑAS, 1993.

13 DUBERT, 2012.

14 DUBERT, 2001; BARRAL MARTÍNEZ, 2007; PEREIRA, 2012.

15 MARTÍN IGLESIAS, 2005; LINDOSO TATO, 2006.

16 CARBALLO-CALERO RAMOS, 1995.

O acontecido em Lugo insiste na ambígua posição do comboio como fator de desenvolvimento urbano na Galiza, visto que a sua conexão ferroviária com A Corunha foi estabelecida em 1875 e, com Castela, em 1883, apesar do qual a cidade oscilou até 1930 no limiar dos 10 000-11 000 habitantes (Gráfico n.º 1). Assim, a entrada em cena do caminho-de-ferro não se traduziu aqui em nada parecido com uma expansão populacional ou com uma transformação do seu tecido socio-productivo tradicional. A estreita vinculação que a pecuária de Lugo manteve em 1870-1892 com o funcionamento do mercado inglês da carne através do porto da Corunha, ou a partir de 1892, com o espanhol, graças a essa conexão parece que tiveram pouca importância naquela altura¹⁷. Um caso semelhante é o de Monforte de Lemos, uma vila a que o comboio chegara em 1881 mas cujo limiar populacional, situado nos 4500-4700 habitantes, nos finais do século XIX, só começou a ser superado em 1910-1920¹⁸.

Em todo o noroeste peninsular, apenas Vigo e A Corunha se afastaram desta dinâmica populacional, ao produzir-se a confluência de uma série de circunstâncias económicas e produtivas que permitiram alimentar um crescimento demográfico anterior, enraizado nas últimas décadas do século XVIII (Gráfico n.º 1). Vigo, por exemplo, conseguiu traduzir em benefícios populacionais líquidos os trabalhos de melhoramento do porto empreendidos em 1854; o auge que experimentaram a pesca, a indústria conserveira e a construção nas décadas de 1870 e 1880; a expansão que afetou o comércio marítimo; a chegada do caminho-de-ferro em 1881; ou ser o principal porto de saída da emigração galega para o ultramar entre 1860 e 1920. A combinação de todos estes fatores no plano económico explica que as exportações comerciais realizadas a partir de Vigo multiplicassem por quatro entre 1860 e 1920, curiosamente, o mesmo que aconteceu com o seu número de habitantes, pelo qual no início do século XX a urbe tornara-se já o principal porto industrial, pesqueiro e comercial do sudoeste galego.

Por seu lado, a quebra e desaparecimento na Corunha das importantes companhias bancárias que se sedeavam na cidade em 1857-1866 foi seguida, no último quartel do século XIX, da constituição de novas sociedades comerciais nascidas graças aos benefícios gerados pelas melhorias portuárias, a abertura e o prolongamento do caminho-de-ferro em 1875-1883, a inauguração de novos estabelecimentos fabris e a emergência da construção. No entanto, é conveniente advertir que a abertura destes estabelecimentos fabris não modificou no essencial o tecido industrial corunhês tradicional, composto por uma multidão de pequenas oficinas artesanais cuja produção se destinava a satisfazer as necessidades do consumo local e das populações rurais vizinhas¹⁹. Foi, portanto, uma cidade mais industrial que agrícola, razão pela qual a sua prosperidade balançou em grande medida sobre uma expansão comercial que deverá desembocar numa gradual e progressiva *terceirização* da sua estrutura socio-laboral. A forma assumida pela modernização da referida estrutura adverte-nos de que A Corunha, como Vigo, não conseguiu romper completamente com os velhos alicerces produtivos que suportavam e alimentavam a sua tradicional dinâmica social. O ocorrido aqui não se assemelha em nada com o que nas mesmas datas se passava nas pequenas vilas bascas, cujo desenvolvimento demográfico, económico e social se produziu como consequência da expansão que em todas as ordens experimentava uma grande cidade industrial como Bilbao²⁰.

17 CARMONA, 1988.

18 GONZÁLEZ GARCÍA, 2001.

19 MEILAN ARROYO, 1996; LINDOSO *et al.*, 2001; PEREIRA, 1992; REFORMAS SOCIALES, 1893.

20 MIRAS ARAUJO, 2004; BLANCO LOURO, 2001; FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, 2001; SOUTO GONZÁLEZ, 1990; DELGADO VIÑAS, 1993; GONZÁLEZ PORTILLA, 2001 e 2010; BENGOCHEA GANGOITI, 2007.

As limitações que pesavam sobre a modernização socio-productiva da Corunha e de Vigo traduziram-se no plano demográfico na forma que em ambas assumiu o seu respetivo crescimento populacional. Uma parte do mesmo procedia das achegas demográficas dos seus naturais, outra dos imigrantes que se instalaram na urbe por um tempo mais ou menos prolongado, e outra, nada desprezível, embora menos estudada, da integração em seu seio dos habitantes das aldeias de seus arrabaldes, e até das pessoas que viviam em paróquias rurais dos municípios vizinhos. Um bom exemplo disto acontece em Vigo. Em 1905, a cidade via a sua população crescer por volta dos 18% relativamente a 1900, depois de ter fagocitado o município limítrofe de Bouças, composto por nove paróquias, entre as quais havia freguesias inteiramente rurais, como São Pedro de Matamá, e enclaves nitidamente marinheiros, como a pequena vila de Bouças²¹. O mesmo aconteceu na Corunha, em 1912, dado que o seu número de habitantes aumentou por volta dos 20% em relação a 1910, depois de integrar as quatro paróquias rurais que davam vida ao município vizinho de Oça dos Rios. Um padrão de crescimento urbanístico e populacional que não foi exclusivo de Vigo ou da Corunha, pois registava-se também em cidades que começavam a sair de uma longa fase de estagnação demográfica, como Santiago de Compostela. Neste caso, a assunção em 1925 dos habitantes do vizinho município de Conxo nutriu um ganho populacional relativamente a 1920 de 22% (Gráfico n.º 1).

Do ponto de vista espacial, o efeito desta lógica implicava que não houvesse uma rutura clara e nítida entre o mundo rural e o mundo urbano, mas uma continuidade do primeiro sobre o segundo, a qual chegou a condicionar, inclusive, a perceção do fenómeno urbano pelos próprios contemporâneos. Prova disto é que no final da década de 1920 os compostelanos definiam Santiago como uma cidade composta por “cinco arrabaldes, quatro bairros, um exido e sessenta e seis aldeias”²².

2. Os constrangimentos à modernização urbana

O peculiar padrão de crescimento urbanístico e populacional que pormenorizamos acima teve a virtude de contribuir para a manutenção, e até, em certas ocasiões, o aprofundamento da tradicional *ruralização* da vida produtiva e socio-laboral das vilas e cidades galegas. Noutras palavras, a relação particular que as grandes urbes do noroeste peninsular estabeleceram com o campo circundante teve a virtude de condicionar a atuação, a forma e a incidência dos fatores clássicos da modernização socioeconómica que os historiadores costumam associar ao desenvolvimento urbano.

Uma rápida ideia da relevância que essa *ruralização* alcançou pode ser dada pela percentagem de chefes de família que declaravam às autoridades municipais serem lavradores ou jornaleiros no mesmo momento de serem empadroados como habitantes da cidade. Constata-se que durante a segunda metade do século XIX este tipo de ocupações urbanas oscilou entre 16 e 20% do total; promédio que durante o primeiro quartel do século XX deverá mover-se entre os 17 e 30% do total (Tabela n.º 1). Neste quadro, não surpreenderá que os processos de mudança social ocorridos nas cidades galegas adotassem um matiz particular, diferente do registado noutros enclaves peninsulares da época.

21 SOUTO GONZÁLEZ, 1990.

22 VILLARES, 2003.

Tabela n.º 1 – Percentagem de chefes de família que declaram uma ocupação de natureza rural nas cidades e vilas galegas, 1752-1924

	1752	1860	1889-1898	1915-1924
A Corunha	4,1	–	–	20,4
Santiago	12,5	19,8	–	23,4
Ourense	16,3	–	19,4	17,4
Lugo	13,5	–	26,3	30,5
Monforte	27,5	–	–	28,8
Muros	8,1	–	16,5	11,0

Fonte: DUBERT, 2010: 159.

Não é estranho, já que a definição, a evolução e a conformação histórica da cidade na Galiza seguiu padrões específicos. De facto, a cidade não se desenvolveu urbanisticamente nem cresceu populacionalmente mercê de uma arribada maciça e continuada de imigrantes rurais, de jornaleiros agrícolas, que viviam extramuros, nos arrabaldes próximos ou em bairros mais ou menos excêntricos aguardando pacientemente, como em Madrid, Bilbao, Barcelona ou nas pequenas capitais da província na Espanha interior, para fazer parte da mesma²³. A lógica aqui foi bem diferente. Passou por uma vagarosa e progressiva abertura de ruas em direção às aldeias rurais vizinhas, as quais acabaram deste modo convertidas em novos bairros urbanos. Contudo, continuava vingando neles uma forma de vida rural, como demonstra a importância que ali tinham as dedicações laborais agrícolas, que demorarão anos, por vezes décadas, a serem abandonadas de uma forma definitiva pelos seus moradores, para quem o habitual era combiná-las com o desempenho de profissões nitidamente urbanas. Isto explica que a sua integração na vida socio-produtiva da cidade tenha passado pela lenta mutação que experimentaram as velhas estratégias de complementaridade campesina mercê de uma espécie de simbiose entre as formas da vida rural e urbana. Um processo que na Galiza foi prévio à integração definitiva dos camponeses e jornaleiros fixados nos bairros periféricos no seio de um proletariado urbano que, nos começos do século XX, era ainda caracterizado como raquítico, pouco homogêneo, carente de tradição operária e disperso geograficamente²⁴.

Um bom exemplo do que queremos dizer são os jornaleiros agrícolas que viviam nas margens das cidades galegas, nesse mundo intermédio entre o campo e a cidade, já que na maioria delas constituíram, até bem avançado o século XX, um setor social humilde, de origem rural, pouco qualificado, que entrava e saía dos mercados de trabalho urbanos em função de uma série de necessidades e de lógicas de natureza campesina. A sua modernização socio-laboral, quer dizer, a sua integração nos ritmos económicos, sociais, vitais e culturais da cidade, a sua conversão em mais uma classe urbana, foi muito mais tardia e relutante na Galiza do que na Inglaterra, no País Basco, na Catalunha ou em Madrid. Além disso, seguiu um ritmo e adotou uma forma diferente em cada enclave, tal como corresponde a um território cujo sistema urbano é caracterizado como policêntrico. Para perceber isto, basta atender ao que aconteceu, neste sentido, em Vigo, Lugo ou Santiago de Compostela.

23 PALLLOL TRIGUEROS, 2013; SAN ANDRÉS CORRAL, 2011.

24 PEREIRA, 1992 e 2012.

Muitos dos jornaleiros e lavradores empadroados em Vigo e seu entorno anteriormente a 1920 participavam de uma forma ocasional, temporal ou sazonal em trabalhos urbanos de nula ou pouca qualificação. Por vezes dedicavam-se também a tempo parcial ao desenvolvimento de labores de natureza artesanal. Tanto num caso como no outro, as receitas obtidas por esta via tinham atribuída a missão de garantir a sobrevivência e a reprodução das suas respetivas explorações agrícolas. Isto indica-nos que a sua entrada nos mercados de trabalho urbanos respondia a uma estratégia de carácter rural, que, em ocasiões, condicionava a execução das tarefas para que foram contratados. Assim é indicado pelas reclamações de um dos empreiteiros das obras de calçamento de uma das principais ruas de Vigo que, em 1895, informava as autoridades municipais de que os atrasos acumulados eram devidos a que os operários encarregados de prover os paralelepípedos estavam ocupados na lavoura²⁵. Neste contexto, a relação que os jornaleiros e lavradores rururbanos de Vigo e as freguesias rurais do seu meio mantiveram com a economia viguesa entre 1850 e 1920 acabou resultando no aparecimento de mudanças na estrutura social e cultural das suas respetivas comunidades de origem. Estas podem ser percebidas no tempo coincidindo com a queda de receitas que sofreram as economias familiares da área durante a crise agrícola que em 1924 assolou o sudoeste galego. A maioria dos nossos protagonistas aproveitou o momento para estreitar a sua particular relação com os mercados laborais urbanos. Mais, é a partir desse instante que se produziu entre os camponeses das comarcas rurais próximas de Vigo uma rápida adaptação dos velhos padrões de trabalho às novas circunstâncias económicas do momento, resultando assim numa espécie de *campesinato simbiótico*²⁶.

Na realidade, este processo que acabamos de sintetizar foi muito semelhante, embora se produzisse com várias décadas de atraso e num contexto histórico diferente, ao acontecido na Catalunha e no País Basco durante as primeiras fases da industrialização²⁷. Em conformidade, começa a ser frequente encontrar nas fontes de Vigo famílias chefiadas por indivíduos que ao serem empadroados declaravam ser jornaleiros ou lavradores, enquanto o resto dos integrantes do lar afirmava dividir o seu tempo entre o trabalho agrícola e o trabalho exercido na cidade no setor dos serviços, da construção ou das tarefas do porto. É indubitável que a mutação operada a partir da década de 1920 nas estratégias familiares estabelecidas ao abrigo da tradicional pluriatividade campesina contribuiu para que estes indivíduos se vinculassem mais estreitamente à realização de profissões urbanas e a que se integrassem pouco a pouco nesse proceloso universo que era o proletariado viguês. No entanto, nem por isso quebraram clara e definitivamente os laços com o mundo rural de que procediam. Posteriormente a 1920 sabemos que uma parte das suas receitas era ainda destinada a ajudar a garantir a viabilidade das pequenas explorações agrícolas das suas famílias de origem, já fosse através da compra daquelas aos proprietários que as arrendavam, já fosse comprando novas terras que incrementassem o tamanho das que já possuíam²⁸.

Com mais ou menos ressalvas, um processo semelhante se desenrolou nas primeiras décadas do século XX em todos aqueles enclaves urbanos que possuíam algum tecido industrial ou atravessavam por uma fase de expansão económica. Este foi o caso da Corunha e do que aconteceu em algumas pequenas vilas costeiras, como Bueu, ou de interior, como Monforte²⁹. Foi, portanto, sobre a base deste processo que a Galiza registou um notável incremento da população ativa dedicada à indústria e ao setor dos serviços entre 1900 e 1930, ao passar

25 ROMÁN LAGO, 1998.

26 FERNÁNDEZ PRIETO, 1996; ROMÁN LAGO, 1998.

27 CAMPS, 1995; LLONCH, 1994; PÉREZ-FUENTES, 1993.

28 ROMÁN LAGO, 1998; FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, 2001.

29 MUÑOZ ABELEDO, 2010.

nesses anos de 14% a 35% do total. As cidades pouco se aproximaram deste acréscimo já que a sua economia dificilmente conseguia sair da estagnação; é o caso de Santiago de Compostela ou das cidades cuja vida produtiva não se vira substancialmente afetada pela chegada do caminho-de-ferro até às suas portas, como no caso de Lugo.

Embora nos finais do século XIX o grosso dos jornaleiros de Santiago e seu meio se empregasse circunstancialmente nas obras públicas ou no setor dos serviços, nem por isso perderam a sua condição de “braceiros rurais”. Dela dá conta a sua tendência para se reunirem, nos inícios do século XX, na rua das Casas Reais, intramuros, para se oferecerem como tais a quem estivesse disposto a contratá-los³⁰. E é em Santiago, cujo tecido industrial estava formado por pequenas oficinas artesanais e onde a crise do comércio local se prolongou até depois de 1900, que as referidas obras públicas – caso da remodelação do centro urbano, abordada na década de 1860, ou da construção de faculdades e de escolas universitárias, levada a cabo entre 1890 e 1930 – foram incapazes de dar vida a uma atividade económica sustentada no tempo que contribuisse para gerar os empregos necessários para absorver, transformar e integrar na estrutura ocupacional urbana uma mão-de-obra tão pouco qualificada como a dos jornaleiros. O certo é que neste nível os empreendimentos foram só uma forma de paliar os efeitos do declive industrial e comercial compostelano. O mesmo se passando em Lugo, onde numa data tão tardia como 1930 a cidade continuava vendo a cada mês de agosto a sua central Praça de Espanha inundada de grupos de jornaleiros chegados das aldeias da província para serem contratados nos trabalhos da colheita nos campos vizinhos ou para irem à ceifa a Castela³¹.

Em definitivo, entre 1850 e 1920 o mundo urbano galego esteve longe de receber uma avalanche de jornaleiros que no médio prazo pudessem ameaçar e concorrer no plano laboral com os trabalhadores qualificados das suas oficinas artesanais e pequenas indústrias familiares. Há que levar em conta a este respeito que 48% dos jornaleiros registados nos mercados de trabalho de Santiago em 1871 eram mulheres, uma percentagem que não está muito longe do registado para 1920. A sua presença na cidade respondia à velha lógica da pluriatividade campesina. Não ameaçava nem deteriorava o mundo dos ofícios tradicionais, e ainda menos condenava os seus integrantes a entrar numa dinâmica de proletarização semelhante à que padeciam na altura em Madrid, Barcelona ou nas pequenas cidades da Espanha interior. Não aconteceu isto nem sequer em Vigo ou na Corunha, enclaves sumidos numa autêntica vaga de prosperidade económica, visto a maior parte da sua indústria fabril e conserveira ser sustentada por mulheres³². Nestas condições, é lógico que a modernização socio-laboral de ambas as urbes passasse pela comentada *terceirização* das suas respetivas estruturas ocupacionais e que a *simbiotização* do campesinato não fosse mais do que a particular via que uma mão-de-obra pouco qualificada seguia para se integrar nos seus mercados de trabalho. Afinal, quer uma cidade quer a outra, do ponto de vista urbanístico e populacional, cresciam sobre a base da incorporação gradual das aldeias e paróquias rurais vizinhas. Nada a ver com o que por esses mesmos anos acontecia no País Basco, Catalunha ou Madrid.

O pequeno tamanho das vilas e cidades galegas; o seu lento e fraco crescimento populacional; o limitado impacto que sobre elas tiveram fatores de modernização tais como o caminho-de-ferro ou a construção; a persistência até datas bem tardias de um tecido industrial composto por pequenas oficinas artesanais de escassa relevância produtiva; ou os particulares efeitos sociodemográficos e laborais originados por determinados padrões

30 VILLARES, 2003.

31 CARRERAS CANDI, 1936.

32 PEREIRA, 1992; MUÑOZ ABELEDO, 2010.

de desenvolvimento urbano, são aspetos que, por sua vez, estão em estreita relação com a lentidão registada nas mudanças que se deram na escala e na estrutura interna das migrações campo-cidade. Os dados manuseados neste sentido apontam para a persistência de fórmulas de mobilidade campo-cidade que até bem iniciado o século XX se desenvolviam conforme lógicas migratórias muito parecidas às do Antigo Regime, contrastando com o que se passava noutros contextos urbanos da época³³. Dois factos servem para exemplificar este fenómeno.

Primeiro, que os fluxos migratórios que convergiram por volta de 1910-1920 sobre a generalidade do mundo urbano do noroeste peninsular sejam constituídos em 75-80% dos casos por indivíduos de origem galega que, oito em cada dez ocasiões, procediam de freguesias rurais mais ou menos próximas. Isto significa que, na Galiza, a imigração campo-cidade possuiu um carácter nitidamente local, como é indicado pelo facto de que mais de metade dos seus efetivos chegasse aos distintos enclaves urbanos de comarcas rurais situadas num raio geográfico de não mais de 30 quilómetros ao redor dos mesmos. Só cidades em franca expansão, como Vigo ou A Coruña conseguiram subtrair-se parcialmente a este perfil. Pelas razões já apontadas, a composição dos seus fluxos migratórios entrou numa fase de transformação entre 1873 e 1883, o que explica que para 1920-1925 um terço do total dos seus imigrantes reconhecesse ser oriundo de um meio urbano ou semiurbano. Assim é evidenciado, por exemplo, na Corunha, onde 75% dos chefes de família de origem forânea empadroados em 1920 afirmavam ser galegos, e deles, 33% declaravam ser nascidos num enclave urbano. Por outro lado, e à margem da sua procedência, 51% destes chefes de família reconheciam haver chegado à cidade procedente de localidades situadas dentro do mencionado raio geográfico de 30 quilómetros. No extremo oposto, situavam-se aqueles que chegaram a ela depois de percorrer uma média de 70 a 80 quilómetros, particularmente se procediam das freguesias rurais da Galiza interior (Mapa n.º 1).

Mapa n.º 1 – Âmbito de procedência dos imigrantes galegos à Corunha, 1920



Fonte: Recenseamento municipal da Corunha de 1920, A.H.M.C. Elaboração própria.

Segundo, a baixa incidência da emigração familiar campo-cidade e a escassa importância que a emigração familiar de cidade a cidade teve no mundo urbano galego até bem entrado o século XX. O que aconteceu em Santiago de Compostela proporciona, mais uma vez, um bom exemplo. No seu caso, o número de famílias resultado de um deslocamento de qualquer uma destas duas naturezas passou nos setenta e nove anos que medeiam entre 1845 e 1924 de 5,6% a 15% do total. Por norma, eram famílias que estavam nas mãos de indivíduos que possuíam uma qualificação profissional prévia à sua entrada no cenário urbano, ao qual se dirigiram sem realizar paragens intermédias a partir dos seus respetivos lugares de origem – em uma de cada duas ocasiões uma paróquia rural –, mercê de uma viagem que três em cada quatro vezes era empreendida com duas crianças menores a seu cargo³⁴.

O certo é que a prática de uma emigração familiar escalonada campo-cidade se encontrava limitada na Galiza pela existência de muito poucos enclaves urbanos de tamanho médio a que podia dirigir-se, como já vimos. Pelo contrário, a realizada de cidade a cidade estava condicionada porque os mercados de trabalho urbanos não funcionavam de uma forma integrada, quer dizer, conforme a lógica económica e socio-laboral que devia ter decorrido do desenvolvimento de um processo de urbanização ou industrialização *sensu strictu*. Em consequência, o que acontecia neste nível no noroeste peninsular estava bastante longe do que acontecia na mesma altura na Inglaterra, no norte da Itália, Alemanha, França, Catalunha ou no País Basco. Não será possível portanto ver aqui transições da mobilidade, trajetórias migratórias, níveis de mobilidade interna ou estratégias de integração e de promoção social associadas à imigração campo-cidade de uma complexidade, intensidade e incidência semelhantes às que os investigadores desses países levantaram para os seus respetivos âmbitos de estudo³⁵.

Da existência de uma estrutura interna da mobilidade campo-cidade desta natureza se depreende que a generalidade do mundo urbano galego não teria sido capaz de proporcionar emprego estável e de qualidade para a maioria dos seus imigrantes. O protagonismo que as mulheres tiveram na composição da maioria dos fluxos migratórios urbanos serve para dar-nos uma rápida ideia disto, em contraste, por outro lado, com o claro predomínio de que os homens gozaram em outros fluxos que convergiram sobre as cidades espanholas e europeias da época, imersas num processo de industrialização³⁶. Constatamos isto, mais uma vez, em Santiago de Compostela, onde 45% dos imigrantes registados em 1871 exerciam profissões pouco ou nada especializadas como a de criado ou jornaleiro. Mundo laboral este em que também abundavam as mulheres; não por acaso elas constituíram 53% de todos os imigrantes chegados a Compostela nesse ano. Atendendo à natureza dessas profissões e ao já comentado predomínio feminino encontrado nas mesmas, tudo indica que para muitas destas mulheres essas ocupações eram dedicações só temporárias, pelo que o normal era que as abandonassem depois de as realizarem por uns anos, quer porque tivessem casado, quer por terem retornado aos seus lugares de origem.

Apenas uma pequena parte da imigração urbana escapava a esta lógica; uma elite representada em certa medida pelas pessoas que chefiavam uma família no mesmo momento de serem empadroados. Indivíduos que haviam chegado à cidade sendo adultos, com uma média de idade de 26 a 27 anos e uma qualificação profissional prévia. Quer seja em 1888 ou em 1920, em Monforte afirmavam estar fixados na vila desde há

34 DUBERT, 2010.

35 BAYNES, 1994b; GRIBAUDI, 1987; LEE, 1999; ROSENAL, 1999; CAMPS, 1995; PÉREZ-FUENTES, 1983; GARCÍA ABAD, 2005.

36 GARCÍA ABAD, 2005; PÉREZ-FUENTES, 1993; ORIS, 1993.

12 anos; em Ourense, em 1889, declaravam que viviam na cidade há 17 anos em média; em Lugo, em 1897, esta média situava-se nos 16 anos e, em Santiago, tanto em 1860 como em 1920, em 20-21 anos. Partindo da base de que estes chefes de família seriam os imigrantes que tiveram um relativo sucesso no momento de se integrarem nas redes sociais e vitais urbanas, resulta que, e para as datas indicadas, na mencionada vila de Monforte eram 14% do total dos seus habitantes, em Lugo 18% do total e em Santiago 14%. Mais, neste último caso os varões que se encontravam na chefia de um lar, em 1871, eram só 24% do total dos imigrantes do mesmo sexo presentes nos mercados de trabalho compostelanos. Constituíam na altura a aristocracia da imigração. Diante dela, dispunha-se uma massa indiferenciada de indivíduos composta maioritariamente por mulheres, que em 47% das ocasiões eram de baixa extração social e nula qualificação profissional. Basta atender às ocupações com que foram empadroadas no seu dia: criadas, jornaleiras e pobres, todas elas chegadas das freguesias rurais vizinhas para trabalharem no ofício, ou para mendigar por uns anos, até regressarem às suas paróquias de origem. Nada muito diferente disto é o que encontramos no resto do mundo urbano galego, com exceção, claro está, do que aconteceu em Vigo e na Corunha³⁷.

3. Modernização e modernidade: a relevância do local

Num mundo urbano marcado, até bem entrado o século XX, pela existência de pequenas cidades, por padrões de crescimento urbanístico e populacional que promoviam a ruralização das suas respetivas estruturas ocupacionais ou pelos fenómenos sociodemográficos a que esta dava lugar, é evidente que a modernização social adotou uma forma, um ritmo e uma intensidade diferentes em cada enclave. Neste contexto, a atenção às chaves que explicam a história local do Ferrol, Monforte, Vigo, Ourense ou Santiago, permitem apreciar com maior clareza as modificações que a entrada em cena dos fatores socioeconómicos e produtivos associados à chegada da modernidade originou sobre os comportamentos sociais dos seus habitantes.

Perante a impossibilidade de nos aproximarmos do que aconteceu em todas as vilas e cidades individualmente, e com o claro intuito de evitar cair na anedota, procuramos uma variável cujas vicissitudes na média e longa duração nos ajudassem a apresentar de uma maneira coerente e organizada a forma que assumiu em cada uma delas o impacto da referida modernização social. Assim, pensamos que poderíamos socorrer-nos do serviço doméstico, dada a estreita relação que a sua evolução histórica manteve com as mudanças operadas na estrutura social ou com o funcionamento dos mercados laborais urbanos. Esta será a via que utilizaremos para nos aproximarmos das diferentes facetas que a modernidade adotou nos diversos enclaves galegos entre 1752 e 1920. Abordar o problema desta perspetiva permitir-nos-á, além de mais, constatar que a tão discutida modernização social teve mais do que uma forma de se manifestar historicamente na Espanha. Quer dizer que não houve para toda a Península Ibérica um único e igual caminho para a modernidade, exceto se assumirmos o pano de fundo ideológico implícito no modelo historiográfico anglo-saxão que muitos historiadores utilizam para repetirem uma e outra vez quais foram as sabidas consequências da urbanização e da industrialização.

A feminização, a redução numérica e a ruralização do serviço doméstico foram consideradas pelos especialistas como indicadores da modernização socio-produtiva experimentada pelas sociedades europeias³⁸. Nesta linha, a evolução das percentagens contidas na tabela n.º 2 advertem-nos de que a Galiza não ficou à

37 BLANCO LOURO, 1996.

38 SARTI, 2007.

margem da mesma, pelo que para poder explicá-los convenientemente terão de ser consideradas, como no resto do continente, as transformações que no médio e longo prazo se operaram na estrutura social urbana, no funcionamento dos mercados de trabalho ou na natureza e intensidade alcançada pela imigração urbana.

Tabela n.º 2 – Serviço doméstico na Galiza, 1752-1900³⁹

	1752	1787	1860	1877	1887	1900
A	15,5	12,2	8,2	4,0	3,3	1,9
B	27,4*	–	12,2	38,0	43,5	57,1
C	55,0*	55,0	63,4	77,3	76,0	80,8
D	4,9*	3,4	5,0	2,8	2,2	1,9

* Cifras relativas só à Galiza rural. A – Percentagem de criados no total da população ativa. B – Percentagem de mulheres no total da população ativa. C – Percentagem de criadas no serviço doméstico. D – Percentagem de criadas no total da população feminina.

Fonte: *Catastro de Ensenada* de 1752, *Censo de Floridablanca* de 1787, Censos de população de 1860, 1877, 1887 e 1900. Elaboração própria.

Nos meados do século XVIII, entre 8% e 15% do total da população das vilas e cidades da Galiza trabalhava no serviço doméstico. Percentagens muito parecidas às encontradas noutros contextos urbanos europeus do momento e cuja redução no tempo torna-se patente à medida que nos aproximamos dos inícios do século XX⁴⁰. Entre 1752 e 1920 a sua diminuição cifra-se em 80-90%, o que significa que, em 1920, apenas 1,5-3,0% do total da população urbana galega trabalhava já no ofício. Se nos países do norte da Europa esta diminuição foi uma das consequências do desenvolvimento da urbanização e da industrialização, não aconteceu o mesmo na Galiza, onde como sabemos ambos os fenómenos tiveram uma expressão muito limitada. São, portanto, dois os fatores que contribuem para a compreensão do motivo desta queda.

Primeiro, as mudanças operadas no topo da estrutura social urbana, que na Galiza estão ligadas ao aparecimento e consolidação de novos grupos sociais surgidos de raiz por força da série de reformas auspiciadas pelo nascente Estado liberal, ao terminar o Antigo Regime. O questionamento, em diferentes momentos do século XIX, das rendas feudais, as sucessivas desamortizações dos bens eclesiásticos ou as modificações legislativas sobre o morgado, são alguns dos fatores que contribuíram para menoscabar as fontes de receitas e as bases de poder sociopolítico das tradicionais classes dirigentes galegas, isto é, do clero e da fidalguia. No primeiro caso, isto teve a sua tradução na capacidade, cada vez menor, desse clero para chefiar fogos independentes com um ou vários criados a seu cargo e, no segundo, nos crescentes problemas da fidalguia para manter na cidade casas cheias de serviços abertas todo o ano. Nestas circunstâncias é que se produz o gradual apagamento do serviço doméstico do panorama socio-laboral de Santiago, Lugo, Monforte, Mondonhedo ou Ourense. Podemos vê-lo, por exemplo, em Lugo. Se em 1752 localizamos os integrantes do clero secular na chefia de 12% do total dos lares da cidade, em 1898 estes reduziram-se a apenas 1,4% do total.

39 FAUVE-CHAMOUX *et al.*, 1997.

40 FAUVE-CHAMOUX *et al.*, 1997.

Esta perda de poder do clero e da fidalguia não resultou numa modernização das estruturas sociais urbanas *sensu strictu*. A razão é que o protagonismo social que exerceram até então passou a ser assumido por uma amálgama de profissões urbanas que, com mais ou menos matizes, acabaram imitando as formas de vida e de dominação social das velhas elites dirigentes. A par disto, a escassa vitalidade das nossas vilas e cidades durante o decurso do século XIX e a difícil implementação no seu interior de um empenho industrial que nunca alcançará a categoria de industrialização limitaram as possibilidades dessa modernização. Tal como foi manifestado, isto fez com que o surgimento de novas classes sociais na Galiza urbana seguisse uma via específica, diferente em boa medida à que estava a ser seguida na maioria dos centros urbanos do norte e noroeste da Europa, assim como nos do País Basco ou da Catalunha⁴¹.

O segundo fator é a transformação que experimentou a estrutura interna dos mercados laborais femininos, no âmbito urbano, fruto da lenta especialização que desde finais do século XVIII conheceram na Galiza os tradicionais ofícios das mulheres; uma especialização que doravante levará muitas delas a evitar o trabalho no serviço doméstico⁴². Com o decorrer do século XIX, esses ofícios viram-se imersos também no quadro de processos socioeconómicos mais complexos, cuja principal virtude foi a de fazer com que as atenções prestadas pelas costureiras, modistas ou engomadeiras a esta ou àquela família em concreto se tornassem cada vez mais impessoais e anónimas, satisfazendo, deste modo, a demanda de setores sociais urbanos cada vez mais alargados. Esta mutação das velhas lógicas produtivas que pesavam sobre a atividade das mulheres culminou nos finais do século XIX, uma vez que as suas habilidades laborais começaram a ser organizadas para serem exploradas a benefício de um patrão. Encontramos um bom exemplo desta situação na Corunha. Aí, ao finalizar o século XIX, as modistas, oficiais (*oficialas*) de costura e aprendizes (*aprendizas*) trabalhavam em troca de um ordenado em pequenas oficinas informais dirigidas por uma *mestra*. Os serviços destas oficinas eram, por sua vez, requeridos por um alfaiate ou um armazém de confeção para que produzissem por peça determinados produtos têxteis destinados à venda no mercado urbano local ou nas populações rurais dos arredores. Inseridas assim no quadro de relações laborais específicas, estas mulheres chamam a atenção para o facto de que, e tal como acontecia noutras partes de Europa, na Galiza urbana é possível assistir, à margem do mundo da fábrica, à profissionalização, especialização e assalarição das tradicionais ocupações femininas⁴³. Mais ainda, contrariamente às operárias empregadas na empresa têxtil La Primera Coruñesa ou na Fábrica de Tabacos, estas jovens destacavam-se, nos começos do século XX, pela rápida assunção dos valores socioculturais das classes médias urbanas para as quais muitas delas trabalhavam. Modistas e costureiras, por exemplo, procuravam parecer-se desesperadamente com elas no vestir, na utilização do castelhano e até nas prevenções que mostravam em relação às formas de reivindicação social próprias do proletariado corunhês, na ingénua crença de que estas podiam chegar a comprometer o seu pouco provável ascenso social⁴⁴.

A referida redução numérica do serviço doméstico urbano foi paralela à gradual feminização do ofício. Dois fenómenos que, à semelhança do que se passava em muitos enclaves italianos da época, estiveram em estreita relação com os efeitos que originou nas cidades e vilas galegas que atravessavam por uma fase de estagnação económica a entrada em vigor de medidas administrativas destinadas a tirá-las do marasmo em

41 DOMÍNGUEZ CASTRO *et al.*, 1999; MIGUÉS, 1999; VILARES, 1982; CARMONA, 2005.

42 REY CASTELAO *et al.*, 2009.

43 MOTTE *et al.*, 1992; SIMONTON, 1998.

44 PEREIRA, 1992; ALONSO ÁLVAREZ, 1998.

que estavam sumidas⁴⁵. Os referidos efeitos mostram a modernização pujando por abrir o caminho de mãos dadas com a relativa *terceirização* das suas respetivas estruturas ocupacionais urbanas. Algo que, por exemplo, pode apreciar-se tanto na expansão que experimentaram os mercados de trabalho masculinos da cidade de Ourense entre 1833 e 1881 – e que será resolvida com o aparecimento de novos ofícios vinculados com o setor dos serviços –, como na lenta especialização que aí conheceram, pelas mesmas datas, as tradicionais ocupações femininas. Mudanças que assentaram sobre as consequências socio-laborais derivadas da aplicação da reforma administrativa de 1833, que devia outorgar a Ourense a capitalidade provincial; da constituição da Deputação Provincial em 1835; da construção e abertura da Escola Normal e do Instituto de Ensino Secundário em 1841-1846; do estabelecimento da Central dos Correios em 1845, de que dependiam os serviços de Santiago, Pontevedra, Tui e Ribadavia; da construção da estrada Vigo-Villacastín-Madrid em 1860-1863; da chegada do caminho-de-ferro em 1881; da conseqüente expansão do comércio local; etc.⁴⁶. Neste contexto, não é estranho que a pequena Ourense se convertesse, nos inícios do século XX, no principal centro administrativo e comercial da província e que, levando quase à caricatura, as comentadas expansão do emprego masculino e a especialização dos ofícios das mulheres estivessem por trás da progressiva redução (1752: 15% do total da população; 1889: 6,2%; 1920: 1,6%) e da gradual feminização (em 1752, as criadas eram 79% do total, em 1889, 92% e, em 1920, 96%) do seu serviço doméstico.

Um pouco mais para o norte, algo parecido acontecia na pequena vila de Monforte. O início da construção da estrada que a uniria com a cidade de Lugo, em 1863, os trabalhos destinados ao aproveitamento agrícola das águas do rio Cabe realizados, na década de 1870, e os que mais tarde permitiriam a chegada do caminho-de-ferro, em 1883, ocasionaram o aparecimento de novas profissões masculinas ligadas à administração e ao comércio. O efeito modernizador das mudanças que desde 1863 supôs na sua tradicional estrutura ocupacional a entrada em cena de empregos vinculados com a construção, o caminho-de-ferro, o comércio ou a administração não se deixou sentir apenas na lenta e gradual *terceirização* da sua economia, culminada a partir de 1910-1920, mas também na contínua perda de relevância socio-laboral do seu serviço doméstico (em 1752, as pessoas dedicadas ao mesmo eram 9,7% do total da população, em 1898, 4,4% e, em 1920, 2,1%) e no subsequente acréscimo no seu interior do número de mulheres de origem rural destinadas a exercê-lo (em 1752, estas eram 75% do total, em 1898, 86% e, em 1920, 86%).

Essa mesma modernização social pôde ser sentida mesmo em Santiago, cuja estrutura social e ocupacional, lógicas produtivas ou relação com o mundo rural circundante se modificavam com uma lentidão exasperante a partir dos meados do século XIX. Sabemos que o protagonismo que em tudo isto teve o comboio foi muito limitado. Mais importantes, neste sentido, parecem ter sido os efeitos gerados pela série de obras públicas levadas a cabo na cidade durante a década de 1860 e entre 1890 e 1930. Em virtude delas nasceu o embrião de um movimento operário que ecoou as contradições de ter de se desenvolver num âmbito urbano onde as manifestações da modernidade pouco ou nada tinham a ver com a forma que esta assumia noutras cidades da Espanha e da Europa. Produziu-se ainda uma progressiva expansão do setor dos serviços vinculado com o mundo do ensino, o âmbito hospitalar-assistencial e a hotelaria, cuja definitiva consolidação socio-laboral é percebida nas fontes a partir de 1910-1920. A par disto, o serviço doméstico compostelano que ocupava 8% do total da sua população, em 1860, passou para pouco mais de 4% em

45 SARTI, 1997.

46 CARBALLO-CALERO RAMOS *et al.*, 1995.

1924, enquanto a presença de mulheres no seu interior passava de 85% a 98% do total⁴⁷. Em resumo, a intensidade e o ritmo da modernização social ocorrida nas diferentes vilas e cidades da Galiza dependeu, na realidade, do modo em como as suas circunstâncias locais particulares foram capazes de metabolizar e de dar forma às mudanças económicas e sociais derivadas do progresso dos tempos, num mundo caracterizado por uma lenta e gradual dissolução do Antigo Regime.

Em jeito de breve conclusão

O reduzido tamanho das vilas e cidades; a sua evolução populacional e social em função das circunstâncias locais; o ambíguo impacto demográfico e socioeconómico que sobre elas teve a melhoria das vias de comunicação ou a chegada do caminho-de-ferro; as transformações operadas nos mercados de trabalho em que tinha lugar o aparecimento de novos ofícios e a persistência de uma mão-de-obra pouco especializada de origem rural; ou a peculiar forma que adotou a modernização das suas respetivas estruturas socio-laborais, em que conviviam fenómenos como a ruralização e a terceirização, mais do que nos remeter para a excecionalidade do que aconteceu na Galiza, fá-lo, na realidade, para o que se passava na generalidade do mundo urbano hispano. Neste sentido, convém não perder de vista que o ocorrido a este nível em lugares como a Catalunha, o País Basco ou Madrid, constituiu mais a exceção do que a norma imperante no interior desse mundo urbano. Prova disto é que entre 1860 e 193, nos já referidos Catalunha e País Basco, territórios que, como é sabido, se caracterizaram por conhecer uma pronta e intensa urbanização e industrialização, concentrava-se apenas 9-12% do total das cidades espanholas de mais de 5000 habitantes⁴⁸. Isto significa que menos de 90% dessas cidades teria experimentado uma modernização económica e social que pouco ou nada tinha a ver com o desenvolvimento de processos de urbanização e de industrialização como os que ali tinham ocorrido.

De um ponto de vista histórico, este facto indica que a tão referida modernização sociodemográfica e produtiva das populações urbanas teve mais do que uma forma para se concretizar no quadro da Península. Em síntese, houve, pois, mais do que uma via de acesso, de entrada na modernidade, quer seja no contexto peninsular, quer seja no europeu. Este facto deve ser considerado, a menos que que continuemos assumindo as bases desse paradigma historiográfico que insiste em vincular a ausência de uma urbanização e industrialização à inglesa com o alegado “atraso económico e social” de que padeceriam todos aqueles territórios que não as tivessem conhecido.

Bibliografia

- ALONSO ALVAREZ, L., 1986 – *Comercio colonial y crisis del Antiguo Régimen en Galicia, 1778-1818*. Santiago: Xunta de Galicia.
- ALONSO ALVAREZ, L., 1991 – “La economía coruñesa del Siglo de las Luces. La formación de una ciudad terciaria”, in AAW – *Ciudad y Torre. Roma y la Ilustración en La Coruña*. A Coruña: Concello da Coruña, p. 229-232.
- ALONSO ALVAREZ, L., 1998 – *As tecedeiras do fume. Historia da Fábrica de Tabacos da Coruña*. Vigo: A Nosa Terra.

47 DOMINGUEZ CASTRO *et al.*, 1999; PEREIRA, 2012; DUBERT, 2001a; VILLARES, 2003.

48 REHER, 1994.

- BARRAL MARTINEZ, M., 2007 – *Montero Ríos y Compostela. Un feudo clientelar*. Santiago de Compostela: Ronsel-Consorcio de Santiago.
- BAYNES, D., 1994a – “Internal and medium distance migration in Great Britain, 1750-1900”, in EIRAS ROEL, Antonio *et al.* (ed.) – *Migraciones internas y medium-distance en Europa, 1500-1900*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, vol. I, p. 127-147.
- BAYNES, D., 1994b – “European migration, 1815-1930: looking at the emigration decision again”. *Economic History Review*. N.º 3, p. 525-544.
- BENGOECHEA GANGOITI, J. M., 2007 – *Propiedad, burguesía y territorio. La conformación urbana de Getxo en la ría de Bilbao, 1850-1900*. Bilbao: Universidad del País Vasco.
- BLANCO LOURO, M. F., 1996 – “Un pequeno achegamento á demografía da cidade da Coruña en torno ó ano 1900”, in AAVV – *Historia Nova IV*. Santiago de Compostela: Asociación Galega de Historiadores, p. 137-156.
- BLANCO LOURO, F. M., 2001 – “Los cambios sociales en A Coruña durante el primer tercio del siglo XX”, in BALBOA LOPEZ, X. M. *et al.* (ed.) – *Entre nós. Estudos de Arte, Xeografía e Historia en homenaxe ó profesor X. M. Pose Antelo*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, p. 1245-1261.
- CAMPS, E., 1995 – *La formación del mercado de trabajo industrial en la Cataluña del siglo XIX*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.
- CARBALLO-CALERO RAMOS, M. *et al.*, 1995 – *La transformación de una ciudad. Ourense, 1880-1936*. Ourense: Concello de Ourense.
- CARMONA, X. *et al.*, 1988 – “Crisis agraria y vías de evolución ganadera en Galicia y Cantabria”, in GABARROU, Ramón (ed.) – *La crisis agraria a fines del siglo XIX*. Barcelona: Crítica, p. 181-211.
- CARMONA, X., 2005 – *El empeño industrial de Galicia: 250 años de historia, 1750-2000*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza.
- CARRERAS CANDI, F., 1936 – *Geografía General del Reino de Galicia*. Barcelona: Editorial Alberto Martín.
- DE JUANA, Jesús *et al.*, 2005 – “Población y emigración en Galicia”, in DE JUANA, Jesús *et al.* – *Historia contemporánea de Galicia*. Ariel: Barcelona, p. 393-441.
- DELGADO VIÑAS, C., 1993 – *Las pequeñas y medianas capitales de provincia en el proceso de modernización del sistema urbano español*. Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria.
- DE VRIES, J., 1987 – *La Urbanización de Europa, 1500-1800*. Barcelona: Crítica.
- DOMINGUEZ CASTRO, L., 1992 – *Viños, viñas e xentes do Ribeiro. Economía e patrimonio familiar, 1810-1952*. Vigo: Xerais.
- DOMINGUEZ CASTRO, L. *et al.*, 1999 – “Acción colectiva en las pequeñas urbes. Estrategias obreras, patronos y autoridades públicas en Santiago de Compostela, 1920-1930”. *Historia Social*. N.º 33, p. 51-71.
- DUBERT, I., 2001 – *Del campo a la ciudad. Migraciones, familia y espacio urbano en la historia de Galicia, 1708-1924*. Vigo: Nigra-Consorcio de Santiago.
- DUBERT, I., 2002 – “Las dinámicas demográficas de las pequeñas villas gallegas a finales del Antiguo Régimen”. *Obradoiro de Historia Moderna*. N.º 11, p. 61-100.
- DUBERT, I., 2012 – “Imigração e transición sanitária na Galiza urbana (Santiago de Compostela, 1844-1920)”, in *A cidade industrial (Atas do I Congreso Histórico Internacional: As cidades na História: Población)*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, vol. 4, p. 135-159.
- EIRAS ROEL, A., 1993 – *Aportaciones al estudio de la emigración gallega*. Santiago: Xunta de Galicia.
- ERIAS MARTINEZ, A., 2001 – “A estrutura socioprofesional de Betanzos, 1840-1936”, in BALBOA LOPEZ, Xesús M. *et al.* (ed.) – *Entre nós. Estudos de Arte, Xeografía e Historia en homenaxe ó profesor X. M. Pose Antelo*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, p. 1193-1236.
- FAUVE-CHAMOUX, A. *et al.* (ed.), 1997 – *Le Phénomène de la domesticité en Europe, XVI-XXe siècles*. Praga: eeská Demografická Spoleenost.

- FERNÁNDEZ CORTIZO, C. J., 2009 – “Ourense, una ciudad preindustrial: crecimiento sin modernización, 1752-1859”, in LOPEZ DIAZ, María (ed.) – *Historia y Modernidad*. Ourense: Universidade de Vigo, vol. 2, p. 121-139.
- FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, M., 2001 – “Evolución demográfica y estructura socioprofesional: Vigo, 1930”, in BALBOA LOPEZ, Xesús M. et al. (ed.) – *Entre nós. Estudos de Arte, Xeografía e Historia en homenaxe ó profesor X. M. Pose Antelo*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, p. 1279-1293.
- FERNÁNDEZ PRIETO, L., 1996 – “Ciudades de labregos, hortas de obreiros: campo, cidade e historia agraria de Galicia”, in VAZQUEZ VARELA, José M. et al. – *A guerra na historia de Galicia; O rural na historia de Galicia*. Santiago de Compostela: Asociación Galega de Historiadores, p. 413-430.
- FERNÁNDEZ PRIETO, L., 2000 – “A caracterización da agricultura galega contemporánea: entre o atraso e a adaptación ó capitalismo” in FERNÁNDEZ PRIETO, Lourenzo (dir.) – *Terra e Progreso. Historia agraria da Galicia contemporánea*. Vigo: Xerais, p. 45-60.
- GARCÍA ABAD, R., 2005 – *Historias de emigración. Factores de expulsión y selección de capital humano en la emigración de la ría de Bilbao, 1877-1935*. Bilbao: Universidad del País Vasco.
- GONZÁLEZ GARCÍA, M., 2001 – “A dinámica socioprofesional de Monforte de Lemos, 1900-1940”, in BALBOA LOPEZ, Xesús M. et al. (ed.) – *Entre nós. Estudos de Arte, Xeografía e Historia en homenaxe ó profesor X. M. Pose Antelo*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, p. 1263-1291.
- GONZÁLEZ PORTILLA, M. et al., 2001 – *Los orígenes de una metrópoli industrial: la ría de Bilbao*. Bilbao: Fundación BBVA-Nerea, 2 vols.
- GRIBAUDI, M., 1987 – *Itinéraires ouvriers. Espaces et groupes sociaux à Turin au début du XXe siècle*. Paris: EHESS.
- GONZÁLEZ PORTILLA, M. (dir.), 2010 – *Nacimiento y desarrollo de la ciudad industrial*. Bilbao: Universidad del País Vasco.
- LANZA GARCÍA, R., 1997 – “Ciudades y villas de la cornisa cantábrica en la Época Moderna”, in FORTEA PEREZ, José (ed.) – *Imágenes de la diversidad. El mundo urbano en la Corona de Castilla (siglos XVI-XVIII)*. Santander: Universidad de Cantabria, p. 165-201.
- LEE, R., 1999 – “Urban labour markets, In-migration and Demographic Growth: Bremen 1815-1914”. *Journal of Interdisciplinary History*. N.º 30, 3, p. 437-473.
- LINDOSO TATO, E. et al., 2001 – “La trayectoria de una economía urbana. A Coruña, 1868-1936”, in AAW – *El republicanismo coruñés en la historia*. A Coruña: Concello da Coruña, p. 31-38.
- LINDOSO TATO, E., 2006 – “A la sombra del Arsenal. La oferta empresarial ferrolana en el siglo XIX”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. LIII, 119, p. 271-304.
- LOZANO COUTIER, A., 1996 – “De empresa pública a empresa privada: la gestión de los Arsenales del Estado, 1870-1936”, in COMIN, Fernando et al. (ed.) – *La empresa en la historia de España*. Madrid: Civitas, p. 369-392.
- LLONCH CASANOVAS, M., 1994 – “Inserción laboral de la inmigración y sistema de reclutamiento de la fábrica textil: Vilassar de Dalt, 1910-1945”. *Boletín de la A.D.H.E.* N.º 2, p. 149-163.
- MARTÍN GARCÍA, A., 2005 – *Demografía y comportamientos demográficos en la Galicia moderna. La villa de Ferrol y su Tierra, siglos XVI-XIX*. León: Universidad de León.
- MIGUÉS, V., 1999 – *A hidalguía galega, aproximación á xénese, desenvolvemento e consolidación dunha élite socioeconómica no Antigo Réxime*. A Coruña-Sada: Edicións do Castro.
- MIRAS ARAUJO, J., 2004 – “La estructura profesional de una ciudad terciaria: A Coruña, 1900-1960”. *Scripta Nouva. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. N.º 7, 163, p. 157-180. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-163.htm>> [consult. 31 de mai. 2014].
- MOTTE, C. et al., 1992 – “La binette, l'aiguille et le plumeau: les mondes du travail féminin”, in DUPÂQUIER, Jacques et al. (dir.) – *La société française au XIXe siècle. Tradition, transition, transformations*. Paris: Hachette, p. 237-343.
- MUÑOZ ABELEDO, M. L., 2010 – *Género, trabajo y niveles de vida en la industria conservera de Galicia, 1870-1970*. Barcelona: Icaria.

- ORIS, M., 1993 – “La transition de la mobilité au XIXe siècle. L'expérience de Hyu-sur-Meuse (Belgique) entre 1847 et 1900”. *Annales de Démographie Historique*. N.º 2, p. 191-224.
- PALLOL TRIGUEROS, R., 2013 – *Una ciudad sin límites. Transformación urbana, cambio social y despertar político en Madrid 1860-1875*. Madrid: La Catarata.
- PEREIRA, D., 1992 – *Os conquistadores modernos. Movemento obreiro na Galicia da anteguerra*. Vigo: A Nosa Terra.
- PEREIRA, D., 2012 – *José Pasín Romero. Memoria do proletariado militante de Compostela*. Santiago: Fundación 10 de marzo.
- PEREZ-FUENTES, P., 1993 – *Vivir y morir en las minas. Estrategias familiares y relaciones de género en la primera industrialización vizcaína, 1877-1913*. Bilbao: Universidad del País Vasco.
- Reformas Sociales. Información oral y escrita. Provincia de A Coruña y otras*. Madrid: Imprenta de la Viuda de M. Minuesa de los Ríos, t. 5, 1873.
- REHER, D. S., 1994 – “Ciudades, procesos de urbanización y sistemas urbanos en la Península Ibérica”, in GUARDIA, Manuel *et al.* – *Atlas histórico de las ciudades europeas. I. Península Ibérica*. Barcelona: Editorial Salvat, p. 1-31.
- REY CASTELAO, O. *et al.*, 2009 – *Historia de las mujeres en Galicia*. Vigo: Nigra-Trea.
- RODRIGUES, T., 2008 – *Historia da Población Portuguesa*. Porto: Afrontamento/CEPESE.
- ROMAN LAGO, I., 1998 – *Os campesiños de Lavadores*. Vigo: A Nosa Terra.
- ROSENTAL, P.-A., 1999 – *Les sentiers invisibles. Espaces, familles et migrations au XIXe siècle*. Paris: EHESS.
- SAN ANDRÉS CORRAL, J., 2011 – “Las ciudades intermedias ante el reto de la modernidad: la sociedad de masas y el proceso de urbanización en la España interior, Guadalajara, 1850-1936”, in PAREJA ALONSO, Aranzta (ed.) – *El capital humano en el mundo urbano. Experiencias desde los padrones municipales*. Bilbao: Universidad del País Vasco, p. 101-127.
- SARTI, R., 1997 – “Il servizio doméstico: un canale di mobilità sociale? Il caso di Bologna (fine '700-inizio '900)”, in AAVV – *Disuguaglianze: Stratificazioni e mobilità sociale nelle popolazioni italiane (dal sec. XIX agli inizi del secolo XX)*. Bologna: SIDES., p. 145-167.
- SARTI, R., 2007 – “Criados, servi, domestique, gesinde, servants: for a comparative history of domestic service in Europe, XVIth-XIXth centuries”. *Obradoiro de Historia Moderna*. N.º 16, p. 9-39.
- SIMONTON, D., 1998 – *A History of European Women's Work, 1700 to the Present*. London: Routledge.
- SOBRADO CORREA, H., 2001 – *La ciudad de Lugo en el Antiguo Régimen, siglos XVI-XX*. Lugo: Diputación Provincial.
- SOUTO GONZÁLEZ, X. M., 1990 – *Vigo, cen anos de historia urbana, 1880-1980*. Vigo: Xerais.
- VILLARES, R., 1982 – *La propiedad de la tierra en Galicia, 1500-1936*. Madrid: Siglo XXI.
- VILLARES, R., 2003 – “La ciudad de los ‘Doce Apóstoles’, 1875-1936”, in PORTELA SILVA, Ermelindo (coord.) – *Historia de la ciudad de Santiago de Compostela*. Santiago: Consorcio de Santiago-Universidad de Santiago.
- VILLARINO, M., 1995 – “Galicia: estrategias urbanas y nuevas realidades territoriales”. *Situación*. N.º 3, p. 275-288.
- WRIGLEY, E. A., 1987 – *People, cities and wealth: the transformation of traditional society*. London: Basil Blackwell.

Pintores floristas em Portugal (1850-1910)

António Mourato

Ha [...] cousa mais aprazível, mais innocente, que [...] afeiçoe mais o coração para os sentimentos brandos do que o espectáculo das flores, das flores que todos amam e desejam – das flores que todos, grandes e pequenos, cultivam, afim de com ellas aformosentar o caminho da vida?

OLIVEIRA JÚNIOR, 1872

De que forma nos toca a beleza duma flor? Cada época formulou um discurso próprio sobre o assunto. O que se desenvolveu, entre a segunda metade do século XIX e inícios de novecentos, primou pelo requinte. Neste estudo, debruçamo-nos sobre a tradução desse discurso em pintura. Será que também ela nos auxilia a compreender o espírito do mencionado período?

Não se pode avaliar um fenómeno sem o conhecer. Logo, decidimos apresentar, em esboço largo, os responsáveis por essa herança, ou seja os pintores que mais tempo, esforço e sacrifícios consagraram à pintura das diletas de Flora – apesar desse subgénero da Natureza Morta, ser então considerado menor. Como reagiu a crítica à ousadia destes autores? Revistas e jornais da época, mostram-nos o teor desse acolhimento, em artigos que variam de personalidade para personalidade, consoante o seu pensamento se aproxima ou distancia das perspectivas naturalistas ou das doutrinas académicas.

O presente texto organiza-se a partir de momentos significativos (nomeadamente exposições) que permitem ir desvendando paulatinamente o perfil de cada artista, tentando, por outro lado, manter uma sequência cronológica, por vezes algo precária. Esta abordagem tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a matéria enunciada.

É hoje incontroversa a importância da obra de Baltazar Gomes Figueira (1604-1674) na História da Arte Portuguesa¹. Este pintor de naturezas mortas viveu numa época em que tal género assumiu profunda notoriedade no contexto europeu do Barroco internacional, arrastando consigo o triunfo da autonomia dos objetos inanimados².

1 SERRÃO, 2009: 97.

2 RODRIGUES, 2011: 92.

A pintura de flores beneficiou desta circunstância, assim como do desenvolvimento científico da botânica, da publicação de textos sobre a flora bíblica e, conseqüentemente, da edição de literatura emblemática sobre o significado alegórico das flores³.

Josefa de Óbidos (Josefa de Ayala e Cabrera, 1630-1684), filha do mencionado Gomes Figueira, protagonizou entre nós, esse interesse, emoldurando as suas representações bíblicas, com grinaldas florais, detalhadas e de colorido vivo⁴. Recorria assim a um esquema criado pelo flamengo Jan Brueghel (1568-1625) e adotado em Espanha por Juan de Arellano (1614-1676) e Bartolomé Pérez (1634-1698)⁵.

António Pinheiro do Lago (c. 1660-1737) é o mais conhecido discípulo e seguidor do estilo de Josefa; acumulava a sua atividade artística com a de alferes de ordenança da vila de Tentúgal⁶. Francisco de Araújo (ativo entre 1660 e 1667) também imitou a pintora obidense, como se verifica na sua tela Êxtase de Santa Maria Madalena⁷.

A pintura de flores foi utilizada para decorar tetos de igrejas⁸, retábulos⁹, portadas de oratórios¹⁰ e miniaturas¹¹. A partir de meados do século XIX, este subgénero da natureza-morta desenvolve-se claramente¹².

Nessa época, tanto se pintava flores como recreio inconsequente, como por paixão inabalável. *Pintores-floristas* eram aqueles que consagravam um núcleo importante das suas obras ao registo inspirado das *musas dos jardins*; sobre eles recairá o nosso interesse.

Os críticos de arte oitocentistas explicavam assim a razão do estatuto inferior da natureza-morta: “A arte é questão de sentimento e de expressão; é artista o homem que sentindo e amando sincera e profundamente, souber traduzir na télia, no mármore e no bronze o seu sentimento”, é artista aquele que nos *fizer pasmar* “diante do sublime da concepção”, arrebatado “perante o engenho que soube elevar [...] até às regiões do ideal”, curvar ante a sua alma estampada no quadro¹³.

Os productos naturaes que se collocam sobre uma banca diante do cavalleto, e placidamente se copiam sem que a imaginação tenha de trabalhar muito para conseguir uma composição acertada, são em geral o assumpto escolhido pelos artistas menos experimentados¹⁴. Um quadro de natureza morta ainda póde admittir-se quando a perfeição com que é tocado supre, até certo ponto, a falta de outras qualidades mais elevadas. Nesses casos o pintor não podendo ser louvado pelos dotes realmente artisticos que não possui, alcança, comtudo certa admiração pela exactidão do desenho, pela força do claro-escuro, pela finura de toque, pela belleza do colorido, pelo engenhoso agrupamento dos objectos, pela

3 PINTO, 2010: 66.

4 SERRÃO, 2003: 32.

5 MOURA, 1993: 144-145.

6 SERRÃO, 1993: 274.

7 SERRÃO, 1993: 279.

8 A tipologia mais frequente é a que se liga ao modelo de tetos decorados com caixotões pintados (FERREIRA-ALVES, 2007: 41).

9 DANTAS, 2008: 34.

10 *Catálogo da VII Exposição*, 1952: 3. Não podemos deixar de referir como exemplos interessantíssimos, as portas do móvel oratório exposto no Museu dos Biscainhos, Inv. N.º 326 MDS.

11 *Copo com flores* (c. 1632-1644), obra da autoria de Domingos da Cunha, “o Cabrinha” (1598-1644), constitui um desses exemplos (FRANCO, 2003: 13).

12 ANACLETO, 1993: 167.

13 ANÓNIMO, 1865b: 1.

14 ANÓNIMO, 1865a: 2.

paciencia com que reproduziu todos os pequenos detalhes. Um quadro de natureza morta executado desta maneira não concederá ao seu auctor fóros de grande artista, mas ao menos grangear-lhe-ha a fama de pintor agradável¹⁵.

Ficamos pois elucidados: os pintores *de sentimento e expressão* dedicavam-se à Pintura Histórica e de Paisagem, os *agradáveis* à pintura de flores. Em Portugal, aliás, os primeiros ficavam reduzidos aos paisagistas, porque ninguém fazia carreira como pintor de História.

Apesar do estatuto inferior das imagens florais, não nos parece que a sua prática tivesse sido desprezada nas Academias de Belas Artes portuguesas. Começemos pela de Lisboa. O grande Cristino da Silva (1829-1877) concorreu ao lugar de professor substituto da cadeira de Paisagem com um quadro de *Flores e Frutos*¹⁶. José Ferreira Chaves (1838-1899), vice-presidente da Escola¹⁷, dedicou-se “especialmente á pintura de flores, de natureza morta e ao retrato”¹⁸. José Rodrigues (1828-1887), académico de mérito¹⁹, foi muito elogiado quando apresentou na Exposição da Sociedade Promotora das Belas Artes, de 1866, um quadro de “flôres e fructos”²⁰. Até o famoso Anunciação (1818-1879) se dedicou ao estudo de flores²¹.

Nas Belas Artes da Invicta, registamos o nome de Domingos Pereira de Carvalho (18??-1848), professor substituto de Pintura Histórica²², que exibiu na trienal de 1845 dois “excellentes” quadros de flores²³. João Correia (1822-1896), lente proprietário de Pintura Histórica²⁴, viu uma camélia da sua autoria ser elogiada por D. Pedro V e também por Francisco José Resende (1825-1893), o crítico de arte mais popular da época, no Porto:

O estylo é largo, e o toque applicado de uma só vez desenhou ao mesmo tempo a forma externa de cada pétala. O pincel não sahiu da palêta apenas posto na tinta, nem se sentiu tremer a mão que o chegou á tela. Pintar com tanto empaste e franqueza poucos d'entre os nossos pintores portuguezes serão capazes de o conseguir²⁵.

Francisca de Almeida Furtado (1827-1918), académica de mérito²⁶, e João Baptista Ribeiro (1790-1868), diretor da Academia Politécnica²⁷, elaboravam em álbuns deliciosas aguarelas de flores²⁸.

15 ANÓNIMO, 1865b: 1.

16 SILVEIRA, 2000: 168.

17 FUSCHINI, 1901: 72-74.

18 ANÓNIMO, 1899a: 284.

19 SANTOS, 2011: 267.

20 ANÓNIMO, 1866: 1.

21 TEIXEIRA, 1999: 67.

22 ANÓNIMO, 1848: 409.

23 ANÓNIMO, 1845: 2.

24 VASCONCELOS, 2009: 8.

25 RESENDE, 1865:1.

26 FRANCO, 1998: 37-39.

27 BASTO, 1987: 107-111.

28 MOURATO, 2010: 120-121; LEITE, 1931: 19.

Em outubro de 1865, na Exposição Internacional, o Porto ficou a conhecer Próspero Lasserre (18??-1900)²⁹, um francês que desenvolvia a sua atividade na capital do reino³⁰. Abandonara a pintura de ornamentos para se dedicar aos quadros de flores que lhe granjearam êxito quase imediato³¹. Em maio desse ano conquistara uma medalha de prata na mostra da Sociedade Promotora das Belas Artes³² e a imprensa começou a reconhecer os seus méritos. José Maria de Andrade Ferreira, na *Gazeta de Lisboa*, exclamava:

Que verdade, que observação da natureza, que estudo do natural, realçado pela suave imaginação do artista! [...] Que gradação naquellas tintas! [...] Cada uma d'aquellas flores, examinada de perto, tem o valor de um exemplar botânico. [...] É admiravel!³³

No Porto, Francisco José Resende enaltecia a frescura de tons e a transparência das suas telas: é o “primeiro florista residente em Portugal”, assegurava³⁴.



Figura n.º 1 – Quadro de Lasserre.

29 *Catalogo Official da Exposição Internacional do Porto*, 1865: 96.

30 ANÓNIMO, 1900: 1.

31 SILVA, 1866: 16-17.

32 X., 1865: 1.

33 FERREIRA, 1868: 2.

34 REZENDE, 1868: 1-2

Francisca de Almeida Furtado³⁵ esperou até 1877 para mostrar ao público as flores que depositava nos seus álbuns³⁶. O êxito foi surpreendente³⁷ e as românticas aguarelas da autora passaram a aformosear as mais distintas exposições de arte, até pelo menos 1903³⁸. O respeitado crítico Manuel M. Rodrigues (1847-1899) prezava as suas camélias, “pela justeza do avelludado das pétalas” e ainda as begónias, por se aproximarem muito do natural³⁹.



Figura n.º 2 – Quadro de Francisca Furtado.

Na década de 60, em Lisboa, José Ferreira Chaves (1838-1899) era já bem conhecido como florista⁴⁰. A pincelada suave e o colorido delicado que usava para revestir as suas flores de “elegancia e verdade”⁴¹ tornaram-nas famosas. O crítico João Sincero, afirmou que elas eram “um encanto de mimo, de delicadeza, de frescura – de uma perfeição, que em verdade se” podia “dizer incedível. Quem tiver flores d’aquellas pode consolar-se da falta de um jardim”⁴².

35 Escusado será lembrar o fulgor da sua obra como miniaturista. Recordemos que para Anísio Franco, “Francisca Furtado elevou ao mais alto nível a arte da miniatura em Portugal” (FRANCO, 2003: 8).

36 *Catalogo Official da Exposição Horticola Internacional, 1877: 44.*

37 JUNIOR, 1877: 174.

38 ANÓNIMO, 1903: 2.

39 RODRIGUES, 1884: 278-279.

40 CORDEIRO, 1868: 1.

41 ANÓNIMO, 1899b: 2.

42 SINCERO, 1901: 1.



Figura n.º 3 – Quadro de José Ferreira Chaves.

A supremacia de Chaves e Lasserre neste género durou até 1884. Na exposição da Sociedade Promotora das Belas Artes em Portugal, realizada nesse ano, estreou-se a pintora Josefa Greno (1850-1902) que os destronou inexoravelmente⁴³. Josefa era espanhola⁴⁴; viera para o nosso país em 1870, instalando-se com a mãe em Lisboa. Casou mais tarde com o pintor Adolfo Greno (1854-1901)⁴⁵, rumando com este para Paris em setembro de 1876⁴⁶. Foi na cidade luz que começou a pintar e de lá enviou as telas para a mostra da Promotora: peónias, malmequeres, mimosas, flores diversas e uma natureza morta. Os organizadores do certame ficaram espantados ao examinar o colorido imprevisivo, o gosto no arranjo dos motivos, as manchas frescas e espontâneas dos seus quadros⁴⁷. Conquistou a medalha de terceira classe da Exposição⁴⁸ e foi quem mais quadros vendeu, relegando para segundo lugar Maria Augusta Bordalo Pinheiro (1841-1915), outra distinta cultora do género floral⁴⁹.



Figura n.º 4 – Quadro de Maria Augusta Bordalo Pinheiro.

43 ALDEMIRA, 1951: 115.

44 ANÓNIMO, 1901c: 3.

45 PEREIRA, 1907: 844.

46 ANÓNIMO, 1901d: 1-2.

47 ALDEMIRA, 1951: 96-121.

48 *Sociedade Promotora das Bellas-Artes em Portugal*, 1887: 15.

49 ANÓNIMO, 1915a: 3.

Greco tornou-se a mais celebrada pintora de flores em solo português⁵⁰ e comprovou o seu mérito nos sexto⁵¹ e oitavo⁵² salões do Grupo do Leão (respectivamente, 1886 e 1889), na mostra da Promotora de 1887⁵³, na Exposição Industrial de 1888⁵⁴ e na primeira exposição do Grémio Artístico de 1891⁵⁵. Trabalhadora incansável, ganhou muito dinheiro, arranhou discípulas e conquistou elogios até de Fialho de Almeida (1857-1911)⁵⁶. A crítica, em geral, aplaudia a sua pincelada espontânea, viva⁵⁷, a exuberância de viço das suas flores⁵⁸ e o adivinhado aroma das suas rosas e lilases⁵⁹.

As *Exposições d'Arte* que tiveram lugar no Grande Salão de Conferências do Ateneu Comercial do Porto⁶⁰, entre 1887 e 1895⁶¹, revelaram novos talentos na área da pintura de flores: Marques Guimarães (1860-1937), Alice Grilo (1870-1945), Aurélia de Sousa (1866-1922), Leopoldina Maia Pinto (atividade conhecida: 1893-1906) e o mais importante de todos, António José da Costa (1840-1929).

Logo no primeiro certame, inaugurado a 17 de março de 1887⁶², os quadros de Marques Guimarães, pintor jovem mas de largo currículo, atraem as atenções. O artista consegue vender as obras *Camélias*⁶³, *Camélias e Rosas*⁶⁴ e *Copo com Camélias*⁶⁵. Manuel Maria Rodrigues elogia a correção de forma e o colorido aveludado dessas beldades dos jardins: “Encanta olhar para flores assim pintadas, entre as quaes ha algumas admiraveis e só causa pena, que o artista, por um capricho de phantasia, colloque ás vezes os seus deliciosos ramilhetes em pobrissimos pucaros de barro ordinario”⁶⁶. Para responder à observação, Marques Guimarães exhibe, no ano seguinte, umas flores cravadas em sofisticados recipientes, escolhidos entre as “mais primorosas industrias portuguezas, francezas, allemãs e indo-chinas”⁶⁷. Encaixou até umas camélias num vaso de faiança de Rafael Bordalo Pinheiro⁶⁸. Em 1889⁶⁹, teve ainda a honra de ver um dos seus quadros – *Camélias soltas*⁷⁰ – adquirido pelo ilustre médico e investigador Ricardo Jorge⁷¹.

50 SINCERO, 1887a: 2.

51 TORREZÃO, 1887: 3.

52 RAMALHO, 1889: 90.

53 XYLOGRAPHO, 1887a: 180-182.

54 *Exposição de Bellas-Artes do Gremio Artístico*, 1893: 20.

55 ANÓNIMO, 1891b: 1.

56 OLIVEIRA, 2006: 218.

57 ASSUNÇÃO, 1887: 2.

58 CLAUDIO, 1889: 3.

59 XYLOGRAPHO, 1887b: 180-182.

60 ANÓNIMO, 1887a: 2.

61 LEMOS, 2005: 203-210.

62 ANÓNIMO, 1887c: 2.

63 ANÓNIMO, 1887e: 2.

64 ANÓNIMO, 1887d: 2.

65 ANÓNIMO, 1887b: 2.

66 RODRIGUES, 1887: 91.

67 ANÓNIMO, 1888a: 1.

68 ANÓNIMO, 1888b: 2.

69 ANÓNIMO, 1889a: 1. ANÓNIMO, 1889d: 2.

70 ANÓNIMO, 1889b: 1.

71 ANÓNIMO, 1889c: 1.



Figura n.º 5 – Quadro de Marques Guimarães.

A Exposição de Arte de 1889 proporcionou a divulgação das camélias de António José da Costa, que era muito conhecido na invicta, principalmente pelos seus dotes pedagógicos⁷². Trabalhou como professor de Desenho, Fotografia⁷³ e Pintura⁷⁴ nos mais reputados colégios⁷⁵ e teve como discípulos particulares (entre outros), Henrique Pousão (1859-1884)⁷⁶, Marques de Oliveira (1853-1927)⁷⁷ e Artur Loureiro (1853-1932)⁷⁸. Nos tempos livres, dedicava-se ao retrato⁷⁹, paisagem⁸⁰ e pintura religiosa⁸¹.

Costa apresentou na referida exposição de 1889, sete pinturas: três paisagens e quatro imagens de flores⁸². Nunca o artista se dedicara a este último género⁸³, nem se compreendia a razão que o levava, aos 49 anos, a iniciar uma nova fase na sua carreira. A verdade é que tanto *O Comércio do Porto*, como o *Jornal*

72 ANÓNIMO, 1983: 18.

73 REAL, 1868: 4.

74 ALMEIDA, 1880b: 4.

75 JORGE, 1915: 23. ARCHAMBEAU, 1879: 4. ALMEIDA, 1880a: 2. ROFF, 1926: 355-356.

76 RODRIGUES, 1998: 15.

77 LEMOS, 2008-2009: 253.

78 MAGALHÃES, 2011: 92.

79 ANÓNIMO, 1911: 27.

80 ANÓNIMO, 1887f: 2.

81 BRANDÃO, 1963: 110.

82 *Catalogo Illustrado da Exposição D'Arte, Desenhos originaes dos artistas*, 1889: 5.

83 Arquivo da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto (AFBAUP) – *Ata de 5 de Abril de 1889 – conferência ordinária, presidida pelo Conde de Samodães*. Tadeu Maria de Almeida Furtado – Livro 106, fol. 110v.

de *Notícias* e o *Jornal do Porto* descobriram nas camélias de António José uma beleza “encantadora”⁸⁴, que não ofendia a natureza⁸⁵ e ostentava “um valor solido de verdade”⁸⁶.

Os novos trabalhos de Costa não seduziram apenas os críticos. O seu antigo professor de Desenho na Academia, Tadeu Maria de Almeida Furtado (1810-1901), ao visitar a exposição, ficou “surpreendido com dous quadros de camélias” pintados pelo seu “antigo alumno” que “pela primeira vez se apresentava como pintor de flores”. Lamentou que esses quadros já estivessem vendidos, mas reparou que no catálogo se mencionava outro com o título *Camelia em flor*. Ora esta última obra ainda não tinha sido exposta e o preço era aliciante: dezoito mil réis.

Correu à Academia e pediu autorização para a comprar – logo que ela fosse exposta – e se a julgasse digna de figurar no Museu Portuense. Solicitava também a opinião de outro professor a respeito do mérito do quadro⁸⁷. Dois dias mais tarde, Furtado adquiria a pintura⁸⁸. Este episódio testemunhava o reconhecimento do trabalho de Costa junto dos meios académicos. A estes dois triunfos, juntou-se ainda o êxito junto do público. Desta vez, António José vendeu todas as obras que despachou para o certame. Aos 49 anos, depois de um trajeto longo, penoso, recheado de fracassos, o artista conhecia finalmente o sucesso.

Em Novembro de 1891, a família real visitou o Porto⁸⁹, inaugurando a Exposição da Indústria Portuguesa que teve lugar no Palácio de Cristal⁹⁰. Admiravam-se ali produtos florestais, minerais, químicos e farmacêuticos, artigos de vestuário e de mobiliário, aparelhos náuticos, material diverso relativo à engenharia, substâncias de origem vegetal e animal, entre outras coisas. A secção de Belas Artes apresentou um número muito limitado de pinturas, mas o conde de Samodães (presidente da direcção do Palácio e da comissão executiva da exposição) esclareceu: “o artista não é propriamente um industrial”⁹¹.

Entre as obras expostas, salientavam-se as de Josefa Greno e João Rodrigues Vieira (1856-1898). Ao examinar as criações da pintora, Tadeu Furtado desabafou: “Não conhecemos no paiz quem a iguale n’este genero; composição, largueza de execução, efeito de luz e côr, tudo muito nos agrada”⁹².

Sobre João Rodrigues Vieira, “digno lente de desenho da universidade de Coimbra”, referia que expunha quatro trabalhos “tambem de merito excepcional”, destacando o *Cesto caído*, pela inteligência da execução, e a *Varanda Mourisca*, graças ao estilo largo e belo efeito decorativo⁹³.

Vieira espantara a capital ao mandar para os certames do Grupo do Leão alguns quadros representando rosas⁹⁴. Possuía o curso de escultura das Belas Artes de Lisboa, trabalhara sob a direcção do grande Anatole Célestin Calmels (1822-1906) e até concorreu à exposição universal de Paris de 1878, com um busto representando *Flora*⁹⁵, sendo então premiado⁹⁶. Porque trocou o mármore pelas tintas?

84 ANÓNIMO, 1889b: 1.

85 ANÓNIMO, 1889e: 2.

86 ANÓNIMO, 1889d: 2.

87 AFBAUP – *Ata de 5 de Abril de 1889...*

88 ANÓNIMO, 1889f: 2.

89 RAMOS, 2006: 356.

90 ANÓNIMO, 1891a: 1-2; ALVES, 1994: 370-373.

91 SAMODÃES, 1893: CX-CXVII.

92 FURTADO, 1893: 441.

93 FURTADO, 1893: 442.

94 XYLOGRAPHO, 1887b: 211-213.

95 O estudo em gesso desta obra esteve patente no Salão da Sociedade Promotora das Belas Artes em Portugal, de 1880 (*Sociedade Promotora de Bellas-Artes em Portugal*, 1880: 26).

96 *Gremio Artístico – Exposição extraordinaria comemorativa*, 1898: 65.

De início, a imprensa louvou as suas rosas. Considerava-as surpreendentemente frescas, verdadeiras e reveladoras de “um justo sentimento das diversas colorações delicadas”⁹⁷. Em 1885, os elogios sobem de tom:

É magnífica a esguia tela em que Vieira aninhou perfumosamente algumas rosas sensuaes, emmolhadas com begonias, debaixo d'uma fôfa cortina amarella com préguas quebradas, por onde a sombra negreja. Este fino colorista, cuja rica paleta rutila promessas, nunca por certo nos mostrou, como n'este quadro delicioso e d'um solido valor, uma felicidade d'execução tão segura, espontanea, e cheia de luz⁹⁸.

Em 1887, é nomeado para lente de Desenho na Universidade de Coimbra, cargo que exerce até 1896⁹⁹. É esta a época que marca o declínio da sua pintura¹⁰⁰.



Figura n.º 6 – Quadro de João Rodrigues Vieira.

Costa e Greno defrontaram-se em Lisboa, na segunda exposição do Grémio Artístico. Amavam flores como ninguém, mas as suas histórias eram diferentes.

97 RAMALHO, 1897: 118-119.

98 RAMALHO, 1897: 166.

99 RODRIGUES, 1992: 292.

100 ASSUNÇÃO, 1887b: 2.

Josefa, natural de Sevilha, frequentara um dos principais “collegios de Hespanha”, onde se notabilizou pela sua brilhante inteligência e “esmerada educação”. Publicou até alguns contos, novelas e poesias¹⁰¹. Costa passou a infância a ajudar o pai na sua oficina de sapateiro¹⁰², tendo-se matriculado aos 12 anos na Escola Industrial do Porto¹⁰³. Greno conheceu a *vitalidade do universo parisiense* onde educou o seu “delicado talento de mulher”¹⁰⁴. Costa nunca saiu do país. Josefa afirmou-se no meio artístico nacional da noite para o dia; após concluir o curso de pintura nas Belas Artes¹⁰⁵, António José levou dezenas de anos até ser reconhecido. Ela ganhou muito dinheiro com a pintura¹⁰⁶. Ele nasceu pobre e nunca deixou de o ser¹⁰⁷. O casamento naufragou Josefa em desespero e angústia¹⁰⁸. Costa não passou de um solteirão tímido e distraído que se afligia por tudo¹⁰⁹. Josefa travava relações com pessoas da mais “distinta sociedade”¹¹⁰. Costa gostava era de se embrulhar no carinho da família¹¹¹.

Os quadros da andaluza, encharcados numa luz intensa, palpitavam de arrojo, pujança e liberdade. Costa pintava à base de silêncio, ordem e nostalgia.

Lisboa, 15 de março de 1892, uma hora da tarde. Abrem-se as portas da segunda exposição do Grémio. Concorrem ao evento setenta artistas com cerca de 300 obras¹¹². D. Amélia adquire os quadros *Crepúsculo*, de Malhoa, *Caminho do Arieiro*, de Ezequiel Pereira, *Travessa do Vale de Runa*, de José Queirós, e *Hamlet*, de Veloso Salgado¹¹³. D. Carlos prefere a *Torre de S. Julião*, de Cristina Camacho, a *Praia de São João do Estoril*, de Tomás de Melo Júnior, *À porta da taberna*, de Adolfo Rodrigues, uma *Paisagem (Leça da Palmeira)*, de Silvestro Silvestri, uma *Cabeça de camponesa*, de Silva Porto, e o *Cais de Setúbal*, de João Vaz¹¹⁴.

Os monarcas – admiradores de Josefa¹¹⁵ – ignoram António José da Costa, mas os particulares não se deixam influenciar. J. Simões de Almeida compra-lhe umas *Camélias e Violetas* por 35\$000 réis. Henrique Sauvinet desembolsa 40\$000 réis por umas *Camélias e Mimosas*¹¹⁶ e o “sr. G. R.” adquire-lhe *O Poço das Palas*¹¹⁷.

As imagens de António José da Costa atraem a atenção do público e o crítico João Sincero entende que elas “lhe dão lugar na vanguarda dos nossos artistas portugueses”.

101 ANÓNIMO, 1901d: 1-2.

102 ANÓNIMO, 1929: 4.

103 ANÓNIMO, 1911: 26-27.

104 TORREZÃO, 1887: 3.

105 António José da Costa concluiu o curso de Pintura Histórica da Academia Portuense de Belas Artes, em Agosto de 1862 (*Catalogo das Obras apresentadas na 8.ª Exposição Triennial da Academia Portuense das Bellas Artes*, 1863: 10).

106 ALDEMIRA, 1951: 164-166.

107 BRANDÃO, 1929: 1.

108 ALDEMIRA, 1951: 140-142.

109 SARABANDO, João – *O “Bruxo” Portuense das Camélias...*

110 ANÓNIMO, 1901d: 1-2.

111 BRANDÃO, 1929: 1.

112 SINCERO, 1892a: 91.

113 ANÓNIMO, 1892a: 2.

114 ANÓNIMO, 1892b: 3.

115 ANÓNIMO, 1901e: 1.

116 ANÓNIMO, 1892a: 2.

117 ANÓNIMO, 1892d: 1.

Com as suas Camélias, [...], o sr. Costa poz á banda tudo quanto a antiga musa canta a respeito d'essas flôres, tão estimadas por uns e tão odiadas por outros, e que eu por mim gosto de ver nos cabellos ou no collo d'uma bella mulher.

As camélias do sr. Costa são admiraveis de frescura, especialmente as brancas. Póde pintar-se tão bem, mas não creio que se pinte melhor. E os quadros de flôres do sr. Costa não são só bem pintados, são além d'isso bem compostos. Essa flôr, fria como gelo e regular como uma figura geometrica, e ainda em cima – sem pé –, rebelde ao pittoresco, o sr. Costa conseguiu fazer com ella dois quadros bonitos. Os seus quadros de camélias são trabalhos de primeira ordem¹¹⁸.

Ribeiro Artur, porém, não subscreve esta opinião. Greno, no seu entender, continua sem rival. Mas pondere-se no que redige: “N'esta revista de – Flora – a sr.^a D. Josefa Greno recebe uma farta colheita de admiração e applausos, ainda que alguns dêem ás – Camélias – de Antonio José da Costa, um portuense, o primeiro logar”¹¹⁹. Não pode existir fonte mais isenta para nos informar que parte da assistência elegeu António José da Costa como principal florista do evento. Por outro lado, o facto do ilustre crítico se referir ao artista como “um portuense”, revela que boa parte do público lisboeta não conhecia António José da Costa, ou então que já se esquecera dele. Logo, não foi o nome que lhe garantiu o triunfo, mas o valor dos seus quadros. Quase trinta anos depois de nesse mesmo local de Lisboa, António José ter sido dado como inapto para a arte, eis que as mesmas paredes de outrora testemunhavam agora quanto inesperado pode ser o destino de um homem¹²⁰.

Em meados de abril, o júri da exposição dá a conhecer a lista dos artistas galardoados: primeira medalha para Silva Porto, segunda para Malhoa e Veloso Salgado e terceira para Marques de Oliveira, João Vaz, Tomás de Melo Júnior, Henrique Pinto e “madame” Santos Braga. António José da Costa receberia apenas uma menção honrosa¹²¹.

118 SINCERO, 1892b: 2.

119 ARTHUR, 1896: 221-222.

120 António José da Costa participou nas exposições da Sociedade Promotora de Belas Artes de 1864 e 1865, tendo sido, na altura, arrasado pela crítica de Lisboa.

121 ANÓNIMO, 1892c: 2.



Figura n.º 7 – Quadro de Josefa Greno.



Figura n.º 8 – Quadro de António José da Costa.

1893: Greno envia para a Exposição do Ateneu Comercial do Porto um quadro de flores e duas paisagens. *O Comércio* gaba o quadro *Malvaíscos e Rosas*, pela largueza de pincelada e justa interpretação¹²². *O Primeiro de Janeiro* prefere destacar as paisagens e os “trabalhos de florista” de António José da Costa¹²³.

122 ANÓNIMO, 1893a: 1.

123 ALVARENGA, 1893:1.

Mas na Exposição do Grémio Artístico desse ano, “João Sincero” notou que Greno começava a “fraquejar” e rogava para que deixasse a “paisagem em paz”. Já a António José da Costa dedicou fartos louvores¹²⁴.

Em 1894, o Porto volta a contemplar três obras de Josefa Greno no *Salon* do Ateneu: *Rosas e Malmequeres*, *Rosas e esporas* e *Margens do Águeda*¹²⁵. António José da Costa não participa na exposição e Manuel Maria Rodrigues afirma que as melhores flores do evento pertencem a Alice Grilo¹²⁶, uma estudante¹²⁷ da Academia Portuense¹²⁸. O público, em sintonia com o crítico, adquire logo três quadros à jovem aluna¹²⁹.

No dia 25 de junho de 1901, Josefa Greno, ao contrário do habitual, mostrou-se animada ao jantar, após o qual o marido saiu. Regressou às 11 da noite; ela esperava-o. Adolfo tomou uma chávena de chá, beijou a esposa e recolheu ao quarto, adormecendo tranquilamente¹³⁰.

Josefa não pregou olho, mas abandonou-se às trevas¹³¹. Ergueu-se noite dentro¹³², empunhou o revólver que comprara na véspera, encostou-o ao sovaco esquerdo do marido e descarregou a arma com estrondo¹³³. Adolfo Greno tinha 47 anos, era alto, atraente, conservando o aspeto dum rapaz. Ela retirou-se do aposento e murmurou: “prompto!”¹³⁴. Os moradores do prédio n.º 38 da rua de São Mamede acordaram em sobressalto devido ao barulho dos tiros oriundos do primeiro andar. Pouco depois, não só em toda a rua, como em toda a cidade se espalhava a notícia da tragédia: uma senhora, movida pelo ciúme, assassinara o marido¹³⁵.

Josefa dirigiu-se à sala da entrada e foi ali que o polícia 192 da 5.ª esquadra a encontrou¹³⁶. A andaluza confessou o delito com a maior tranquilidade.

Dada como louca, Josefa passou os últimos dias no manicómio de Rilhafoles. Faleceu a 28 de janeiro de 1902¹³⁷. Quando os jornais quiseram enumerar as suas principais obras, viram-se obrigados a selecionar 48 quadros¹³⁸.

A pintura de flores quedava órfã na capital. João Rodrigues Vieira falecera em 1898¹³⁹, Ferreira-Chaves em 1899¹⁴⁰ e Lasserre em 1900¹⁴¹. Maria Augusta Bordalo Pinheiro dedicava-se agora à renovação das tradicionais rendas de bilros de Peniche¹⁴². Sobravam os discípulos que não faziam esquecer os mestres. A invicta tornava-se assim no centro pictórico do reino de Flora. No entanto, as razões que determinaram a hegemonia do Porto, na área da pintura floral, durante os primeiros anos do século, podem não ter uma explicação puramente artística. Vejamos o que escreve o *Diário Ilustrado*, reputado jornal alfacinha, a 4 de abril de 1896:

124 SINCERO, 1893: 2.

125 *Catálogo Ilustrado da Exposição D'Arte*, 1894: 9.

126 RODRIGUES, 1894: 155-158.

127 Alice Grilo estreara-se publicamente na *Exposição d'Arte* do ano anterior (ANÓNIMO, 1893a: 1).

128 *Catálogo da Exposição dos Trabalhos Escolares dos Alumnos da Academia Portuense de Bellas-Artes*, 1895: 11.

129 ANÓNIMO, 1894: 1.

130 ANÓNIMO, 1901a: 1-2.

131 ANÓNIMO, 1901e: 1.

132 ANÓNIMO, 1901c: 3.

133 ANÓNIMO, 1901f: 2.

134 ANÓNIMO, 1901d: 1-2.

135 ANÓNIMO, 1901c: 3.

136 ANÓNIMO, 1901h: 2.

137 ANÓNIMO, 1902: 1.

138 ANÓNIMO, 1901b: 1.

139 *Grémio Artístico – Exposição extraordinária comemorativa*, 1898: 65.

140 FRANÇA, 2007: 332.

141 ANÓNIMO, 1900: 1.

142 ANÓNIMO, 1915b: 3.

No Porto ha frequentes exposições de plantas, em Lisboa porém têm ellas sido muito menos numerosas, em periodos irregularissimos, sem obedecer a nenhum plano methodico, comprehendendo apenas um limitado numero d'especies que florescem na occasião em que se organisa a exposição¹⁴³.

O Século, de 13 de maio de 1919, refere: “Na capital do norte, onde o culto da flôr existe mais arreigado que no sul, as grandes exposições de rosas em meados de maio marcam para a sociedade elegante a inauguração solene da estação primaveril”¹⁴⁴.

O lendário Marques Loureiro manteve ligações com hortos europeus (destacando-se os de Gand, na Bélgica) e elevou o seu estabelecimento, sediado na Quinta das Virtudes, a um horto de visibilidade internacional¹⁴⁵. Eram muitos os viajantes que afirmavam que ele era, no género, o melhor da Península Ibérica¹⁴⁶.

Quando Loureiro expôs em Lisboa as suas rosas, o *Diário Ilustrado* comentou: “Em Lisboa, apenas alguns amadores se dão á floricultura; e só n'um ou outro jardim particular se encontram rosas de tão subido valor e formosura como as que estão expostas na cêrca de Jesus”¹⁴⁷.

Existiriam no Porto condições sociais mais favoráveis à valorização da pintura floral do que em Lisboa? Saliente-se que a crítica de arte no Porto não menosprezou este subgénero da natureza-morta. Francisco José Resende escrevia em 1871:

As flores teem sido pintadas em todas as epochas querendo imital-as todos os especialistas que se tem dado a esta ardua tarefa. São na verdade rarissimos seus cultores em comparação dos de costumes, marinhas, paizagens, etc., etc.

É que o genero é difficilimo, porque o segredo da côr brilhantissima, transparente, variada, desde os mais vigorosos tons de carmim, purpura, amarello, branco e ultramarino até aos meios tons que se observam, se analysam mas não comprehendem, como na rosa chá e outras flores, não foi descoberto ainda pelo homem que leva a sua ousadia a querer roubar á natureza seus mysterios. Mas emfim, floristas tem havido e há que indagam tanto quanto é possivel estas joias, as mais encantadoras e poeticas da criação, que collocadas em desalinho ou com arte entre tudo quanto aformoseia o universo, entre tudo quanto o homem tem produzido pela sua intelligencia, attrahem sempre e irresistivelmente a nossa vista¹⁴⁸.

Margarida Costa recebeu do pai as primeiras lições de desenho enquanto o seu tio-avô António José da Costa lhe educava a sensibilidade “para essa arte maravilhosa, que” consistia “em dar expressão de eternidade e um sentimento de beleza quási sobrenatural ás corolas idealmente puras”¹⁴⁹.

143 ANÓNIMO, 1896: 3.

144 ANÓNIMO, 1919: 2.

145 JUNIOR, 1872: 98. MARQUES, 2012a: 445-447.

146 MARQUES, 2012b: 44.

147 ANÓNIMO, 1880: 1.

148 REZENDE, 1871: 1

149 ANÓNIMO, 1938: 2.

Em outubro de 1892¹⁵⁰, com 11 anos apenas, Margarida Costa começa os seus estudos na Academia de Belas Artes, onde teve como professores Marques de Oliveira (1853-1927) e José de Brito (1855-1946)¹⁵¹.

No ano seguinte, uma mulher de 27 anos iniciava também a sua formação artística na Academia. Em junho, requeria a admissão aos exames dos 1.º e 2.º anos da aula de Desenho Histórico. Vencidos os dois obstáculos, matriculou-se em outubro, diretamente no 3.º ano¹⁵². Já devia ser conhecida no meio artístico portuense, uma vez que fora aluna de Caetano Moreira da Costa Lima (1835-1898)¹⁵³ e participara na Exposição de Arte do Ateneu, realizada em fevereiro desse ano de 1893. No certame vendera três quadros: *Pêssegos*¹⁵⁴, *Galinheiro* e *Uvas*¹⁵⁵. O catálogo identificava-a como D. Aurélia Laura¹⁵⁶, mas na verdade o seu nome era Aurélia de Sousa.

Aurélia de Sousa e Margarida Costa não terminaram o curso de Pintura Histórica. A primeira, em 1899, preferiu continuar os seus estudos em França, na Académie Julian¹⁵⁷. Margarida deixou a Academia Portuense para se casar com o escultor José Romão da Maia Júnior (1878-1949)¹⁵⁸.

Aurélia de Sousa regressou em 1901¹⁵⁹. Morava na Quinta da China, uma das residências mais opulentas da cidade¹⁶⁰. Sobre a margem direita do Douro, a habitação possuía jardim, hortas, pomares e campos¹⁶¹. Aurélia calcorreava aquelas extensas propriedades muitas vezes, em busca de um cantinho tranquilo onde pudesse fixar-se a trabalhar¹⁶².

Margarida Costa foi viver para a Rua João de Deus, onde disfarçava a modéstia do seu lar com muitos quadros de camélias, rosas, lilases e mimosas¹⁶³.

Aurélia passeava de bicicleta, praticava ténis, tomava banhos frios na Foz, ia regularmente ao cinema. Em casa, aprendia alemão, lia Zola e ouvia Wagner; revelava fotografias e cuidava do jardim¹⁶⁴. Apesar de distraída em extremo¹⁶⁵, exibia um ar superior de grande dama que impunha respeito e admiração¹⁶⁶.

Margarida teve duas meninas e foi infeliz com o marido¹⁶⁷. Nunca abandonou o trato finíssimo, mas, ao sorrir, não conseguia disfarçar a amargura que interiormente a minava¹⁶⁸. Acabou por se divorciar. Regressou para junto da família, levando consigo as duas filhas, Clotilde e Fernanda¹⁶⁹. O pai, Júlio (1853-1923), confeccionava retratos por fotografia insaciavelmente, até aos domingos, e lecionava ao domicílio

150 AFBAUP – *Pedido de matrícula de Margarida Costa...*

151 *Catálogo da Grande Exposição dos Artistas Portugueses*, 1935: 22.

152 OLIVEIRA, 2006: 323.

153 SILVA, 1997: 13.

154 ANÓNIMO, 1893b: 1.

155 ANÓNIMO, 1893c: 1.

156 *Catálogo Ilustrado da Exposição D'Arte*, 1893: 9.

157 SOARES, 1996: 206.

158 ANÓNIMO, 1901g: 2.

159 VASCONCELOS, 2010/2011: 27.

160 DUARTE, 2010: 11.

161 LEAL, 1990: 502.

162 COSTA, 1937: 76.

163 MACEDO, 1947: 91-92.

164 OLIVEIRA, 2006: 326-375.

165 OLIVEIRA; OLIVEIRA: 1996: 23-26.

166 OLIVEIRA, 2006: 326.

167 Joaquim Lopes definiu o escultor Romão Júnior como "um sonhador, um boémio incorrigível, [...] uma autêntica criança grande" (LOPES, 1949: 3).

168 MACEDO, 1947: 91-92.

169 ANÓNIMO, 1938: 2.

nas partes mais variadas da cidade¹⁷⁰. Justificava aquele esforço louco de forma sincera: “tenho uma família às minhas costas, [tenho de] defender o pão dos meus”¹⁷¹.

Para Margarida a execução a óleo de flores constituiu o património mais valioso que a família lhe legou¹⁷² e que ela preservou até ao fim dos seus dias¹⁷³. Aurélia de Sousa amou a pintura floral, mas não tanto como o retrato¹⁷⁴.

Aurélia, em alguns quadros, operou uma revolução drástica na pintura de flores nacional. Repartiu o protagonismo das rainhas dos jardins com o das texturas, colorações, transparências, vibrações de luz, ou seja, reduziu-as a formas privilegiadas de exploração plástica¹⁷⁵. Trocou ambientes alegres, serenos e doces por atmosferas mergulhadas no mesmo silêncio triste dos seus interiores. Elevou o género à “ordem do íntimo, do profundamente pessoal”¹⁷⁶.

O grande quadro de flores que Teixeira Lopes adquiriu para o seu quarto mostra um belo arranjo de avencas, lírios e folhas de palmeira. À simplicidade da composição, alia-se a prudência do colorido e o tratamento subtil da luz (que despeja um brilho fino sobre os lírios)¹⁷⁷.

Maria João Lello Ortigão de Oliveira, a propósito desta obra, afirmou que “Aurélia e os seus estados de alma surgiam dilacerados e soberbos, nesta composição”. Acrescentando: “Não conheço outra ‘vida silenciosa’ onde o silêncio seja tão fundo e tão incómodo [...]. A harmonia que tudo envolve não pode esconder a mais serena das dúvidas e a mais insuportável das melancolias”¹⁷⁸.

Para Manuel de Figueiredo, as flores de Aurélia eram “manchas ao Sol, [...] tão ricas em valores cromáticos, que se diluíam na luz, sem, no entanto, o desenho ser esquecido ou negado”¹⁷⁹.

As flores de Margarida Costa não se distinguem das de António José, não só na técnica e no estilo, mas também na graça pura e fresca. Em Belos Ares, a pintura de flores tornou-se um assunto de família¹⁸⁰. As novidades do Simbolismo ou da Arte Nova nunca a influenciaram. Ali, uma tendência conservadora genuína manteve-se com orgulho de geração em geração¹⁸¹.

170 ALVARENGA, 1892b: 3.

171 ANÓNIMO, 1938: 2.

172 LOPES, 1949:3.

173 JARDIM, 1938: 2.

174 SILVA, 1997: 28.

175 FIGUEIREDO, 1964: 29-32.

176 MATOS, 2008: 7.

177 Raquel Henriques da Silva afirma que a pintura de Aurélia de Sousa se detém “na análise das sombras para captar o momento em que magicamente a luz nelas simula a vida” (SILVA, 1997: 18). Acreditamos que a asserção se aplica inteiramente a este quadro.

178 OLIVEIRA, 2006: 505.

179 FIGUEIREDO, 1964: 29-32.

180 MOURA, 1910: 31.

181 ANÓNIMO, 1951: 3; M.P, 1954: 3.



Figura n.º 9 – Quadro de Aurélia de Sousa.



Figura n.º 10 – Quadro de Aurélia de Sousa.



Figura n.º 11 – Quadro de Margarida Costa.

Muitos foram os amadores e sobretudo as amadoras que se dedicaram à pintura de flores. Acreditava-se que este género era de fácil execução. Claro que os resultados, em geral, deixaram muito a desejar¹⁸². A amadora¹⁸³ que mais se salientou foi Leopoldina Maia Pinto. A sua presença nos certames de arte do Porto era habitual e invariavelmente acolhida com simpáticos elogios. Oliveira Passos afirmava que as suas telas revelavam “as altíssimas aptidões do seu formosíssimo talento artístico”¹⁸⁴. “Com o título ‘Chrysanthemos’ expõe a snr.ª D. Leopoldina Pinto um formoso quadro com aquellas radiantes flôres, dispostas de modo a tirar d’ellas os melhores efeitos. É um trabalho a que a distincta cultora da Arte de pintura deu todo o realce”, escrevia *O Comércio do Porto*, em março de 1906¹⁸⁵. Acabou por se tornar uma especialista em gerânios¹⁸⁶.

Entretanto, Alice Grilo via o seu talento reconhecido em Lisboa, quando em 1895, na Exposição do Grémio Artístico, obteve uma menção honrosa¹⁸⁷, com a pintura *Flores e fructos*¹⁸⁸. A crítica elevou-a ao patamar de “artista distinctíssima”, sublinhando a “frescura e vigor de colorido” dos seus “maravilhosos quadros de flôres”¹⁸⁹. Mais tarde, participou assiduamente nas exposições organizadas pelo Instituto Portuense de Estudos e Conferências, entre 1900 e 1906¹⁹⁰. Decorriam estes certames no pavimento inferior da galeria de quadros dos benfeitores da Santa Casa da Misericórdia do Porto¹⁹¹. Era então uma autora consagrada: “D. Alice Grillo de Lima continúa sendo a mesma distincta pintora de flôres. Não pódem ter mais mimo as suas ‘Rosas e

182 LEMOS, 1905: 612.

183 *Catalogo Illustrado da Exposição D’Arte*, 1894: 19.

184 PASSOS, 1897: 2.

185 ANÓNIMO, 1906a: 1.

186 LEMOS, 1906: 155.

187 *Catalogo Illustrado da Exposição de Arte*, 1896: 19.

188 *Anuario do Gremio Artístico*, 1896: 8.

189 RODRIGUES, 1895: 278-279.

190 ANÓNIMO, 1906b: 1.

191 ANÓNIMO, 1906c: 2.

orchideas', 'Amores perfeitos' e 'Camelias'. São quadros que ficam bem gravados no espirito”, comentava a imprensa tripeira a 11 de março de 1906¹⁹². O público concordava e adquiria rapidamente as três obras¹⁹³. Telas da artista integram a Exposição Nacional no Rio de Janeiro de 1908¹⁹⁴ e, no ano seguinte, Alice expõe juntamente com Aurélia de Sousa, Sofia de Sousa e Lucília Aranha Grave; os elogios repetem-se¹⁹⁵.



Figura n.º 12 – Quadro de Alice Grilo

Em maio de 1908, a Sociedade Portuense de Belas Artes organizou um sarau-concerto, de homenagem a António José da Costa. De acordo com os periódicos da época, a cerimónia revestiu-se de um brilho “extraordinário”. “Consagrava-se o nome de um artista, e tanto bastou para que essa consagração assumisse proporções de uma bella apoteose. Foi uma noite d’arte encantadora e brilhante”¹⁹⁶. “A concorrência era extraordinariamente numerosa”¹⁹⁷. Houve atuações musicais, recitação de poemas e o crítico Joaquim Costa proferiu uma breve alocução. No seu entender, o artista reunia a “grandeza do talento” à “elevação e á nobreza do character”. Comparou o seu pincel a “uma fecunda e radiosa primavera”. António José foi chamado ao palco por duas vezes, sendo delirantemente aclamado, ao mesmo tempo que recebia lindos *bouquets* de flores naturais¹⁹⁸.

Os amadores da floricultura entendiam que só conseguia pintar flores quem também as cultivasse: “quem tivesse visto muita aurora e beijado muito estio”. Os artistas referidos neste artigo demonstraram que pequenas formas naturais, leves, coloridas e efémeras, compradas em hortos ou cultivadas em quintais, lhes permitiam exprimir toda a sua sensibilidade, transtornar todo o seu espírito de beleza. Não sabemos se por terem “beijado muito estio” ou se por terem amado muita pintura. O certo é que lhes ficamos a dever algumas das mais belas imagens da nossa História da Arte.

192 ANÓNIMO, 1906a: 1.

193 ANÓNIMO, 1906c: 2; ANÓNIMO, 1906d: 2.

194 COSTA, 1908: 499.

195 ANÓNIMO, 1909: 2.

196 ANÓNIMO, 1908a: 1.

197 ANÓNIMO, 1808b: 1.

198 ANÓNIMO, 1908a: 1.

O Modernismo não liquidou os pintores floristas¹⁹⁹, mas o passar dos anos degradou o culto social da flor²⁰⁰. Camélias²⁰¹, orquídeas²⁰² e rosas adornando lapelas hirtas²⁰³, glicínias, lilases, madressilvas, dálíes²⁰⁴, crisântemos, malmequeres, papoilas, cravos, orquídeas, violetas²⁰⁵, margaridas – executadas em seda fina ou veludo – enfeitando chapéus de palha²⁰⁶, flores e serpentinhas atiradas pela mais distinta sociedade²⁰⁷, em indolentes “batalhas de flores”²⁰⁸, tudo ficou pendurado num mundo esquecido. Algumas revistas ilustradas²⁰⁹ fixaram esses restos de *belle époque* à portuguesa. Constituem, hoje, documentos elucidativos de um tempo propício a vaidades inconsequentes²¹⁰ e alegrias encenadas²¹¹.

Conclusão

Cinco anos após Silva Porto e Marques de Oliveira introduzirem o Naturalismo em Portugal, na área da Paisagem, Josefa Greno estendeu-o à Pintura de Flores. Terminava o ciclo romântico deste subgénero da Natureza Morta, dominado por Próspero Lasserre (um francês residente em Lisboa) e José Ferreira Chaves.

Lasserre, considerado pela crítica o primeiro pintor florista a trabalhar no nosso país, foi muito admirado pelo registo do natural (realçado pela sua imaginação), pela suave modelação das formas, pela frescura do colorido e domínio da botânica, além da transparência e elegância que imprimia às rainhas dos jardins. Estes, aliás eram os parâmetros geralmente utilizados para avaliar as obras de carácter floral em pintura. A crítica naturalista acrescentou-lhes a espontaneidade da mancha e a largueza de pincelada.

O êxito que Josefa Greno atingiu na Exposição da Sociedade Promotora de Belas Artes em Portugal, de 1884, foi enorme, tornando o seu nome incontornável no panorama artístico da época. A andaluza só encontrou rival à altura, nos anos 90: o indivíduo chamava-se António José da Costa, era do Porto e rondava já as 50 primaveras.

Costa não passou pela capital francesa, mas beneficiou do ensino exigente de João Correia, nas Belas Artes da Invicta. As suas camélias, registadas com tranquilidade, ostentavam um marcado sentido de ordem e perene suavidade. Considerado por muitos, o maior florista português, António José da Costa viu o seu talento reconhecido ainda em vida e teve na sua sobrinha neta, Margarida Costa, a sua mais fervorosa discípula.

Aurélia de Sousa desenvolveu, nesta área, uma obra de grande virtuosismo de execução, ostentando, por vezes, um ambiente repassado de melancolia, inédito na pintura de flores cultivada entre nós.

199 As exposições realizadas em Lisboa entre 1942 e 1960, sob o título “A Imagem da Flor”, constituem testemunhos expressivos da atividade destes pintores, já nos meados do século XX.

200 FIGUEIREDO, 1962: 10.

201 LOPES, 1999: 34.

202 SEQUEIRA, 1891: 93-94.

203 SANTANA, 2011: 433.

204 ANÓNIMO, 1905: 384.

205 PINHO; SILVA, 1905: V.

206 ANÓNIMO, 1901i: 254-255.

207 VIEIRA, 1999: 106.

208 LIMA, 1909: 146.

209 Refiram-se como exemplo, as conhecidas “Brasil-Portugal”, “Ilustração Portuguesa”, “O Ocidente” e “Serões”.

210 ANÓNIMO, 1889g: 2.

211 LIMA, 1909: 146.

Registe-se ainda que Ferreira Chaves soube acompanhar a mudança então operada, evoluindo de esquemas convencionais para uma expressão naturalista, delicada e luminosa. As suas últimas produções lembram Fantin-Latour e Jean-Baptiste Robie.

Fontes manuscritas

Arquivo da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto (AFBAUP) – *Ata de 5 de Abril de 1889 – conferência ordinária, presidida pelo Conde de Samodães*. Tadeu Maria de Almeida Furtado – Livro 106, fol. 110v; *Pedido de matrícula de Margarida Costa, aceite por João Correia*. Maria Margarida Costa. Processo individual da aluna. Porto, 28 de outubro de 1892.

Fontes impressas

- ALMEIDA, Augusto Gustavo d', 1880a – “Collegio Pestalozzi e Escola Froebel”. *Jornal da Manhã*. Porto, n.º 2439, p. 2.
- ALMEIDA, Augusto Gustavo d', 1880b – “Collegio Pestalozzi e Escola Froebel”. *A Atualidade*. Porto, n.º 241, p. 4.
- ALVARENGA, Oliveira, 1892a – “A Última Exposição D’Arte no Atheneu do Porto, XV”. *O Tempo*. Lisboa, n.º 1063, p. 3.
- ALVARENGA, Oliveira, 1892b – “A Última Exposição D’Arte no Atheneu do Porto, II”. *O Tempo*. Lisboa, n.º 1034, p. 3.
- ALVARENGA, Oliveira, 1893 – “ARTE, A exposição no Ateneu”. *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 45, p. 1.
- Annuario do Gremio Artístico, relativo a 1894-95*, 1896. Lisboa, Typ. Franco-Portugueza.
- ANÓNIMO, 1845 – “Academia Portuense de Belas Artes”. *A Coalisção*. Porto, n.º 213, p. 2.
- ANÓNIMO, 1848 – “Fallecimento”. *Periódico dos Pobres no Porto*. Porto, n.º 95, p. 409.
- ANÓNIMO, 1865a – “Bellas artes”. *A Revolução de Setembro*. Lisboa, n.º 6891, p. 2.
- ANÓNIMO, 1865b – “Folhetim”. *A Revolução de Setembro*. Lisboa, n.º 6913, p. 1.
- ANÓNIMO, 1866 – “Bellas artes”. *A Revolução de Setembro*. Lisboa, n.º 7177, p. 1.
- ANÓNIMO, 1880 – “Exposição de rosas”. *Diário Ilustrado*. Lisboa, n.º 2485, Lisboa, p. 1.
- ANÓNIMO, 1887a – “A Exposição de quadros dos artistas do Norte”. *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 65, p. 2.
- ANÓNIMO, 1887b – “Exposição de quadros dos artistas do Norte”. *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 66, p. 2.
- ANÓNIMO, 1887c – “Bellas Artes”. *O Dez de Março*. Porto, n.º 2201, p. 2.
- ANÓNIMO, 1887d – “A Exposição de Arte no Atheneu Commercial do Porto”. *A Atualidade*. Porto, n.º 65, p. 2.
- ANÓNIMO, 1887e – “A Exposição d’Arte no Atheneu Commercial do Porto”. *A Atualidade*. Porto, n.º 67, p. 2.
- ANÓNIMO, 1887f – “Exposições d’arte”. *O Comércio Português*. Porto, n.º 63, p. 2.
- ANÓNIMO, 1888a – “A Arte entre nós”. *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 81, p. 1.
- ANÓNIMO, 1888b – “Exposição d’arte”. *A Atualidade*. Porto, n.º 79, p. 2.
- ANÓNIMO, 1888a – “Ateneu Commercial”. *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 89, p. 1.
- ANÓNIMO, 1888b – “Exposição de arte”. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 84, p. 1.
- ANÓNIMO, 1888c – “O ‘salon’ do Ateneu”. *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 91, p. 1.
- ANÓNIMO, 1888d – “Exposição d’Arte”. *Jornal do Porto*. Porto, n.º 80, p. 2.
- ANÓNIMO, 1888e – “A arte no Porto”. *Jornal de Notícias*. Porto, n.º 90, p. 2.
- ANÓNIMO, 1888f – “Exposição d’arte no Ateneu Commercial”. *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 98, p. 2.
- ANÓNIMO, 1888g – “No Atheneu – A exposição de rosas”. *Jornal do Porto*. Porto, n.º 137, p. 2.
- ANÓNIMO, 1891a – “A Família Real no Porto”. *Jornal do Porto*. Porto, n.º 278, p. 1-2.

- ANÓNIMO, 1891b – “A exposição do Gremio Artístico”. *O Século*. Lisboa, n.º 3272, p. 1.
- ANÓNIMO, 1892a – “A exposição do gremio artistico”. *A Revolução de Setembro*. Lisboa, n.º 14856, p. 2.
- ANÓNIMO, 1892b – “Gremio Artístico”. *Diário Ilustrado*. Lisboa, n.º 6838, p. 3.
- ANÓNIMO, 1892c – “Gremio artistico”. *Diário Ilustrado*. Lisboa, n.º 6842, p. 2.
- ANÓNIMO, 1892d – “Gremio artistico”. *O Dia*. Lisboa, n.º 1405, p. 1.
- ANÓNIMO, 1893a – “Exposição de bellas-artes”. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 33, p. 1.
- ANÓNIMO, 1893b – “Exposição de arte”. *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 32, p. 1.
- ANÓNIMO, 1893c – “A arte no Atheneu”. *A Província*. Porto, n.º 29, p. 1.
- ANÓNIMO, 1894 – “Exposição de bellas-artes”. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 124, p. 1.
- ANÓNIMO, 1896 – “Exposição de plantas, flores cortadas, fructas, hortaliças e legumes”. *Diário Ilustrado*. Lisboa, n.º 8275, p. 3.
- ANÓNIMO, 1899a – “Necrologia”. *Ocidente*. Lisboa, n.º 755, p. 284.
- ANÓNIMO, 1899b – “Ferreira Chaves”. *Vanguarda*. Lisboa, n.º 1111, p. 2.
- ANÓNIMO, 1900 – “Prospero Lassere”. *Diário de Notícias*. Lisboa, n.º 12249, p. 1.
- ANÓNIMO, 1901a – “O crime da travessa de S. Mamede”. *Novidades*. Lisboa, n.º 5286, p. 1-2; n.º 5287, p. 1.
- ANÓNIMO, 1901b – “O crime da travessa de S. Mamede”. *Novidades*. Lisboa, n.º 5287, p. 1.
- ANÓNIMO, 1901c – “Um crime sensacional”. *Diário Ilustrado*. Lisboa, n.º 10167, p. 3.
- ANÓNIMO, 1901d – “Esposa assassina”. *Vanguarda*. Lisboa, n.º 1667, p. 1-2.
- ANÓNIMO, 1901e – “Uma allucinação”. *Diário de Notícias*. Lisboa, n.º 12774, p. 1.
- ANÓNIMO, 1901f – “O assassinio de Adolpho Greno”. *O Século*. Lisboa, n.º 6999, p. 2.
- ANÓNIMO, 1901g – “Consortio”. *A Voz Pública*. Porto, n.º 3423, p. 2.
- ANÓNIMO, 1901h – “Horroroso drama de sangue”. *O Século*. Lisboa, n.º 6997, p. 1.
- ANÓNIMO, 1901i – “Modas de Verão”. *Serões, Revista Mensal Ilustrada*. Lisboa, Vol. I, n.º 4, p. 254-255.
- ANÓNIMO, 1902 – “A pintora Josepha Greno”. *Vanguarda*. Lisboa, n.º 1879, p. 1.
- ANÓNIMO, 1903 – “Arte e Caridade”. *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 141, Porto, p. 2.
- ANÓNIMO, 1905 – “Chronica Elegante”. *Ilustração Portuguesa*. Lisboa, n.º 76, p. 384.
- ANÓNIMO, 1906a – “Exposição de Arte”. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 59, p. 1.
- ANÓNIMO, 1906b – “Exposição d’arte”. *A Voz Pública*. Porto, n.º 4918, p. 1.
- ANÓNIMO, 1906c – “Exposição de arte”. *A Voz Pública*. Porto, n.º 4919, p. 2.
- ANÓNIMO, 1906d – “Exposição de Arte”. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 63, p. 2.
- ANÓNIMO, 1908a – “Sociedade de Bellas-Artes”. *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 106, p. 1.
- ANÓNIMO, 1908b – “Sarau-concerto”. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 105, p. 1.
- ANÓNIMO, 1909 – “ARTE, Uma exposição notavel”. *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 90, p. 2.
- ANÓNIMO, 1911 – “Antonio José da Costa”. *Arte*. Porto, n.º 76, p. 26-27.
- ANÓNIMO, 1915a – “D. Maria Augusta Bordalo Pinheiro”. *Diário de Notícias*. Lisboa, n.º 17945, p. 3.
- ANÓNIMO, 1915b – “Necrologia”. *O Jornal do Comércio e das Colónias*. Lisboa, n.º 18514, p. 3.
- ANÓNIMO, 1919 – “Exposição de rosas”. *O Século*. Lisboa, n.º 13439, p. 2.
- ANÓNIMO, 1929 – “Antonio José da Costa”. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 190, p. 4.
- ANÓNIMO, 1938 – “Entre flores...”. *Jornal de Notícias*. Porto, n.º 105, p. 2.
- ANÓNIMO, 1951 – “Vida Artística”. *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 116, p. 3.
- ANÓNIMO, 1983 – “1840-1929: António José da Costa”, in *Pintores da Escola do Porto, Séc. XIX e XX nas colecções do Museu Nacional de Soares dos Reis*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian, p. 18.

- ARCHAMBEAU, Carlos Luiz de, 1879 – “Collegio Francez”. *Jornal da Manhã*. Porto, n.º 2137, p. 4.
- ASSUNÇÃO, Lino d', 1887a – “As Bellas Artes em 1887”. *Novidades*. Lisboa, n.º 831, p. 2.
- ASSUNÇÃO, Lino d', 1887b – “As Bellas Artes em 1887”. *Novidades*. Lisboa, n.º 834, p. 2.
- BRANDÃO, Júlio, 1929 – “O pintor Antonio José da Costa”. *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 212, p. 1.
- Catálogo da Exposição dos Trabalhos Escolares dos Alumnos da Academia Portuense de Bellas-Artes Considerados Dignos de Distincção no Anno de 1894 e Distribuição dos Respective Diplomas, Precedido do Discurso d'Abertura pelo Ill.mo e Exc.mo Snr. Conde de Samodães, Inspector da mesma Academia*, 1895. Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira.
- Catálogo da Grande Exposição dos Artistas Portugueses, Trabalhos oferecidos para o Grande Sorteio Nacional de Arte cujo produto reverte para os três monumentos a Silva Porto, Henrique Pousão e Artur Loureiro a ofertar à Cidade do Porto*, 1935. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Catálogo da VII Exposição, A Imagem da Flor*, Câmara Municipal de Lisboa, Palácio Galveias, 1952.
- Catálogo das Obras apresentadas na 8.ª Exposição Triennial da Academia Portuense das Bellas Artes, no anno de 1863*, 1863. Porto: Typographia de C. Gandra.
- Catálogo Illustrado da Exposição D'Arte, Desenhos originaes dos artistas, Terceiro Anno, 1889*. Porto: Typographia Occidental.
- Catálogo Illustrado da Exposição D'Arte, Oitavo Anno, 1894*. Porto, Officina Occidental.
- Catálogo Illustrado da Exposição D'Arte, Setimo Anno*, 1893. Porto, Typographia Occidental.
- Catálogo Illustrado da Exposição de Arte Promovida Pelo Gremio Artistico em 1896*, 1896. Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora.
- Catálogo Official da Exposição Horticola Internacional, Realizada nos dias 29 de Junho a 8 de Julho de 1877 no Palacio de Crystal do Porto*, 1877. Porto: Typographia Occidental.
- Catálogo Official da Exposição Internacional do Porto em 1865*, 1865. Porto: Typographia do Commercio.
- CLAUDIO, Gabriel, 1889 – “Bellas Artes, Grupo do leão”. *Diário Illustrado*. Lisboa, n.º 5654, p. 3.
- CORDEIRO, Luciano, 1868 – “A Exposição de Bellas Artes”. *A Revolução de Setembro*. Lisboa, n.º 7934, p. 1.
- CÔRTE-REAL, Miguel Homem, 1868 – “Collegio de Nossa Senhora da Boa Vista”. *Jornal do Porto*. Porto, n.º 223, p. 4.
- COSTA, B. C. Cincinnato da – *Exposição Nacional no Rio de Janeiro em 1908, Catálogo Official da Secção Portuguesa*, 1908. Lisboa: Typographia “A Editora”.
- Exposição de Bellas-Artes do Gremio Artistico, Em 1893, Catálogo Illustrado*, 1893. Lisboa: Companhia Nacional Editora.
- FERREIRA, José Maria de Andrade, 1868 – “Folhetim”. *Gazeta de Lisboa*. Lisboa, n.º 42, p. 2.
- Gremio Artistico – Exposição extraordinaria commemorativa do 4.º centenario do descobrimento do caminho maritimo da India, Catálogo ilustrado*, 1898. Lisboa: Companhia Nacional Editora.
- Gremio Artistico – Exposição extraordinaria commemorativa do 4.º centenario do descobrimento do caminho maritimo da India, Catálogo ilustrado*, 1898. Lisboa: Companhia Nacional Editora.
- JARDIM, Aurora, 1938 – “ARTE”. *Jornal de Noticias*. Porto, n.º 90, p. 2.
- LOPES, Joaquim, 1949 – “Uma Família de Pintores”. *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 38, p. 3.
- LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, 1876 – *Portugal Antigo e Moderno, Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de Todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia (Edição fac-similada, Cota d'Armas, Editores e Livreiros, Trafaria, 1990).
- LIMA, Camara, 1909 – “Batalha de flôres na Avenida da Liberdade a favor das victimas do terramoto do Ribatejo, A quinze dias de vista...”. *Brasil-Portugal*. Lisboa: A Editora, n.º 250, p. 146.
- M. P., 1954 – “Artes plásticas, Exposição de pintura de Clotilde Costa Carvalho e Fernanda Costa Neves”. *Jornal de Noticias*. Porto, n.º 324, p. 3.

- MOURA, Manuel de, 1910 – “Arte, Sociedade de Bellas-Artes, 3.ª Exposição Annual”. *Arte*. Porto: Marques Abreu, n.º 64, p. 31.
- OLIVEIRA JUNIOR, 1872 – “Chronica”. *Jornal de Horticultura Prática*. Porto, n.º 5, p. 98
- OLIVEIRA JUNIOR, Duarte de, 1877 – “Revista da Exposição Horticola Internacional”. *Jornal de Horticultura Prática*. Porto, n.º 9, p. 174.
- PASSOS, Oliveira, 1897 – “Na Associação Catholica, Exposição d’Arte”. *Nova Luta*. Porto, n.º 28, p. 2.
- PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme, 1907 – “GRENO (Adolpho Cesar de Medeiros)”, in *Portugal, Diccionario Historico, Choro-graphico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artistico*, Volume III – D-K. Lisboa: João Romano Torres & C.ª, p. 844.
- PINHO, Affonso de; SILVA, Coelho da, 1905 – “Verão de 1905”. *Ilustração Portuguesa*. Lisboa, n.º 78, p. V.
- RAMALHO, Monteiro, 1886 – “O Quinto Salão”. *Ocidente*. Lisboa, n.º 256, p. 27.
- RAMALHO, Monteiro, 1889 – “Oitavo Salão”. *Ocidente*. Lisboa, n.º 372, p. 90.
- RAMALHO, Monteiro, 1897 – *Folhas d’Arte*. Lisboa: M. Gomes.
- REZENDE, F. J., 1868 – “Revista á exposição Promotora de Bellas-Artes em Portugal, II”. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 273, p.1-2.
- REZENDE, F. J., 1871 – “Exposição de bellas-artes em Madrid, XII”. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 275, p. 1.
- REZENDE, Francisco José, 1865 – “Bellas-Artes, Portugal II”. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 259, p. 1
- RODRIGUES, M., 1894 – “A exposição de bellas artes no Atheneu Commercial do Porto”. *Ocidente*. Lisboa, n.º 559, p. 155-158.
- RODRIGUES, Manuel M., 1884 – “Exposição de Bellas-Artes, no Porto”. *Ocidente*. Lisboa, n.º 215, p. 278-279.
- RODRIGUES, Manuel M., 1887 – “Exposição de arte, instalada no Atheneu Commercial do Porto”. *Ocidente*. Lisboa, n.º 300, p. 91.
- RODRIGUES, Manuel M., 1895 – “A Exposição de Arte no Atheneu Commercial do Porto”. *Ocidente*. Lisboa: n.º 611, p. 278-279.
- ROFF, 1926 – “O Collegio de Nossa Senhora do Rozario, mais conhecido pelo Collegio do Padre Francisco”. *O Tripeiro*. Porto, n.º 23, 3.ª série, p. 355-356.
- SAMODÃES, Conde de, 1893 – “Introductção” in *Relatorios da Exposição Industrial Portuguesa em 1891, no Palacio de Crystal Portuense*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. CX – CXVII.
- SARABANDO, João – *O “Bruxo” Portuense das Camélias, António José da Costa – Pintor de grande talento e homem de infinita bondade* [recorte de jornal não identificado] (arquivo particular).
- SEQUEIRA, Eduardo, 1891 – “Chronica”. *Jornal de Horticultura Pratica*. Porto, n.º 4, p. 93-94.
- SILVA, João Christino da, 1866 – “Visita á Exposição Internacional do Porto em 1866”. *Revista de Bellas Artes*. Lisboa: Typographia Universal, p. 16-17.
- SINCERO, João, 1887a – “A 14.ª exposição da Sociedade promotora das bellas artes, XI”. *O Século*. Lisboa, n.º 2000, p. 2.
- SINCERO, João, 1887b – “A 14.ª exposição da Sociedade promotora das bellas artes, XIV”. *O Século*. Lisboa, n.º 2010, p. 2.
- SINCERO, João, 1892a – “A Exposição de Bellas Artes do Gremio Artistico”. *Ocidente*. Lisboa, n.º 480, p. 91.
- SINCERO, João, 1892b – “A exposição do Gremio Artistico”. *O Século*. Lisboa, n.º 3661, p. 2.
- SINCERO, João, 1893 – “A Exposição do Gremio Artistico”. *O Seculo*. Lisboa, n.º 4043, p. 2.
- SINCERO, João, 1901 – “A Exposição de Bellas-Artes”. *Vanguarda*. Lisboa, n.º 1674, p. 1.
- Sociedade Promotora das Bellas-Artes em Portugal, Decima Quarta Exposição, 1887*. Lisboa: Typographia Universal.
- Sociedade Promotora de Bellas-Artes em Portugal, Duodecima Exposição, 1880*, Lisboa: Typ. de Christovão Augusto Rodrigues.
- TORREZÃO, Guiomar, 1887 – “Lisboa no inverno, A Semana Lisbonense”. *Diário Ilustrado*. Lisboa, n.º 4933, p. 3.
- X., 1865 – “Sociedade Promotora das Bellas Artes em Portugal”. *A Federação*. Lisboa, n.º 17, p. 1.
- XYLOGRAPHO, 1887a – “Exposição da Sociedade Promotora de Bellas-Artes”. *Ocidente*. Lisboa, n.º 311, p. 180-182.
- XYLOGRAPHO, 1887b – “Exposição da Sociedade Promotora de Bellas-Artes”. *Ocidente*. Lisboa, n.º 315, p. 211-213.

Bibliografia

- ALDEMIRA, Luís Varela, 1951 – *A Pintora Josefa Greño. Nova autópsia dum velho caso*. Lisboa: Livraria Portugalá.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – “Desagravar o Rei ou a oportunidade política da Exposição Industrial do Porto de 1891”. *O Tripeiro*. Porto, n.º 12, p. 370-373.
- ANACLETO, Regina, 1993 – “Neoclassicismo e romantismo”, in *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. 10, p. 167.
- ARTHUR, Ribeiro, 1896 – *Arte e Artistas Contemporaneos*. Lisboa: Livraria Ferin.
- BASTO, Artur de Magalhães, 1987 – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Pôrto*. Porto: Universidade do Porto.
- BRANDÃO, Dom Domingos de Pinho, 1963 – “Alguns Retábulos e Painéis de Igrejas e Capelas do Porto”, in *Documentos e Memórias para a História do Porto – XXXII*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, p. 110.
- COSTA, Joaquim, 1937 – *Aurélia de Sousa*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- DANTAS, José Velho, 2008 – “Altars e Retábulos”, in ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (org.) – *Catálogo do Museu dos Terceiros*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, p. 34.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, 2007 – “O Barroco no Norte de Portugal”, in CUNARRO, José (org.) – *Arte e Cultura da Galiza e Norte de Portugal*. Setúbal: Marina Editores, vol. II, p. 41.
- DUARTE, Adelaide, 2010 – “Aurélia de Sousa”, in SILVA, Raquel Henriques da (org.) – *Pintores Portugueses*. Matosinhos: QuidNovi, p. 11.
- FIGUEIREDO, Manuel de, 1964 – “Aurélia de Sousa”. *Colóquio. Revista de Artes e Letras*. Lisboa, n.º 27, p. 29-32.
- FIGUEIREDO, Manuel de, 1962 – “Um pintor de flores, António José da Costa”. *Colóquio, Revista de Artes e Letras*. Lisboa, n.º 18, p. 8-11.
- FRANÇA, José-Augusto, 2007 – *Rafael Bordalo Pinheiro. O Português tal e qual*. Lisboa: Livros Horizonte.
- FRANCO, Anísio, 1998 – “A Família Almeida Furtado e a miniatura como arma. Estratégias de afirmação da Burguesia do Norte de Portugal no século XIX”, in FERREIRA, Noémia (org.) – *A Arte em família, Os Almeida Furtados*. Viseu: IPM/Museu de Grão Vasco, p. 37-39.
- FRANCO, Anísio, 2003 – *Miniaturas Portuguesas, Coleção do Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: IPM/Museu Nacional de Arte Antiga.
- FURTADO, Thadeu Maria de Almeida, 1893 – “Relatorio da Classe 24.^a, Bellas Artes e Provas Photographicas”, in *Relatorios da Exposição Industrial Portuguesa em 1891 no Palacio de Crystal Portuense*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 441-442.
- FUSCHINI, Augusto, 1901 – “José Ferreira Chaves, 1838-1899”, in *Sociedade Nacional de Bellas-Artes, Primeira Exposição, Catalogo illustrado*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, p. 72-74.
- JORGE, Ricardo, 1915 – *Ramalho Ortigão*. Lisboa: A Editora, L.^{da}.
- LEITE, Gaspar, 1931 – *Tadeu Furtado e D. Francisca Furtado, Miniaturistas Portuenses*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto.
- LEMOS, Antonio de, 1905 – “Os artistas portugueses, Antonio José da Costa”, in *Portugal Artístico*. Porto: Publicação Illustrada da Livraria Magalhães & Moniz-Editora, Primeira Série, p. 612.
- LEMOS, António de, 1906 – *Notas D’Arte*. Porto: Livraria Figueirinhas.
- LEMOS, Maria da Assunção Oliveira Costa, 2005 – *Marques de Oliveira (1853-1927) e a Cultura Artística Portuense do seu Tempo*. Vol. I. Porto (Tese de Doutoramento em Ciências das Artes, apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto).
- LEMOS, Maria Assunção, 2008-2009 – “Marques de Oliveira (1853-1927) e a cultura artística portuense do seu tempo (uma dissertação doutoral apresentada pela sua autora)”. *Museu*. Porto, n.º 17, p. 253.
- LOPES, João Teixeira, 1999 – “Do Porto romântico à cidade dos centros comerciais, Breve viagem pelo tempo”. *Revista da Faculdade de Letras, Sociologia*. Porto, série I, vol. 9, p. 27-61.
- MACEDO, Diogo de, 1947 – “Notas de Arte”. *Ocidente*. Lisboa: Álvaro Pinto Editor, n.º 110, p. 91-92.

- MAGALHÃES, Andreia, 2011 – “Fotobiografia”, in *Artur Loureiro, 1853-1932*. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, p. 92.
- MARQUES, Teresa Portela, 2012a – “Horticultura e Jardinagem-Paisagista e a Construção do Porto do Romantismo”, in SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (org.) – *Actas do I Congresso, O Porto Romântico*, vol. I. Porto: Universidade Católica Editora, p. 445-447.
- MARQUES, Teresa Portela, 2012b – “O papel pioneiro dos horticultores do Porto”. *O Tripeiro*. Porto, n.º 2, p. 44.
- MATOS, Lúcia Almeida, 2008 – “Visita a Aurélia” in *A Luz na Sombra, Aurélia de Souza, 1866-1922, Exposição de Pintura*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, p. 7.
- MOURA, Carlos, 1993 – “O limiar do Barroco”, in *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. 8, p. 144-145.
- MOURATO, António, 2010 – *João Baptista Ribeiro, 1790-1868*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- OLIVEIRA, Fernando Corrêa de; OLIVEIRA, Maria Feliciano de Souza Ortigão Sampaio Corrêa de, 1996 – *Uma Homenagem a Maria Feliciano de Souza Ortigão Sampaio Corrêa de Oliveira*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos/Edições Afrontamento.
- OLIVEIRA, Maria João Lello Ortigão de, 2006 – *Aurélia de Sousa em Contexto. A Cultura Artística no Fim de Século*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- PINTO, Carla Alferes, 2010 – “Josefa de Óbidos” in SILVA, Raquel Henriques da (org.) – *Pintores Portugueses*. Matosinhos: QuidNovi, p. 66.
- RAMOS, Rui, 2006 – *D. Carlos, 1863-1908*. Lisboa: Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, UCP.
- RODRIGUES, António, 1998 – *Henrique Pousão*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- RODRIGUES, Dalila, 2011 – *Obras-Primas da Arte Portuguesa, Pintura*. Lisboa: Athena/Babel.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, 1992 – *Memoria Professorum Vniuersitatis Conimbrigensis*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- SANTANA, Maria Helena, 2011 – “Estética e Aparência” in MATTOSO, José (dir.); VAQUINHAS, Irene (coord.) – *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*. Lisboa: Temas e Debates, p. 433.
- SANTOS, Rui Afonso, 2011 – “Rodrigues, José”, in LAPA, Pedro; SILVEIRA, Maria de Aires (org.) – *Arte Portuguesa do Século XIX, 1850-1910*. Lisboa: MNAC-Museu do Chiado/Leya, vol. I, p. 267.
- SERRÃO, Vítor, 2009 – “A Pintura Maneirista e Proto-Barroca”, in RODRIGUES, Dalila (org.) – *Arte Portuguesa, Da Pré-História ao Século XX*. V. N. Gaia: Fubu Editores, p. 97.
- SERRÃO, Vítor, 2003 – *História da Arte em Portugal, O Barroco*. Lisboa: Editorial Presença.
- SERRÃO, Vítor, 1993 – “Discípulos e Imitadores de Josefa”, in *Josefa de Óbidos e o Tempo Barroco*. Lisboa: Telefones de Lisboa e Porto/IPPC, p. 274-279.
- SILVA, Raquel Henriques da, 1997 – *Aurélia de Souza*. Lisboa: Círculo de Leitores/INAPA.
- SILVEIRA, Maria de Aires, 2000 – *João Cristino da Silva, 1829-1877*. Lisboa: Museu do Chiado/IPM.
- SOARES, Elisa, 1996 – “Aurélia de Souza (Maria Aurélia Martins de Souza), 1866-1922”, in *Museu Nacional de Soares dos Reis, Pintura Portuguesa, 1850-1950*. Porto: MC/IPM/Museu Nacional de Soares dos Reis, p. 206.
- TEIXEIRA, José de Monterroso, 1999 – “Natureza-morta, século XX”, in *A Natureza Morta nas Coleções Alentejanas*. Évora: Museu de Évora/IPM, p. 67.
- VASCONCELOS, Artur Duarte Ornelas, 2009 – *Mestre João António Correia (1822-1896): entre a construção académica e a expressão romântica*. Porto (Dissertação de Mestrado em História de Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- VASCONCELOS, Emília Albertina Sá Pereira de, 2010/2011 – *Sofia de Sousa e o retrato*. Porto (Dissertação de Mestrado em História de Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- VIEIRA, Joaquim, 1999 – *Portugal, Século XX, Crónica em Imagens, 1900-1910*. [Lisboa]: Círculo de Leitores.

Modelo de avaliação hedónico de terrenos rústicos e seus desafios: o estudo de caso da realidade da região do Porto, norte de Portugal

Antonieta Lima

Vasco Salazar Soares

Introdução

Num ambiente onde a globalização intensificou a integração económica e financeira, originando correlações positivas mais fortes entre os mercados acionistas internacionais, os benefícios da diversificação internacional tiveram uma redução substancial face à que seria previsível com esta diversificação, segundo Kearney e Lucey (2004).

As rentabilidades do imobiliário têm mostrado, historicamente, uma baixa correlação com os ativos financeiros, podendo, por isso, ser vistos como excelentes veículos de aumento da eficiência da diversificação, tal como indicam Seiler *et al.* (1999). A rentabilidade dos terrenos rústicos¹, em particular, tem mostrado ter uma baixa correlação com a rentabilidade dos ativos financeiros, de tal forma que muitos estudos evidenciados na literatura sugerem a inclusão nos portfólios de investimento de terrenos rústicos. Exemplos desses estudos são: Barry (1980), Kaplan (1985), Young e Barry (1987), Moss *et al.* (1987), Painter (2000), Eves e Newell (2007), entre outros.

Assim sendo, dada a pertinência do tema e a escassez de estudos nesta matéria, consideramos que o artigo dá um contributo relevante e atual. Na prossecução deste objetivo, o artigo faz uma revisão da literatura sobre a avaliação de prédios rústicos, com particular incidência nos modelos hedónicos de avaliação, dada a incapacidade dos modelos de avaliação tradicionais em explicar a evolução dos preços dos terrenos rústicos a nível internacional.

Como metodologia, criamos um modelo hedónico que inclui as variáveis explicativas usualmente evidenciadas na literatura internacional para explicar o valor dos terrenos rústicos e verificamos a adequação desta avaliação com os preços por metro quadrado solicitados em diversas regiões do Grande Porto, Porto e Braga.

¹ Os prédios rústicos são os terrenos situados fora de um aglomerado urbano, que não estejam classificados como terrenos para construção, desde que tenham como destino o uso agrícola, ou outro de lazer, tais como são considerados para efeitos de imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS), ou não se encontrem construídos ou disponham apenas de edifícios ou construções, sem autonomia económico e com um valor reduzido.

Este artigo está organizado em duas grandes partes, uma dedicada à revisão de literatura, e uma outra dedicada ao trabalho empírico. Apresenta-se no final as principais conclusões.

1. Revisão de literatura

Barry (1980) verificou que as rentabilidades dos terrenos rústicos, nos Estados Unidos, evidenciavam um baixo risco sistemático tornando-se, portanto, a inclusão de terrenos rústicos um bom candidato para a redução do risco dos portfólios bem diversificados.

Kaplan (1985) argumenta adicionalmente que a elevada rentabilidade dos terrenos rústicos dos Estados Unidos e a baixa correlação com as ações e obrigações norte-americanas torna-os um ativo ideal para melhorar a diversificação dos portfólios. Young e Barry (1987) comprovaram que as rentabilidades dos terrenos rústicos de Illinois estavam negativamente correlacionadas com as ações, obrigações do tesouro, certificados de depósito e títulos de tesouro norte-americanas. Utilizando a otimização media-variância, eles evidenciaram que os proprietários rurais de Illinois conseguiam reduzir a variabilidade dos portfólios detidos em 15 a 25%, alocando até 25% do seu portfólio em ativos financeiros. Resultados similares foram obtidos por Narrea e Eves (2008), na Nova Zelândia, onde verificaram que a inclusão de terrenos rústicos nos portfólios era um fator de redução do risco nos portfólios globalmente diversificados, melhorando o índice de Sharpe, quer em períodos de baixa quer de elevada inflação.

Painter (2000) investigou os benefícios de adicionar terrenos rústicos da região Saskatchewan num portfólio diversificado com ações, obrigações e títulos do tesouro do Canadá e outros países. Comprovou que as rentabilidades dos terrenos rústicos de Saskatchewan estavam negativamente correlacionadas com as rentabilidades dos ativos financeiros considerados no estudo e que estavam presentes nos portfólios eficientes de médio e alto risco.

Estudos mais recentes em Iowa e noutras regiões vêm dar suporte às conclusões anteriores, que comprovam que a inclusão de terrenos rústicos têm vindo a ser uma prática crescente por parte dos proprietários idosos. São de salientar os seguintes estudos: Abdulla (2009), Liu, Fleming, Pagoulatos e Hu (2010), Petrzelka, Bauman e Ridgely (2009), entre outros.

Este fenómeno de forte crescimento dos preços que pode ultrapassar os valores teóricos baseados nas características fundamentais dos terrenos rústicos, derivado da elevada especulação que deflagrou na crise do *subprime* nos Estados Unidos, e que contagiou, posteriormente, os mercados imobiliários a nível mundial, com fortes impactos económicos, justifica a procura de como devemos avaliar os terrenos rústicos tendo em conta os pressupostos fundamentais.

Na verdade, uma questão que gera preocupação consiste em verificarmos a argumentação dos investidores baseada em fatores não fundamentais para justificar os preços praticados nos terrenos rústicos.

Como Mundy *et al.* (2011) referem, existem várias razões para esperar que o preço dos terrenos rústicos varie e que seja mais elevado quando estes estão próximos de grandes centros urbanos e que estejam relacionados com a dimensão destes, bem como com a produtividade dos terrenos. Quintas próximas dos centros urbanos têm melhores e mais fáceis acessos aos mercados e portos marítimos, com custos de transporte mais baixos. Adicionalmente, quintas próximas dos grandes centros urbanos permitem a possibilidade de serem usadas para atividades de lazer e recreio por parte das populações circundantes.

As quintas próximas dos grandes centros urbanos são também suscetíveis de poderem vir a ser utilizadas para fins de construção, devido às pressões do desenvolvimento urbano. Como refere Blank (2007), não é surpreendente que a literatura existente sugira a influência da proximidade dos centros urbanos como um fator dominante na determinação do preço dos terrenos rústicos.

Por conseguinte, a avaliação de terrenos rústicos gera diversos desafios aos economistas, sendo muito importante para os investidores na análise e avaliação de oportunidades de investimento em terrenos rústicos. Os modelos tradicionais de avaliação fundamental baseados nos fluxos líquidos de caixa futuros descontados, apontam que utilizemos o modelo da perpetuidade para estimar o justo valor dos terrenos rústicos. Contudo, a simplicidade do modelo de perpetuidade ($V = CF/R$, onde V é o justo valor, CF é o fluxo líquido de caixa obtido com a cultura mais rentável e R é o custo de capital) esbarra com muitas dificuldades em estimar com precisão, para diferentes terrenos, o dito fluxo líquido de caixa pois este apresenta uma elevada variabilidade, além de ser difícil reconhecer qual a melhor utilização possível para o terreno. Estas dificuldades começam logo na diferenciação da utilização dos terrenos rústicos para agricultura ou atividade florestal, bem como da existência de água, estimação dos custos de transporte e da produtividade do solo. Todos estes fatores, além de outras utilizações possíveis do solo, tais como atividades recreativas, lazer e potencial de poder vir a ser transformado em terreno urbano, tornam muito difícil a tarefa de estimar os fluxos líquidos de caixa para a melhor utilização possível.

As mesmas dificuldades aplicam-se à estimação do custo de capital a ser utilizado. Em Portugal, Leal da Costa (2005), tal como citado em Domingues (2009), considera um custo de capital de 4% para terrenos agrícolas utilizados como culturas de curto prazo e baixo risco e 5% para culturas de longo prazo. Mesmo que fosse possível estimar com alguma precisão todas estas variáveis, a utilização do modelo de perpetuidade é muito sensível a pequenas variações em qualquer uma das variáveis, nomeadamente, do custo de capital.

Apesar destas dificuldades, não nos podemos esquecer que os terrenos rústicos podem ser classificados de acordo com a metodologia das Nações Unidas (Food and Agriculture Organization – FAO). Esta metodologia, e o possível rendimento de cada terreno com determinadas características, gera um determinado fluxo líquido de caixa tendo em conta a riqueza do solo e outras características, que geram uma determinada classificação na escala da FAO (1976), a qual influencia a avaliação dos terrenos rústicos.

Poderemos facilmente reconhecer que os terrenos rústicos utilizados para agricultura ou para a floresta, geram diferentes fluxos líquidos de caixa, os quais podem explicar as diferenças de justo valor e de preço de mercado verificados. No entanto, neste estudo, concentramos a nossa análise na tentativa de explicar a variação dos preços solicitados por m^2 dos terrenos rústicos agrícolas, a partir de um conjunto de variáveis explicativas na região do Grande Porto, Porto e Braga, norte de Portugal.

Os modelos hedónicos, apresentam-se como bons candidatos para estimar o preço solicitado por m^2 para diferentes terrenos rústicos, com diferentes características, infraestruturas e proximidade dos centros urbanos, uma vez que conseguem captar outros fatores importantes na avaliação dos terrenos rústicos, para além dos fluxos líquidos de caixa, dificilmente estimáveis para a melhor utilização dos mesmos.

Na nossa revisão de literatura, identificamos diversos fatores que podem ser incluídos para explicar o valor dos terrenos rústicos. Garcia e Grande (2003), em Espanha, obtiveram resultados interessantes mostrando que a proximidade de centros urbanos e a vedação/infraestruturas existentes evidenciaram-se como variáveis explicativas importantes para explicar a grande variação no valor dos diferentes terrenos rústicos.

A proximidade dos centros urbanos, como referido pelos autores anteriores e Garcia e Grande (2003), permite ter custos de transporte mais baixos e vender os produtos mais caros visto estarem próximos do mercado. Adicionalmente, os proprietários acreditam que futuramente os terrenos possam vir a ter utilizações alternativas tais como lazer ou potencial de utilização construtiva. Outro fator citado pelos autores é a disponibilidade de água no terreno rústico, o qual aumenta o seu valor, tal como Libby e Irwin (2013) também referem. Estes últimos autores referem também a vedação/infraestrutura dos terrenos rústicos como um fator importante dada a possibilidade da necessidade de proteção da invasão de propriedade. Drescher *et al.* (2001) referem também que existem algumas razões para esperar que os preços dos terrenos rústicos variem e sejam mais altos para terrenos próximos de centros urbanos, bem como de outros fatores tais como boas acessibilidades e a dimensão da propriedade, estando em linha com os estudos anteriores.

Finalmente, na revisão de literatura, Gripp *et al.* (2006) consideram que para além da existência de água no terreno rústico, a existência de bons acessos é importante para explicar as diferenças de preços dos terrenos rústicos.

Em Portugal, a avaliação de terrenos rústicos com base em modelos hedónicos não é comum, sendo usual utilizar-se o modelo dos fluxos líquidos de caixa descontados, apesar das limitações indicadas na sua aplicação, nomeadamente a sua incapacidade em explicar a variabilidade dos preços solicitados e praticados no mercado. Esta situação gera muitos problemas na avaliação dos terrenos rústicos, por exemplo para expropriação, e resolução de litígios inclusive em contencioso.

O nosso objetivo, após a revisão de literatura, foi criar um modelo hedónico com base nos fatores identificados, no sentido de explicar as variações dos preços solicitados por m², para os terrenos rústicos na região do Grande Porto, Porto e Braga, norte de Portugal. Recolhemos, portanto, 84 preços solicitados para terrenos rústicos que tivessem mais de 1000 m² e testamos o nosso modelo de acordo com a metodologia abaixo indicada.

Os resultados mostram que a proximidade a centros urbanos, e ao litoral (por serem zonas mais povoadas), e os acessos são as variáveis com maior poder explicativo.

2. Metodologia do trabalho empírico

2.1. Modelo hedónico e o processo de seleção das variáveis explicativas dos preços solicitados por m² dos terrenos rústicos

Na construção do nosso modelo, utilizamos o contributo de vários autores, com uma particular influência de Chicoine (1981), autor que modelizou os preços dos terrenos rústicos como função hedónica de fatores que aumentam a produção agrícola (água, infraestruturas e vedação), bem como outros fatores que influenciam a procura de terrenos rústicos para usos alternativos no futuro. Se a procura de terrenos rústicos, como comprovam os estudos anteriormente focados, depende de fatores não agrícolas, a produtividade do solo pode não afetar significativamente os preços solicitados.

A nossa variável dependente é o preço solicitado por m² dos terrenos rústicos na região do Grande Porto, Porto e Braga, norte de Portugal, e de acordo com a literatura, selecionamos as seguintes variáveis explicativas para construirmos o nosso modelo hedónico:

- Área;
- Propriedade vedada, ou não;
- Disponibilidade de água no terreno;
- Existência de infraestruturas;
- Proximidade ao mar, ou não (um raio de 5 kms);
- Perto do rio, ou não (atividade de potencial lazer);
- Proximidade dos principais centros urbanos do Grande Porto (um raio de 5 km do Porto ou Braga);
- Bons acessos, ou não.

Uma vez que no norte de Portugal a dimensão dos terrenos rústicos é reduzida, dada a grande divisão da propriedade e predomínio do minifúndio, é expectável que quanto maior for a área do terreno rústico, mais baixo seja o preço solicitado por m^2 , dado que a geografia no norte coloca muitas vezes sérios entraves à mecanização e ao benefício de economias de escala. Adicionalmente, o risco de não poder converter terrenos rústicos em terrenos urbanos aumenta com a dimensão do terreno, o que nos leva a esperar que o preço solicitado por m^2 diminua com a dimensão.

A inclusão da variável “perto do mar” prende-se com o facto de existir um elevado grau de concentração da população no litoral, sendo aí os terrenos mais caros e onde existe uma maior pressão no sentido de uma potencial transformação futura dos terrenos rústicos para terrenos urbanos ou com capacidade construtiva, o que tende obviamente a que os terrenos rústicos situados perto do mar tenham potencialmente maior valor que os outros. Além disso, estando a população mais concentrada no litoral, os custos de transporte de produtos agrícolas para o mercado é mais baixo para terrenos próximos do litoral, onde estão concentrados os consumidores, aumentando a rentabilidade da exploração agrícola e por conseguinte aumenta o valor esperado por m^2 desses terrenos rústicos.

Em termos metodológicos, numa primeira fase iremos obter as correlações de Pearson entre as variáveis explicativas e o preço solicitado por m^2 , no sentido de verificarmos até que ponto a correlação é relevante, seleccionando-se para o modelo hedónico apenas as variáveis que apresentem correlações estatisticamente significativas para cada intervalo de dimensão de terreno rústico da amostra. Após esta fase serão então feitas as regressões na amostra geral e em quatro intervalos de dimensão dos terrenos considerados, seleccionando e apresentando aqui os resultados para as duas regressões com melhores resultados. Numa primeira fase, faremos então as seguintes correlações, utilizando os terrenos rústicos com as seguintes dimensões:

- Terrenos rústicos com 100 000 m^2 ou menos.
- Terrenos rústicos com 40 000 m^2 ou menos.
- Terrenos rústicos com 20 000 m^2 ou menos.
- Terrenos rústicos com menos de 10 000 m^2 .

Seguimos esta metodologia uma vez que no norte de Portugal a maioria dos terrenos rústicos à venda são de baixa dimensão, dada a elevada divisão da propriedade e respetiva predominância do minifúndio, diminuindo assim o número de propriedades para venda quando aumentamos a dimensão em termos de área dos terrenos. A inclusão de terrenos com áreas muito grandes (tendo em conta a dimensão média dos terrenos) é suscetível de introduzir diversos problemas estatísticos provocados pela existência de *outliers*, nomeadamente a heterocedasticidade, o que potenciará alguma perda de capacidade explicativa

do modelo hedónico face à realidade, ou seja, face ao valor m^2 solicitado para venda no mercado. Assim, a divisão segundo os quatro elementos de dimensão anteriormente referidos é justificada, sendo expectável que possa melhorar os resultados a obter.

Finalmente, ilustraremos através de um gráfico a diferença entre os preços estimados pelo nosso modelo hedónico para terrenos com menos de 10 000 m^2 e os preços reais solicitados por m^2 para toda a amostra e faremos as apreciações consideradas relevantes.

2.2. Fonte dos dados e limitações do estudo

O nosso foco de estudo está centrado nos preços solicitados no mercado para terrenos na região do Grande Porto, Porto e Braga, norte de Portugal, nos seus diversos concelhos. O nosso critério de seleção dos preços solicitados para inclusão na amostra está relacionado com os terrenos para venda onde esteja discriminada a informação necessária relativamente à propriedade para podermos obter as variáveis explicativas, nomeadamente, a localização, existência ou não de bons acessos, existência de infraestruturas no terreno, disponibilidade de água e utilização do terreno apenas para fins rústicos. Como foi referido anteriormente, não consideramos no nosso estudo propriedades com utilização florestal, tendo concentrado a nossa análise em terrenos rústicos com potencial utilização agrícola.

Os preços solicitados dos terrenos rústicos foram obtidos através do maior *website* português de oferta de propriedades promovido pelo banco BPI² tendo em conta os seguintes critérios:

- Apenas considerando os terrenos rústicos (sem mencionarem possibilidade de construção).
- Apenas considerando os terrenos onde conseguíssemos na oferta publicitada obter as variáveis explicativas que necessitamos para o nosso modelo hedónico.

Os dados foram recolhidos em maio de 2014 e tendo em conta os critérios definidos conseguiu-se obter uma amostra de 84 terrenos rústicos na região do Grande Porto, norte de Portugal. Por Grande Porto entende-se Porto e Braga, dado que nem todas as cidades satisfizeram as características desejadas, expressas através das variáveis do modelo.

Este estudo enfrenta várias limitações, incluindo o facto de não termos conseguido obter uma amostra mais numerosa, bem como o facto da nossa variável de estudo ser o preço solicitado por m^2 e não o preço transacionado por m^2 , dadas as dificuldades reais de obter com fiabilidade estes dados. No entanto, o facto de a maior parte dos preços solicitados pelos terrenos ser proveniente normalmente de anúncios de profissionais do sector (mediadores imobiliários) pode atenuar a limitação de usarmos uma variável próxima da que desejaríamos e aproximar o preço solicitado do preço real ao qual os donos dos terrenos rústicos estão disponíveis para transacionar os mesmos, uma vez que estes profissionais são conhecedores dos preços de mercado praticados em cada região, em função das características dos mesmos.

2.3. Classificação das variáveis e design do modelo hedónico

Como foi referido anteriormente, vamos utilizar no nosso estudo um modelo hedónico, o qual terá as seguintes variáveis iniciais:

Onde,

$Y_a \Rightarrow$ É o preço por m^2 da parcela "a" do terreno agrícola. Este preço é obtido dividindo o total do preço solicitado pela área total.

$B_0 \Rightarrow$ É o preço da variável explicativa independente. Isto poderia atender ao conceito de preço generalizado da terra em ótimas condições, junto com outros fatores não incluídos no modelo.

$B_1, B_2, B_3, \dots, B_8 \Rightarrow$ É o declive dos coeficientes estimados tendo em conta a importância da variável explicativa "1, 2, ..., 8" para o preço solicitado.

$X_{1a} \Rightarrow$ É a área da parcela "a". É medida em m^2 .

$X_{2a} \Rightarrow$ É a informação referente à existência de água na parcela "a", ou não. É uma variável *dummy*, onde a variável assume o valor de "1" se existir água, ou "0" no caso contrário.

$X_{3a} \Rightarrow$ É a informação referente à existência de infraestruturas na parcela "a", ou não. É uma variável *dummy*, onde a variável assume o valor "1" se existir infraestrutura, ou "0" no caso contrário.

$X_{4a} \Rightarrow$ É a informação referente à existência de vedação da parcela "a", ou não. É uma variável *dummy*, onde a variável assume o valor de "1" se é vedada, ou "0" no caso contrário.

$X_{5a} \Rightarrow$ É a informação referente à proximidade do mar (num raio de 5 km) da parcela "a", ou não. É uma variável *dummy*, onde a variável assume o valor "1" se for perto do mar, ou "0" no caso contrário.

$X_{6a} \Rightarrow$ É a informação referente à existência de confrontação com algum rio da parcela "a", ou não. É uma variável *dummy* que assume o valor "1" se estiver perto do rio, ou "0" no caso contrário.

$X_{7a} \Rightarrow$ É a informação referente à proximidade do Porto ou Braga como grandes cidades do Grande Porto (raio de 5 km) da parcela "a", ou não. É uma variável *dummy* que assume o valor "1" se estiver perto de uma cidade, ou "0" no caso contrário.

$X_{8a} \Rightarrow$ É a informação referente à existência de bons acessos à parcela "a", ou não. É uma variável *dummy* que assume o valor "1" se existirem bons acessos, ou "0" no caso contrário.

\Rightarrow É o erro da regressão.

3. Resultados

3.1. Análise da correlação

Considerando as diferentes dimensões dos terrenos rústicos, o número de elementos de cada amostra pode ser visto na tabela n.º 1:

Tabela n.º 1 – Dimensão da parcela de terreno e dimensão da amostra

Dimensão da propriedade	Dimensão da amostra
Todas as dimensões	84
Menor ou igual que 100 000 m ²	83
Menor ou igual que 40 000 m ²	81
Menor ou igual que 20 000 m ²	78
Menor que 10 000 m ²	65

No que se refere aos coeficientes de correlação com significância da variável explicativa, considerando o valor por m² das diferentes dimensões da parcela de terreno, as tabelas números 2 e 3 expressam esses valores:

Tabela n.º 2 – Variáveis explicativas com significância encontradas para as diferentes dimensões das parcelas de terreno

Dimensão da propriedade		Área	Parcela vedada	Perto do mar	Perto de centros urbanos	Acessos
Todas as dimensões	Coefficiente de correlação	-0,412**	0,232 *	0,515**	0,403**	–
	Sig. (2-abas)	0,000	0,034	0,000	0,000	–
	N	84	84	84	84	84
Menor ou igual que 100 000 m ²	Coefficiente de correlação	-0,483**	0,228	0,511**	0,398**	–
	SIG. (2-ABAS)	0,000	0,038	0,000	0,000	–
	N	83	83	83	83	83
Menor ou igual que 40 000 m ²	Coefficiente de correlação	-0,463**	0,273*	0,504**	0,387**	–
	Sig. (2-abas)	0,000	0,014	0,000	0,000	–
	N	81	81	81	81	81

* Coeficiente estatisticamente significativo com um nível de confiança de 95%

** Coeficiente estatisticamente significativo com um nível de confiança de 995%

Fonte: Elaboração própria (2015).

Tabela n.º 3 – Variáveis explicativas com significância encontradas para as diferentes dimensões das parcelas de terreno

Dimensão da propriedade		Área	Parcela vedada	Perto do mar	Perto de centros urbanos	Acessos
Menor ou igual que 20 000 m ²	Coefficiente de correlação	-0,521	0,263*	0,492**	0,411**	–
	Sig. (2-abas)	0,000	0,020	0,000	0,000	–
	N	78	78	78	78	78
Menor que 10 000 m ²	Coefficiente de correlação	-0,478**	–	0,437**	0,347**	0,245*
	SIG. (2-ABAS)	0,000	–	0,000	0,005	0,049
		65	65	65	65	65

* Coeficiente estatisticamente significativo com um nível de confiança de 95%

** Coeficiente estatisticamente significativo com um nível de confiança de 995%

Fonte: Elaboração própria (2015).

Os testes de correlação evidenciam que as variáveis “disponibilidade de água (X2a)”, “existência de infraestruturas (X3a)” e “confrontação com algum rio (X6a)” não apresentam correlações estatisticamente significativas com os preços solicitados por m² dos terrenos rústicos. No entanto, esta ausência de correlação positiva nomeadamente das variáveis “disponibilidade de água (X2a)” e “existência de infraestruturas (X3a)” pode derivar da forte correlação destas variáveis com a variável “terrenos vedados”, resultado que obtivemos.

Através dos testes de correlação podemos também verificar que os terrenos rústicos com uma área maior que 10 000 m² apresentam uma correlação estatisticamente significativa entre o facto de “serem vedados” e os preços solicitados por m². No entanto, a variável “bons acessos” não apresenta uma correlação estatisticamente significativa com os preços solicitados por m².

Quando consideramos os terrenos rústicos com uma área menor que 10 000 m², verificamos que a variável “serem vedados” deixa de apresentar uma correlação estatisticamente significativa com os preços solicitados por m². Por outro lado, curiosamente a variável “bons acessos” apresenta uma correlação estatisticamente significativa com os preços solicitados por m². Este facto é interessante e pode explicar que o preço solicitado por m² para grandes propriedades (área igual ou acima de 10 000m²) seja explicável positivamente pela existência de vedação, sendo que a questão da acessibilidade não se mostra importante. Por outro lado, para as pequenas propriedades (área menor que 10 000 m²), a “acessibilidade” é uma variável explicativa importante e a variável “serem vedados” não se mostra importante.

O facto de a variável “serem vedados” não ser importante para os pequenos terrenos e ser importante para os grandes é lógica, uma vez que os pequenos terrenos dizem respeito a uma agricultura de subsistência e muitas vezes até são pouco utilizados para o cultivo, enquanto os terrenos grandes, como normalmente são utilizados para cultivo, a existência de vedação protege os proprietários dos furtos que reduzem os fluxos de caixa que são suscetíveis de se obter desses terrenos rústicos. Ser vedado, para os terrenos grandes, implica um maior valor pois, caso contrário, o proprietário terá de investir na sua vedação, tornando o valor futuro por m² mais elevado.

3.2 Modelos de regressão

Relativamente à análise de correlação, focamos o nosso modelo em grandes terrenos rústicos (acima de 10 000 m²) com o seguinte modelo:

$$Y_a = B_0 + B_1 X_{1a} + B_4 X_{4a} + B_5 X_{5a} + B_7 X_{7a} + \varepsilon_a$$

E em resultado da análise de correlação, focamos o nosso modelo em pequenos terrenos rústicos (abaixo de 10 000 m²) com o seguinte modelo:

$$Y_a = B_0 + B_1 X_{1a} + B_5 X_{5a} + B_7 X_{7a} + B_8 X_{8a} + \varepsilon_a$$

Onde,

$Y_a \Rightarrow$ É o preço por m² da parcela "a" do terreno agrícola. Este preço é obtido dividindo o total do preço solicitado pela área total.

$B_0 \Rightarrow$ É o preço da variável explicativa independente. Isto poderia atender ao conceito de preço generalizado da terra em ótimas condições, junto com outros fatores não incluídos no modelo.

$B_i, \dots \Rightarrow$ É o declive dos coeficientes estimados relativamente à importância da variável explicativa "i" considerando ("1, 2, ..., 8") o preço solicitado.

$X_{1a} \Rightarrow$ É a área da parcela "a". É medida em m².

$X_{4a} \Rightarrow$ É a informação referente à existência de vedação da parcela "a", ou não. É uma variável *dummy*, onde a variável assume o valor de "1" se é vedada, ou "0" no caso contrário.

$X_{5a} \Rightarrow$ É a informação referente à proximidade do mar (num raio de 5 km) da parcela "a", ou não. É uma variável *dummy*, onde a variável assume o valor "1" se for perto do mar, ou "0" no caso contrário.

$X_{7a} \Rightarrow$ É a informação referente à proximidade de uma cidade (raio de 5 km) da parcela "a", ou não. É uma variável *dummy* que assume o valor "1" se estiver perto de uma cidade, ou "0" no caso contrário.

$X_{8a} \Rightarrow$ É a informação referente à existência de bons acessos à parcela "a", ou não. É uma variável *dummy* que assume o valor "1" se existir bons acessos, ou "0" no caso contrário.

\Rightarrow É o erro da regressão.

Resultados da regressão

Em relação à análise dos resultados da regressão multivariada de grandes propriedades (acima de 10 000 m²) que fornecem o melhor R², a tabela abaixo apresenta os resultados obtidos quando se considera terrenos com parcelas menores ou iguais a 100 000 m²:

Tabela n.º 4 – Resumo do modelo para propriedades com dimensão igual ou abaixo dos 100 000 m²

Modelo	R	R Quadrado	R Quadrado Ajustado	Desvio-padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	0,705	0,496	0,471	7,983	1,628

Fonte: Elaboração própria (2015).

Mesmo o teste Durbin-Watson mostrou alguns problemas, estando relacionado com o facto de haver parcelas com dimensões muito diferentes, que pode provocar correlação com os resíduos. O R² de 47,1% é interessante visto que com as variáveis existentes não incluímos a classificação FAO (1976) que providencia valores fundamentais, e tomando em consideração os diferentes valores na avaliação das terras.

Os coeficientes das variáveis explicativas, *t-values*, e o seu significado são apresentados abaixo:

Tabela n.º 5 – Coeficientes das variáveis explicativas, estatística t e respetivo significado considerando uma dimensão da terra igual ou abaixo de 100 000 m²

Variáveis explicativas do modelo	Coefficiente B	Estatística t	Sig.
Constante	13,153	8,708	0,000
Área	0,000	-4,008	0,000
Perto do mar	8,118	3,842	0,000
Perto de centros urbanos	6,108	2,975	0,004
Parcela vedada	7,545	3,115	0,003

Fonte: Elaboração própria (2015).

Como esperado, a influência da área é negativa sendo os restantes coeficientes positivos, estando em linha com vários autores, entre eles Garcia e Grande (2003), Libby e Irwin (2013) e Drescher *et al.* (2001).

No que respeita à análise de resultados da regressão multivariada para pequenas propriedades (abaixo dos 10.000 m²), apresentamos um R² mais baixo com uma estatística Durbin-Watson perto de 2:

Tabela n.º 6 – Resumo do modelo para propriedades com dimensão abaixo de 10 000 m²

Modelo	R	R Quadrado	R Quadrado Ajustado	Desvio-padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	0,667	0,445	0,408	8,228	2,083

Fonte: Elaboração própria (2015).

Na estimação deste modelo, o Durbin-Watson mostra um excelente resultado, perto de 2. Isto pode ser explicado pelo facto de serem parcelas com dimensão muito semelhante (abaixo dos 10 000 m²). O R² de 40,8% é interessante, tal como já referido no modelo anterior.

Os coeficientes da variável explicativa, *t-values*, e o seu significado estão expressos abaixo:

Tabela n.º 7 – Coeficientes das variáveis explicativas do modelo, estatística t e seu significado para propriedades com dimensão abaixo dos 10 000 m²

Variáveis explicativas do modelo	Coefficiente B	Estatística t	Sig.
Constante	18,170	7,309	0,000
Área	-0,002	-3,900	0,000
Perto do mar	5,946	2,536	0,014
Perto de centros urbanos	5,221	2,273	0,027
Acessos	5,139	2,492	0,015

Fonte: Elaboração própria (2015).

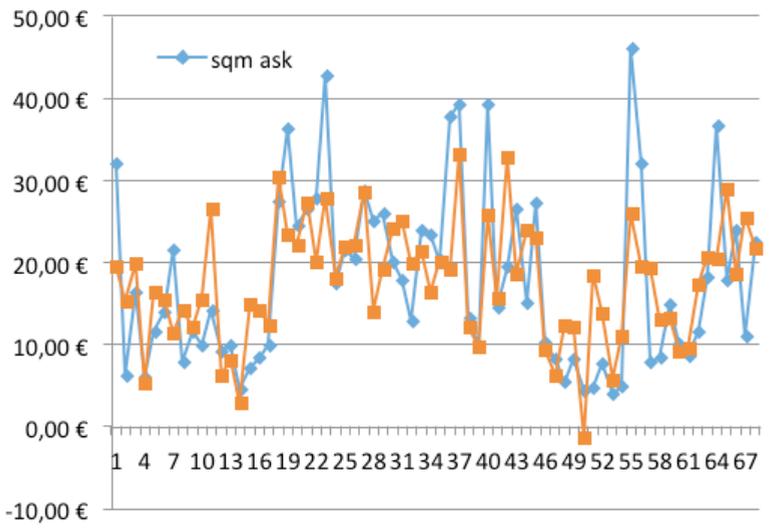
Como esperado, a área de influência é negativa sendo as restantes variáveis positivas, estando em linha com os estudos anteriores, tal como já indicado. Como referido anteriormente, a variável “vedada” é substituída pelo acesso às parcelas rurais de pequena dimensão, tendo por base as razões já explicadas.

3.4 Regressão e ajustamentos do preço real

Na figura abaixo é possível ver o preço solicitado por m² e o preço estimado com base no modelo que traduz o melhor ajustamento, ou seja, o modelo para terrenos rústicos com dimensão abaixo dos 10.000 m².

Centramos a nossa análise nos terrenos com dimensão abaixo dos 10. 000 m² uma vez que este terrenos têm uma dupla utilidade: podem ser usados para fins de lazer mas também para a prática da agricultura não profissional, dada a sua relativa pequena dimensão. Quando pensamos em terrenos com dimensão superior a 10.000 m², estamos a avaliar terrenos que são indicados para a prática da agricultura profissional, com o objetivo de se obterem rendimentos empresariais.

Analisando a figura abaixo, a azul encontram-se os preços solicitados, e a vermelho os preços ajustados pelo modelo. Assim, e em média, as linhas sobrepõem-se demonstrando o bom ajustamento do modelo, ainda que haja pontos divergentes que podem ser interpretados como *outliers*.

Figura n.º 1 – Estimativa do preço solicitado e preço solicitado real para terrenos rurais

Fonte: Elaboração própria (2015).

Conclusão

A avaliação dos terrenos rústicos e estimativa do preço por m^2 é uma tarefa difícil que os modelos fundamentais não conseguem explicar na totalidade. O que pode explicar que o preço do m^2 medeie entre os 5 e os 30 euros no norte de Portugal, onde se encontra facilmente água e bons acessos? Na revisão de literatura sobre os modelos hedónicos, encontramos que a localização perto de áreas urbanas, acessibilidade, infraestruturas e outras variáveis ajudam a explicar o preço por m^2 nos Estados Unidos, em Espanha, na Nova Zelândia e entre outros países.

A proximidade de grandes cidades ajuda a explicar porque os proprietários acreditam que as propriedades, mesmo que presentemente classificadas como terrenos rústicos, podem, no futuro, mudar para terrenos para construção assim como aumentar a rentabilidade das atividades rurais devido aos baixos custos de transporte e possibilidade de venda direta aos consumidores a preços elevados. Atividades de lazer têm vindo a aumentar nas parcelas junto dos grandes centros urbanos.

Seguindo esta linha de investigação, aplicamos o modelo hedónico aos terrenos rústicos no norte de Portugal com base nos preços solicitados expressos no site do banco BPI, onde foi possível encontrar as características das parcelas rurais no que respeita a localização, área, infraestruturas, acessibilidade, proximidade de grandes centros urbanos (consideramos perto do mar e perto dos centros urbanos), existência de água e delimitação da parcela.

Os nossos resultados são encorajadores uma vez que mostram e explicam de forma significativa uma parte importante das grandes alterações do preço solicitado por m^2 dos terrenos rústicos no norte de Portugal, considerando as diferentes áreas.

Este trabalho tem limitações relativamente ao facto de estarmos a trabalhar com poucas observações devido à não existência de uma base de dados com os preços transacionados, que expresse todos os atributos das propriedades. Outra limitação tem a ver com o facto de apenas termos recolhido informação relativa a parcelas rurais de agricultura e não florestais. No futuro, um cenário interessante será aplicar este modelo a parcelas florestais.

É nossa expectativa que este trabalho ajude a alargar a aplicação à avaliação e estimação dos preços solicitados das diferentes parcelas rurais, assim como aplicada a outras regiões de Portugal.

Bibliografia

- ABDULLA, M., 2009 – *The impact of ownership on Iowa land owners decisions to adopt conservation practices* (PhD Dissertation, Graduate Program in Sustainable Agriculture). Iowa State University: Ames, Iowa.
- BARRY, P. J., 1980 – “Capital asset pricing and farm real estate”. *American Journal of Agricultural Economics*. Vol. 62, p. 549-553.
- BLANK, S.C., 2007 – “Farmland values as indicator or regional economic performance?”. *Agricultural and Resource Economics Update*. University of California.
- CHICOINE, D. L., 1981 – “Farmland values in the urban fringe: an analysis of sales prices”. *Land Economics*. 57 (aug), p. 353-362.
- COSTA, M. L. da, 2005 – “*Avaliação da Propriedade Rústica*”. Lisboa: Faculdade de Engenharia – Universidade Católica Portuguesa.
- DOMINGUES, C. M. G., 2009 – “*Análise comparativa entre o presumível valor de mercado de prédios rústicos e o valor obtido pelo Método do rendimento*” – *Estudo de caso*”. Dissertação de mestrado em Engenharia Agronómica, Universidade Técnica de Lisboa.
- DRESCHER, K.; HENDERSON, J.; MCNAMARA, K., 2001 – “Farmland price determinants”. Paper presented at *2001 American Agricultural Economics Association Annual Meeting*, August 5-8. Chicago, Illinois.
- EVES, C.; NEWELL, G., 2007 – “The role of US farmland in real estate investment portfolios”. *Journal of Real Estate Portfolio Management*. Vol. 14, p. 317-327.
- FAO, 1976 – “A framework for land evaluation”. *Soils Bulletin*, 32. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome.
- GARCIA, T.; GRANDE, I., 2003 – “A model for the valuation of the farmland in Spain: The case for the use of multivariate analysis”. *Journal of Property Investment & Finance*. Vol. 2 (2), p. 136-153.
- GRIPP, J.; MARQUES, E. T.; GONÇALVES, R. P.; ANDRADE, R. J. O., 2006 – Working Paper apresentado no COBRAC – Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. UFSC Florianópolis, 15 a 19 de outubro de 2006.
- KAPLAN, H. M., 1985 – “Farmland as portfolio investment”. *The Journal of Portfolio Management*. Vol. 11, p. 73-79.
- KEARNEY, C.; LUCEY, B. M., 2004 – “International equity market integration: theory, evidence and implications”. *International Review of Financial Analysis*. Vol. 13, p. 571-583.
- LIBBY, L.; IRWIN, E.G., 2013 – “Rural amenities and farmland values”. Working paper of the Ohio State University.
- LIU, Z.; FLEMING, R.; PAGOULATOS, A.; HU, W., 2010 – “The supply of private acreage for public recreational use in Southern and Central Appalachia”. *Growth and Change*. Vol. 41 (4), p. 540-555.
- MOSS, C. B.; FEATHERSTONE, M.; BAKER, T. G., 1987 – “Agricultural assets in an efficient multi-period investment portfolio”. *Agricultural Finance Review*. Vol. 47, p. 82-94.
- MUNDY, B.; LANE, T., 2011 – “Preserving agricultural and forest land: a TDR approach”. *Journal of Property Investment & Finance*. Vol. 29 (4), p. 566-574.
- NARTEA, G.; EVES, C., 2008 – “Diversification benefits from New Zealand real estate”. *Pacific Rim Property Research Journal*. Vol. 14, n.º 1, p. 27-43.

PAINTER, M. J., 2000 – “Should Saskatchewan farmland be part of your investment portfolio?”. *Canadian Journal of Agricultural Economics*. Vol. 48, p. 39-50.

PETRZELKA, P.; BAUMAN, T.; RIDGELY, J., 2009 – “Engaging absentee landowners in conservation practice decisions: A descriptive study of an understudied group”. *Journal of Soil and Water Conservation*. Vol. 64 (3), p. 94-99.

SEILER, M.; WEBB, J. R.; MYER, F. C. N., 1999 – “Diversifications issues in real estate investment”. *Journal of Real Estate Literature*. Vol. 7, p. 163-179.

YOUNG, R.; BARRY, P. J., 1987 – “Holding financial assets as a risk response: a portfolio analysis of Illinois grain farms”. *North Central Journal of Agricultural Economics*. Vol. 9, p. 77-84.

Sobre os autores

Saul António GOMES (sagcs@fl.uc.pt)

Professor associado com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Publicações recentes: "A Chancelaria Régia de D. Dinis: breves observações diplomáticas". *Fragmenta Historica*. N.º 1, 2013, p. 9-29. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/ceh/pdf/revista-num-actual/01_FRAGMENTAHISTORICA_1_SaulAntonioGomes.pdf>; *A Batalha Real. 14 de Agosto de 1385/The Royal Battle. 14th August, 1385*, 2ª ed. ampliada. Calvaria de Cima: Fundação Batalha de Aljubarrota, 2014; "Hagiografia, arte e cultura no Outono da Idade Média". *Diálogos Mediterraneos. Dossiê Narrativas e Santidade: Métodos e Pesquisa*. Curitiba, n.º 6, 2014, p. 29-55. Disponível em: <<http://www.dialogosmediterraneos.com.br/index.php/RevisitaDM/issue/view/12>>; "Quadro geral do monaquismo português em Quatrocentos". *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, vol. 7, n.º 2, 2014, p. 144-181. Disponível em: <<http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/351>>.

José Carlos Ribeiro MIRANDA (mirandajcr@gmail.com)

Doutor em Literatura Portuguesa e professor associado com agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: "Literatura artúrica y definiciones del poder en la edad media peninsular". *e-Spania, Revue interdisciplinaire d'Études Hispaniques Médiévales*. N.º 16, décembre 2013 (em colaboração). Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/22603>>; "Astros de Fogo, Serpentes e Dragões nos Céus da Hispânia", in Helder Godinho (dir.) Margarida Alpalhão, Carlos Carreto e Isabel Barros Dias (orgs.) – *Da Letra ao Imaginário. Homenagem à Professora Irene Freire Nunes*. Lisboa: CEIL – Centro de Estudos sobre o Imaginário Literário, FCSH-UNL, 2013, p. 21-37; "O Galego-Português e os seus detentores ao longo do séc. XIII", *e-Spania, Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales*, 2012. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/21021>>; "A primitiva conclusão da versão galego-portuguesa da Crónica de Castela (A2d)". *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales*. N.º 5, 2012, p. 123-142.

Maria do Rosário FERREIRA (rosarioferreira.fluc@gmail.com)

Doutora em Literatura Portuguesa e professora de Literatura Medieval na Universidade de Coimbra.

Publicações recentes: "A realza portuguesa na Chronica Adefonsi Imperatoris". *e-Spania*. N.º 15, jun. 2013. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/22317>>; "Amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha. Apointamentos sobre o prólogo do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro", *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales*. N.º 35, 2012, p. 93-122; "A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do Livro de Linhagens", *e-Spania*. N.º 11, jun. 2011. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/20273>>; *Cadernos de Literatura Medieval – CLP: O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIII e XIV* (Em memória de Diego Catalán) (coord.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

Paula Maria de Carvalho Pinto COSTA (ppinto@letras.up.pt)

Doutorada em História. Professora associada com agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Integra os seguintes projetos: "COST. European Cooperation in Science and Technology – Medieval Europe – Medieval Cultures and Technological Resources"; "Cohesion building of multiethnic societies, 10th-21st century", financiado pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior da Polónia e executado pela Universidade de Wrocław; "Military Orders and construction of Western Society: Culture, religiosity, gender and social development, in border areas (XII-XV centuries)", aprovado pelo Ministerio de Economía y Competitividad de Espanha e executado pela Universidade de Castilla La Mancha.

Publicações recentes: *Soajo. 500 anos do foral manuelino*. Arcos de Valdevez: Município dos Arcos de Valdevez, 2014; “Formas e dinâmicas de apropriação do espaço nas coroas ibéricas da época moderna” (em colaboração); “Nobreza, mundo eclesiástico e ordens militares” (em colaboração); “Ordens militares; Locais de peregrinação e de memória” (em colaboração); “A historiografia” (em colaboração), in FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza. Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2014, p. 99-111; 153-159; 205-208; 350-356; 413-423, respetivamente; “The identity of the Order of St. John of Jerusalem in Portugal: the constitution of a documentary and monumental memory and the agenda of the late crusade”, in EDINGTON, Susan B.; NICHLHOLSON, Helen J. (ed.) – *Deeds done beyond the sea. Essays on William of Tyre, Cyprus and the Military Orders presented to Peter Edbury*. Series Crusades, Subsidia, 6. Farnham: Ashgate, 2014, p. 207-218.

Isabel Morgado Sousa e SILVA (isabellmss@gmail.com)

Doutorada em História. Diretora Upper School (Forms 9, 10), professora de História e de Global Perspectives no CLIP – The Oporto International School/Colégio Luso Internacional do Porto.

Publicações mais recentes: “Rediscovering International Mindedness through the Humanities”. *International Mindedness: global perspectives for learners and educators*. Urbane Publications Limited, UK London, 2013, p. 15-30; “As Comendas Novas da Ordem de Cristo”. *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: CEPESE, vol. 13, 2012; “A fundação da Ordem de Cristo – um processo histórico que a memória fez património português”. *I Colóquio Internacional Cister, os Templários e a Ordem de Cristo – da Ordem do Templo à Ordem de Cristo: os anos de transição*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2012, p. 193-207.

Leandro Ribeiro FERREIRA (leandro10dazuis@gmail.com)

Mestrando em Estudos Medievais na Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Publicações recentes: “Besteiros do Conto (Crossbowmen): Organization, abuses of power and irregularities during the reign of Dom João I (1385-1433)”. *e-Journal of Portuguese History*. Brown University/The University of Porto. Vol. 12, n.º 1, 2014; “Crónicas de um Período de Interregno (1383-1385): como o «poboo meudo», «aceso com brava sanha», bradou a sua voz pelo Mestre de Avis”. *e-Humanista – Journal of Iberian Studies*. Department of Spanish and Portuguese studies, University of California, Santa Barbara, vol. 29 (no prelo); “The ‘Besteiros do Conto’ (crossbowmen) in Medieval Portugal: From Common Men to Elite Force”, in PETERSEN, Leif (coord.) – *Common men and women at war, 300-1500 AD*. Londres: Brill (no prelo).

Isidro DUBERT (isidro.dubert@usc.es)

Catedrático de História na Universidade de Santiago de Compostela (Galícia).

Publicações recentes: “Elderly, Family and Age support in Galicia at the end of the Ancien Regime”. *Journal of Family History*. N.º 37, 2, April 2012; “L’abandon d’enfants dans l’Espagne de l’Ancien Regime: réévaluer l’ampleur et les causes du phénomène”, *Annales de Démographie Historique*. N.º 1, 2013. “Mercados laborales, profesiones y ocupaciones en la Galicia urbana durante la segunda mitad del siglo XIX”. *Revista de Demografía Histórica*. N.º 1, 2014 (em colaboração); “Démographie et Dictature: plus qu’un enjeu, un problème historique”. *Annales de Démographie Historique*. N.º 1, 2014.

António Manuel Vilarinho MOURATO (a.mouratto@hotmail.com)

Doutorado em História da Arte. Professor do Ensino Básico e Secundário (Escola Secundária da Maia). Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: “Breves apontamentos para a biografia do pintor João Eduardo Malheiro”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, n.º 20, 2012, p. 11-24; “O Retratista José Alberto Nunes (1829-1890)”, in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) – *Os Franciscanos no Mundo Português III, O Legado Franciscano*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2012, p. 177-197.

Antonieta Maria Sousa LIMA (a.lima@doc.isvouga.pt)

Doutoramento em Gestão. Professor adjunto no ISVOUGA – Instituto Superior de Entre Douro e Vouga. Professor auxiliar na Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Investigadora do CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Publicações recentes: “Manufacturing Industry in the sub-region of EDV: An Application of ELECTRE III”. *Livro de Atas da 15th EBES Conference Lisbon*, 2015; “Financial Ratios Applied To Portfolio Selection: ELECTRE III methodology in Buy and Hold strategy”. *ROC*. Vol. 9, n.º 17, 2013, p. 281-319 (em colaboração) Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/OC/article/view/281-319>> *Teoria financeira aplicada à seleção de portfolios = Financial theory applied to portfolios selection*. Porto, 2013. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Portucalense; Multi criteria decision making models: An overview on Electre methods. *CIGE*, Universidade Portucalense, n.º 21, 2011 (em colaboração). Disponível em http://wwwa.uportu.pt/siaa/Investigacao/WP_21_2011.pdf.

Vasco Jorge Salazar SOARES (vsalazarsoares@gmail.com)

Doutorado em Gestão. Professor coordenador do ISVOUGA – Instituto Superior de Entre Douro e Vouga. Professor auxiliar da Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

Publicações recentes: “Estudo comparativo da normalização da contabilidade financeira em Portugal e Angola: Uma perspectiva histórica e actual”. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*, March 2015 (em colaboração); “Long-term dependence in financial prices: Evidence from the Belgian stock market returns”. *27th IAFA2014 Annual Conference*, Queen’s University of Belfast, 2014 (em colaboração); “Long-term memory in financial prices: Evidence from the Dutch stock market returns”. *8th PFN2014 Annual Conference*. School of Economics – University of the Algarve, 2014 (em colaboração); “Persistence characteristics in financial prices: Evidence from the Portuguese stock market returns”. *50th BAFA 2014 Annual Conference*, London School of Economics, 2014 (em colaboração).

Resumos/Abstracts

Resumos

Saul António GOMES

D. Gualdim Pais (c. 1118/20-1195)

Neste artigo, apresenta-se uma leitura sobre a vida e a obra de D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo em Portugal na segunda metade do século XII. Reapreciam-se algumas das fontes que permitem traçar alguns quadros da sua vida, valorizando-se o quadro memorial da Ordem em que ele foi exaltado, e sublinha-se a singularidade do seu percurso enquanto cavaleiro cruzado e herói templário português. Apresentam-se, ainda, alguns textos documentais pouco conhecidos que elucidam a vida do mestre templário português.

Palavras-chave: Ordem do Templo; Portugal; D. Gualdim Pais; século XII; biografia

José Carlos Ribeiro MIRANDA

Maria do Rosário FERREIRA

O Projeto de Escrita de Pedro de Barcelos

Nunca até hoje foi levada a cabo uma tentativa de apurar que consistência haveria entre as várias obras – ou projetos de escrita – levados a cabo por D. Pedro, conde de Barcelos, nem se, do conjunto desses projetos, se destacaria um plano articulado, revelador de uma específica visão do mundo.

É esse o propósito do presente estudo. As conclusões a que este estudo chega, só possíveis devido aos avanços mais recentes no conhecimento dos vários empreendimentos do conde, permitem formar uma ideia mais clara de quais os temas que sobretudo o motivaram, numa permanente combinação entre uma atenção acentuada ao funcionamento da sociedade do seu tempo, baseada na linhagem e nas hierarquias daí decorrentes, e uma perspetiva temporal, histórica e escatológica que forma o pano de fundo no qual o conjunto da sua obra se inscreve.

Palavras-chave: D. Pedro de Barcelos; Livro das Cantigas; trovadores; Livro de Linhagens; Crónica de 1344

Paula Maria de Carvalho Pinto COSTA

Álvaro Gonçalves Pereira, um homem entre a oração e a construção patrimonial como estratégia de consolidação familiar.

Álvaro Gonçalves Pereira, documentado entre os anos 30 e 80 do século XIV, era membro da família Pereira, que tinha forte influência na sua época. Os compromissos que assumiu, tanto com a monarquia, como com assuntos centrados além da fronteira portuguesa, tiveram uma importância decisiva na afirmação do seu poder. Álvaro Gonçalves Pereira, no contexto da Ordem do Hospital, fez um percurso de freire a prior e protagonizou uma época muito particular da história desta Ordem, tanto do ponto de vista dos acontecimentos portugueses, como do ponto de vista da evolução da conturbada história dos locais onde se situava a sede desta ordem religiosa e militar (ilha de Rodes). Estas conjunturas – interna e externa – deram origem ao desenvolvimento de um notável programa de atuação por parte de Álvaro Gonçalves Pereira nos territórios a sul do rio Tejo. Implementou uma estratégia de domínio territorial e afirmação senhorial, através de uma marca arquitetónica muito forte nas estruturas fortificadas da Amieira (vale do rio Tejo), do Crato (nordeste do Alto Alentejo) e da Sertã (Beira Baixa), a que se acrescentam os paços da Flor da Rosa (Alentejo) e de Cernache do Bonjardim (Sertã). Este ciclo construtivo patrocinado por fr. Álvaro abriu uma nova etapa da história dos Hospitalários, em que os protagonistas são a monarquia e a família Pereira. O significado atribuído às construções feitas sob iniciativa de fr. Álvaro clarifica-se no contexto da batalha do Salado. Esta conjuntura foi favorável à emulação dos Pereiras e deu origem à intervenção no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, no qual se escreveram passagens que exaltam os Pereira, de acordo com o contexto dos anos 80 do século XIV. Em síntese, estamos perante a manifestação de uma garantia de fixação de uma memória ou de uma outra forma de vida continuada.

Palavras-chave: Álvaro Gonçalves Pereira; Flor da Rosa; Marmelar; Amieira, Crato

Isabel L. Morgado Sousa e SILVA

D. Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo. Na passagem para o séc. XV, a representação de um rumo

Orar e combater são o ser e o destino das instituições religiosas militares. Compreender como os seus mestres e, em particular, D. Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo entre 1373?-1417 viveu e agiu, é um exemplo entre os demais que, de igual forma, assumiram o mestrado ou o governo das ordens militares.

Acresce, provavelmente, a circunstância de ser mestre de uma instituição cuja fundação tem na sua raiz uma intencionalidade: a de reforçar e expandir a atuação do poder régio. A indicação de Lopo Dias de Sousa, quer pelos particulares do seu processo de *eleição*, quer pela forma como pautou a sua atuação num período crucial da história nacional, merece reflexão. Correspondendo a um momento último de uma fase evolutiva da Ordem de Cristo, D. Lopo Dias de Sousa, sem contrariedades e de uma forma modelar, assegurou a passagem do tempo dos mestres eleitos para o tempo dos príncipes de Portugal e governadores de mestrado.

Palavras-chave: D. Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo; formação da nacionalidade; cruzada; jurisdição temporal e espiritual; ação complementar

Leandro Ribeiro FERREIRA

De Lisboa rumo ao reino: o contrato de fretamento marítimo e os seus atores nos séculos XIV e XV

Tomando como exemplo o caso da cidade de Lisboa, o objetivo deste artigo é o de estudar os contratos de fretamento marítimo e os agentes envolvidos neste sistema mercantil no período correspondente ao final da Idade Média. Procuramos, ao longo deste texto, perceber, em primeiro lugar, o modo como as autoridades régias e municipais tentaram regular e organizar os fretamentos marítimos, inserindo esta política no contexto do comércio português dos séculos XIV e XV. Em segundo lugar, atentaremos nos oficiais envolvidos neste mecanismo, procurando perceber o seu modelo de organização, a sua forma de eleição e os seus modos de atuação. Para atingir estes objetivos, serão utilizados essencialmente documentos provenientes de ordenações régias, livros de leis e posturas e documentos inseridos na coletânea *Descobrimentos Portugueses*.

Palavras-chave: Idade Média; Lisboa; economia mercantil; fretamentos de navios; fretadores

Isidro DUBERT

Mundo urbano e modernização económica e social na Galiza, 1752-1920

Normalmente, os historiadores costumam associar o desenvolvimento da urbanização e da industrialização à atuação de fatores de modernização económica e social que se supõem ausentes daquelas regiões europeias que ficaram à margem de ambos os fenómenos. Este é o caso da Galiza, do norte de Portugal ou da Espanha interior, por exemplo, cujas sociedades teriam, alegadamente, usufruído, por isto, apenas de uma forma imperfeita, dos benefícios do progresso económico e social, ou teriam, mesmo, vivido numa espécie de atraso permanente que lastraria a sua entrada na modernidade. Face a esta ideia, trataremos de mostrar neste trabalho que a referida modernização económica e social teve mais do que uma forma de se plasmar no interior da Península Ibérica. Quer dizer, que houve historicamente mais de uma via de acesso à modernidade, quer seja no contexto peninsular, quer seja no contexto europeu.

Palavras-chave: Galiza; urbanização, industrialização, mercado de trabalho urbano, modernização económico-social

António MOURATO

Pintores Floristas em Portugal (1850-1910)

O presente artigo esboça o trajeto dos mais conceituados pintores floristas, ativos em Portugal, entre 1850 e 1910. Tem como objetivo aprofundar o conhecimento deste subgénero da natureza-morta no período de transição entre o Romantismo e o Naturalismo, época de grande desenvolvimento da floricultura em Portugal. As eleitas de Flora estão na moda e a pintura reflete esse interesse, recorrendo a arranjos simples, triviais, mas delicados. Os novos floristas já não tencionam ser decoradores: é através da expressividade na execução que visam afirmar-se. As pesquisas que realizam acabam por seduzir o público e a crítica. António José da Costa, Josefa Greno, Ferreira-Chaves, Alice Grilo, José Rodrigues Vieira, Aurélia de Sousa, protagonizam essa mudança.

Palavras-chave: arte; pintura; flores; decoração; Portugal

Antonieta LIMA

Vasco Salazar SOARES

Modelo de avaliação hedónico de terrenos rústicos e seus desafios: o estudo de caso da realidade da região do Porto, norte de Portugal

A avaliação de terrenos com capacidade construtiva e de prédios urbanos mereceu a atenção dos investigadores no passado e recentemente. A avaliação de terrenos agrícolas não mereceu igual importância junto dos investigadores, sendo muitas vezes difícil explicar as diferenças de preços entre os diversos terrenos rústicos, no caso concreto em Portugal. Neste artigo, realizamos a revisão da literatura sobre a avaliação de prédios rústicos, com particular incidência nos modelos hedónicos de avaliação, dada a incapacidade dos modelos de avaliação tradicionais em explicar a evolução dos preços dos terrenos rústicos a nível internacional. Focados neste objetivo, criamos um modelo hedónico que inclui as variáveis explicativas usualmente evidenciadas na literatura internacional para explicar o valor dos terrenos rústicos e verificamos a adequação desta avaliação com os preços por metro quadrado solicitados em diversas regiões do Grande Porto, em concreto Porto e Braga. O nosso modelo mostra que fatores como a proximidade de zonas muito povoadas e o possível uso da terra explicam a grande variação nos preços solicitados por metro quadrado.

Palavras-chave: terrenos rústicos; FAO; rendibilidade; hedónico; avaliação

Abstracts

Saul António GOMES

D. Gualdim Pais (c. 1118/20-1195)

This paper focuses a reading about the life and the workmanship of Gualdim Pais, master of the Order of the Temple in Portugal in the second half of 12th century. The author discusses some of the sources that allow to trace some pictures of its life, valuing the memory about this master inside of the Order where he was glorified, and underlines the singularity of his passage while knight and Portuguese templar hero. They are presented, still, some documentary texts little known that elucidate the life of the Portuguese templar master.

Keywords: Templars; Portugal; D. Gualdim Pais; 12th century; Biography

José Carlos Ribeiro MIRANDA

Maria do Rosário FERREIRA

Pedro de Barcelos' comprehensive writing project

Until know, the task of assessing the overall coherence of count Pedro de Barcelos works (Livro das Cantigas, Livro de Linhagens and Crónica de 1344), and thus ascertaining whether they had autonomous purposes or were encompassed by a single articulate project emerging from a specific worldview, had not been undertaken. That is precisely the goal of the present essay, made possible by recent advances in the knowledge of the Count's writing activity. Our conclusions make apparent the subjects that motivated him most, as well as the way he handled them in constant tension between a deep concern with the functioning of a society based on lineage and ensuing hierarchy, on the one hand, and, on the other, the temporal, historical and eschatological standpoint providing the background against which his comprehensive writing project is set.

Keywords: count Pedro de Barcelos; Livro das Cantigas; troubadours; Livro de Linhagens; Chronicle of 1344

Paula Maria de Carvalho Pinto COSTA

Álvaro Gonçalves Pereira, a man between praying and patrimonial building as familiar consolidation strategy

Álvaro Gonçalves Pereira, documented between 30ties and 80ties of the fourteenth century, was a member of the Pereira family, who had a strong influence in his time. His commitments, with the monarchy and with some subjects focused beyond the Portuguese border, had a decisive role in the assertion of his power. Álvaro Gonçalves Pereira, in the context of the Order of the Hospital, made a kind of a *cursus honorum* from friar to prior and starred a very particular time in the history of this Order, both from the point of view of the Portuguese events, and from the point of view of the evolution of the troubled history of the headquarters of this institution (island of Rhodes). These conjunctures – internal and external – aroused a remarkable program of action developed by Álvaro Gonçalves Pereira in the south of Tagus river territories. He implemented a strategy of territorial control and increased his manor power, through a very strong architectural program in some fortified structures, such as Amieira (valley of the Tagus river), Crato (northeast of Alto Alentejo) and Sertã (Beira Baixa), to which are added the houses of Flor da Rosa (Alentejo) and Cernache do Bomjardim (Sertã). This building cycle sponsored by Fr. Álvaro opened a new stage in the history of the Hospitallers, in which the protagonists are the monarchy and the Pereira family. The meaning assigned to the buildings made under the initiative of Fr. Álvaro is clarified in the context of the Battle of Salado. This whole situation was favorable to Pereira's emulation. This situation was favorable to Pereira's emulation and gave rise to the intervention at *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, in which were written some texts that praise Pereira, according to the context of the 80ties of the fourteenth century. To sum up, this is the manifestation of a guarantee of fixing a memory or of continuing another form of life.

Keywords: Álvaro Gonçalves Pereira; Flor da Rosa; Marmelar; Amieira; Crato

Isabel L. Morgado S. e SILVA

Dom Lopo Dias de Sousa, master of the Order of Christ. In the passage to the 15th century, the representation of a path

To pray and to fight are the soul and fate of the Military Orders. To understand how its Masters, namely D. Lopo Dias de Sousa, Master of the Order of Christ (1373?-1417), lived and acted, is one of the examples that can be referred to amongst some others who have ruled the Military Orders.

However, one must point out the particular circumstance of this institution, which was founded with “a mission”: to strengthen the action and to expand the royal power.

The presentation of Lopo Dias de Sousa, either considering his “election” for the Master's position, either by the way he acted during that particular moment of the portuguese history, is worth a serious reflection.

D. Lopo Dias de Sousa ruled over the Order of Christ at the end of an evolutionary phase of growth, and was able to ensure a smooth and flawless passage from the time of the elected Masters to the time of the Princes of Portugal as governors of the Military Orders.

Keywords: D. Lopo Dias de Sousa, master of the Order of Christ; nationality birth; crusade; spiritual and temporal jurisdiction; interrelated action

Leandro Ribeiro FERREIRA

From Lisbon to the kingdom: maritime charters and their actors in the fourteenth and fifteenth centuries

Taking Lisbon as example, this paper aims to study ships freight and the agents involved in this mercantile system at the late Middle Ages. Thus, we will seek to understand, first, how the Portuguese crown and municipal authorities tried to regulate and organize the maritime freight, by entering this policy in the context of the fourteenth and fifteenth century's Portuguese trade. Next, we will focus our analysis on the officers involved in this mechanism, by trying to understand their organization model, election form and their performance. To achieve this goals, we will use essentially *ordenações régias* (royal statute laws), *livros de leis e posturas* (medieval laws and attitudes books) and documents included in the collection entitled *Descobrimentos Portugueses*.

Keywords: Middles Ages; Lisbon; market economy; ships freight; charterer

Isidro DUBERT

Urban world and economical and social modernization, Galicia 1752-1920

Historians usually associate urbanisation and industrialisation to the performance of certain factors of economic and social modernisation that are considered to be absent from those European regions which remained on the sidelines of these two phenomena. For instance, this is the case of Galicia, the north of Portugal and inland Spain, whose societies it is supposed would only therefore enjoy the benefits of economic and social progress in an imperfect way, or they would live immersed in a kind of permanent backwardness that would impede their entry into modernity. In opposition to this idea, in this study we will try to show that there was more than one way to express said economic and social modernisation within the Iberian Peninsula. In other words, there was historically more than one route of access to modernity, whether in the Peninsular or the European context.

Keywords: Galicia; urbanisation; industrialisation; urban labour market; economic and social modernisation

António MOURATO

Flower Painters in Portugal (1850-1910)

The article in question outlines the path of the most respected flower painters active in Portugal, between 1850 and 1910. Its objective is to deepen the knowledge of this subgenus of still life in the transition period between Romanticism and Naturalism, a time of great development for floriculture in our country. The flowers are trending and the painting reflects that interest, making use of simple, trivial yet delicate arrangements. The new florists no longer intend to be decorators: it is through expressiveness in execution that they wish to make a statement. The research they conduct ends up seducing the audience and the critics. António José da Costa, Josefa Greno, Ferreira-Chaves, Alice Grilo, José Rodrigues Vieira, Aurélia de Sousa, are the ones who stage this change.

Keywords: Portugal; art; painting; flowers; decoration

Antonieta LIMA

Vasco Salazar SOARES

Farm land hedonic model evaluation and challenges: the case study of the reality in Porto, north of Portugal

The evaluation of land with construction possibility and of urban real estate has deserved much attention in the past and recently. The evaluation of farm land has not been so popular among professionals and many times it is hard to justify so different prices among several types of farm, mainly across Portugal. In this article, we review the literature on farm land evaluation that provide space for hedonic evaluation models due to the lack of capacity to explain farm land price time series internationally. With this in view, we create a model that meets the explainable variables in the international literature possible to rural land value and try to explain the current demand prices for farm land in Porto, north of Portugal differences across different regions. Our model shows that factors as proximity to highly populated areas, population density and land possible use could explain why asking square meter prices change so much.

Keywords: farmland; FAO; yield; hedonic; evaluation

Notícias

Seminários e Conferências Internacionais

II Conferência Internacional O Porto como Destino Turístico: Turismo e Economia Urbana

(Porto, Auditório da Douro Azul, 23 a 25 de outubro de 2014)

A cidade do Porto, uma das cidades que mais se tem afirmado no panorama do turismo nacional e europeu, foi palco da II Conferência Internacional *O Porto como Destino Turístico: Turismo e Economia Urbana*. Neste âmbito, a Conferência recebeu a presença de investigadores de renome na esfera do turismo nacional e internacional, com o objectivo de criar um espaço de debate sobre as mais variadas temáticas que conformam a abrangência do Turismo de Cidades, na sua vertente económica, passando pela cultura, pelo património e pela forma como este pode introduzir novas formas de crescimento, desenvolvimento e inovação. O evento contou com investigadores de Taiwan, Polónia, Espanha, Brasil, África do Sul e de diversas universidades e instituições portuguesas, tendo sido abordados temas como o percurso interreligioso no Grande Porto, o impacto do turismo no crescimento regional português, a competitividade interregional do Norte de Portugal, o impacto económico dos aeroportos, as cidades como destinos turísticos e a caracterização do turismo de negócios, entre outros.

European Consortium for Humanities Institutes & Centres

(Pamplona, março de 2015)

European Consortium for Humanities Institutes & Centres é uma associação de centros de estudo e de investigação da área das Humanidades, fundada em 2011, em Dublin. Tem como objetivo dialogar, entre outras instâncias, com a Fundação Europeia da Ciência e com a União Europeia, tendo em vista a promoção da investigação das Humanidades, bem como o seu desenvolvimento nas universidades europeias.

Esta associação, de que o CEPESE é membro fundador, organiza um seminário anual. A reunião de 2014, organizada pelo CEPESE, teve lugar no Porto em março, à volta do tema *Grandes Desafios para as Humanidades*, especialmente em relação com o Programa Europeu 2020. A reunião de 2015 foi organizada em Pamplona (também em março) pelo Instituto de Cultura e Sociedade da Universidade de Navarra, e teve como preocupação central as promoção das *Humanidades cívicas*, dando especial relevância às dimensões das ciências humanas relacionadas com a capacidade humana de criar espaços de aproximação social. Abordou-se também a possibilidade de organizar uma rede de institutos e organismos civis que investigam esta matéria.

Membro do Projecto COST (European Cooperation in Science and Technology): Medieval Europe – Medieval Cultures and Technological Resources (ISCH COST Action IS1005)

(Florença, 16-17 de março de 2015)

A Conferência Final desta ação COST teve lugar no SISMEL (Florença, 16 e 17 de março de 2015) e contou com a participação de três membros do CEPESE. Os trabalhos decorreram sob o enquadramento de quatro secções (Standardization and Prototypes I; Standardization and Prototypes II; VRE-VCMS design and current applications; Post ACTION activities and organization). O programa foi concluído com uma intervenção sobre *Final evaluation of the COST Action IS1015 Medioevo Europeo*, da responsabilidade de um perito externo ao COST Office. O CEPESE integrou esta ação COST, concluída no presente ano, tendo dois membros no Management Committee.

X Seminário Internacional Entre a Europa do Sul e a América do Sul – Os Fluxos Migratórios na Época Contemporânea

(Porto, Auditório da Douro Azul, 8-10 junho de 2015)

Dando continuidade aos encontros científicos que, desde 2005, se realizam em Portugal e no Brasil, teve lugar o X Seminário Internacional *Entre a Europa do Sul e a América do Sul – Os Fluxos Migratórios na Época Contemporânea*. Reunindo mais de trinta investigadores de Portugal, Espanha, Itália, Argentina e Brasil em torno da temática das migrações entre a Europa do Sul e a América do Sul, este seminário permitiu aprofundar, problematizar, inovar e divulgar a investigação científica numa área temática que se revela fundamental para a compreensão de uma herança cultural comum às duas regiões, matriz incontornável da sociedade, economia, cultura e mentalidade dos países da Europa do Sul e América do Sul ao presente.

Publicações

Sousa, Fernando de (coord.) – Os Governos Cívicos de Portugal. História e Memória (1835-2011). Porto: CEPESE, 2014.

Esta obra tem por objetivo dar a conhecer as origens e a evolução do Distrito e do seu magistrado, o Governador Cívico; a estrutura de funcionamento da administração distrital; os poderes dos Governadores Cívicos; a enumeração daqueles que exerceram tais funções, assim como o seu perfil sociológico e político; e o papel que os Governadores Cívicos e os órgãos distritais assumiram enquanto produtores de fundos documentais e obras culturais. Entre outros aspetos, são abordados os antecedentes históricos dos Distritos; as competências dos Governadores Cívicos entre 1835-2011; o seu papel político e perfil sociológico; o recente processo de extinção dos Governos Cívicos; o património histórico-cultural associado aos Governos Cívicos e aos órgãos distritais; as principais séries documentais de conservação permanente que existiam nos seus arquivos; e a principal legislação relativa à criação e evolução dos Distritos, Governadores e Governos Cívicos.

PEREIRA, Alexandra; MARQUES, Isabel; BOTELHO, Leonor; RIBEIRO, Mafalda (coord.) – *Porto as a Tourism Destination*. Porto: CEPESE/Media XXI, 2014.

Durante dois dias, mais de quatro dezenas de investigadores, professores e atores da grande área do Turismo debateram, no auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, no Porto, um conjunto de temas que revelam o caminho de excelência que se pretende potenciar para a atratividade da cidade do Porto como destino turístico recomendado, numa iniciativa académica assumida pelo CEPESE, a que desde logo aderiram um significativo conjunto de investigadores desta Unidade de Investigação e outros especialistas e académicos nacionais e estrangeiros. Este volume apresenta, assim, mais de duas dezenas de trabalhos científicos apresentados na referida Conferência e entretanto submetidos a *peer review*, divididos nos seguintes grandes temas: Turismo de Cidades; Turismo Académico e Turismo Social; Sistemas de Informação, Turismo e Desenvolvimento; Património Cultural e Histórico; e Turismo e Empreendedorismo.

Sousa, Fernando de (coord.) – *Os Governos Cívicos de Portugal e a Estruturação Político-Administrativa do Estado no Ocidente*. Porto: CEPESE, 2014.

Esta obra reúne as comunicações apresentadas no Seminário que lhe dá título, entretanto aprofundadas e sujeitas a revisão, com o objetivo de analisar a divisão administrativa e as competências e funções dos Governadores Cívicos e comparar a realidade nacional com as estruturas administrativas territoriais dos países da Europa do Sul e do Brasil, uma vez que o modelo de administração territorial francês acabou por ser adotado, embora com variantes nacionais, pela Espanha, pela Itália, pelo Brasil após a independência, e por Portugal a partir de 1832, com as prefeituras ou províncias, as quais, de 1835 em diante, deram origem aos Distritos e aos Governos Cívicos, que vieram até aos nossos dias. Para tal, foram convidados especialistas de todos estes países, que apresentam, neste volume, uma perspetiva abrangente e uma dimensão comparativa das realidades em análise.

RODRIGUES, Teresa; MARTINS, Maria do Rosário (coord.) – *Envelhecimento e Saúde. Prioridades Políticas num Portugal em Mudança*. Porto: CEPESE, 2014.

Esta obra reúne um conjunto de trabalhos centrados no envelhecimento em Portugal e nas possíveis implicações na política de saúde. Uma boa parte dos trabalhos estabelece cenários futuros a longo prazo, com projeções baseadas em modelos matemáticos que relacionam a natalidade, a mortalidade, a incapacidade, o género, o nível de escolaridade, a utilização de cuidados de saúde e os gastos em saúde, públicos e privados. O livro inclui também capítulos de contexto, em que se descrevem a evolução histórica e a estrutura presente dos sistemas de saúde e de educação em Portugal, bem como uma análise do financiamento e das contas nacionais de saúde, relacionando-as com a transição demográfica e epidemiológica e com as projeções que delas se fazem para o futuro. Procurou-se, desta forma, informar a discussão política em geral, o debate da política demográfica, de saúde e segurança social e do ordenamento do território.

SABATÉ, Flocel; FONSECA, Luís Adão (eds.) – *Catalonia and Portugal. The Iberian Peninsula from the periphery*. Bern: Peter Lang, 2015.

Este livro é o resultado do International Medieval Meeting Lleida, intitulado *Catalonia and Portugal: the Iberian Peninsula from the periphery* (Lleida, 27 de junho de 2012) e realizado no âmbito do projeto *Cuius Regio. An analysis of the cohesive and disruptive forces destined the attachment of groups of persons to and the cohesion within regions as a historical phenomenon [CURE]*. Neste sentido, sete investigadores portugueses (sendo seis deles do CEPESE) são autores de seis textos que integram este livro que, no seu conjunto, é constituído por dezanove estudos, amplamente enquadrados por um texto inicial de carácter introdutório e por um outro de encerramento em que se destacam alguns dos traços das identidades ibéricas.

Este livro enquadra-se na fase final do projeto *Cuius Regio*, realizado no âmbito da European Science Foundation, concluído em 28 de fevereiro de 2014 e que integrou parceiros de diferentes países europeus (Holanda, Portugal, República Checa, Estónia, Roménia, Dinamarca, Espanha e Polónia).

Base de Dados – Arquivo da Legação de Portugal em S. Petersburgo e Estados Bálticos

Na sequência do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a Rússia e a apresentação do primeiro embaixador de Portugal em S. Petersburgo, Francisco José da Horta Osório Machado, em 1779, teve início a legação de Portugal em S. Petersburgo. O seu arquivo integra o fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e contém originais e registos relativos à normal correspondência da legação com os Serviços Centrais, de 1779 a 1832. No mesmo fundo encontra-se, também, o arquivo da Legação de Portugal na Dinamarca, e no arquivo dos consulados, o do consulado de Riga. Esta base de dados disponibiliza uma parte significativa destes fundos, digitalizados em alta resolução, oferecendo assim uma importante fonte documental primária aos investigadores preocupados com o estudo das relações entre Portugal e estes Estados. Esta base de dados está disponível na página do CEPESE na Internet (www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/bases-de-dados).

Base de Dados – Bibliotecas Medievais Portuguesas. Santa Cruz de Coimbra e Alcobça

No quadro do projeto de investigação *Cuius Regio. An analysis of the cohesive and disruptive forces destined the attachment of (groups of) persons to and the cohesion within regions as a historical phenomenon*, considerou-se importante organizar materiais e fontes documentais através dos quais se tornasse possível divulgar determinados suportes da identidade nacional. Nesta ordem de ideias, decidiu-se organizar um banco de dados sobre Bibliotecas Medievais Portuguesas, começando pela seleção daquelas que apresentam uma maior expressão, Santa Cruz de Coimbra e Alcobça, duas bibliotecas com uma significativa relevância, através das quais se evidencia a articulação da dimensão europeia com a componente nacional. Esta base de dados está disponível na página do CEPESE na Internet (<http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/bases-de-dados>).

Base de Dados – Relações Luso-Espanholas na Idade Média

No âmbito do projeto de investigação *O Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo desde o Princípio da Monarquia Portuguesa até aos nossos dias; ordenado e composto pelo Visconde de Santarém. Tomos I e II*, ponto de partida para a compreensão das relações entre Portugal e os demais reinos ibéricos entre os séculos XII e XVI, elaborado no âmbito do Programa Ciência 2007, procedeu-se à organização de uma base de dados contendo a descrição de vários milhares de documentos relativos às relações luso-espanholas na Idade Média, incluindo um breve sumário de cada documento, para sua mais fácil identificação. Esta base de dados está disponível na página do CEPESE na Internet (<http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/bases-de-dados>).

Protocolos

GATES – Global Association for Technology, Education and Science

O CEPESE celebrou, em junho de 2014, um protocolo de colaboração com a GATES – *Global Association for Technology, Education and Science*, com o objetivo de iniciar a cooperação mútua entre as duas instituições, fomentando a prestação de serviços e o intercâmbio de investigadores e professores e a sua participação em programas de responsabilidade conjunta.

Universidade Católica de Brasília

O CEPESE celebrou, em novembro de 2014, um protocolo de cooperação científica, tecnológica e cultural com a Universidade Católica de Brasília, tendo em vista o desenvolvimento de atividades científicas e tecnológicas conjuntas e o incremento das relações conjuntas entre as duas instituições.

IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais

O CEPESE celebrou, em 26 maio de 2015, um protocolo de cooperação com o Instituto Português de Relações Internacionais, com o objetivo de promover a participação de investigadores em programas de responsabilidade conjunta; prosseguir trabalhos de investigação de interesse singular para ambas as partes, pondo à disposição dos seus responsáveis e/ou colaboradores os recursos humanos e materiais que contribuam para o seu objetivo; e colaborar ou realizar conjuntamente atividades culturais ou sociais de interesse para ambas as partes.

Projetos em curso

Cohesion building of multiethnic societies, 10th-21st century

Este projeto tem como objetivo a análise dos processos de coesão social em sociedades multiétnicas, entre os séculos X e XXI. Para o efeito, são estudados os casos dos países envolvidos no projeto: Portugal, Espanha, Polónia, República Checa, Roménia, Hungria e Lituânia. O projeto é financiado pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior da Polónia, através do Programa Nacional do Desenvolvimento das Humanidades, acordo n.º 0102/NPRH3/H12/82/2014 e executado pela Universidade de Wroclaw entre 2014-2019, cujo investigador principal é o Prof. Przemek Wiszewski. Neste projeto participam os investigadores Paula Pinto Costa (responsável pela equipa portuguesa), Luís Adão da Fonseca, José Augusto Pizarro, Maria Cristina Pimenta, Mafalda Soares da Cunha e Pedro Cardim.

Military Orders and construction of Western Society: Culture, religiosity, gender and social development in border areas (XII-XV centuries)

Este projeto visa o aprofundamento do estudo das ordens militares e o seu contributo para a construção da sociedade ocidental, nomeadamente nos espaços de fronteira, entre os séculos XII e XV. As instituições envolvidas, para além do CEPESE, são a Universidade do Porto, a Universidade de Castilla-La Mancha, a Universidade Autónoma de Madrid; a Universidade de Haifa (Israel) e o Arquivo Histórico Nacional de Madrid. Trata-se de um projeto aprovado pelo MINECO (Ministerio de Economía y Competitividad) do Governo de Espanha, no âmbito dos Projetos I+D+i; Programa Estatal de fomento da investigação científica e técnica de excelência (2014), Subprograma Estatal de Geração de Conhecimento (HAR2013-45350-P) e que será executado entre 2014 e 2016. O investigador principal é Francisco Gomez Ruiz da Universidade de Castilla La Mancha. Do CEPESE participam os seguintes investigadores: Paula Pinto Costa (coordenadora da participação portuguesa), Luís Adão da Fonseca e Maria Cristina Pimenta.

Redes sociais pessoais de idosos portugueses

Partindo do reconhecimento do envelhecimento como um dos principais desafios das sociedades contemporâneas, o projeto *Redes sociais pessoais de idosos portugueses* tem como objetivo contribuir para o conhecimento sobre as diferentes configurações das relações interpessoais nas últimas fases do ciclo de vida. Sob coordenação de Sónia Guadalupe, Henrique Testa Vicente e Fernanda Daniel, este projeto pretende descrever e tipificar (criação de tipologias) as redes sociais pessoais dos idosos portugueses quanto às suas características estruturais, funcionais e de satisfação, analisando intercessões com variáveis demográficas, familiares, relacionais, socioprofissionais, psicológicas, de saúde e participação social; através de estudos seccionais, utilizando metodologias quantitativas e de análise de redes sociais (análises de rede ego-centradas).

Rotas da Memória

Este projeto está inserido no projeto abrangente e integrador, denominado *Sustentabilidade e Desenvolvimento do Turismo no Noroeste Peninsular* que, em colaboração com os grupos de investigação do CEPESE *Património Artístico, Cultural e Documental* e *Mudanças Económicas e Sociais: Organizações e Sustentabilidade*, visa desenvolver investigação de base histórica, artística, económica, de gestão, sociológica e antropológica que forneça um conjunto de ferramentas de conhecimento que permita estimular no setor

turístico, e em toda a sua cadeia de valor, uma atitude inovadora de promoção, propagação e competitividade turística da região noroeste peninsular.

Sisqual-wff (Workforce Forecast) – Determinação da necessidade de recursos humanos com base na previsão de fluxo de clientes

O GTIC – Grupo de Tecnologias de Informação e Comunicação foi convidado pela SiSQUAL – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Sistemas Informáticos Ld.^a a participar num projeto de I&D, cuja candidatura a financiamento irá ser submetida ao Portugal 2020 no âmbito do Aviso 10/SI/2015, Sistema de Incentivos à Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT), Projetos Demonstradores Individuais.

Com este projeto, a empresa tenciona desenvolver um novo produto, denominado de *sisqual-wff* (Workforce Forecast), destinado a facilitar a difícil tarefa de gestão de recursos humanos. Este produto, que integrará algoritmos altamente complexos, assentes nas mais recentes descobertas científicas da área, irá ser de extrema utilidade para qualquer gestor de recursos humanos. Este produto irá determinar, com a maior fiabilidade possível, as necessidades de recursos humanos com base na previsão de fluxo de clientes durante um determinado período de tempo.

O GTIC integra investigadores de reputação internacional nas mais diversas áreas da Estatística, Psicometria e Computação e a sua intervenção será fundamental para a resolução dos algoritmos necessários para a previsão de fluxo de clientes.

Adicionalmente, o GTIC dará um forte apoio:

- Na identificação e validação dos vários fatores críticos para o sucesso dos algoritmos;
- Na aferição dos fatores críticos tendo em conta as áreas da Psicologia, Gestão de Recursos Humanos, Comunicação e Gestão de Empresas;
- Na disseminação de resultados;
- E contribuirá ainda com o projeto de doutoramento de um dos seus investigadores na área da Inteligência Artificial (José Joaquim Moreira).

Por sua vez, e de uma forma sucinta, a SiSQUAL, para além de coordenar todo o desenvolvimento do projeto, ficará responsável pela otimização do seu algoritmo para o escalonamento de equipas de trabalho.

Sisqual maxpro-rh-h – Sistema de Incentivo à Produtividade e Apoio à Gestão do Dimensionamento

A convite da SiSQUAL o GTIC – Grupo de Tecnologias de Informação e Comunicação participa num projeto de I&D, cuja candidatura a financiamento irá ser submetida ao Portugal 2020 no âmbito do Aviso 10/SI/2015, Sistema de Incentivos à Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT), Projetos Demonstradores Individuais.

Com este projeto a empresa tenciona desenvolver um novo produto, *sisqual maxpro-rh-h*, destinado a facilitar a difícil tarefa de gestão de recursos humanos. Este novo produto permitirá a gestão integrada da avaliação de desempenho do sistema de incentivos e o (re)dimensionamento de recursos tendo como objetivos orientadores melhorar a qualidade e eficiência dos processos em organizações complexas, públicas ou privadas.

Por forma a poder vir a resolver e assimilar o *know-how* que necessita, a SiSQUAL irá contar com o apoio do GTIC, que se concentrará, fundamentalmente, na identificação e aferição e validação dos critérios de avaliação e compensação de recursos humanos.

Por outro lado, o CEPESE irá ainda colaborar na disseminação de resultados, que se antevem de extrema importância para a valorização do projeto.

É de realçar que a SiSQUAL é uma empresa portuguesa líder em soluções para Gestão de Equipas, nomeadamente em sistemas de Dimensionamento, Planeamento e Gestão Operacional de Recursos Humanos e Controlo de Assiduidade.

Como reconhecimento da qualidade dos seus produtos, a SISQUAL foi referenciada em 2011, pela Gartner Group como um dos principais fornecedores a nível mundial em Gestão da Força do Trabalho para os setores da Saúde e do Retalho (Gartner publication n.º G00212487, 24 May 2011).

Primeiros Ministros de Portugal (1821-2016)

Este Projeto tem por objetivo a produção de um trabalho de investigação sobre os Primeiros-Ministros de Portugal desde os inícios do regime parlamentar em Portugal até ao presente, de forma a contribuir para um melhor conhecimento da classe política portuguesa dos séculos XIX e XX, e fundamentalmente, daqueles que, durante praticamente dois séculos, foram responsáveis pela governação do Estado Português.

Provas académicas de associados do CEPESÉ

Tese de Doutoramento

Carla Patrícia Silva Ribeiro – *Imagens e representações de Portugal: António Ferro e a elaboração identitária da nação.*

Tese de doutoramento no Ramo de Conhecimento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 6 de fevereiro de 2015, orientada pela professora doutora Maria da Conceição Meireles Pereira.

Laura Lemos – *O impacto de um programa de reabilitação neuropsicológica grupal no funcionamento cognitivo e emocional dos idosos institucionalizados.*

Tese de doutoramento em Psicologia apresentada ao Departamento de Psicologia e Antropologia da Universidade da Extremadura, em 13 de Abril de 2015, orientada pelos professores doutores Florêncio Vicente de Castro e Helena Espírito Santo.

Teresa Maria Novais Moreira – *O debate parlamentar sobre educação no Estado Novo – o ensino secundário liceal (1935-1973).*

Tese de doutoramento no Ramo de Conhecimento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 12 de junho de 2015, orientada pela professora doutora Maria da Conceição Meireles Pereira.

Outras Notícias

Conferência Anual do CEPESE

No dia 6 de dezembro de 2014, teve lugar a Conferência Anual do CEPESE, no Palacete Burmester (Sala CEPESE). Contando com uma ampla participação por parte dos associados e investigadores do CEPESE, o evento iniciou-se com uma exposição do dr. Ricardo Miguéis, do Gabinete de Promoção do Programa Quadro de I&DT da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, sobre o programa Horizonte 2020 aplicado às Ciências Sociais e Humanas, informação que, pelo seu elevado interesse, foi entretanto distribuída a todos os associados. Depois, foram apresentadas as principais linhas do Programa Estratégico do CEPESE para 2015-2020, pelo presidente do Conselho Científico do Centro, professor Luís Adão da Fonseca. Em seguida, os coordenadores dos diversos Grupos de Investigação tiveram oportunidade de apresentar uma síntese das atividades a desenvolver em 2015. Finalmente, o presidente do CEPESE, professor Fernando de Sousa, pronunciou-se sobre o recente processo de avaliação da Unidade e a estratégia para o futuro próximo.

Semana da Ciência e da Tecnologia 2014

Entre os dias 24 e 29 de novembro de 2014, no âmbito da Semana da Ciência e da Tecnologia, uma iniciativa do Programa Ciência Viva promovida pela Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, o CEPESE acolheu grupos de visitantes, maioritariamente alunos universitários, numa ação que visou dar a conhecer a atividade desenvolvida por um centro de investigação em ciências sociais e humanas e sensibilizar os jovens para a investigação. Além das sessões de apresentação do CEPESE, foram oferecidas publicações editadas por este Centro a todos os que nos visitaram.

Reunião anual da REDE Carmen – The Worldwide Medieval Network

Entre 12 e 13 de setembro de 2014, teve lugar em Stirling (Escócia) a reunião anual da REDE Carmen – The Worldwide Medieval Network. A organização local ficou a cargo do Centre for Environmental History and Policy da Universidade de Stirling. O CEPESE fez-se representar por Maria Cristina Pimenta, membro do Executive Committee desta Rede. O programa incluiu, entre outras atividades, uma conferência intitulada *The State-of-the-art of Medieval Research in Scotland* (por Alasdair Ross, Universidade de Stirling), um painel de reflexão sobre *Digital Humanities, Digital Heritages*, uma mesa-redonda sobre *Heritages* e diversos Workshops destinados a promover o debate de ideias em torno de futuras candidaturas a projetos de investigação. Como sempre acontece, todos os participantes previamente inscritos tiveram oportunidade de representar as instituições a que pertencem no Market Place, uma iniciativa destinada a oferecer ao público um ambiente informal onde os estudiosos podem trocar informações e angariar parceiros para novos projetos no âmbito das Humanidades.

População e Sociedade – Objetivos e Perfil

A revista *População e Sociedade*, editada pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, em cujo *site* todos os volumes estão disponíveis online (<http://cepese.up.pt>), publicou-se desde 1995 com uma periodicidade anual e, a partir de 2015, semestralmente e em formato exclusivamente digital.

População e Sociedade é uma revista de História e Ciências Sociais, assumindo como objetivo principal a publicação de textos inéditos, de nível académico, nacionais e estrangeiros, em cinco línguas (português, inglês, espanhol, francês e italiano). Em consonância com os propósitos da missão científica do CEPESE e sua Unidade de Investigação, esta revista pretende criar um espaço de divulgação e debate relativos à produção dos seus investigadores, bem como das suas atividades e publicações.

Indexada nos sistemas internacionais de avaliação de periódicos científicos (ERIH, LATINDEX), esta revista pratica a arbitragem científica sob regime de anonimato, à qual submete todos os artigos a incluir nas duas secções – Dossier Temático e *Varia* – para as quais aceita colaborações nas condições referidas.

Instruções aos autores

- a. A revista *População e Sociedade* aceita artigos inéditos que podem ser apresentados em língua estrangeira (castelhano, inglês, francês e italiano). Os artigos em português devem observar o novo acordo ortográfico. Sendo uma revista com arbitragem científica, a publicação dos trabalhos, após apreciação da sua Direção, está dependente dos pareceres de dois especialistas externos e/ou internos.
- b. Cada artigo deverá ter a dimensão máxima de 60 000 caracteres (espaços incluídos), espaçamento de 1,5; letra Times New Roman; corpo 12; margens 2,5 (superior e inferior) e 3 (esquerda e direita).
- c. Os quadros e gráficos devem ser elaborados em formato *Microsoft Word* e *Excel*, respetivamente, e não em formato de imagem. Devem ser enviados em ficheiros separados do texto, embora este deva conter a indicação do local da sua inserção.
- d. Os mapas e ilustrações devem ser enviados em formato de imagem (tiff, jpeg, com 300 dpis) em ficheiros separados do texto, embora este deva conter a indicação do local da sua inserção.
- e. Os quadros, gráficos, mapas e ilustrações devem estar identificados por ordem numérica (Exemplos: Gráfico n.º 1; Mapa n.º 3) seguidos de travessão e do título dos mesmos. Por baixo deve ser indicada a fonte em letra corpo 10.

- f. Quando as citações são superiores a 3 linhas de texto devem ser apresentadas sob a forma de citação recuada (letra corpo 11), entrada de 2,5 cm do resto do texto, com uma linha de espaçamento antes e depois da mesma.
- g. O artigo deverá ser enviado para o endereço electrónico revista@cepese.pt.
- h. Cada artigo deve ser acompanhado do título em inglês, de dois resumos, um na língua original e outro em inglês, entre 800 a 1000 caracteres (espaços incluídos) cada um, 5 palavras-chave (na língua original e em inglês) e identificação do autor (nome, e-mail, instituição, cargo/categoria e publicações recentes).
- i. As notas de rodapé devem ser identificadas por ordem numérica, sem ultrapassar 5 linhas cada.
- j. As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores.
- k. Quaisquer imagens reproduzidas nos artigos são da responsabilidade do autor que deverá assegurar previamente a devida autorização.
- l. Visando-se a uniformidade nos princípios de citação documental e bibliográfica, deverão ser seguidos pelos autores os critérios que a seguir se apresentam

Critérios de citação documental e bibliográfica

- a. Nas notas de rodapé, as citações e referências de autores e obras (monografias e artigos de publicações periódicas ou de obras coletivas) deverão referir o apelido do autor, em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a(s) página(s) a que a citação se reporta. Se houver menções a mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, elas serão identificadas por uma letra minúscula (a, b...) a seguir à data. Quando há mais do que um autor, os seus nomes devem estar separados por ponto e vírgula; quando o número de autores for superior a três, deve indicar-se o primeiro seguido de *et al.* (normas também aplicáveis à bibliografia). São exemplos:
SANTOS, 2006a: 75-76.
SANTOS; CRUZ; LOUSADA *et al.*, 2006: 104.
(Todas as citações em nota deverão seguir este critério, excluindo-se, assim, menções como: *op. cit.*; *ob.cit.*; *Idem*; *ibidem*).
- b. As citações de documentos deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da fonte. É exemplo:
Arquivo Nacional Torre do Tombo – *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fols. 3v-4.
- c. Na bibliografia, os livros devem ser citados consoante os exemplos:
SOUSA, Fernando de, 2006a – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE.
SOUSA, Fernando de, 2006b – *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento.
- d. Na bibliografia, os artigos em publicações periódicas devem ser citados consoante o exemplo:
WILLIAMS, Andrew, 2004 – “The state after the new world order: liberal dreams and harsh realities”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, n.º 11, p. 27-42.
- e. Na bibliografia, os artigos em obras coletivas devem ser citados consoante o exemplo:
MENEZES, Lená Medeiros de, 2006 – “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)”, in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando de (org.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 86-117.

f. Na bibliografia electrónica devem seguir-se os critérios atrás referidos (autor, data título, quando existam) seguidos do sítio onde está disponível na Internet e data de consulta entre parênteses retos, como é exemplo o seguinte artigo de publicação em série electrónica:

WRIGHT, Robert E., 2000 – “Women and Finance in the Early National U. S.”. *Essays in History*, 42.
Disponível em: <<http://etext.virginia.edu/journals/EH/EH42/Wright42.html>> [consult. 15 de abr. 2009].

População e Sociedade – Aims and Scope

The journal *População e Sociedade*, published by CEPESE – Centre for the Study of Population, Economy and Society, which displays all volumes available online on its website (<http://cepese.up.pt>), was founded in 1995, since then published on an annual basis, and from 2015, every six months and exclusively digital format.

População e Sociedade is a scientific journal about History and related Social Sciences, having as main goal the publication of original papers of academic level, both Portuguese and foreigner, in five languages (Portuguese, English, Spanish, French and Italian). Furthermore, and following the principles of the scientific mission of CEPESE and its R&D Unit, this journal aims at creating a promotion and debate space for its researchers, as well as its activities and publications.

Indexed in the international systems of assessment of scientific journals (ERIH, LATINDEX), this magazine carries out a process of anonymous scientific peer review to which all articles to be included in Dossier Temático and *Varia*, are submitted. Contributions under the mentioned conditions are accepted.

Instructions for the authors

- a. The journal *População e Sociedade* accepts original articles that can be submitted in foreign languages (Spanish, English, French and Italian). As this is a journal with scientific refereeing, the papers publication, first screened by the board of directors, depends on the opinion of two internal and/or external experts.
- b. Each article must have the maximum size of 60 000 characters (spaces included); 1.5 spacing; Times New Roman Font; size 12, margins 2,5 (up/down) and 3 (right/left).
- c. Tables and graphics must be drawn up, respectively, in *Microsoft Word* and *Excel* format and not in image format. They must be sent in files separated from the text, without forgetting to mention the exact place where they must be inserted.
- d. Maps and images must be sent in image format (tiff, jpeg, gif, etc), in files separated from the text. Once again, reference should be made to the exact place where they are to be inserted.
- e. Tables, graphics, maps and images must be numbered (Examples: Graphic nr. 1; Map nr. 3) followed by dash and their titles. Underneath, do not forget to indicate the source in font size 10.
- f. When the quotations are longer than 3 lines should be presented in the form of indented quote (letter size 11), 2.5 cm from the rest of the text entry, with spacing before and after it.
- g. The article must be sent to the following email: revista@cepese.pt

- h. Each article must include its title in English, two abstracts, one in the original language and another one in English, 800/1000 characters (spaces included) each, 5 keywords (also in the original language and in English) and the identification of the author (name, institution, email address, last publications).
- i. Footnotes must be numbered and should not exceed 5 lines each.
- j. The contents of the articles are of the full responsibility of the authors.
- k. Any image reproduced in the articles is of the responsibility of the author who, beforehand, must ensure its due authorization.
- l. In order to keep the consistency of the principles of documentary and bibliographic reference the following criteria must be followed by the authors.

Documental and bibliographic citation criteria

- a. Footnotes, quotes and references to authors and works (books and articles of periodic publications or inserted in collective works) must include the surname of the author in uppercase, year of the publication of the work and page(s) where the reference can be found. If there is more than a title of the the author in the same year, they should be identified by a lowercase letter (a, b...) following the date. When there is more than one author their names must be separated by a semicolon; when there are more than three authors, one must write the name of the first, followed by *et al.* (rules applicable to bibliography). For example:
SANTOS, 2006a: 75-76.
SANTOS; CRUZ; LOUSADA *et al.*, 2006: 104.
(All references in footnote must follow this criteria, excluding notes such as: *op. cit.*; *ob.cit.*; *idem*; *Ibidem*).
- b. Quoting of documents must include all necessary elements for a thorough identification of the source. For example:
Arquivo Nacional Torre do Tombo (TT) – *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fol. 3v.
- c. In the bibliography list, books must be referred as follows:
SOUSA, Fernando de, 2006a – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE.
SOUSA, Fernando de, 2006b – *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento.
- d. In the bibliography list, articles on periodic publications must be quoted as in the following example:
WILLIAMS, Andrew, 2004 – “The state after the new world order: liberal dreams and harsh realities”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, n.º 11, p. 27-42.
- e. In the bibliography list, articles in collective works must be quoted according to this example:
MENEZES, Lená Medeiros de, 2006 – “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)”, in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando de (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 86-117.
- f. In electronic bibliography the above-mentioned criteria must be followed (author, date, title, whenever possible), followed by the website where it is available on the internet and date of research between brackets. For example:
WRIGHT, Robert E., 2000 – “Women and Finance in the Early National U. S.”. *Essays in History*, 42. Available in: <<http://etext.virginia.edu/journals/EH/EH42/Wright42.html>> [accessed on 15th April 2009].

CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES DO CEPESE

**População e Sociedade**

(Revista do CEPESE)
Revista n.º 22
A Nova Vaga da Emigração Portuguesa
Conceição Meireles Pereira (directora)
CEPESE, Edições Afrontamento
2013

**Coleção Economia e Sociedade**

A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)
Fernando de Sousa
CEPESE, Ed. COSMOS
2001



A População Portuguesa no Século XIX
Teresa Rodrigues Veiga
CEPESE, Edições Afrontamento
2004



História da População Portuguesa
Teresa Rodrigues (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



A Emigração na Freguesia de Santo André da Campeã (1848-1900)
Celeste Castro
CEPESE, Edições Afrontamento
2010

**Coleção Militarium Ordinum Analecta**

Volume n.º 17
Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional.
Noudar e Vera Cruz de Marmelar
Luis Adão da Fonseca (coord.)
CEPESE, 2013

**Coleção Os Portugueses no Mundo**

A Comunidade Lusitana em Joanesburgo
Paulo Bessa
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



Migrações e Desenvolvimento
Maria Ortelinda Barros Gonçalves
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



As Relações Portugal-Brasil no século XX
Fernando de Sousa; Paula Santos;
Paulo Amorim (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2010



Laços de Sangue. Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil.
José Sacchetta Ramos Mendes
CEPESE, Fronteira do Caos
2010



Relações Portugal-Espanha: Uma História paralela, um destino comum?
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, FRAH
2002



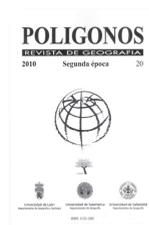
O Investimento das Empresas Portuguesas no Brasil – Uma experiência de diplomacia económica?
Catarina Mendes Leal
CEPESE, Fronteira do Caos
2012



Relações Portugal-Espanha: O Vale do Douro no Âmbito das Regiões Europeias
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2006



A Emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1930-1945)
Diogo Ferreira, Bruno Rodrigues,
Paulo Amorim, Sílvia Braga
CEPESE, 2012



Migrações Ibéricas: Memória e Processos de Desenvolvimento
Polígonos, Revista de Geografia, n.º 20
CEPESE, Universidades de León,
Salamanca e Valladolid
2010



Economia e Instituições
A Economia da Corrupção nas Sociedades Desenvolvidas Contemporâneas
Cristina de Abreu (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011



Douro e Real Companhia Velha
Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2000



Relações Portugal-Espanha
Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, FRAH
2000



Os Arquivos da Vinha e do Vinho no Douro
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2003



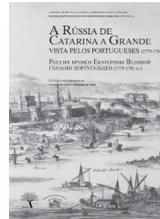
O Vinho do Porto em Gaia & Companhia
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005



O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha
Fernando de Sousa
e Conceição Pereira
CEPESE
2008



A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



A Rússia de Catarina a Grande vista pelos portugueses (1779-1781)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2012



O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – Real Companhia Velha
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2003



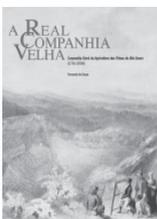
Arte e Património
Artistas e Artífices e a sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2005



O Património Cultural da Real Companhia Velha
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2004



O Património Histórico-Cultural da região de Bragança-Zamora
Luís Alexandre Rodrigues (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005



A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2006



Francisco José Resende (1825-1893)
António Mourato
CEPESE, Edições Afrontamento
2007



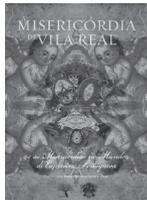
Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2008



A Encomenda. O Artista. A Obra
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2010



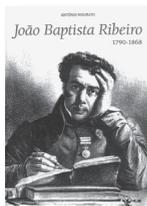
Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2008



A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2011



Espólio Fotográfico Português
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2008



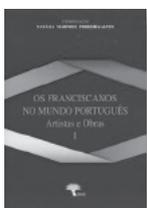
João Baptista Ribeiro, 1790-1868
António Mourato
CEPESE, Edições Afrontamento
2011



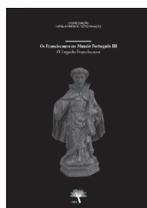
O Património Cultural da região de Bragança-Zamora
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro
2008



Os Franciscanos no Mundo Português II. As Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2012



Os Franciscanos no Mundo Português: Artistas e Obras I
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2009



Os Franciscanos no Mundo Português III. O Legado Franciscano
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2013



Emigração Portuguesa para o Brasil

Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos
Ismênia de Lima Martins e Fernando de Sousa (org.)
CEPESE, FAPERJ
2006



Entre Mares. O Brasil dos portugueses
Fernando de Sousa;
Nazaré Sarges; Izilda Matos;
Otaviano Vieira;
Cristina Cancela (org.)
CEPESE, Editora Paka.Tatu
2010



A Emigração Portuguesa para o Brasil
Fernando de Sousa;
Ismênia Martins;
Conceição Meireles (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2007



Um Passaporte para a Terra Prometida
Fernando de Sousa,
Ismênia Martins, Lená Menezes, Izilda Matos, Nazaré Sarges, Susana Silva (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011



Deslocamentos & Histórias: Os Portugueses
Izilda Matos; Fernando de Sousa;
Alexandre Hecker (org.)
CEPESE, EDUSC
2008



De Colonos a Imigrantes. I(Em)igração portuguesa para o Brasil
J. Jobson Arruda; Vera Ferlini; Izilda Matos; Fernando de Sousa (coord.)
Alameda
2013



Os Novos Descobridores
Fernando de Sousa e
Conceição Meireles Pereira (org.)
CEPESE
2008



Relações Internacionais
Desafios da Democratização no Mundo Global
Maria Raquel Freire (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2004



Nas duas Margens: Os Portugueses no Brasil
Fernando de Sousa;
Ismênia Martins;
Izilda Matos (org.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2009



A Instituição de Asilo na União Europeia
Teresa Cierco
CEPESE, Almedina
2010



A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional
José Francisco Pavia (coord.)
CEPESE, Quid Juris?
2011



História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes
Fernando de Sousa
CEPESE, Edições Afrontamento
2006



Magrebe, Islamismo e a Relação Energética de Portugal
Catarina Mendes Leal
CEPESE, Tribuna da História
2011



A Morte na Região de Lisboa nos Princípios do Século XX
Fernando Augusto de Figueiredo
CEPESE
2006



Portugal e a Europa. Factores de Afastamento e Aproximação da Política Externa Portuguesa (1970-1978)
Pedro Mendes
CEPESE
2012



Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)
Fernando de Sousa (coord.)
2 vols.
CEPESE
2009



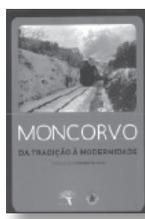
Dicionário de Relações Internacionais (3.ª edição)
Fernando de Sousa;
Pedro Mendes (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2014



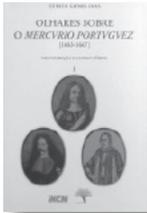
Ibéria: Quinhentos/Quatrocentos. Duas décadas de Cátedra.
Homenagem a Luis Adão da Fonseca
Armando Luis de Carvalho Homem; José Augusto Pizarro;
Paula Pinto Costa (ed.)
CEPESE, Livraria Civilização
2009



Publicações autónomas
Estudos e Ensaios em Homenagem a Eurico Figueiredo
Isabel Babo Lança (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005



Moncorvo. Da Tradição à Modernidade
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2009



Olhares sobre o Mercurio Portuguez, 1663-1667
2 vols.
Eurico Gomes Dias
Imprensa Nacional
– Casa da Moeda, CEPESE
2010



Memórias de Bragança
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Câmara Municipal
de Bragança
2012



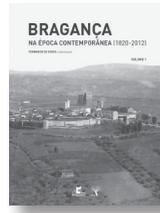
A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património
Fernando de Sousa;
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2011



Os Paços do Concelho do Porto
Fernando de Sousa;
Joaquim Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2012



Governação de Organizações Públicas em Portugal: A Emergência de Modelos Diferenciados
Carlos Rodrigues
CEPESE, Edições Pedagogo
2011



Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Câmara Municipal
de Bragança
2013



O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)
Judite Gonçalves de Freitas
CEPESE, Alêtheia Editores
2011



Portugal e os seus Imigrantes – Perfis Socioeconómicos no início do séc. XXI
Paulo Oliveira
CEPESE
2013



Identidade Nacional. Entre o discurso e a prática
Maria de Fátima Amante (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011



Porto as a Tourism Destination
Alexandra Matos Ferreira
(coord. et alii)
CEPESE, Formalpress
2014



Entre Portugal e a Galiza
(Sécs. XI a XVII). *Um olhar*
peninsular sobre uma
região histórica
Luís Adão da Fonseca (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2014



Livro de Linhagens de Portugal
António Pestana de Vasconcelos
CEPESE
2014

SÓCIOS FUNDADORES, SÓCIOS COLECTIVOS E PATRONOS DE HONRA DO CEPSE

Sócios Fundadores

Universidade do Porto
Fundação Eng. António de Almeida



Sócios Coletivos

ISMT – Instituto Superior Miguel Torga
ISVOUGA – Instituto Superior de Entre Douro e Vouga
UNISLA
Universidade Lusófona do Porto
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Novo Banco
Fundação Manuel António da Mota
Real Companhia Velha



Patronos de Honra

Câmara Municipal do Porto
Carnady – Comércio Internacional
Agência Abreu
Câmara Municipal de Gaia
Câmara Municipal de Bragança
Douro Azul
Fundação Dr. António Cupertino de Miranda
Cordeiros Galeria
Vicaima



Fundação
Dr António
Cupertino
de Miranda



Colaboraram neste número

Antonieta Lima

António Mourato

Isabel Morgado Sousa e Silva

Isídro Dubert

José Carlos Ribeiro Miranda

Leandro Ribeiro Ferreira

Maria do Rosário Ferreira

Paula Pinto Costa

Saul António Gomes

Vasco Salazar Soares